

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**THIAGO BRANDÃO ZARDINI**

***PAIDEIA E CULTURA POLÍTICA NAS GÁLIAS:  
OS PANEGÍRICOS LATINOS E AS MOEDAS COMO VETORES DOS RITUAIS DA  
BASILEIA (SÉCULO IV D.C.)***

VITÓRIA  
2015

**THIAGO BRANDÃO ZARDINI**

***PAIDEIA E CULTURA POLÍTICA NAS GÁLIAS:  
OS PANEGÍRICOS LATINOS E AS MOEDAS COMO VETORES DOS RITUAIS DA  
BASILEIA (SÉCULO IV D.C.)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração Estudos Literários.

**Linha de Pesquisa:** Literatura e outros Sistemas de Significação

**Orientador:** Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva

VITÓRIA  
2015

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)**

# **THIAGO BRANDÃO ZARDINI**

## ***PAIDEIA E CULTURA POLÍTICA NAS GÁLIAS:***

### **OS PANEGÍRICOS LATINOS E AS MOEDAS COMO VETORES DOS RITUAIS DA *BASILEIA (SÉCULO IV D.C.)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração Estudos Literários.

Aprovada em 18 de agosto de 2015.

#### **Comissão Examinadora:**

---

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (Orientador)

*Universidade Federal do Espírito Santo*

---

Profª. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Examinadora Externa)

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

---

Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (Examinador Externo)

*Universidade Estadual de Campinas*

---

Profª. Dra. Leni Ribeiro Leite (Examinadora Interna)

*Universidade Federal do Espírito Santo*

---

Profª. Dra. Fabíola Simão Padilha Trefzger (Examinadora Interna)

*Universidade Federal do Espírito Santo*

A Marilene e José Victor, meus pais, pelo suporte, incentivo e liberdade que permitiram desfrutar do prazer da pesquisa; a José Aldir, meu avô, fiel companheiro de “preocupações” escolares e acadêmicas.

## AGRADECIMENTOS

Embora o processo de imersão na pesquisa seja um trabalho solitário, que dividimos na prática apenas com os autores que influenciaram a nossa escrita, devemos reconhecer a importância de pessoas (acadêmicos e profissionais de áreas específicas) que contribuíram em todas as etapas, desde o início até a conclusão da tese. A estes, presto aqui minha *gratiarum actio*:

Ao orientador, professor Dr. Gilvan Ventura da Silva (Ufes), sou grato pelo investimento de anos dedicados ao meu preparo, tanto na produção de trabalhos acadêmicos (em nível de iniciação, mestrado e doutorado) quanto na vida profissional, estimulando a docência, a organização de eventos e projetos e o trato com os trâmites burocráticos da universidade. Especialmente na fase de doutoramento, agradeço pelo cuidado e ponderação ao corrigir os erros e por encorajar o aprimoramento dos acertos.

A professora Dra. Leni Ribeiro Leite (Ufes) é alvo da minha mais profunda admiração por sua generosidade, que se estende ao âmbito acadêmico, quando não mede esforços para dividir o conhecimento nas suas áreas de domínio, se mostrando sempre pronta a colaborar para o sucesso dos pesquisadores em formação ao seu redor. Em especial, agradeço pelas sugestões na ocasião do meu exame de qualificação, que deram novo fôlego à pesquisa.

A professora Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca), desde o início, foi o primeiro nome pensado para arguir este trabalho, tanto por sua distinta formação, que a tornou referência no Brasil a respeito dos temas sobre a Antiguidade Tardia e a *paideia*, quanto pelas considerações precisas que a mesma fez durante o exame de qualificação, destacando os pontos positivos do trabalho e indicando que fosse levado à frente, sobretudo por se tratar de um estudo original sobre os Panegíricos Latinos.

Ao professor Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (Unicamp) agradeço por aceitar compor a banca de defesa, o que se justifica uma vez que toda a minha formação como estudioso do Mundo Antigo contou com a leitura de obras deste pesquisador, o que se intensificou ao longo da pós-graduação, quando passei a integrar o discurso arqueológico às minhas pesquisas. À professora Dra. Fabíola Simão Padilha Trefzger (Ufes) dedico meu agradecimento por responder positivamente ao convite para avaliar este trabalho, já que a beleza e importância dos seus

estudos sobre a Literatura Brasileira e sua receptividade aos estudantes em formação advindos de outras áreas foram fatores que motivaram minha entrada no mundo das Letras.

Com o professor Dr. Roger Rees, da *University of Saint Andrews* (Escócia), um dos maiores estudiosos dos Panegíricos Latinos em atividade, em minha opinião, tenho uma dívida de gratidão por sua paciência e rapidez em atender às inúmeras dúvidas, indicações de leituras e contatos, que foram fundamentais para elevar o nível e aperfeiçoar esta pesquisa.

No processo de transformação da fase inicial de projeto para a consolidação de uma pesquisa mais desafiadora, foram fundamentais para esta tese duas experiências que envolveram a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, localizada na cidade de Braga, Portugal. A primeira, o Estágio em Arqueologia realizado durante o período de escavações do Teatro Romano de *Bracara Augusta*, de julho a agosto de 2012; a segunda, o Projeto de Cooperação Internacional *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, firmado entre a universidade acima citada e o Laboratório de estudos sobre o Império Romano/ seção ES (Ufes). Ambos ocorreram em virtude da dedicação e receptividade da professora Dra. Maria Manuela Reis Martins, diretora da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a quem expresso aqui meus agradecimentos pela atenção que me foi concedida nas duas oportunidades acima citadas. Estendo o elogio ao Dr. Luís Fernando Oliveira Fontes, com quem pude aprender em diversos momentos durante os dois projetos; e à equipe com quem tive o privilégio de trabalhar nas escavações e no convênio, especialmente ao professor Dr. Jorge Manuel Pinto Ribeiro, à bolsista de investigação Fernanda Puga Magalhães, à doutoranda Cristina Vilas Boas Braga e a professora Mestre Raquel de Moraes Soutelo.

Agradeço ao professor Dr. Renan Frighetto (UFPR), por sua disponibilidade em dialogar sempre de forma dinâmica e instigante sobre os temas que temos em comum, a saber, as monarquias da Antiguidade Tardia e os grupos políticos que sustentam o poder. À professora Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva (Ufes), sou grato pela longa trajetória trilhada desde a graduação, que rendeu ricas contribuições para a minha formação intelectual.

Ao professor Dr. Belchior Monteiro Lima Neto (PPGHIS/Ufes), agradeço pelos inúmeros debates, concordantes e discordantes, mas sempre enriquecedores, e pela colaboração e prestatividade ao longo desses anos de parceria acadêmica. À professora Dra. Graziela Meneses de Jesus (PPGHIS/Ufes) sou grato pelas inúmeras horas, ao vivo e *on line*, em que trocamos inquietações de pesquisa, reflexões intelectuais e informações aleatórias; mesmo com temas tão diferentes, o que nos unia e preocupava era o comprometimento com a qualidade do nosso

trabalho e o contributo para a academia e a sociedade. À professora Dra. Renata Oliveira Bonfim (PPGL/Ufes), agradeço pelo incentivo e inspiração, que tornou o exercício de construir a tese mais fácil e prazeroso.

A professora Dra. Ana Gabrecht (PPGL/Ufes) foi a grande companheira de pesquisa durante este período de doutoramento, com quem pude dividir todas as etapas e aprender na prática sobre as esferas de atuação que se espera de um doutorando; superando, neste processo, momentos de questionamentos e realizando escolhas que nos fizeram mais experientes. À professora Dra. Karina de Rezende Tavares Fleury (PPGL/Ufes), deixo aqui registrada minha admiração e meu agradecimento por sua onipresente companhia (mesmo nas ausências), desde antes da prova de admissão no doutorado; a cada contato, ideias criativas surgiam, trâmites acadêmicos e burocráticos se resolviam e ânimos eram aplacados. Com a doutoranda Camilla Ferreira Paulino da Silva (PPGHis/Ufes) pude aprender e compartilhar conhecimentos afins de nossos trabalhos, ocorrendo que a cada nova descoberta a comemoração logo dava lugar à disposição para impulsionar a pesquisa de ambos; por essa colaboração mútua, que passou pela *amicitia*, mas resultou numa verdadeira amizade, deixo aqui meu muito obrigado. Ao falar do professor mestre Natan Henrique Taveira Baptista (PPGHis/Ufes), não há como resumir de quantas formas ou em quantos momentos suas contribuições fizeram a diferença durante esta trajetória como doutorando, de modo que agradeço por tornar mais leves as densas atribuições da vida acadêmica e tão multifacetada a amizade que nos une. Em verdade, o suporte dos quatro amigos-pesquisadores citados acima é que garantiu o sucesso desta tese.

À doutoranda Alessandra André Chiminazzo (PPGHis/Ufes) sou devedor de inúmeros favores que vêm se somando desde o ingresso na graduação, em 2001, o que serviu para meu crescimento intelectual e o compartilhamento de experiências ricas para ambos. À doutoranda Carolline Soares da Silva (PPGHis/Ufes) deixo aqui meu agradecimento pelo envio de material, pela companhia e pela parceria em diversas empreitadas acadêmicas. À doutoranda Fernanda Scopel Falcão (PPGL/Ufes) sou grato pela prontidão em esclarecer dúvidas e pela cumplicidade nas diversas competências que dividimos.

Na área de Antiguidades se faz necessário o contínuo aprimoramento das línguas estrangeiras, seja para o trato com os textos clássicos ou para a atualização da fortuna crítica. Nesse sentido, foi fundamental contar com o programa de aperfeiçoamento de Língua Inglesa da professora Mestre Virgília Maria Faria de Lobato, que, com seu talento profissional e experiência de vida, dividiu comigo uma rica bagagem de conhecimentos e preciosos conselhos. Nos estudos da



Língua Latina, agradeço à professora mestranda Kátia Regina Giesen (PPGL/Ufes) pela disponibilidade em sanar todas as dúvidas, sempre que possível, ao longo dos últimos quatro anos, além da prontidão para debater temas afins, como a retórica e o encômio, num diálogo sempre proveitoso. Neste último aspecto, estendo o agradecimento à graduanda Luiza Helena Rodrigues de Abreu Carvalho (Letras/Ufes), pela qualidade do seu trabalho sobre o elogio na Literatura Latina, que pude acompanhar.

Ao Nelson Martinelli Filho, expresso aqui minhas congratulações pelo profissionalismo ao moldar de forma arguta tudo àquilo que o cansaço da escrita não me permitia mais esculpir, realizando uma revisão que ultrapassou as expectativas e colaborou sobremaneira para a finalização desta obra.

Aos pesquisadores integrantes do *Laboratório de estudos sobre o Império Romano* (Leir/ES), agradeço pelo aprendizado em conjunto em inúmeras atividades que foram desenvolvidas desde sua criação; especialmente, às graduandas do curso de História Jenny Barros Andrade e Rayanne Amorim Rody, a quem admiro não só pela condução de suas pesquisas, mas também pessoalmente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sou grato pelo apoio financeiro que tornou possível arcar com todos os gastos desta pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, dedico esta tese aos amigos. Na verdade, ao longo destes quatro anos de doutoramento, laços foram produzidos e intensificados com pessoas que, com o conhecimento de suas áreas de atuação, contribuíram não só com apoio e motivação, mas também dividindo opiniões e expressando ideias que, ao fim, estão presentes na tessitura deste trabalho, nominalmente: Sayonara Brandão, Abraão Lemos Caldas Frossard, Naciete Souza Firmiano, Arnaldo Kohler, Luciana Andrade Zinek, Mindu Zinek, Tatiana Feitosa da Rocha, Giovanna Entringer, Juliana Zardini Caetano, Mariana Zardini Caetano, Daniel Rosa, Diogo Gomes dos Santos, Nathalia Castro, Ana Claudia Ribeiro de Souza e Thamilly Carletto & Lázaro Brandão Zardini.

“Entre os traços mais autênticos que parecem ter caracterizado nossos ancestrais gauleses, contava-se o gosto muito apurado pela eloquência. A julgar pelo discurso resumido livremente pelo autor dos *Comentários* [Júlio César], mas escrito com grande precisão e profundidade, os oradores não eram raros e o poder da palavra neles adquiria efeito grandioso. Este é um traço nobre que permaneceu característico nos franceses”

– *Albert Réville, em 'Vercingétorix et la gaule au temps de la conquête romaine' (1877).*

## RESUMO

O sistema político que toma forma no final do século III, o *Dominato*, permanece como uma estrutura centralizada ao longo de todo o século IV. Entre as mais variadas instâncias em que o Estado Romano intervém naquele momento – desde a administração pública até a organização eclesiástica – é nosso interesse abordar as relações de poder que se manifestam durante os rituais da *basileia*, a realeza sagrada característica da Antiguidade Tardia. Por ocasião das cerimônias públicas, como, por exemplo, o *aduentus*, quando as elites cidadinas se preparavam para recepcionar o imperador e buscavam com isso estreitar os contatos com a casa imperial, eram declamados discursos laudatórios em homenagem ao soberano. Em resposta à recepção dos cidadãos, era praxe que o imperador distribuísse moedas comemorativas, outro elemento indispensável da cerimônia. Assim, da conjugação entre discursos de natureza literária e de natureza imagética, emergiam os rituais da realeza romana na época tardia, como buscamos demonstrar na presente tese. O *corpus* de discursos laudatórios selecionado na realização da pesquisa intitula-se Panegíricos Latinos e inclui obras que vão desde 289 até 389, o que define o nosso intervalo temporal. Os panegiristas eram autores advindos das escolas de retórica das Gálias, e o tema das obras estava ligado aos eventos ocorridos dessa região, o que delimita nosso campo espacial de investigação a duas cidades em especial, *Augustodunum* e *Burdigala*. O *corpus* numismático, em contrapartida, foi selecionado com base na datação dos panegíricos, compreendendo cerimônias que aconteceram nas Gálias durante a Tetrarquia, no governo de Constantino, no de Juliano e no de Teodósio. Nesta tese, analisamos o papel desempenhado pelas moedas e pelos panegíricos como vetores que auxiliam diretamente na construção do sistema político imperial. As primeiras porque manifestam os símbolos, inscrições e imagens que o imperador pretendia difundir, agregando os súditos em torno da política em curso; os segundos porque, elaborados conforme as regras da *paideia*, eram capazes não apenas de exprimir as expectativas dos oradores com relação ao poder imperial, mas também de veicular desejos, anseios e reivindicações conectadas com a própria localidade do orador, no caso, as Gálias. Com isso, foi possível compreender o *Dominato* para além de um sistema de dominação, constatando que as relações de poder que emergem dos rituais da *basileia* envolvem uma cultura política que conjuga interesses e alianças da corte, dos grupos regionais e das elites das cidades.

**Palavras-Chave:** Antiguidade Tardia; Panegíricos Latinos; Moedas; *Paideia*; Cultura Política; Gálias.

## ABSTRACT

The *Dominato*, a political system that takes shape in the Late Third Century, remains as a centralized structure throughout the Fourth Century. Among the various instances in which the Roman State normally intervened at that time – from public administration to the ecclesiastical organization – we intend to address the power struggles brought out during the rituals of *basileia*, the sacred royalty that is characteristic of the Late Antiquity period. On the occasion of public ceremonies, like the *aduentus*, when city elites were preparing to welcome the Emperor in an attempt to strengthen their bonds with the imperial house, laudatory speeches were recited in his honor. In response to the citizen's reception, it was customary for the emperor to distribute commemorative coins, another essential element of the ceremony. Thus, as we demonstrate in this thesis, the rituals of The Roman Royalty in Late Antiquity emerged from the combination between discourses of literary and imagery nature. The *corpus* of laudatory speeches selected for our research is entitled *Panegyrici Latini* and includes works ranging from 289 to 389, thus delimiting our temporal interval. The panegyrist authors originated from the rhetorical schools of Gaul, and the theme of their works is linked to events taken place in this region, thus confining our spatial field of investigation to two cities in particular: *Augustodunum* and *Burdigala*. The numismatic *corpus*, in contrast, was selected based on the dating of the eulogies, comprising ceremonies that took place in Gaul during the Tetrarchy, the government of Constantine, Julian and Theodosius. In the present thesis, we analyze the role of coinage and panegyrics as vectors which directly assisted in the construction of the Imperial Political System. The first for portraying symbols, inscriptions and images that the emperor intended to spread, getting his subjects involved with the current policy; the latter, erected according to the rules of *paideia*, were able not only to express the expectations of the speakers with respect to the empire, but also convey wishes, desires and demands related to the very location of the speaker, in this case, the Gaul. Thus, we can see the *Dominato* as something beyond a system of domination, while realizing that the power struggles that emerge from the rituals of *basileia* involve a Political Culture that entwines both the interests and alliances of the court, of regional groups and elites of the cities.

**Keywords:** Late Antiquity; *Panegyrici Latini*; Coins; *Paideia*; Political Culture; Gaul.

## RÉSUMÉ

Le système politique qui prend la forme à la fin du troisième siècle, l'*Dominato* reste une structure centralisée au long du quatrième siècle. Parmi les différentes situations dans lesquelles l'État romain intervient à ce moment – de la bureaucratie administrative à la organisation de l'église – notre intérêt est d'aborder les relations de pouvoir qui viennent à la lumière pendant les rituels de *basileia*, la royauté sacrée caractéristique de l'Antiquité tardive. A l'occasion de cérémonies publiques, par exemple, *adventus*, quand citadins élites se préparaient à accueillir l'empereur et il cherché des contacts plus étroits avec la maison impériale, ont été récitée discours élogieux en l'honneur du souverain. En réponse à la réception de la ville, il était de coutume que l'empereur distribuer des pièces commémoratives, un autre élément essentiel de la cérémonie. Ainsi, la combinaison entre les discours de nature littéraire et imagerie, émergé les rituels de la royauté romaine de l'Antiquité tardive, comme nous le démontrons dans cette thèse. Le corpus de discours laudatives choisi dans la réalisation de la recherche est intitulé panégyriques Latins et comprend des œuvres allant de 289 à 389, définissant ainsi notre ballast temporelle. Les panégyristes étaient auteurs des écoles rhétoriques de la Gaule, et le thème des travaux a été liée à des événements dans cette région, ce qui définit notre domaine de recherche dans deux villes en particulier, *Augustodunum* et *Burdigala*. Le corpus numismatique, toutefois a été assemblé à partir de la datation des panégyriques, comprenant des cérémonies qui ont eu lieu en Gaule au cours de la Tétrarchie, le gouvernement de Constantin, Julian et Théodose. Dans cette thèse, nous analysons le rôle perpétré par pièces et par panégyristes, comme des éléments qui participent activement dans le système politique. La première, parce que manifester les symboles, les inscriptions et les images que l'empereur destiné se propager, ajoutant des sujets autour de la politique développée; la seconde, parce que formé par la *paideia*, avons pu non seulement d'exprimer les attentes des orateurs à l'égard de l'empire, mais aussi de transmettre les souhaits, les désirs et les exigences liées à l'emplacement même de l'orateur, dans ce cas, la Gaule. Ainsi, il était possible de comprendre la *Dominato* delà d'un système de domination, notant que les relations de pouvoir qui émergent de rituels de *basileia* impliquent une culture politique qui tisse des intérêts et des alliances de la cour, et les groupes régionaux et les élites des villes.

**Mots Clés:** Antiquité tardive; Panégyriques Latins; Pièces; *Paideia*; Culture Politique; Gaule.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1** – Mapa das Prefeituras e Dioceses do Império Romano em 400. Adaptado de Samuel Ball Platner e Thomas Ashby (1929, p. 326) ..... 71
- Imagem 2** – Mapa dos ateliês monetários do século IV (FUNARI; CARLAN, 2007, p. 32). 74
- Imagem 3** – Emblema dos *Comitis Largitionum* (*Notitia Dignitatum*, Or. XIII, Comm. 32). 76
- Imagem 4** – Pórtico dos Tetrarcas (293-303), escultura em pórfiro, produzido na Ásia Menor, no século IV, atualmente em um canto da *Basílica de São Marcos*, Veneza, Itália, próxima a *Porta della Carta* (HANNESTAD, 1988, p. 304) ..... 95
- Imagem 5** – Mapa da divisão das Gálias durante o governo de Augusto (HAYWOOD, 2001, p. 53) ..... 126
- Imagem 6** – Mapa das cidades e dos *oppida* das Gálias no século I (WOOLF, 2004, p. 112). Em destaque (azul), a localização das cidades de *Augusta Treuerorum*, *Burdigala*, *Augustodunum* e *Bibracte* (WOOLF, 2004, p. 112) ..... 130
- Imagem 7** – Representação cartográfica de *Augustodunum*. Em destaque no *cardo maximus*, a localização das *Écoles Meniennes*, representada como um retângulo azul, e os dois templos ao seu redor, concebidos como círculos amarelos. Ainda, ao nordeste, a *Porte St. André*, marcada em vinho (GRENIER, 1958, p. 236) ..... 138
- Imagem 8** – A divisão das regiões gaulesas em 100 (WOOLF, 2004, p. vii) ..... 145
- Imagem 9** – Portão de *Saint-André*, em Autun (PINETTE; REBOURG, 1986, p. 64-6) ... 173
- Imagem 10** – Portão Negro (*Porta-Nigra*), em Tréveris (COULON, 1990, p. 12) ..... 174
- Imagem 11** – Reconstituição da cidade de *Augusta Treuerorum*: maquete em exposição permanente no *Museu Nacional Rheinische*, em Tréveris. Em detalhe, o Portão Negro. Número de Inventário: *Römerzeit* EV 1990, 106 und EV 1993, 212. Localização: *Rheinisches Landesmuseum Trier*, *Weimarer Allee* 1, 54290. Fotografia de Thomas Zühmer, em domínio público (E.V. 1993, p. 212) ..... 175

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Quadro com a disposição original dos manuscritos dos Panegíricos Latinos .....	46
<b>Tabela 2</b> – Súmula cronológica dos <i>Panegyrici Latini</i> : o contexto imperial, seus autores e local de apresentação .....	48
<b>Tabela 3</b> – Quadro hierárquico das funções em um ateliê monetário do <i>Dominato</i> (FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 124) .....	72
<b>Tabela 4</b> – Súmula das moedas dispostas cronologicamente (século IV) .....	78
<b>Tabela 5</b> – Conjunto de grades de leitura (complexos categoriais) referente aos panegíricos e às moedas .....	81

## LISTA DE MOEDAS

- Moeda 1** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 300 – 301. Anverso: Diocleciano barbado, com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: deusa *Moneta* com a balança na mão direita e a cornucópia na mão esquerda; ao lado, uma estrela. Legenda: *M(oneta) SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum)*. Ref.: RIC VI 462a ..... 68
- Moeda 2** – Medalhão de bronze cunhado em Roma entre 284 – 305. Anverso: Diocleciano barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: deusa *Moneta* multiplicada por três, voltadas para a esquerda, cada uma com uma pilha de moedas aos seus pés, respectivamente de ouro, prata e bronze; cada uma segurando, na mão direita, uma balança e, na mão esquerda, a cornucópia. Legenda: *MONETA AVGG(usta)*. Ref.: GNECCHI II, 14, 124 ..... 68
- Moeda 3** – Medalhão cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 297. Anverso: busto de Constâncio Cloro barbado, laureado e com vestes militares, com a legenda *FL(auius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOBIL(issimus) C(aessarum) AVG(ustus)*. Reverso: o imperador montado a cavalo, segurando a lança, aproximando-se dos portões da cidade de Londres (*LON*), onde um súdito, ajoelhado, abre os braços para receber o César; abaixo, uma nau é conduzida por quatro marinheiros, em direção à cidade. Legenda: *R EDDITOR LVCIS AETERNA E / PTR*. Ref.: RIC VI 34 ..... 91
- Moeda 4** – *Follis* cunhado em *Londinium* entre 310 – 312. Anverso: Constantino com a coroa de louros e em vestes militares, com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: A chegada do Imperador em equitação, virado para a esquerda; segurando a lança e arrastando um cativo (sob a pata do cavalo); estrela à direita. Legenda: *ADVENTVS AVG(ustus) N / PLN*. Ref.: RIC VI 142 ..... 92
- Moeda 5** – *Argenteus*, cunhado em *Lugdunum*, entre 360 – 363. Anverso: busto de Juliano com diadema de pérolas em vestes militares, com a legenda *FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVG(ustus)*. Reverso: texto em quatro linhas, envolvido por uma coroa laureada. Legenda: *VOT(is) X MVLT(is) XX (uicennalibus) / S LVG*. Ref.: RIC VIII 233 ..... 93



- Moeda 6** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 295 – 297. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *CONSTANTIVS NOB(ilissimus)*. Reverso: Os Tetrarcas sacrificando aos deuses em um templo de 6 torres. Legenda: *VIRTVS MILITVM / C*. Ref.: RIC VI 110a. .... 96
- Moeda 7** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 295 – 297. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *CONSTANTIVS NOB(ilissimus)*. Reverso: Os Tetrarcas sacrificando aos deuses em um templo de 6 torres. Legenda: *VICTORIA SARMAT(as) / C*. Ref.: RIC VI 106a..... 97
- Moeda 8** – Peça cunhada em *Lugdunum*, entre 360 – 363. Anverso: Juliano com o diadema e vestes militares. Legenda: *FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVG(ustus)*. Reverso: a Vitória avançando para a esquerda, com asas visíveis acima dos ombros, segurando a coroa de flores e o ramo de palmeira. Legenda: *VICTORIAE DD NN AVGG(usta)*. Ref.: RIC VIII 213..... 98
- Moeda 9** – Peça cunhada em *Aquileia*, entre 379 – 383. Anverso: Teodósio com a diadema e com vestes militares. Legenda: *D(ominus) N(oster) THEODO SIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Teodósio frente pé virado para a esquerda, oferecendo a mão direita para a figura feminina ajoelhada (República), ajudando a mesma a se levantar, na outra mão o imperador segura o globo, e sobre este, a Vitória. Legenda: *REPARATIO REIPVB(ublicae) / S(acra) M(oneta) / AQP*. Ref.: RIC IX 30d ..... 99
- Moeda 10** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 298 – 299. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *FL(avius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOB(ilissimus) C(aesarum)*. Reverso: *genius virado à esquerda nu, de pé, com o ombro esquerdo coberto, segurando a patera e a cornucópia; um A a esquerda e a estrela à direita*. Legenda: *GENIO POPVLLI ROMANI / TR*. Ref.: RIC VI 329 ..... 101
- Moeda 11** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 305 – 307. Anverso: Maximiano barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *D(ominus) N(ostrum) MAXIMIANO BEATISSIMO SEN(ior) AVG(ustus)*. Reverso: *Providencia de pé virada à direita, recebendo um ramo de oliveira do Quies, que segura o cetro com a mão esquerda*. Legenda: *PROVIDENTIA DEORVM QVIES AVGG(usta) / S F / PTR*. Ref.: RIC VI 673b ..... 102

**Moeda 12** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* em 300 – 301. Anverso: Maximiano barbado, com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: a deusa *Moneta* coroada segurando a justa balança na mão direita; na esquerda, a cornucópia; o lado, uma estrela. Legenda: *MONETA SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum)/ BTR*. Ref.: RIC VI 419b. .... 105

**Moeda 13** – *Follis* cunhado em *Ticinium* em 304 – 305. Anverso: cabeça barbada e laureada de Constâncio virada para a direita, com a legenda *CONSTANTIVS NOB(ilissimus) CAES(ae)*. Reverso: a deusa *Moneta* coroada segurando a justa balança na mão direita; na esquerda, a cornucópia; ao lado uma estrela. Legenda: *SACRA MONET(a) AVGG(usta) ET CAESS(arum) NOSTR(um) / ST*. Ref.: RIC VI 48a..... 105

**Moeda 14** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 286 – 290. Anverso: Maximiano com a coroa radiada, barbado, com vestes militares e a legenda *IMP(erator) C(aius) M(arcus) AVR(elius) VAL(erius) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Júpiter, em pé à direita, com um manto, segurando o cetro e o globo, recebendo a Vitória de Hércules, que está à esquerda, segurando a pele do Leão e a clava. Legenda: *IOVI(us) CONSERVATOR I AVGG(usti) / XXI/ TR*. Ref.: RIC V 624 ..... 107

**Moeda 15** – Medalhão de bronze cunhado entre 284 – 305. Anverso: Diocletiano com a coroa de louros, barbado, com vestes militares e a legenda *IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Júpiter à esquerda, barbudo e nu, com o manto, segurando o cetro na mão direita e o raio na esquerda; ao centro, a *Moneta*, vestida e com diadema, segurando a justa balança na mão direita e a cornucópia na esquerda, com uma pilha de moedas aos seus pés; à direita, Hércules nu e barbado, leva na mão direita a clava, e a pele de leão pendurada no braço esquerdo. Legenda: *MONETA IOVI ET HERCVLI AVGG(usti)*. Ref.: GNECCHI II, 126, 129..... 108

**Moeda 16** – *Aureus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 295. Anverso: Maximiano com a coroa de louros, barbado, com a legenda *MAXIMIANVS P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Hércules desnudo sentado sobre o trono, a pele do Leão sobre a perna, mão esquerda apoiada sobre a clava, arco à direita. Legenda: *HERCULI VICTORI / PTR*. Ref.: RIC VI 14v ..... 110

**Moeda 17** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310 – 313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Marte virado à direita com o elmo, segurando uma lança na transversal

e o escudo no braço esquerdo. Legenda: *MARTI PATRI PROPVGNATORI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 833 ..... 112

**Moeda 18** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310 – 313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS N(ostrum) P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Marte virado à direita com o elmo, segurando a lança na posição vertical, apontar para baixo, com a mão esquerda no escudo. Legenda: *MARTI CONSERVATORI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 858..... 112

**Moeda 19** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310 – 313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Apolo (sol) irradiado, em pé, com a parte superior do tórax e o ombro esquerdo cobertos, segurando o globo na mão esquerda e erguendo a mão direita. Legenda: *SOLI INVICTO COMITI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 874 ..... 115

**Moeda 20** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310 – 313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Apolo (sol) irradiado, com a couraça imperial, virado à direita. Legenda: *SOLI INVICTO COMITI*. Ref.: RIC VI 889 ..... 115

**Moeda 21** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 306 – 307. Anverso: Maximiano com a coroa de louros e barbado com a legenda *MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: portões abertos da cidade, com quatro torres. Legenda: *VIRTVS MILITVM / PTR*. Ref.: RIC VI 635 ..... 171

**Moeda 22** – *Argenteus* proveniente de *Augusta Treuerorum*, datado entre 310 – 313. Anverso: Constantino portando a coroa de louros com a legenda *CONSTAN TINVS NOB[ilissimo] C[aesari]*. Reverso: portão/ muralha com quatro pórticos. Legenda: *VIRTVS MILITVM / PTR*. Ref.: RIC VI 638 ..... 172

**Moeda 23** – *Aes* cunhado em *Londignum*, em 303 – 305. Anverso: Maximiano barbado e com a coroa radiada, com a legenda *IMP(erator) C(aius) MA(rcus) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: coroa de louros. Legenda: *VOT XX*. Ref.: RIC VI 77b ..... 185

**Moeda 24** – *Aureus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 313 – 315. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares, com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: deusa Vitória sentada sobre o *Genius* virada para a direita, encouraçada

e com o escudo, portando o emblema *XXX*. Legenda: *VICTORIBVS AVGG(ustus) NN VOTIS*.

Ref.: RIC VII 8 ..... 186

**Moeda 25** – *Aureus* cunhado em *Arelate*, entre 360 – 363. Anverso: Juliano com a coroa de pérolas e vestes militares, com a legenda *D(ominus) N(oster) FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: coroa de louros e linhas de adorno. Legenda: *VOT X MVLT*

*XX*. Ref.: RIC VIII 309 ..... 187

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO I – NOVA LUZ SOBRE OS PANEGÍRICOS LATINOS E AS MOEDAS DO SÉCULO IV .....</b>	<b>41</b>
O ORADOR COMO INTELLECTUAL: UM DEBATE EM ABERTO .....	41
RETÓRICA LATINA, ORADORES GAULESES.....	45
<i>INSTRUAM QUI LEGANTUR</i> : OS PANEGÍRICOS LATINOS E A POSTERIDADE .....	62
<i>SACRA MONETA</i> : REFORMAS MONETÁRIAS, CULTURA POLÍTICA E IMAGEM IMPERIAL .....	67
OS PANEGÍRICOS, AS MOEDAS E A ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	79
<b>CAPÍTULO II – O <i>CORPUS</i> NUMISMÁTICO E O <i>CORPUS</i> LITERÁRIO A SERVIÇO DA CULTURA POLÍTICA IMPERIAL .....</b>	<b>83</b>
O <i>MODUS OPERANDI</i> DO CULTO IMPERIAL .....	83
MONTANDO O CERIMONIAL A PARTIR DOS PANEGÍRICOS LATINOS .....	86
<i>CONCORDIA IMPERII</i> : ENTRE TEXTOS E ARTEFATOS.....	94
A IMAGEM SAGRADA DO <i>BASILEUS</i> .....	103
<b>CAPÍTULO III – A <i>PAIDEIA</i> NAS GÁLIAS: AS ESCOLAS DE RETÓRICA DE <i>AUGUSTODUNUM</i> E <i>BURDIGALA</i> .....</b>	<b>119</b>
REPENSANDO O ESTUDO DAS GÁLIAS NA ANTIGUIDADE .....	120
O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS PANEGIRISTAS .....	124
<i>PRO INSTAURANDIS SCHOLIS ORATIO</i> E A INSTRUÇÃO EM <i>AUGUSTODUNUM</i> ...	132
AUSÔNIO E O <i>STATUS</i> DA ELITE DE <i>BURDIGALA</i> .....	143

<b>CAPÍTULO IV – A CULTURA POLÍTICA E O DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DAS ELITES GAULESAS .....</b>	<b>155</b>
A “ROMANIZAÇÃO” VISTA SOB A PERSPECTIVA LOCAL .....	155
AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DOS ÉDUOS .....	160
O PODER EM CONSTRUÇÃO: A RETÓRICA DOS PANEGIRISTAS SOBRE OS MONUMENTOS GAULESES .....	166
CULTURA POLÍTICA E OS <i>VOTA</i> : ALIANÇAS DIVINAS FORJADAS EM METAL .	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>195</b>
DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA .....	195
DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA NUMISMÁTICA .....	197
OBRAS DE REFERÊNCIA, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS .....	197
BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL .....	198
OBRAS SOBRE ANTIGUIDADE, HISTÓRIA ROMANA E DAS GÁLIAS.....	201

## INTRODUÇÃO

A utilização cada vez mais frequente do conceito de Antiguidade Tardia<sup>1</sup> (século III ao VIII)<sup>2</sup> por especialistas em História Romana das últimas gerações proporcionou o surgimento de múltiplos olhares e novos objetos de pesquisa acerca da fase final do Império.<sup>3</sup> Hoje, são abundantes as interpretações de autores que baseiam não só os documentos oficiais, como incorporam também todo tipo de discursos de escritores da época. Da mesma forma, os monumentos (construções, edifícios, estátuas, moedas e pinturas) têm se tornado alvo de estudos, já que permitem a exploração de temas e problemas que escapam aos textos. No que se refere às questões ligadas ao Estado, o novo sistema político romano que começou a tomar forma no final do século III, intitulado *Dominato*, tem sido abordado por estudiosos que buscam problematizações políticas com base em diferentes modalidades de material de investigação.

Em resposta às convulsões de diversas naturezas que dominaram o âmbito político durante o século III, observamos medidas implementadas pelo imperador Diocleciano, a partir de 284, para manter o controle sobre o território e a administração, o que resultou num modelo colegiado de governo, a Tetrarquia.<sup>4</sup> Pode se verificar, a partir daí, uma direta intervenção do

---

<sup>1</sup> São referências sobre o debate que envolve o conceito de Antiguidade Tardia e seus flancos de investigação as obras *The world of Late Antiquity*, de 1971 (disponibilizamos em nossas referências bibliográficas a edição inglesa de 2006), e *The Making of Late Antiquity* (1978), ambas de Peter Brown; *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?*, de Henri-Iréné Marrou, lançada em 1977 (disponibilizamos em nossas referências bibliográficas a edição portuguesa de 1979); e a publicação de *The fall of Rome and the end of Civilization* (2005), de Bryan Ward-Perkins.

<sup>2</sup> Todas as datas desta tese referem-se ao período depois de Cristo (d.C.), salvo quando expresso em contrário.

<sup>3</sup> Não podemos deixar de mencionar as problematizações levantadas pelas pesquisas de Renan Frighetto nos artigos “Política e Poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível” (2006); “A Longa ‘Antiguidade Tardia’: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico” (2009) e “Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia” (2014). As propostas de abordagem do autor sobre a articulação entre o poder monárquico e as elites aristocráticas, como um processo verificável ao longo da Antiguidade Tardia, deram sustentação ao tema proposto nesta tese. Contribuem para a renovação do conceito também, sob diferentes perspectivas, a obra de Fabio Gasti, intitulada *Profilo storico della Letteratura Tardolatina* (2013) e o artigo “La Tarda Antichità: caratteri generali e questioni aperte” (2013), de Riccardo Chiaradonna.

<sup>4</sup> No que tange às problematizações sobre os conflitos do século III e a instauração da Tetrarquia, consultar *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo* (1982), de Jose Fernandez Ubiña; e a retomada do debate por Jean Michel Carrié e Aline Rousselle, em *L’Empire Romain en mutation: des Sévères à Constantin (192-337)*, de 1999. A obra *A história social de Roma* (1989), de Géza Alföldy, traz um estudo abalizado sobre as transformações administrativas e dos grupos sociais na passagem do Principado para o *Dominato*; é uma obra de referência também o capítulo 6d do *The Cambridge Ancient History*, intitulado *The new state of Diocletian and Constantine: from the Tetrarchy to the reunification of the empire* (2005), de Elio Lo Cascio. No Brasil, as transformações estruturais do Império Romano foram alvo do estudo de Norma Musco Mendes, em *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso* (2002); e novas questões sobre a superação dos conceitos de Anarquia Militar e de “Crise do século III” foram tratadas em *Os Severos e a anarquia militar*, texto de Ana Teresa Marques Gonçalves; além do capítulo *Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato*, escrito por Norma M. Mendes

imperador (ou imperadores) nos mais diversos assuntos – políticos, econômicos, sociais e religiosos. Mais tarde, com Constâncio II (337-361), os elementos sobrenaturais da monarquia foram reunidos para compor uma realeza sagrada, a *basileia*, dando inequívoco caráter de eleição divina ao imperador, intitulado *basileus* (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 233; SILVA, 2003, p. 26). Esse cenário nos leva a questionar as práticas políticas que tornaram o governo romano tardoantigo eficiente em manter e renovar o seu poder sobre um território ainda bastante extenso. Não podemos conceber a questão das práticas governamentais sem analisar os elementos que compõem a comunicação política do *Dominio*, algo fundamental para interligar a imagem do imperador aos seus súditos e para mensurar a eficácia de sua administração.<sup>5</sup>

No século IV, a comunicação política se ancorava em um modelo litúrgico, no qual o soberano era representado como um ser sagrado.<sup>6</sup> Tal visão, no entanto, não é consensual. Para Sabine McCormack, em *Change and continuity in Late Antiquity: the ceremony of 'adventus'* (1972), o cerimonial, a partir de Constantino, perdeu cada vez mais o potencial sobrenatural, permanecendo somente como uma praxe política, ou seja, o cumprimento de uma agenda de eventos que rememorava datas comemorativas, realizada na presença das autoridades, e que proporcionava prestígio e benefícios à cidade. Tal opinião foi influenciada pela visão de Louis Bréhier e Pierre Batiffol, em *Les survivances du culte impérial romain* (1920). Advoga também nessa causa Robert Turcan, ao analisar os componentes do culto imperial em *Le culte impérial au IIIe siècle* (1980). Esses autores consideraram os traços sobrenaturais do cerimonial da corte no século IV como resquícios de uma sacralidade desgastada, que se tornara um costume necessário para manter uma ligação com os “pagãos” do Império.

Na contramão dessas ideias, Hannestad (1988, p. 308 e ss) defende que na Antiguidade Tardia cerimônias como o *adventus* deixaram de representar apenas uma visita do imperador a alguma localidade para se tornar a epifania de um ser sagrado, ratificando a divindade imperial e sua

---

e Gilvan Ventura da Silva, que sintetiza os principais aspectos dessa nova era. Os dois últimos trabalhos estão disponíveis na obra *Repensando o Império Romano* (2006).

<sup>5</sup> Compreendemos que a comunicação política é um quesito fundamental para interligar as atividades de um Estado centralizado (PANEBIANCO, 1998, p. 200). Segundo Almond e Powell Jr. (1980, p. 113), os canais de comunicação partem das elites centrais no poder, mas participam de um sistema mais complexo quando mensagens da população e de grupos mais afastados chegam ao centro. A resposta desse centro às demandas populares e periféricas contribui para alimentar e ampliar as bases de apoio ao Estado.

<sup>6</sup> Encontramos em *La communication a Rome* (1991), de Guy Achard, um guia que nos permite acompanhar as diversas formas e campos de atuação dos modelos romanos de comunicação, na República e no Império, com ênfase na notoriedade que a palavra obtém mediante o seu pronunciamento em audiências públicas e cerimoniais de natureza divina.



onipresença. Silva (2003, p. 26) acrescenta a este debate que se pode observar uma mudança qualitativa no culto imperial “a partir da sua exteriorização em símbolos e rituais que reforçam agudamente os poderes místicos do soberano”. Em suma, somos adeptos da última vertente apresentada, pois cremos que havia razões suficientes para que a corte exigisse um repertório ritualizado de regras a serem seguidas durante qualquer evento ou formalidade que envolvesse os assuntos políticos (GAGÉ, 1959, p. 221).

Dentre as cerimônias que compunham o protocolo imperial, destacamos o *aduentus* porque é nele que se exteriorizam elementos primordiais das relações políticas, os panegíricos e as moedas.<sup>7</sup> Parte integrante da etiqueta da *basileia*, o *aduentus* consistia na festividade de recepção do imperador, mas também, em outras ocasiões, de suas representações iconográficas ou de um enviado especial por parte das comunidades locais (SILVA, 2003, p. 138). A cidade era preparada com antecedência e não faltavam aclamações em forma de cantos e danças. A procissão, que acompanhava o cortejo imperial, seguia um padrão: os cidadãos mais notáveis seguiam na frente, vestidos de branco, depois os representantes dos *collegia*, os sacerdotes e, por último, os súditos comuns (*Pan.Lat. II*, 11, 3).

Uma etapa importante do ritual consistia na declamação de textos laudatórios, os panegíricos. Esse modelo de discurso era encomendado pelos imperadores, mas conjugava imagens e epítetos já difundidos no meio social, cabendo ao panegirista, escolhido entre os melhores oradores da região, organizá-los e contextualizá-los de acordo com os propósitos das autoridades locais e das circunstâncias de apresentação (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 27; REES, 1998, p. 77). À recepção do imperador no *aduentus*, suas apresentações e agradecimentos, a corte respondia com *largitiones*, ou seja, distribuição de moedas e donativos à população, ratificando a expressão da *philanthropia* do *basileus* e reforçando sua imagem de propiciador de prosperidade, da riqueza e abundância (SILVA, 2003, p. 125).<sup>8</sup> As moedas portavam a efígie do imperador e as inscrições da sua titulatura, e a cena representada no reverso rememorava os grandes feitos do regime político, o que atendia aos anseios dos súditos de estabilidade e segurança.

É do nosso interesse destacar os dois últimos elementos apresentados acima, os panegíricos e as moedas, por ocuparem um papel importante para a compreensão das complexas relações

---

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre a organização de cada etapa que compunha o *aduentus*, consultar *Les derniers écrivains profanes* (1906, p. 43 e ss), de René Pichon.

<sup>8</sup> No século IV, a *philanthropia* se tornou um atributo do *basileus* ao significar sua capacidade sagrada de assegurar e de dispensar aos súditos toda a riqueza do Império (SILVA, 2008, p. 8).

políticas estabelecidas pela *basileia*. Os panegíricos, porque inseridos num cerimonial tão magnificente, representavam mais do que um exemplar do gênero laudatório, principalmente por se fazerem úteis como uma ponte de acesso à multifacetada rede de alianças políticas presentes na cultura romana tardia (MACCORMACK, 1981, p. 6); as moedas, porque nos permitem observar como a própria chancelaria oficial propagava a imagem do *basileus*; era a corte reforçando as prerrogativas de poder imperial por meio de um artefato imagético e de uso comum, o que tornava as moedas um notável veículo da representação da *basileia* (PETIT, 1974, p. 223; BONFANTE, 1964, p. 404).

Além das características próprias de cada um, os panegíricos e as moedas podem ser considerados como elementos que cumpriam papéis diametralmente opostos, mas complementares, no sistema de comunicação política do Estado tardoantigo. Vejamos: a função de composição dos discursos e de organização do *aduentus* era responsabilidade da elite provincial, de modo que tal cerimônia exprimia a imagem que os grupos dominantes da cidade possuíam da realeza. Os panegiristas eram formados a partir da educação oferecida pelas escolas de retórica da região e expressavam nos seus discursos a representação do *basileus* a partir de um ponto de vista local, mas essa representação do poder imperial só possuía efeito político quando manifesta oficialmente diante da audiência pública e das autoridades imperiais (NIXON; RODGERS, 1994, p. 32).

As moedas, em contrapartida, eram produzidas e supervisionadas sob o controle da chancelaria imperial, que controlava as tipologias, as legendas e as imagens da majestade dos governantes grafadas ali. As cunhagens sempre estiveram reguladas por uma forma de sistema oficial, de modo que a circulação monetária representava uma ação legítima e um valor político, tal qual as leis escritas e os decretos imperiais (MEADOWS, 2009, p. 48). Mas as moedas somente adquiriam um papel estratégico de propagação política quando eram distribuídas ao *populus*, tornando-se objeto de manipulação cotidiana, se convertendo no veículo mais rápido e presente de difusão do poder régio em todos os espaços do Império (GRANT, 1958, p. 11; COIMBRA, 1957, p. 13).

Nesta tese, investigamos as relações de poder que decorrem dessa via de mão dupla, definindo como *corpora* documentais de análise os Panegíricos Latinos e o repertório de moedas do século IV. Um e outro se apresentam como vetores, ou seja, transmissores de mensagens e condutores de valores, que confluíam para o benefício da ordem pública. Os primeiros consistem em discursos declamados ao longo do século IV, cujos autores estavam ligados de

alguma forma às escolas gaulesas de retórica. Das onze obras que compõem este *corpus*, duas foram ofertadas a Maximiano, a primeira delas remontando a 289; duas a Constâncio Cloro, ainda sob a Tetrarquia; cinco a Constantino; uma a Juliano e, a última delas, a Teodósio, fechando o ciclo, em 389.<sup>9</sup> Dentre os autores que nos são conhecidos, há importantes oradores e professores de retórica da época, como Eumênio, Mamertino, Nazário e Cláudio Mamertino. Todos os panegiristas estavam ligados às Gálias, fosse pela sua formação ou por assumirem o cargo de professor nessa região (REES, 1998, p. 77). Podemos observar esses oradores participando dos circuitos educacionais que, ao longo do século IV, giravam em torno das escolas de retórica de *Augustodunum* (atual Autun) e *Burdigala* (Bordéus).<sup>10</sup>

O *corpus* numismático foi delimitado conforme o contexto apresentado pelos panegíricos, de modo que selecionamos as moedas correspondentes aos governos de Maximiano e Constâncio Cloro, em diversos momentos da Tetrarquia; Constantino, em diferentes fases do seu reinado; Juliano, em 362; e Teodósio, na ocasião de sua vitória sobre Máximo (388). Priorizamos as peças monetárias provenientes dos ateliês ocidentais, conforme a identificação dos numismatas, já que tratamos de questões simbólicas e imagéticas de apelo local.<sup>11</sup>

Nosso objetivo, portanto, consiste em examinar os elementos que ligam a propagação da imagem do sistema político construída pela *domus* imperial, através das moedas, aos interesses manifestos pelos panegíricos, que representam o ponto de vista das elites cidadinas das Gálias do século IV. A confluência dessas representações nos permite averiguar a eficiência das relações de poder em nível local, regional e central durante o *Dominato*.

\*

Os Panegíricos Latinos e as moedas eram vetores políticos e instrumentos cerimoniais que, *a priori*, adquiriam funções laudatórias no contexto da *basileia*. Dentro das categorizações da retórica clássica os textos elogiosos se encaixam no gênero epidítico. Por epidítico,

---

<sup>9</sup> Consideramos que o panegírico de Plínio, O Jovem, dedicado ao imperador Trajano, embora tenha sido encontrado juntamente com os onze discursos pronunciados em louvor de imperadores do século IV, aparenta muito mais ser um modelo a ser seguido pelos discursos que o acompanhavam do que ser parte integrante deles (NIXON; RODGERS, 1994, p. 4). Plínio escreve em uma época anterior às outras obras do conjunto (no ano 100, quando o imperador ainda é o defensor da *Res Publica*, sob a égide do Principado) e, portanto, seu discurso, apesar de considerado um documento influente, pertence a um contexto bastante diferente do conjunto intitulado Panegíricos Latinos. Além disso, Plínio não era de ascendência gaulesa (e não discorre, portanto, sobre as prioridades locais), ao contrário dos onze autores posteriores.

<sup>10</sup> Vide a Tabela I, no primeiro capítulo, no qual se encontram as principais informações e as especificidades de cada um dos Panegíricos Latinos.

<sup>11</sup> Vide a Tabela IV, no primeiro capítulo, em que estão dispostas as moedas selecionadas para esta pesquisa e um debate sobre a escolha do *corpus*.

compreendemos as exposições orais que, desde os gregos, tinham a finalidade de elogiar ou imputar culpa (PERNOT, 1993, p. 27).<sup>12</sup> Esse modelo, conforme apresentado por Aristóteles, na sua obra *Retórica* (I, 9, 1367b), é “um tipo de discurso que manifesta a grandeza de uma virtude; nele, é necessário explanar o quanto as ações são virtuosas”. Estes preceitos são seguidos pelos panegíricos da Antiguidade Tardia. Os mesmos cumpriam o papel de enaltecer a figura imperial, assim, inserindo-se não só dentro de padrões estabelecidos pelo Estado tardoantigo, como também em uma tradição encomiástica que remontava a práticas culturais de contextos anteriores (L'HUILLIER, 1992, p. 263).

Essa tradição que rege os princípios de elaboração dos discursos intitulamos de Cultura Literária. Paul Zumthor (2000, p. 46) identifica a cultura literária como um conjunto de registros que postulam a existência e a perpetuação de um sistema organizacional de elementos e de uma ordem social (ainda que com transformações e adaptações) garantida pela aceitação da comunidade.<sup>13</sup> Para o autor, o aprendizado da cultura literária se dá por três partes: “um conjunto de textos que são socialmente difundidos (cristalizados como *exempla*); aqueles que produzem obras que representem a expressão escrita de sua época (dando novo vigor aos modelos anteriores); e um público receptor, que comungue dos mesmos valores apresentados” (ZUMTHOR, 2000, p. 47).

Os pressupostos da cultura literária apresentados por Zumthor podem ser identificados na formação dos panegiristas gauleses e no contexto do *aduentus*, pois as possibilidades de escolha e a riqueza na tessitura dos panegíricos dependiam das associações com os gêneros literários progressos e com a literatura como um todo (RUSSELL, 1998, p. 40). Sem dúvida, os oradores gauleses seguiam os manuais que prescreviam tanto os conteúdos quanto a forma para a produção de uma *laudatio* (NIXON; RODGERS, 1994, p. 25).<sup>14</sup> De modo algum, porém, o uso da tradição e de modelos predecessores pode ser considerado algo sem criatividade ou novidade. Para Sabine MacCormack (1981), muitas instituições e formas culturais herdadas do

---

<sup>12</sup> Para Aristóteles (*Retórica*, I, 9, 1367b), a forma de construir o encômio e o vitupério nos discursos é muito semelhante, de modo que exaltar a beleza ou virtude de algo ou alguém induz a difamar àqueles ou àquilo que possui características opostas.

<sup>13</sup> Para Maingueneau (2012, p. 198), este sistema organizacional envolve o uso da língua, como um conjunto de enunciados esteticamente renováveis. As combinações desses enunciados por escritores de diversos gêneros, em exercício contínuo, formam aquilo que se chama de literatura. O conjunto de obras escritas que compõe a literatura materializa a tradição, tornando palpável a cultura sobre a qual é fundada a sociedade e a ordem.

<sup>14</sup> A referência para os oradores tardios certamente advinha dos círculos literários do tempo de Augusto. Como relembra Braund (2002, p. 38), mesmo que a cultura clássica seja marcada por reformulações e, sobretudo, por exclusões, os gêneros fixados durante a era augustana tornaram-se padrões estabelecidos para a formação literária posterior.

passado clássico foram “mantidas em uma função positiva no mundo tardoantigo; até mesmo parecem ter ganhado frescor e mostrado uma sensibilidade inesperada frente às mudanças da Antiguidade Tardia”.

É importante destacar que a identificação do discurso em um gênero literário específico, por meio de suas fórmulas retóricas, técnicas de estilo e estratégias de comunicação, segundo Conte (1999, p. 4), é que lhe dava credibilidade para conduzir os ouvintes ao significado que o momento cerimonial sugeria. Nas palavras de Russell (1998, p. 49), os panegiristas conferiam imortalidade ao momento cerimonial, pois davam visibilidade aos valores tradicionais enquanto enalteciam a distinção cultural do seu tempo. Desse modo, a cultura literária que era reconhecida na preleção do orador durante o *aduentus* aflorava nos presentes o sentimento de pertença, dando coesão à sociedade (RODRÍGUEZ GERVÁS; PÉREZ SÁNCHEZ, 2003, p. 225).

O aprendizado da cultura literária pelos oradores se dava por meio da *paideia*. Entre os atenienses, a *enkyklios paideia* era compreendida como a síntese da cultura grega.<sup>15</sup> Esta cultura era o elo que permeava a educação e os assuntos públicos, motivo pelo qual Downey (1957, p. 49) afirma que os gregos tinham consciência da importância da *paideia* na formação do homem para atuar tanto nos seus deveres com a pólis como na condução de sua vida privada. Quintiliano (*Inst. Orat. I, 10, 1*) resgata na cultura latina o ensino daquilo que intitula *graeci encyclion paedian*, definindo-a como *orbis doctrinae*, ou seja, um circuito de formação.<sup>16</sup> Nas gerações posteriores a Quintiliano, o vocabulário foi ampliado, tornando-se mais usual referir-se à educação clássica como *litterae, liberaria, studia, institutio* e *educatio* (MORGAN, 2007, p. 36).<sup>17</sup>

Os mesmos pressupostos que definiam a *paideia* estavam presentes no conceito de *humanitas*, que, na concepção clássica romana, era composta por todos os elementos internos e externos ao indivíduo que o tornavam educado, polido e civilizado (BONNER, 2012, p. 79; FRIGHETTO, 2004, p. 4). Paul Veyne (1992, p. 283) destaca o estado de civilização que o conceito de *humanitas* continha, diferenciando o *modus uiuendi* do cidadão romano das práticas de outros

<sup>15</sup> A *enkyklios paideia* (*paideuma* ou *agoge*) que aparece na *Política* (1269b, 35), de Aristóteles, corresponde a um completo ciclo de conhecimentos que o pupilo precisava dominar, o que, em outras palavras, significava seguir um modelo educacional (CLARKE, 2002, p. 189; MORGAN, 2007, p. 33).

<sup>16</sup> Neste caso, optamos por traduzir como “formação” os significados latinos dos termos *paedia* [instrução; ciências] e *doctrina* [ato de ensinar; instrução] (OLD, 1968, p. 568; SARAIVA, 2006, p. 834).

<sup>17</sup> Esse vocabulário é comum nos Panegíricos Latinos, principalmente sob as variações *litterae* e *studium litterarum* (*Pan. Lat. IV, 8, 1-2; Pan. Lat. IX, 1, 1*).

povos. Veyne entende que ser humano significava ser portador de uma cultura literária, percebendo, além disso, um sentido expansionista no termo, que justificava a conquista de territórios cada vez mais afastados de Roma (VEYNE, 1992, p. 284 e ss). No Império Romano, então, a ideia de uma cultura cujo aprendizado estava intimamente ligado às atividades políticas tinha na *humanitas* uma base sólida, já que justificava a guerra e as relações de servidão (PEREIRA, 2002, p. 426).

Os autores romanos dedicaram uma vasta produção escrita à *paideia/humanitas*, uma vez que a ideia contida nesse modelo de formação estava diretamente vinculada às decisões políticas (TOO, 2001, p. 12). Sendo assim, difundia-se o princípio de que o orador, ao discursar, tinha a responsabilidade de defender a si próprio, sua família, sua propriedade e seus ideais políticos, sendo porta-voz do grupo social a que pertencia e do Estado do qual fazia parte (CARVALHO, 2010, p. 28).

Ao voltarmos nossos olhos para o gênero laudatório, compreendemos o papel estilístico que este possuía como parte do conhecimento adquirido pela *paideia* e ressaltamos a função política que os discursos dessa natureza continham. A leitura que fazemos do epidítico no mundo romano é que este teve início ao servir justamente ao exercício da *res publica*. O primeiro elogio de que temos notícias foi pronunciado em 280 a.C., quando o procônsul Ápio Cláudio Caeco persuadiu o Senado a não assinar a paz com o rei Pirro, de Épiro. A fala do magistrado foi inteiramente perdida, por isso sabemos pouco sobre sua forma e estilo. Temos testemunhos de sua existência por seis outros discursos, que conhecemos a partir de fragmentos das cópias do século II a.C. (BERRY, 2005, p. 257). Tratava-se, com certeza, de um texto cujo conteúdo interferia diretamente na condução dos assuntos do Estado.

Após esse episódio, o elogio permaneceu cerimonialmente presente na política romana, na qualidade de *laudationes funebres* (quando da morte de uma autoridade ilustre) ou de *gratiarum actio*, normalmente quando uma magistratura de grande elevação era alcançada (PERNOT, 1993, p. 78-9; ROCHE, 2011, p. 1). Os Panegíricos Latinos, herdeiros dessa tradição, são exemplos claros de como a cultura literária e os ensinamentos da *paideia* permaneceram como importantes suportes que muniam os partícipes das relações políticas da *basileia* de autoridade e de prestígio.

As moedas eram artefatos que congregavam interesses análogos aos que professava a cultura literária observada nos panegíricos. As ações virtuosas que compõem o gênero epidítico, citadas

acima, por meio da *Retórica* de Aristóteles, tiveram expressão primeiramente na epigrafia, em que se verifica um vasto repertório de decretos honoríficos. A esse respeito, Bruce Gibson (2011, p. 104) destaca que “o louvor estava onipresente em todo o mundo antigo, sendo substancialmente importante para ter sobrevivido para a posteridade na forma de inscrições gravadas em pedra”. José D’Encarnação (2010, p. 19) relembra que “desde sempre o homem optou por consignar na pedra aquilo que desejava que perdurasse para sempre”. O material duro, portanto, foi o meio utilizado na Antiguidade para garantir, junto à transmissão oral, a eternidade da memória do poder.

O valor da perpetuidade mnemônica e de capacidade elogiosa dos monumentos epigráficos pode ser verificado, igualmente, nas peças monetárias. Pearce (2003, p. xi) explica que estas representam um tipo de monumento móvel, de fácil multiplicação, que os homens inventaram para facilitar a comunicação do soberano com os súditos, como alternativa à fixidez das obras em pedra. Shotter (1979, p. 48) admite, por sua vez, que os símbolos referentes a mitos e deidades eram comuns nas moedas desde 300 a.C., tendo o objetivo de destacar em primeiro lugar a grandiosidade e o poder de Roma e, mais tarde, dos governantes.<sup>18</sup> Esta versão nos parece inovadora e pertinente, pois adiciona uma justificativa litúrgica à criação das moedas, para além dos estudos mais tradicionais dos numismatas, que destacam os (também importantes) aspectos econômicos e sociais das cunhagens.

O que queremos enfatizar é que a moeda romana é um tipo de objeto pouco analisado sob a perspectiva da relação que possuía com a cultura literária de sua época, como se o processo de transmissão de suas técnicas e estilos fossem independentes dos valores laudatórios que a literatura transmitia. Crawford (2003, p. 225 e ss) admite a influência das moedas gregas e helenísticas, bem como de modelos orientais, para a construção do padrão numismático romano. Seu foco, porém, está no estilo das peças e sua materialidade, de modo que não menciona a importância da transmissão dos títulos honoríficos e dos símbolos gravados, tampouco das imagens e cenas representadas.

---

<sup>18</sup> A questão do louvor à cidade, a relação com as festividades e com as moedas são temas trabalhados por Klose, em *Festivals and games in the cities of the East during the Roman Empire* (2007, p. 131). O autor é categórico em afirmar que as festividades e os jogos romanos, e especificamente a distribuição de moedas, permaneceram até tardiamente como traços culturais ligados em maior grau à exaltação da cidade do que ao louvor do imperador e do Estado, o que em parte pode ser comprovado (ver o quarto capítulo). Salientamos, porém, que Klose parece concordar com a vertente que defende o esvaziamento do culto imperial na Antiguidade Tardia, algo que não podemos admitir ao nos depararmos com os registros literários e materiais da época, que cercam de majestade a figura imperial.

Fergus Millar (2003, p. 99), de outra forma, acredita que os textos epigráficos e inscrições monetárias possam ser analisados na condição de produto literário, pois incorporam ao seu próprio modo aspectos dos padrões de estilo culturalmente produzidos. Por fim, tomamos como base o que conclui Bastien (1988, p. 37): os modelos comemorativos cunhados nas moedas encontravam uma função especial e demonstravam a eficiência de seus símbolos ao serem distribuídas na forma de *largitiones*, compondo seu papel específico dentre os rituais divinos da *basileia*, também evocando o sentimento de *concordia populi*.

As características que permaneceram nas emissões monetárias do século IV, bem como as novidades que resultaram de diversas reformas econômicas, são compreendidas nesta tese como elementos integrantes de uma tradição cultural que corresponde à literatura, agindo em prol de criar o cenário ideal para a aceitação do regime político da Antiguidade Tardia. Trata-se da reafirmação de um poder simbólico que emerge dos rituais da *basileia* e se manifesta como uma construção social (coletiva), cuja força é medida pela mobilização da *audientia* e pela crença dos grupos que a reconhecem (BOURDIEU, 2000, p. 185). Temos o entendimento de que as relações políticas do *Dominato* encontraram um poderoso aliado nesse braço simbólico da perpetuação do poder, manifestado a partir do cerimonial que contava com os panegíricos e as moedas para se reafirmar.

\*

Os símbolos que prefiguravam a imagem do *basileus* e os traços da tradição que sobressaiam na etiqueta imperial descortinam questões importantes para compreendermos as relações entre os grupos sociais e a política do Império Romano tardoantigo. O estudo dos temas propriamente políticos que compõem o *Dominato* pode se tornar mais aprofundado, no entanto, quando nos atemos ao conceito de Cultura Política.

O que faz parte da Política e o que representa o Poder foram questionamentos definitivos para a retomada dos debates sobre as teorias políticas, algo que se tornou objeto de reflexão por parte do meio acadêmico em meados da década de 1960. Naquele momento, política e poder passaram a ser pensados dentro do domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; tornaram-se interesses de investigação as representações coletivas, as memórias coletivas, os imaginários sociais (FALCON, 1997, p. 76).<sup>19</sup> Uma das características

---

<sup>19</sup> Apesar de Francisco Falcon (1997) trabalhar esse retorno da teoria política como uma Nova História Política, concordamos com René Remond, que em *Por uma História Política* (1996) adverte que não há rupturas claras ao



marcantes dessa nova fase é o foco nas estruturas, na análise social, no estudo mais amplo do poder.<sup>20</sup> A maneira como esse poder interligava-se diretamente aos grupos sociais foi proposto por Michel Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979), se estabelecendo como marco para ampliar os estudos sobre o campo de atuação das relações políticas.

É nesse contexto que os pesquisadores Gabriel Almond, Sidney Verba e G. Bingham Powell Jr. lançaram, nos Estados Unidos, uma nova visão sobre os mecanismos de funcionamento das estruturas políticas, dando destaque ao conceito de Cultura Política. Almond e Verba, ao escrever *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*, em 1963,<sup>21</sup> utilizaram uma metodologia de experimentação baseada em dados coletados dos modelos democráticos dos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México. A conceituação de cultura política foi forjada, assim, a partir de métodos testados diretamente nas conjunturas políticas desses países, evitando encaixar modelos prontos das teorias dos sistemas políticos anteriores. O objetivo era dar um novo contributo para a teoria científica sobre a democracia.<sup>22</sup>

Gabriel Almond, no capítulo inicial da obra *The Civic Culture revisited*,<sup>23</sup> de 1980, relembra as intenções que ambos tinham ao produzir aquele estudo, explicando que o enfoque estava em desvendar as relações do sistema, tomando como referencial os seus componentes; o norte a ser perseguido era “investigar os hábitos comuns e os elementos da tradição, bem como o modo como estes se inseriam na estrutura do sistema político” (ALMOND, 1989, p. 27-30).<sup>24</sup> A

---

longo do tempo no estudo do campo político, o que o leva a considerar a perspectiva da década de 1960 como uma História Política Renovada.

<sup>20</sup> A fase anterior dos estudos políticos seguia os princípios da Escola Metódica (ou “positivismo”) e tinha como fundamentos a cronologia factual dos documentos e a cientificidade de uma História Verdade, pressupostos estes que foram negados pelas gerações de pesquisadores da Escola dos *Annales*. Para maiores esclarecimentos sobre o desenvolvimento dessas escolas históricas e suas propriedades e inovações, consultar: o capítulo 5 – “Comte, Popper e o Positivismo” (p. 169-239), do livro *Política, Sociologia e Teoria Social* (1998), de Anthony Giddens; o capítulo 2 – “Os Fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch” (p. 16-30) e a seção “III – Reações: Antropologia, Política, Narrativa” do Capítulo 4 – “A Terceira Geração” (p. 65-76), presentes na obra *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales* (1991), de Peter Burke.

<sup>21</sup> A edição original de *The Civic Culture* é de 1963, mas utilizamos nesta pesquisa o relançamento realizado pela Sage Publications, de 1989, disponível em nossas referências bibliográficas.

<sup>22</sup> Almond e Verba deram ênfase aos comportamentos e atitudes dos cidadãos, interpretando à sua maneira termos largamente debatidos pelas teorias tradicionais de análise dos sistemas políticos, tais como estrutura, capacidade e papel político (ALMOND; VERBA, 1989, p. 11 e ss; ALMOND; POWELL JR., 1980, p. 25 e ss). Para maiores informações sobre as teorias em voga no período, consultar *Teoria Geral dos Sistemas* (1973), de Ludwig Von Bertalanffy; *Introdução à Teoria dos Sistemas* (1971), de Charles West Churchman; e *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas* (1976), de Walter Buckley.

<sup>23</sup> *The Civic Culture Revisited* é uma coletânea de artigos – de Almond, Verba e convidados – que atualiza os dados e reavalia as conclusões de *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*, realizada cerca de vinte anos antes. A edição original de *The Civic Culture Revisited* é de 1980; utilizamos nesta pesquisa o relançamento realizado pela Sage Publications, de 1989, disponível em nossas referências bibliográficas.

<sup>24</sup> Sidney Verba, no seu artigo em *The Civic Culture Revisited* (1989, p. 397), admite que o estudo original surgiu a partir da confluência de várias correntes de pensamentos, como a teorização macrossociológica e a Antropologia Psicossocial, e de diversas técnicas, como os estudos de opinião pública e coleta de dados por amostragem.

proposta, conforme apresentada em *The Civic Culture*, era mensurar o grau de participação do indivíduo, suas atitudes e sua relação com o governo (ALMOND; VERBA, 1989, p. 3).

A respeito do conceito de Cultura Política, optamos pela definição apresentada por Almond e Powell Jr. em *Uma teoria política comparada* (1980, p. 37), a saber, “trata-se de um padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política, compartilhados pelos membros de diversos grupos do sistema”. Segundo os autores, essas atitudes e orientações podem ser características que unem um grupo ou podem ser um saber compartilhado por um conjunto de indivíduos. Este é o ponto de partida para que possamos averiguar a importância da participação dos oradores gauleses nas cerimônias tardoantigas, nas quais representavam as elites locais ao mesmo tempo em que ocupavam um papel de destaque na cena política, posição alcançada por conta da bagagem cultural e do saber oratório que dominavam.

Em verdade, as festividades da *basileia* consistiam em atos civis públicos, que correspondem, segundo Almond e Verba (1989), à designação de espaço propício para expressão da cultura política. Daí compreende-se que o ambiente cerimonial era ideal para a manifestação de crenças, valores e ritos comuns a toda a população, no qual cada um desempenhava diferentes papéis e se uniam em prol de um único objetivo. As elites locais, a população e, claro, o imperador ou seus enviados especiais configuravam-se como legítimos representantes daquele evento, cada qual cumprindo papéis que poderiam exercer diferentes graus de eficiência para garantir o funcionamento e a perpetuação do sistema.

Almond e Powell Jr. (1980, p. 19 e ss) esclarecem a função que cada indivíduo ou grupo desempenha no sistema por meio do termo “papel político”. O que os autores explicam é que o sistema nada mais é do que a soma dos papéis políticos, reunidos em conjuntos que atuam em diferentes espaços de poder. Nesse sentido, a estrutura política é análoga à estrutura de um prédio, com o alicerce e múltiplos componentes que o mantêm ereto e que operam para o funcionamento da edificação. O Estado seria um protótipo erigido a partir de conjuntos humanos, que exercem papéis políticos em funções específicas, completando cada parte constitutiva do sistema até chegar ao governo central.

Geza Alföldy (1989, p. 203) compreende que, no século IV, “o poder real dos diversos grupos sociais era condicionado pela relação com o imperador”, opinião com a qual concordamos, em linhas gerais. A maneira como Alföldy analisa essa informação é que nos parece problemática. Para o autor, a admissão do indivíduo na burocracia imperial, até mesmo a promoção por

méritos da sua educação oratória, fazia parte da lógica de ascensão social do Império, na qual todos os serviços eram centralizados e incorporados em prol de um Estado cada vez mais autoritário (ALFÖLDY, 1989, p. 205).<sup>25</sup>

A nossa compreensão é a de que as elites gaulesas ocupavam papéis políticos próprios, a começar pela função do próprio orador (discursar em um cerimonial público), tornando-se tão importantes nesse jogo do poder quanto o imperador. Para Almond e Verba (1989, p. 6), um sistema político que é construído a partir de uma rede burocrática tem a eficiência dessa burocracia comprovada quando alcança continuamente os interesses das partes, inclusive das politicamente neutras.

O que existe, como relação de poder, entre as partes local e imperial é um fator de agregação de interesses, definido por Almond e Powell Jr. (1980, p. 69) como “interesses locais manifestos que afetam a formulação de políticas mais gerais, e a manutenção dos padrões estabelecidos”. O papel dos panegiristas é, nesse aspecto, de grande responsabilidade. Seu discurso devia conciliar vários fatores: as suas necessidades pessoais, tais como obtenção de novos cargos ou de melhorias para sua função, ou a direta relação com o imperador e sua corte; as necessidades de seu destinatário, como a aprovação do seu governo e endosso de suas políticas; e, finalmente, os interesses do público mais amplo, que pode querer benefícios fiscais, visitas imperiais mais frequentes, providências frente a ameaças bárbaras ou quaisquer outros serviços (REES, 1998, p. 100). Em todos esses casos haveria um protocolo a ser seguido e o desafio era sempre manter o equilíbrio diplomático.

O processo que levava a moeda a exercer seu papel político também movimentava diversas instâncias do poder local e central. O seu bom funcionamento dependia de toda uma estrutura de extração de metal, transporte da carga, organização e fiscalização das casas de cunhagem até tornar-se um artigo de louvor no cerimonial (FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 122-7). Por conta disso, no século IV, era preocupação da *domus* imperial inspecionar as cunhagens nos diversos ateliês monetários do Império (PEARCE, 2003, p. xvi). É necessário destacar, porém, o fato de que os imperadores não precisavam supervisionar pessoalmente as oficinas, uma vez que essa função era delegada “a funcionários de confiança, inclusive fiscalizando os símbolos que os soberanos queriam representados nas moedas” (CRAWFORD, 1983, p. 59). Segundo Metcalf (2006, p. 40), esses homens de confiança do imperador eram por vezes designados para

---

<sup>25</sup> O Estado é interpretado por Alföldy (1989, p. 203) como “um fim em si mesmo, um pesado fardo que oprimia a sociedade com o seu sistema coercitivo e, ao mesmo tempo, cerceava a evolução social”.

atuar na sua própria terra natal, o que proporcionava uma conexão ainda mais estreita entre os interesses do poder central e os das elites locais.

Tudo isso conflui para a compreensão de que, “se os grupos locais estão abertos à participação na política, o governo deve então assimilar as propriedades de coesão desses grupos” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 242). O que queremos comprovar é que as elites cidadinas possuíam sua própria forma de expressar a majestade do governante e de participar da política do *Dominato*, no que recebiam acolhimento da corte imperial. O que nos leva a observar que os papéis desempenhados pelos panegíricos e pelas moedas funcionavam respectivamente como *input* e *output* desse sistema político. Tomamos tais conceitos de Almond e Powell Jr. (1980, p. 128) porque estes consideram que “a capacidade responsiva de um sistema político constitui a relação entre *inputs* e *outputs*”.<sup>26</sup>

O papel dos oradores, nesse sentido, constitui fonte de *inputs*. O panegírico atendia à demanda do governo de estabelecer uma contínua comunicação com a comunidade, que repercutia em informações sobre as intenções políticas das partes (ALMOND; POWELL JR., 1980, p. 22). Desse modo, os panegíricos exerciam uma função mais expressiva do que sugere Rodríguez Gervás (1991, p. 27), ao propor que essas obras “serviam prioritariamente para difundir e ampliar a propaganda imperial”. Em verdade, defendemos que mais do que propagar a imagem da realeza, os panegíricos eram também um termômetro que permitia à corte imperial medir a opinião geral dos súditos sobre as iniciativas governamentais. O discurso traria obviamente um alto grau de respeito às autoridades, mas a praxe do elogio sutilmente camuflava o cunho pedagógico e exortativo da mensagem que seus autores queriam passar (DOMINIK; SMITH, 2010, p. 12), podendo apresentar, sob esse recurso retórico, críticas às ações imperiais e às decisões do governo.

A contrapartida dessa demanda é apresentada na forma de *largitiones*. Se Almond e Powell Jr. (1980, p. 23) caracterizam uma das formas de *output* de um sistema como “distribuição de benefícios, oportunidades, honrarias, dentre outros”, as moedas cumpriam esse papel, pois alimentavam as relações entre o poder central e as elites locais por se tornarem válvulas de escape econômico (riqueza distribuída) ao mesmo tempo em que agiam como símbolo de

---

<sup>26</sup> Seguindo a definição tradicional da Teoria dos Sistemas, Almond e Powell Jr. (1980, p. 19) apresentam os *inputs* como aquilo que é oferecido ao sistema, torna-se endógeno e com ele interage; e os *outputs* como tudo aquilo que é revertido do poder central para as partes do sistema. Os tipos de *inputs* que agem sobre os sistemas (demandas e suportes) e as classes de transações dos *outputs* são explicitados de modo detalhado em *Uma teoria política comparada* (1980, p. 21-23).

prosperidade, atendendo às necessidades dos grupos políticos e do *populus* de modo solene e satisfatório.<sup>27</sup>

Destaca-se, por conseguinte, a cognição dos *outputs*, ou seja, a percepção popular a respeito de como o governo exerce um efeito sobre a sociedade, unificando e renovando os costumes e as tradições (ALMOND; VERBA, 1989, p. 53). Consideramos, por exemplo, que a distribuição de moedas ao exército em troca de lealdade era uma estratégia eficiente de estabelecer contato político direto com um grande número de indivíduos provenientes de diversas regiões do Império, e também de grupos das fronteiras (REES, 1993, p. 188), o que alargava ainda mais o lastro de representação da cultura política do Estado romano.

Todavia, mais importante do que a dimensão que o cerimonial exercia sobre o *populus* – que se torna um objeto de pesquisa particularmente difícil de ser comprovado pelas fontes disponíveis – nos interessa investigar o papel das elites cidadinas e, mais especificamente, dos oradores, nesse processo de agregação de interesses do *Dominato*.<sup>28</sup> Para Almond e Verba (1989, p. 147), as elites têm uma função primordial por serem um elo interveniente entre as partes e o governo: “elas agregam as demandas e comunicam às competências governamentais”. Em outras palavras, as elites atuam como ponte de acesso, participando ativamente do processo que transforma os *inputs* em *outputs*. Os oradores gauleses eram parte das elites dominantes das cidades (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 20). Da mesma forma, as oficinas monetárias estavam, em nível provincial e citadino, sob a supervisão de funcionários da administração regional (embora indicados pela corte), recebendo periodicamente um enviado imperial para fiscalizar o funcionamento do sistema (DELMAIRE, 1989, p. 186). Indivíduos das elites locais integravam, de fato, o aparelho burocrático em setores os mais variados.

---

<sup>27</sup> Portando os símbolos da majestade imperial, as moedas se encaixam ainda no tipo de *output* que Almond e Powell Jr. (1980, p. 23) caracterizam como “emissões simbólicas e apresentações de símbolos políticos”, algo que indica o reforço do elogio contido nos panegíricos e promove a renovação das prerrogativas do poder (SHOTTER, 1979, p. 49).

<sup>28</sup> A construção do pensamento de Almond e Verba em *The Civic Culture* (1989) se tornou notável devido ao esforço de comprovar suas suposições e teorizações por meio de exemplos estatísticos e dados tabelados provenientes diretamente da realidade dos grupos políticos dentro dos sistemas democráticos que compunham os cinco países analisados. Propor uma abordagem que centra o foco na população, trazendo para o primeiro plano a participação do indivíduo, como cidadão, dotou o trabalho dos autores de uma significativa originalidade na época de sua publicação. Apesar disso, focar a participação do povo no sistema político do *Dominato*, sobretudo o papel do indivíduo comum no cerimonial tardoantigo, é algo que escapa aos interesses desta pesquisa, devido à seleção de uma documentação que não alcança tais grupos. Partiremos, assim, para as percepções de Almond e Verba no que tange ao papel das elites dentro da estrutura política.

No caso dos panegiristas, em especial, nos chama a atenção o controle que estes exerciam como partícipes da comunicação imperial. Mais do que isso, eles ocupavam na cidade cargos ligados à cultura e à educação, quando não assumiam pessoalmente a função de professores de retórica ou supervisores de ensino (NIXON; RODGERS, 1994, p. 33). Verba, em *Small Groups and Political Behavior* (1961), enfatiza a importância que devemos dar ao comportamento político dos pequenos grupos, pois estes se caracterizam pela comunicação direta entre si, que os torna conscientes de seus objetivos e do lugar que ocupam no sistema. Almond e Powell Jr. (1980, p. 56) afirmam que o controle sobre a informação é sempre um instrumento poderoso para um grupo que possui conhecimento e tem interesses comuns.

Para este tema, Foucault, em *A ordem do discurso*, de 1970, contribui de modo substancial ao definir o poder que emana daqueles que detêm a capacidade de falar em público.<sup>29</sup> O sistema de ensino, para o autor, representa “a ritualização da palavra; a qualificação e a fixação dos papéis para os sujeitos que falam; a constituição de um grupo doutrinário; a apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes” (FOUCAULT, 2011, p. 44).

As elites provinciais, ao longo do Império Romano, tinham como objetivo manter a posição social galgada na cidade, transmitindo-a aos seus herdeiros, e o *status* obtido na estrutura do Estado.<sup>30</sup> Para Inge Mennen (2011, p. 6), um dos principais fatores que definia a estabilidade desse *status* era a “consciência do grupo a respeito de seu próprio poder e a sensibilidade para observar o poder dos outros grupos”. O conhecimento, ou seja, a *paideia*, somada à formação militar e burocrática garantia, assim, ao indivíduo que aspirava ao poder, o traquejo para exercer seu papel na vida pública e ao mesmo tempo a capacidade de atentar para a trama política que se delineava ao seu redor (L'HUILLIER, 1992, p. 13).

Seguimos, assim, o princípio de que “as classes mais educadas de dentro do sistema possuíam a chave para a participação política e tudo que a envolvia” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 318). Os panegiristas gauleses, dessa forma, foram influentes não só como titulares da formação retórica do Império no século IV, mas, inevitavelmente, se tornaram líderes com a missão de preparar a juventude gaulesa, nutrindo essa futura elite de atitudes políticas para a participação no serviço público, mas também direcionando seu senso de tradição; na verdade, mediando os

---

<sup>29</sup> Utilizamos nesta pesquisa a edição mais recente de *A ordem do discurso*, de 2011, disponível em nossas referências bibliográficas.

<sup>30</sup> Para Hope (2000, p. 126), o conceito de *status* no Império Romano envolve fatores complexos e contraditórios, já que são cambiáveis ao longo de diferentes temporalidades e espaços geográficos, dificultando uma definição que englobe toda essa extensa realidade.

recursos do conhecimento para atender ao processo político em suas várias partes (NIXON; RODGERS, 1994, p. 32).<sup>31</sup>

Os oradores tornavam-se, portanto, autores, conforme define Foucault (2011, p. 26): “autor não como o indivíduo falante que escreve ou discursa, mas o autor como princípio de grupamento, como unidade e origem das significações das ideias do grupo”. O controle intelectual exercido sobre a sociedade, e reforçado publicamente mediante a proclamação do panegírico, tornava seu autor, junto com as moedas e demais elementos de louvor, um vetor de manutenção do poder. Fosse para renovação do sistema central ou para benefício da própria elite da qual fazia parte, ambas as atitudes confluíam para a reafirmação da cultura política que estruturava as bases do *Dominato*.

Em síntese, as hipóteses que embasam nosso trabalho são as seguintes. [1] O sistema político romano tardoantigo tinha nas cerimônias que compunham a *basileia* um meio eficiente de perpetuar sua cultura política, pois, nessas ocasiões, a proclamação dos panegíricos e a distribuição de moedas, manifestando relações de poder correlativas, renovavam as alianças entre os grupos políticos e sociais. [2] Os panegiristas gauleses do século IV valiam-se da cultura literária demonstrada por sua formação oratória para desempenhar um importante papel político na estrutura do *Dominato*; no ato de discursar, os oradores utilizavam o prestígio alcançado para, além de promover laços com a corte, perpetuar a imagem de poder das elites cidadinas, enaltecendo os valores e as atitudes locais como elemento que contribuía fundamentalmente para a ordem do sistema político como um todo.

\*

Esta tese é composta por quatro partes:

No primeiro capítulo, apresentamos um estudo propedêutico sobre os Panegíricos Latinos e o funcionamento monetário do século IV, a fim de evidenciar a abordagem da pesquisa, os temas que se ligam ao cerimonial e as escolhas metodológicas utilizadas para analisar os discursos e as moedas.

---

<sup>31</sup> O indivíduo, dotado de autoridade sobre as esferas sociais, pretende – e no caso dos panegiristas, consegue – participar de alguma forma das decisões políticas e busca todos os meios para que isso se realize (ALMOND; VERBA, 1989, p. 272). Ando (2000, p. 136) destaca que os homens doutos dos grupos mais destacados das elites eram capazes de usar seu conhecimento retórico para formar uma visão de mundo e uma memória literária que melhor os representasse culturalmente.

No segundo capítulo, abordamos o cerimonial da *basileia* com base na perspectiva ocidental, averiguando como as moedas e os panegíricos exprimiam um repertório de práticas e símbolos de legitimação da política governamental durante a Tetrarquia, dos primeiros anos de reinado de Constantino, Juliano e Teodósio.

No terceiro capítulo, exploramos o caso das Gálias, destacando o papel da *paideia* como fator de autoridade e distinção para as elites de *Augustodunum* e *Burdigala*, que analisamos, respectivamente, por meio do *Pro Instaurandis Scholis Oratio*, de Eumênio, e das obras de Ausônio.

No quarto capítulo, investigamos a contribuição dos panegíricos e das moedas para a construção da imagem política das elites cidadinas de *Augustodunum* e *Burdigala*, levando em conta a percepção dos oradores gauleses sobre a origem de seu poder, a monumentalização da cidade, a proteção das divindades e a devoção ao imperador.



## CAPÍTULO I

### NOVA LUZ SOBRE OS PANEGÍRICOS LATINOS E AS MOEDAS DO SÉCULO IV

Neste capítulo, discutiremos a tradição em torno dos Panegíricos Latinos, dos panegiristas e dos pesquisadores que os estudaram. Revisitaremos, também, as transformações financeiras do século IV, dando enfoque ao significativo papel que as moedas tiveram como parte dos programas de governo dos imperadores, visando à organização do sistema político. Por fim, exporemos as escolhas metodológicas da pesquisa, destacando o tratamento e a coleta dos dados extraídos dos discursos e das peças numismáticas.

#### O ORADOR COMO INTELLECTUAL: UM DEBATE EM ABERTO

Via de regra, os textos da Antiguidade chegaram até nós por um processo de transmissão dos manuscritos. Em primeira instância, a seleção, a cópia e a compilação dessas obras foram realizadas pelos mais doutos especialistas, desde o contexto antigo até o medievo e também na era moderna.<sup>32</sup> Mais tarde, no século XVI, os escritos que herdamos foram traduzidos e interpretados também em espaços de conhecimento, como as universidades e os centros de ensino humanista (LE GOFF, 2006, p. 188).

É evidente que as elites estavam envolvidas no processo de manipulação dos textos em toda a trajetória descrita acima, afinal, era necessário tempo e gabarito para desempenhar tal tarefa. Ainda hoje, o contato com a produção escrita da Antiguidade é considerado um diferencial. Aqueles que desenvolvem pesquisas sobre o mundo clássico são vistos na academia como detentores de um saber mais profundo e dispendioso, entre outras razões, pelos gastos com a formação e o domínio das línguas antigas. Uma indagação frequente diz respeito aos motivos

---

<sup>32</sup> Jacques Le Goff, em *Os Intelectuais na Idade Média* (2006, p. 32-6), destaca o esplendor do período Carolíngio ao descrever o luxo das cópias dos livros, que eram objeto de contemplação nas bibliotecas, devido ao *designer* de sua capa e do material utilizado; além disso, o século VII caracterizou-se por uma novidade: a imitação das obras antigas, apreciadas e comentadas pelos monges copistas.

pelos quais grupos continuam a rememorar essa cultura literária. Para nós, analisar a maneira como os autores antigos faziam uso dos textos significa saber mais sobre os níveis de negociação das elites romanas e como elas orbitavam em torno do saber literário (JOHNSON, 2010, p. 16).

O domínio da erudição resultava em prestígio entre os grupos das sociedades antigas. Era dentro dos círculos literários que o conhecimento constituía um fator importante para gerar o código sociocultural das elites (CIZEK, 1989, p. 4). Posteriormente, o *status* da Literatura Latina passou a ser revisitado devido à grande quantidade de ideias, símbolos e formas da linguagem que transmitia. Os modelos da retórica antiga, com metáforas, estratégias de comunicação e técnicas de estilo, divididos em gêneros e subgêneros, “criaram um sistema organizacional cujas convenções forneciam as bases para se expressar opiniões no mundo empírico, por meio de projeções culturais e ideológicas” (CONTE, 1999, p. 4).<sup>33</sup> Como é bem sabido, os estudiosos de centros eruditos medievais e modernos realizavam cópias e reinterpretações dos textos antigos, num processo de preservação que influenciou importantes autores, como Isidoro de Servilha e Erasmo de Roterdã, tornando-se fácil identificar trechos e emulações de Cícero, Plínio e Tácito nas suas obras (FRIGHETTO, 2014, p. 17).

Aos procedimentos de conservação e reprodução dessas obras antigas ao longo do tempo deu-se o nome de “trabalho intelectual”; título que se tornou usual no início do século VII, segundo Le Goff (2006, p. 36), quando os copistas medievais foram nomeados como intelectuais porque viam os textos dos antigos como produções científicas, matéria-prima básica para o pensamento escolástico que nascia.<sup>34</sup> Mas a origem da palavra intelectual que conhecemos atualmente, bem como a formação daquilo que se considera como um grupo de intelectuais, só pode ser verificado no Mundo Moderno, quando o “desenvolvimento das forças produtivas e a formação da sociedade civil lançaram as bases materiais para uma profunda transformação das chamadas *artes liberales*” (MARLETTI, 1998, p. 638).

---

<sup>33</sup> Suzanne Reynolds, em *Medieval reading: Grammar, rhetoric and the classical* (2004, p. 11), busca caminhos para entender por que as obras escritas por Horácio, Juvenal, Lucano, Virgílio e Estácio, assim como os escritos de Platão e Cícero, se tornaram a base curricular do ensino durante a Idade Média Ocidental, concluindo que as mesmas serviram tanto como uma rica orientação para a estrutura gramatical, como também para pôr em discussão questões culturais e morais da sociedade em diversos contextos.

<sup>34</sup> Nos textos clássicos, o vocábulo latino *intellectus* tinha uma polissemia variada como substantivo e adjetivo, significando “compreender”, “saber”, “ter ciência” ou mesmo “um domínio de um conhecimento específico”; da mesma forma, o verbo *intelligo* correspondia à ideia de “saber” e “conhecer” (OLD, 1968, p. 935-6; SARAIVA, 2006, p. 622). Não era uma tradição, outrossim, utilizar este termo para definir um grupo específico ou a distinção de uma casta de inclinação política.

Mais especificamente no século XIX, se disseminou o princípio de que o intelectual é aquele que pensa a sociedade. A base do ofício do intelectual estava nas ideias, na transformação destas em ações, contribuindo para a formação de ideologias (SOWELL, 2011, p. 5). No contexto de estabelecimento da burguesia e das posteriores oposições políticas, deu-se aos intelectuais, especialmente na França (com o *Manifeste des Intellectuels*, de 1898), um papel próprio, que ocasionou sua transposição do campo teórico de atuação na sociedade para a ação, resultando muitas vezes em organizações armadas (MARLETTI, 1998, p. 637). Barthes (2001, p. 121), ao considerar o significado do termo intelectual na passagem para o século XX, afirma que o mesmo adquiriu uma roupagem depreciativa, sendo representativo de um douto grupo superior que não tinha conexão com a realidade ou desejo de mudança, tornando-se “primeiramente os edificadores de um sistema que depois obedecerão como cadáveres”.

No tocante aos interesses desta tese, notamos que a transmissão e as constantes intervenções sobre os manuscritos dos panegíricos foram realizadas por grupos identificados como intelectuais, numa dinâmica que reflete a distinção social e a valorização cultural do estatuto que regia os centros de estudos medievais e modernos (L'HUILLIER, 1992, p. 22). No que tange à função social dos próprios panegiristas, no entanto, consideramos anacrônico e inoportuno interpretar a produção dos seus discursos e o papel político que desempenhavam no cerimonial da corte tardoantiga como um trabalho intelectual, conforme as modernas acepções apresentadas acima.

Hidalgo de La Vega justifica que a motivação para escrever *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano* (1995, p. 20) veio das inquietações em torno do debate geral sobre o papel do intelectual na sociedade (sobretudo na década de 1980), que não contava ainda com trabalhos de fôlego sobre os romanos. O recorte da obra consiste em um aprofundado estudo dos escritos latinos, que vincula a cultura e a filosofia, de origem helenística, às condições sociais e políticas do Império. Ainda hoje a obra se mantém como uma referência no que tange à imagem da realeza e dos discursos sobre o tema.

Mas é justamente a função do intelectual descrita pela autora que nos parece problemática porque, sob influência gramsciana, a mesma acaba descrevendo os pensadores latinos como “organizadores do consenso”, mediadores entre a produção cultural e a sociedade.<sup>35</sup> Nesse

---

<sup>35</sup> Antônio Gramsci, em *Os intelectuais e a organização da cultura* (1979, p. 8), constrói a já conhecida ideia do intelectual orgânico como motor da sociedade contemporânea, aquele que traz consciência ao grupo do qual faz parte, produzindo assim homogeneidade numa sociedade marcada por diferenças e divergências. Já o conceito de “organizador do consenso” é originalmente de M. Mazza (1980), mas Hidalgo de la Vega se apropria desta ideia.

sentido, investidos de um poder de ação ímpar, os “intelectuais concretos” romanos descritos por Hidalgo de la Vega (1995, p. 22) são aqueles capazes de “desmascarar a monarquia e revelar seus deveres”, além de promover a consciência sobre as relações de dominação entre imperialistas e povos conquistados, dando-lhes unidade.

Ao nosso ver, a generalização do conceito de intelectual que a autora aplica aos múltiplos textos e contextos da monarquia romana acaba provocando equívocos quando partimos para estudos de casos e temas mais específicos.<sup>36</sup> É demonstrativo o caso dos panegiristas do século IV, que não podem carregar a incumbência de promover – sozinhos – tamanha agregação, ou mesmo enfrentar (ainda que por manejos da retórica) o sistema imperial. Acreditamos, outrossim, que a lealdade dos súditos ao Estado romano e aos valores da tradição eram construídos e renovados pelo hábito de participar dos atos institucionais (ALMOND, 1989, p. 30). Por isso, durante as cerimônias da *basileia*, os panegíricos contribuíaam como parte do amálgama que legitimava o *status quo*, mas era do conjunto de elementos políticos que essa *concordia* florescia, não da ação isolada da performance oratória (PICHON, 1906, p. 43).

Da mesma forma, não é possível conceber que a exaltação da elite local construída pelos panegiristas seja interpretada como um momento de despertar para os seus conterrâneos, como um intelectual moderno cuja missão é fundamentar a consciência de classe entre os seus concidadãos. Pelo contrário, cremos que a formação do orador era uma construção social, de modo que a leitura de mundo do grupo era representada pela arte, ou seja, o discurso. Daí concluímos que não seria o intelectual a guiar a sociedade, antes a herança da formação cultural é que agiria sobre cada indivíduo (FOUCAULT, 2011, p. 26-8).

Em suma, temos a clara percepção de que o uso do conceito de intelectual na Antiguidade nos parece ainda bastante insatisfatório. Não é simplesmente por lidar diretamente com a formação educacional e com a produção literária, além de desempenhar funções políticas, que caberia aos oradores gauleses a titulação de intelectuais. Como veremos a seguir, a formação política e educacional, “no público e no privado, englobava um estilo de vida, um estilo de trabalho e de pensamento” (MORGAN, 2007, p. 3), e não uma missão ideológica a ser cumprida.

---

<sup>36</sup> Hidalgo de la Vega afirma que não lhe restou outra possibilidade senão simplesmente “usar o termo intelectual em um sentido amplo e convencional” (1995, p. 20), ao modelo de Gramsci, para abarcar o escopo tão abrangente de sua pesquisa.

## RETÓRICA LATINA, ORADORES GAULESES

Abordar documentos antigos, ainda que se tratem de obras oficiais, comumente resvala na lacuna de dados sobre os autores e as condições de produção. No caso dos Panegíricos Latinos, não chegou aos nossos dias o nome de metade dos oradores, e as demais informações que possuímos baseiam-se ou em testemunhos de terceiros, ou suposições e aproximações à luz das circunstâncias que os envolvem (GALLETIER, 1949a, xvii). Tampouco podemos recuperar registros sobre o processo criativo dos panegiristas, ou mesmo a respeito da preservação dos discursos originais que foram proclamados (PICHON, 2012, p. 58).

A descrição desses procedimentos por Plínio, o Jovem (61-112), em suas correspondências, é que nos dá indícios de como um discurso declamado se tornava um texto a ser preservado (ROCHE, 2011, p. 4; REES, 2012, p. 31).<sup>37</sup> O panegírico de Plínio que chegou até nós foi uma edição revista e estendida, posterior à apresentação que o autor fez no ano 100 perante o Senado, em Roma, com a presença do imperador Trajano. Por conta disso, Braund (1998, p. 68) destaca que o orador produziu um texto inovador, mesmo recorrendo a modelos e tipos laudatórios do passado, pois, além de construir uma fórmula oratória que contemplava o contexto em que vivia, tornou seu discurso passível de ser legado à posteridade.<sup>38</sup> Roger Rees (2011, p. 175), recorrendo às informações do conjunto epistolar de Plínio, afirma que é inequívoca a vontade do orador em resguardar aquilo que foi discursado, para ser lido no futuro, o que permitiu que a obra servisse de exortação aos imperadores seguintes, para que exercessem um bom governo.

Quanto aos métodos de produção dos Panegíricos Latinos, é possível apenas recorrer a aproximações e suposições. Para René Pichon (1906, p. 290-1), essas obras foram compiladas na sua forma escrita por Pacato Drepânio, o último orador, daí a numeração dos manuscritos não aparecer em ordem cronológica. De fato, o panegírico de 389, escrito por Drepânio, vem

---

<sup>37</sup> O próprio Plínio discorre a respeito da revisão dos seus discursos a serem publicados (*Epist.* III, 13; *Epist.* III, 18).

<sup>38</sup> Concordamos com Dewar (1996, p. xxii) ao considerar que a história dos panegíricos é indissociável dos demais gêneros literários, por vezes aparecendo características da *laudatio* como uma parte específica da obra ou como uma de suas intenções. Para Ramage (1982, p. 271), o panegírico imperial nasce na cultura romana a partir de outros modelos: identifica-se o segundo livro das *Historiae Romanae* (29), de Veleio Patérculo, como um elogio a Tibério, então imperador; assim como os estilos de composição do *De Clementia* (55-56), de Sêneca, acabam por retratar a imagem do *princeps*, direcionada a Nero. Se na prosa as regras de composição do panegírico foram estabelecidas por Plínio, na poética abundaram textos dedicados ao imperador desde Augusto, a exemplo de Virgílio, Horácio e Ovídio; seguido por Calpurnio Sículo, poeta que louva o reinado de Nero; e Estácio e Marcial, que ofertaram elogios a Domiciano, entre os mais conhecidos (BRAUND, 2002, p. 113).

em segundo na ordem da coleção, logo após a obra de Plínio (**Tabela 1**). Essa explicação possui um caráter valorativo: a ordem dos textos seguiria um parâmetro de qualidade, apresentando menor grandeza retórica à medida que se afastavam do panegírico pliniano. Nixon e Rogers (1994, p. 9 e ss) concordam que Drepânio tenha sido o responsável por arquivar os textos, ainda que interpretem a ordem estabelecida para os manuscritos pelo critério de interligação de temas em comum e de referências às obras do período clássico (estariam mais próximos os panegíricos com informações similares), justificando a organização do *corpus* mediante os elementos de composição literária que comportavam.<sup>39</sup>

100 – <i>C. Plinii Caecilli Secundi panegyricus Traiano imperatori dictus</i>
389 – <i>Latini Pacati Drepanii Panegyricus Theodosio Augusto dictus</i>
362 – <i>Claudii Mamertini gratiarum actio de Consulatu suo Iuliano Imperatori</i>
321 – <i>Nazarii Panegyricus Constantino Augusto dictus</i>
312 – <i>Incerti Gratiarum actio Constantino Augusto</i>
310 – <i>Incerti Panegyricus Constantino Augusto dictus</i>
307 – <i>Incerti Panegyricus Maximiano et Constantino dictus</i>
297 – <i>Incerti Panegyricus Constantio Caesari dictus</i>
298 – <i>Pro instaurandis scholis oratio</i> – autor: Eumênio
289 – <i>Mamertini Panegyricus Maximiano Augusto dictus</i>
291 – <i>Mamertini panegyricus Genethiacus Maximiano Augusto dictus</i>
313 – <i>Incerti Panegyricus Constantino Augusto dictus</i>

**Tabela 1** – Quadro com a disposição original dos manuscritos dos Panegíricos Latinos.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Todas as edições e traduções dos Panegíricos Latinos trazem proposições sobre os diferentes conjuntos de manuscritos, suas transmissões ao longo dos séculos e a disposição do *corpus*. Indicamos, especialmente, o capítulo de Galletier: *La Tradition Manuscrite* (1949a, p. xxxix-lv); as considerações de Mynors (1964, p. vii-viii); e o breve, porém atualizado, histórico sobre os manuscritos presente na introdução da edição de Nixon e Rodgers (1994, p. 35-37).

<sup>40</sup> A produção deste quadro foi inspirada na disposição dos manuscritos apresentada por Galletier (1949a, p. x-xi) e pelo quadro montado por Rodríguez Gervás (1991, p. 11).

Para García Ruiz (2008, p. 232), a disposição das obras se explica por objetivos escolares, pois facilitava a consulta pela proximidade dos subgêneros identificados no *corpus*. Nas análises mais recentes a respeito do assunto, nada é comprovado sobre a autoria da compilação dos textos por Drepânio. L’Huillier (1992, p. 25) sustenta a teoria de que sucessivas intervenções certamente ocorreram sobre o conjunto, tornando impossível assegurarmos a ordenação original dos manuscritos. Daí nos inclinarmos a compreender a preservação dos discursos em sua finalidade, que parece ser de cunho político: as elites gaulesas, no século IV, precisavam estreitar seus laços de lealdade com a corte imperial, devido a inúmeros conflitos que ocorreram na região, e os discursos provenientes das ocasiões de *concordia* foram reunidos, a *posteriori*, como forma de perpetuar a memória coletiva e seu louvor à corte imperial (L’HUIILLIER, 1992, p. 26; REES, 2012, p. 28).

No que se refere às questões de autoria e datação dos Panegíricos Latinos, também as interpretações são variadas. Nos discursos de Eumênio (*Pan. Lat. IV, 14, 5*) e Claudio Mamertino (*Pan. Lat. X, 17, 4*), os autores mencionam seus próprios nomes, ao passo que sabemos da autoria dos panegíricos de 321 e 389, pelo fato de trazerem os nomes de Nazário e Pacato Drepânio nos títulos das obras, respectivamente (**Tabela 2**). Os autores desconhecidos são alvo de debates por parte dos estudiosos, que tornaram seus discursos conhecidos como *setem panegyrici diuersorum*, generalização que, por vezes, levou a conclusões inusitadas (L’HUIILLIER, 1992, p. 25).<sup>41</sup>

Otto Seeck (1888), dando início a uma corrente de interpretação sobre a autoria dos panegíricos, levou em consideração os aspectos estilísticos e a proximidade com as escolas de *Augustodunum* para afirmar que os panegíricos dedicados a Maximiano (289 e 291) deveriam ser creditados a Eumênio, levantando a tese do *corpus Eumenianum*.<sup>42</sup> Antes, mas sem argumentos contundentes, Samuel Brandt (1882) propôs estender a autoria de Eumênio a todos

---

<sup>41</sup> Nos referimos aos autores sobre os quais não sabemos os nomes como “desconhecidos”, pois assim eles são para nós. Julgamos o termo “anônimo” inapropriado para este caso. A ideia de anonimato se aplica aos seguintes casos: 1) que não tem o nome ou a assinatura do criador; sem autoria; 2) o que ou aquele que não revela o seu nome; 3) quem ou o que é obscuro, desconhecido; quem ou o que não tem nome ou renome. No caso dos panegiristas, todos eram homens de destaque no cenário político regional, além de figurarem como professores de retórica e/ou funcionários imperiais, quando não conhecidos pela sua ligação com a casa imperial. Os oradores gauleses gozavam de popularidade e tinham, sem dúvida, orgulho de ostentar seu nome e sua imagem pública. Talvez até mesmo por sua notoriedade, criam por demais no poder de perpetuação de sua imagem, despreocupando-se de tornar a regra assinar seus discursos.

<sup>42</sup> Embora no quadro I os panegíricos de 289 e 291 estejam nominalmente atribuídos a Mamertino, seu nome foi acrescentado posteriormente à descoberta dos manuscritos. Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar: a introdução da edição de Emílio Baehrens (1874, p. v-vii); e o debate atualizado no artigo *The Modern History of Latin Panegyric* (2012, p. 25-7), de Roger Rees.

	AUTOR	DATA	IMPERADOR	MODELO DE DISCURSO	OCASIÃO	CIDADE	FORMAÇÃO DO ORADOR OU CARGO PÚBLICO
<b>I</b>	Mamertino	289	Maximiano	Panegírico	Aniversário da Fundação de Roma	Tréveris ( <i>Augusta Treuerorum</i> )	Desconhecido
<b>II</b>		291		<i>Genethiacus</i>	Aniversário do imperador		
<b>III</b>	Desconhecido	297	Constâncio Cloro	<i>Dies imperii</i>	Comemoração		Orador experiente tendo lecionado em Autun. Esteve afastado da vida pública, mas retomou as atividades laudatórias no fim de sua vida
<b>IV</b>	Eumênio	298		<i>Pro instaurandis scholis oratio</i>	Reconstrução das escolas	Autun ( <i>Augustudunum</i> )	Professor de Retórica. Praticou a performance oratória na ocasião cerimonial em que apresentou o panegírico.
<b>V</b>	Desconhecido	307	Constantino	Epitalâmio	Casamento do imperador e Fausta, filha de Maximiano	Tréveris (?)	Desconhecido
<b>VI</b>		310		Panegírico	Quinquenárias imperiais	Desconhecida	Jurista experiente que menciona filhos e alunos que alcançaram cargos públicos.
<b>VII</b>		312		<i>Gratiarum actio</i>	Agradecimento pela diminuição do imposto	Autun	Educado em Autun.
<b>VIII</b>		313		<i>Gratulatio</i>	Vitória sobre Maxêncio (312)	Tréveris	Desconhecido
<b>IX</b>		Nazário		321	Panegírico	Quinquenárias dos filhos do imperador	Roma
<b>X</b>	Claudio Mamertino	362	Juliano	<i>Gratiarum actio</i>	Consulado do orador	Constantinopla	Declara-se “um homem a serviço do Estado romano” ( <i>Pan. Lat. X, 17, 1</i> ).
<b>XI</b>	Pacato Drepânio	389	Teodósio	<i>Gratulatio</i>	Vitória sobre Magno Maximo (388)	Roma	Formado em Bordeaux. Ascende na vida pública pelos contatos com oradores famosos em seu tempo.

**Tabela 2** – Súmula cronológica dos *Panegyrici Latini*: o contexto imperial, seus autores e local de apresentação.



os discursos que não possuíam clara nomeação, o que excetuará apenas os panegíricos de Nazário, Cláudio Mamertino e Pacato Drepânio.

Essa interpretação, que vigorou até a primeira década do século XX, foi refutada por René Pichon, na obra *Les Derniers Écrivains Profanes* (1906). O autor criticou a obsessão de Seeck e de outros pesquisadores em identificar os autores de todos os panegíricos ou mesmo em criar relações diretas dos autores desconhecidos com os já conhecidos. A teoria de Pichon, que nos parece mais plausível, se baseia na ideia de que múltiplos autores escreveram os panegíricos e, por questões fortuitas, alguns não viram a necessidade de assinar os discursos. Essa proposta enriquece a visão que temos sobre a retórica dos oradores gauleses. Ao invés de compreendermos esse conjunto como uma compilação de textos – então intitulada *corpus Eumenianum* – de um mesmo grande autor, é melhor supor a pujança das escolas de retórica das Gálias, que exibem uma gama diversificada de autores que, ao longo de todo o século IV, se fizeram notar como agentes ativos da cultura política do sistema do qual participavam (PICHON, 2012, p. 74).

Já as datas fixadas para a apresentação dos discursos são sempre aproximações, baseadas nos eventos que os autores narram e nos personagens que mencionam, o que também torna o trabalho dos investigadores passível de novas problematizações. No que tange ao local de apresentação do panegírico, este normalmente é descrito no *exordio*,<sup>43</sup> o que contribui até mesmo para indicar caminhos na busca pelo nome do autor e referências sobre a data em questão. O panorama a seguir representa um esforço de reconstituir o campo de atuação dos panegiristas gauleses, as referências da sua formação oratória e as atividades políticas que desempenhavam.

Em termos cronológicos, o primeiro orador foi Mamertino, que compôs os dois primeiros panegíricos da coleção, dedicados a Maximiano (Tabela II).<sup>44</sup> O primeiro discurso, de 289, integrava o protocolo de rituais de aniversário de Roma, embora a proclamação tenha sido

---

<sup>43</sup> Trata-se do próemio grego, conforme define Menandro, O Retor, quando apresenta as partes do discurso oratório no seu manual, intitulado *Basilikós Logós* (I, 372): “descrição dos tópicos que compõem o discurso e as dificuldades de declamá-lo (*aporia*)”. Os *topoi* do discurso seguidos pelos panegiristas gauleses têm o mesmo formato dos encontrados nos exercícios de oratória memorizados nas escolas, conforme o exemplo daqueles ensinados por Hermógenes, no *Progymnasmata* (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 19; PERNOT, 1993, p. 71; VEREEKE, 1975, p. 147).

<sup>44</sup> Optamos por seguir a orientação dos principais autores das versões traduzidas da coleção, como Baehrens (1874), Galletier (1949a) e Nixon & Rodgers (1994), que apresentaram os panegíricos em ordem cronológica. Os discursos serão referenciados nesta tese, portanto, conforme dispostos no Quadro II, citados a partir da contagem: *Pan. Lat. I* (289); *Pan. Lat. II* (291); e assim sequencialmente até o *Pan. Lat. XI* (389).

realizada em *Augusta Treuerorum* (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1138). Já o segundo panegírico, declamado em 391, é um *genethliacon*, modelo de discurso de origem grega que era apresentado durante as festividades de aniversário (*Basilikós Logós*, II, 8). Esse discurso aponta para o prestígio de Mamertino, escolhido para narrar as glórias de Maximiano nas festividades de seu *dies natalis*, o que o próprio orador confirma ao dizer que “a mais alta recompensa que a arte da palavra pode ter é ser expressa na presença de tão alta divindade” (*Pan. Lat. II*, 1, 2).<sup>45</sup> Nesse discurso, o autor faz alusão a ter apresentado um elogio anterior ao soberano (*Pan. Lat. II*, 1, 3).<sup>46</sup> Esses dois discursos permitem conhecermos a sacralidade da Tetrarquia no momento de centralização do governo, por meio de um olhar gaulês (SESTON, 1946, p. 31), tema recorrente da nossa investigação.<sup>47</sup>

De outra forma, os panegíricos de Mamertino também indicam uma função comum entre os oradores: a de preceptor imperial. No texto de 289, o orador afirma que um professor (*praeceptor*) espera ter discípulos como Maxêncio, filho de Maximiano, o descrevendo como um jovem que “nasceu com os dons naturais para todo tipo de conhecimento” (*Pan. Lat. I*, 14, 1).<sup>48</sup> É nítido o interesse do orador de se colocar à disposição para o cargo.<sup>49</sup> Na verdade, ele buscava inserir-se numa prática comum entre a corte e os professores de retórica, pelo menos desde o Principado, a exemplo de Apolodoro de Pérgamo, responsável pela educação de Otávio; e Sêneca, que teve Nero como seu discípulo.<sup>50</sup> Podemos inclusive recuar no tempo e relembrar a função exercida por Aristóteles no palácio de Felipe, como tutor de Alexandre Magno. No século IV, se destaca ainda a figura de Ausônio, como preceptor de Graciano (EVELYN, 1919, p. xiv).

Os dois discursos seguintes foram dedicados a Constâncio Cloro. O panegírico de 297 foi proclamado por um autor desconhecido, já avançado em idade, que foi professor de retórica em

---

<sup>45</sup> *Siquidem apud tanti praesentiam numinis hoc ipsum mihi maximum dicendi praemium uidebatur ut dicerem.*

<sup>46</sup> Esta afirmação, somada aos aspectos similares da escrita de ambos os panegíricos, apontados por Galletier (1949a, p. 45-8), nos leva a defender a autoria de Mamertino.

<sup>47</sup> Desde já apontamos o artigo *Divine Insinuation in the Panegyrici Latini* (1986), de Rodgers, como referência no assunto, devido ao levantamento de dados sobre as divindades presentes nos Panegíricos Latinos e o intertexto com a produção literária clássica.

<sup>48</sup> *[Filius] quem ad honestissimas artes omnibus ingenii bonis natum felix aliquis praeceptor exspectat.*

<sup>49</sup> Conforme a descrição de Menandro (*Basilikós Logós*, II, 368, 8), o autor do encômio deveria reproduzir a natureza virtuosa do retratado e de suas aptidões, elogiar sua família e sua terra natal. No caso dos Panegíricos Latinos, esta tópica estava presente de modo variado. No discurso de Mamertino, a extensão do elogio ao descendente do imperador (Maxêncio) era algo inovador, uma vez que comumente era enaltecida a *gens* e as figuras ancestrais.

<sup>50</sup> Em todos estes casos a tradição literária perpetuou a imagem do afamado talento tanto dos mestres como dos discípulos reais, em alguns casos até enaltecendo a preponderância com que a educação recebida foi reproduzida na política dos imperadores citados. As questões políticas e a influência de Sêneca sobre Nero são debatidas por Guarinello (1996, p. 53 e ss) e Favarsani (2010, p. 68 e ss).

sua juventude e também um dos panegiristas de Maximiano (*Pan. Lat. III, 1, 2-5*).<sup>51</sup> Sua carreira merece atenção porque se trata de professor de retórica que, depois de lecionar em *Augustodunum*, alcançou a carreira política ao assumir uma função no palácio, dedicando-se posteriormente a “atividades rurais mais tranquilas”,<sup>52</sup> retornando à prática da oratória no final de sua vida (*Pan. Lat. III, 1, 4*).<sup>53</sup> Não há informações suficientes que nos permitam conjecturar os motivos de afastamento das atividades palacianas e do retorno tardio à vida pública por este orador.<sup>54</sup>

O panegírico de Eumênio, intitulado *Pro instaurandis scholis oratio*, é o segundo a enaltecer a imagem de Constâncio Cloro. Proferido em 298, trata-se de um tipo muito particular de elogio, tendo como tema central a exaltação do favor imperial em reparar as escolas e construir prédios públicos que atendessem à demanda do ensino na cidade de *Augustodunum* (NIXON, 2012, p. 235). O panegirista foi um destacado professor de retórica que caiu nas graças de Maximiano, assumindo a responsabilidade de organizar a burocracia administrativa de *Augusta Treuerorum*, então residência imperial (MAGUINNESS, 1952, p. 99; GALLETIER, 1949a, p. 105). Dali, Eumênio partiu para *Augustodunum*, atuando até sua morte, sempre na esfera educacional, recebendo dignidade de *uir perfectissimus* e gozando da atenção dos imperadores (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 22).

Este panegírico contém informações ímpares sobre os oradores e as escolas gaulesas. Ao longo da primeira parte do discurso, Eumênio apresenta dados sobre sua vida e sua formação, relembrando a época de seu avô – também professor de retórica – e a fama que as escolas gaulesas possuíam (*Pan. Lat. IV, 17, 1-4*); disserta sobre o propósito dos conteúdos ensinados (*Pan. Lat. IV, 20, 3*); e destaca, inclusive, a localização privilegiada das escolas na paisagem da cidade, considerando sua função política e sagrada pela proximidade com os edifícios públicos e os templos (*Pan. Lat. IV, 9, 1-4*; *Pan. Lat. IV, 17, 1*).<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> Não há qualquer outra informação a respeito deste panegírico, que se perdeu (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1167).

<sup>52</sup> [...] *quietem studium ruris abduxerit*.

<sup>53</sup> O *topos* da vida no campo é presente na oratória dos autores gauleses do século IV, aparecendo no panegírico de Pacato Drepânio (*Pan. Lat. XI, 9, 3-4*) e com recorrência nas obras de Ausônio e Sidônio Apolinário. Para uma discussão mais profunda sobre estes dois últimos autores e sobre o tema em questão na tradição literária, consultar *Aristocratic responses to Late Roman urban change: the examples of Ausonius and Sidonius in Gaul* (2003), de David Frye.

<sup>54</sup> O cargo ocupado pelo panegirista na corte não é muito claro, menciona-se apenas que foi convocado para exercer uma função no local sagrado do palácio [*inter adyta palatii*] (*Pan. Lat. III, 1, 4*).

<sup>55</sup> Exploramos a questão do ensino de *Augustodunum* no século IV, bem como da reconstrução da escola de retórica, no terceiro capítulo desta tese.

Durante os últimos anos do século III, encontramos uma relação cada vez mais estreita entre a oratória e o poder imperial. Por um lado, temos as idas e vindas do panegirista de 297, na vida pública e na carreira oratória, que podem ser interpretadas como uma escolha pessoal, explicada pelo prazer de viver no campo (NIXON; RODGERS, 1994, p. 104). Com Eumênio, em contrapartida, acompanhamos a euforia de poder retornar a sua cidade, *Augustodunum*, recebendo a oportunidade de “ensinar sem perder nenhum dos privilégios que usufruía nos cargos palacianos”<sup>56</sup> (*Pan. Lat. IV*, 16, 4).<sup>57</sup>

O orador destacou também a importância de sua arte (o ensino da retórica), no século IV, a qual afirma como diferente das atividades militares. No seu discurso, a oratória é descrita como um ornamento da paz (*pax ornamenta*), dissociada dos assuntos da guerra (*Pan. Lat. IV*, 19, 1-2). Eumênio não despreza a glória militar e o triunfo dos tetrarcas (*Pan. Lat. IV*, 9,1), mas faz questão de reforçar o quanto Constâncio era cuidadoso em sustentar o ensino das artes liberais, dando sempre mais importância ao conhecimento oratório (*Pan. Lat. IV*, 5, 1; 6, 1; 8, 2; 10, 2; 13, 1; 20, 1).

Quão grande é a virtude e a *humanitas* [dos imperadores], que em meio a importantes operações militares prestam interesse à prática das letras; de modo que a única maneira de fazer reviver a época distante em que Roma, como aprendemos, exerceu a hegemonia em terra e em mar é fazendo florescer novamente o poder da eloquência romana<sup>58</sup> (*Pan. Lat. IV*, 19, 4).

Desde os tempos republicanos, os oradores dão testemunho da importância da eloquência para o exercício do poder.<sup>59</sup> Cícero (*De Oratore*, I, 157) aconselhava que os exercícios de retórica fossem levados “para os acampamentos e para o combate do fórum, expondo-se à visão de todos, para experimentar as forças do engenho e levar a reflexão interna para a luz da

<sup>56</sup> *Videor enim mihi id quod sacris litteris continetur, ut saluo honoris mei priuilegio doceam.*

<sup>57</sup> A confiança e prestígio de Eumênio, segundo ele mesmo narrou no capítulo anterior de sua obra, se devia à “dignidade de seu caráter e ao seu talento oratório” [*palatini honoris priuilegium oratoriae professioni saluum et incolume seruantes*] (*Pan. Lat. IV*, 15, 4).

<sup>58</sup> *Quo magis horum noua et incredibilis est uirtus et humanitas, qui inter tanta opera bellorum ad haec quoque litterarum exercitia respiciunt atque illum temporum statum quo, tu legimus, Romana res plurimum terra et mari ualuit, ita demum integrari putant, si non potentia sed etiam eloquentia romana reuirescat.*

<sup>59</sup> A eloquência (*elonquentia*) corresponde ao talento do orador para se expressar publicamente; aos artificios que utiliza para ser mais eficiente (SARAIVA, 2006, p. 416). Os recursos que tornavam o discurso eloquente eram aprendidos dentro da disciplina (*texné*) chamada retórica (*rhetorica* ou *rhetorice*), que sistematizava todo o conteúdo do conhecimento oratório (*Inst. Orat. XI*, 2, 1; OLD, 1968, p. 1651). Por oratória, consideramos a etimologia da palavra: *oris* (boca); e o argumento de Rezende (2010, p. 24), que considera a oratória (*oratoria*) como o discurso propriamente falado, proclamado em público conforme padrões estéticos e objetivos bem definidos, ou seja, a manifestação concreta da retórica (com fortes aspirações políticas).

realidade”.<sup>60</sup> O primeiro passo para a ação política, assim, era adquirido pelo aprendizado da oratória, daí então obtendo sua função prática nas atividades políticas e militares.<sup>61</sup>

A relação entre a oratória e a disciplina militar foi também representada por Tácito, que, no *Dialogus de Oratoribus*, apresentou de que modo a arte da palavra tornara-se mais útil do que as armas para proteger o Império.

Não há couraça nem espada que sirva de proteção durante a batalha como a eloquência serve para o rei que está em perigo; arma simultânea de defesa e ataque, com a qual se pode evitar um combate ou contra-atacar, seja no tribunal, no senado, ou junto ao príncipe<sup>62</sup> (*Dial. Or.*, V, 5).

Suzanna Braund (2002, p. 152) compreende as comparações entre o ato de falar e o ato de lutar como um traço da masculinidade romana que era transportado para a ação política, reafirmando as virtudes militares como um ideal a ser seguido pelos membros da elite romana no seu envolvimento com o funcionamento do Estado.<sup>63</sup> Confirmando esta tese, é mencionado no *Dialogus de Oratoribus* (XXXVII, 3) que grandes homens da República, como Pompeu e Crasso, não foram exaltados exclusivamente por seus feitos militares, senão também por seus talentos oratórios.

Os argumentos enunciados por Tácito no século I são retomados no final do século III, por Eumênio. Este orador parecia atentar para o fato de que *Augustodunum* estava desprovida de proteção e fora destruída décadas antes por tumultos e invasões, precisando enfatizar que somente mediante sua influência no palácio a sua cidade – e a construção das escolas que resultou no florescimento da eloquência novamente – poderia gozar do esplendor e da grandiosidade dos tempos antigos (MAGUINNESS, 1952, p. 99; NIXON; RODGERS, 1994, p. 170-1). No penúltimo e último capítulos do *Pro Instaurandis scholis oratio* (20, 2-3), no entanto, Eumênio reitera o poderio da monarquia ao justificar que o prédio de ensino servia

---

<sup>60</sup> [...] *in castra atque in aciem forenses; subeundus uisus hominum et periclitandae uires ingeni, et illa conimentatio inclusa in ueritatis lucem proferenda est.*

<sup>61</sup> Também Quintiliano (*Inst. Orat.* X, 1, 4) ensinava que o preparo para proclamar um discurso deveria ser semelhante ao aprendizado das táticas pelo atleta e das estratégias pelo soldado.

<sup>62</sup> *Non hercule lorica et gladius in acie firmitus munimentum quam reo et periclitanti eloquentia, praesidium simul ac telum, quo propugnare pariter et incessere siue in iudicio siue in senatu siue apud principem possis.*

<sup>63</sup> As origens da interligação entre o confronto físico e o debate foram observadas por Jean-Pierre Vernant (1986) e remetem a um princípio de disputa corporal e competitiva (*ágon*) que foi levado ao âmbito político ainda na passagem do Mundo Micênico para o Mundo da Pólis, quando a assembleia de guerreiros deu lugar à assembleia dos cidadãos, tornando o combate em uma disputa oratória, daí o termo *ágora* para denominar este espaço público na pólis dos atenienses. No caso dos romanos, embora tenham sido primeiramente uma tribo de pastores e camponeses, tão logo se tornaram hábeis guerreiros, forjando desde tempos remotos uma imagem de caráter militar, o que refletiu sempre em metáforas que ligavam, inicialmente, o amor à guerra, na poesia; e posteriormente, a arte da oratória à arte do combate (GRIMAL, 2011, p. 22-3; VON ALBRECHT, 1997, p. 30).

para apresentar aos seus estudantes a extensão do Império sob o comando dos tetrarcas, que abrangia toda terra e mar conhecidos, cidades, povos e reinos que os temiam.

O período seguinte a ser apresentado corresponde a diferentes fases do governo de Constantino, que abordaremos a partir de cinco dos Panegíricos Latinos. O primeiro deles, de 307, é de autoria desconhecida. Trata-se de um epitalâmio (elogio nupcial) e foi proclamado em homenagem ao casamento do imperador com Fausta, sendo esta filha de Maximiano (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1999). Este panegírico contém informações importantes acerca dos acontecimentos conturbados dos anos de 306 e 307, permitindo-nos compreender como um discurso voltado para temas matrimoniais foi utilizado para trazer à tona representações de natureza política (NIXON; RODGERS, 1994, p. 186).<sup>64</sup>

O panegirista, ao enaltecer a união dos cônjuges, deteve-se também na legitimidade da união política entre Maximiano e Constantino, ambos interessados em propagar sua majestade imperial frente aos oponentes (GALLETIER, 1949b, p. 7-9).<sup>65</sup> Se, por um lado, fica claro o propósito do autor de difundir uma imagem soberana dos candidatos à púrpura, por outro, também destacamos que a escolha de *Augusta Treuerorum* (sede de governo) e de um orador gaulês para a apresentação do panegírico reforça as alianças entre os imperadores e a elite local (REES, 1998, p. 87).

O segundo discurso, de 310, foi proferido em *Augusta Treuerorum*, por ocasião do aniversário da cidade. O autor era um jurista proveniente de *Augustodunum*. Mas é sua atuação como professor de retórica que é autoproclamada no panegírico, gabando-se de formar discípulos talentosos, dentre eles seus filhos, que assumiram funções na administração pública e nos tribunais (*Pan. Lat. VI, 23, 1*).<sup>66</sup> A premissa de que “a formação literária romana tornara-se uma instituição capaz de proporcionar ao jovem o acesso ao universo da cultura e à rota do poder”

---

<sup>64</sup> Após a abdicação de Diocleciano e Maximiano, em 305, e a morte de Constâncio Cloro, em meados de 306, o trono imperial foi reclamado por muitos candidatos. E ainda que na época de seu casamento Constantino já estivesse com larga vantagem sobre seus concorrentes, ainda era alvo direto de Galerio; acrescenta-se a isso a retomada das atividades políticas por Maximiano, buscando restabelecer seu *status* imperial (NIXON, 1981, p. 72-6).

<sup>65</sup> Desde a República, as práticas da *amicitia* traziam o significado de apoio e suporte nas ações que eliminavam os opositores, funcionando como uma troca de favores entre diversas facções da aristocracia, o que já incluía alianças matrimoniais (ROSA, 2007, p. 57).

<sup>66</sup> Durante todo o Principado e o *Dominato* o fórum e os demais tribunais mantinham-se em funcionamento; assim como as carreiras políticas (visando ao Senado) eram construídas com base na formação retórica, cuja arte do discurso não era somente uma formalidade, mas um instrumento prático que garantia às elites o poder de se articular entre seus pares (BLOOMER, 2007, p. 298).

(MORGAN, 2007, p. 103) aparece nos dois panegíricos citados, a saber, aquele apresentado em 307 e no do jurista de 310.

O panegirista de 307 preocupava-se com o ensino que deveria ser dado às gerações futuras, exortando a sociedade a “educar os filhos para que, com a substituição de cada um por um sucessor, fosse possível remediar a mortalidade individual, já que a descendência de todos os cidadãos assegura a imortalidade do Estado” (*Pan. Lat. V, 2, 3*).<sup>67</sup> A ideia de perpetuação da memória e a transmissão da cultura literária e política da passagem acima, no entanto, parece restringir-se a um grupo mais seletivo. O mesmo autor, no seu discurso, afirma não ter o interesse de “perpetuar a república com plebeus, mas com uma descendência imperial” (*Pan. Lat. V, 2, 5*).<sup>68</sup>

A educação para criar um grupo superior em Roma advinha da República, num tempo em que a *humanitas*, a formação do *uir bonus*, já distinguia o orador de mulheres, estrangeiros, parasitas, iletrados (homens grosseiros) e escravos, pela forma do discurso que pronunciava e o conhecimento que possuía (a *paideia*), determinando sua predileção pelo poder (VEYNE, 1989, p. 283; MORGAN, 2007, p. 236).<sup>69</sup> Ora, devemos atentar para o fato de que Cícero foi educado por esse modelo retórico, subordinando-se às técnicas estabelecidas para alcançar o mais alto posto político que a arte oratória poderia reservar-lhe (STEEL, 2006, p. 232). Naquele momento, a educação romana ditava que o início da vida pública do *puer* ocorria oficialmente quando se dava o rito de passagem no fórum, no dia das *Liberalia* (BONNER, 2012, p. 84). Nessa data (17 de março), o jovem romano usaria pela primeira vez a *toga uiril*, abandonando a *toga praetexta* e com ela todas as ações de menino (ROSA, 2010, p. 30).

O ensino do *grammaticus* (o primeiro mestre, que alfabetizava e dava noções básicas em diversas disciplinas para o pupilo) seria substituído, a partir daquele momento de sua vida, pelo ensino prático no *Forum Romanum*, embora um orador experiente ainda tutorasse o jovem nessa fase, até que ele se tornasse um grande orador.<sup>70</sup> Daí Cícero aconselhar: “continuai como estais

---

<sup>67</sup> *Haec est uera pietas, haec uoluptas conseruandi generis humani, exemplum dare gentibus ad matrimonia studiosius expetenda et liberos educandos, ut substituendis successionibus singulorum nihil obsit unumquemque esse mortalem, cum immortalis sit omnium in posteritate res publica.*

<sup>68</sup> *Qui non plebeio germine sed imperatoria stirpe rem ruplicam propagatis ut [...].*

<sup>69</sup> O ideal de orador a ser seguido por Quintiliano é o do homem hábil na sua fala, o “homem perito na arte da palavra” [*uir bonus dicendi peritus*] (*Inst. Orat. XII, 1, 1*), conforme o modelo apresentado por Cícero, a quem considerava mais do que “o nome de um homem, mas o da própria eloquência” [*iam non hominis nomen sed eloquentiae habeatur*] (*Inst. Orat. X, 1, 112*). Como debatemos na introdução, a formação do orador era transmitida pela *paideia*.

<sup>70</sup> O primeiro cargo reservado aos jovens oradores, após estarem aptos a praticar sua retórica sem a supervisão do seu tutor, era o de advogado (*De Oratore, I, 52*).

fazendo, meus jovens, aplicando-vos ao estudo em que estais, trazendo honra para vós mesmos, utilidade para os amigos, proveito para o Estado” (*De Oratore*, I, 34).<sup>71</sup> Não era gratuito que o ritual de inserção do *puer* no fórum fosse conhecido como *tirocinium fori*, tomando-se a etimologia do termo militar *tirocinium* (recrutamento), utilizado comumente para expressar a entrada do jovem no serviço militar romano, o *tirocinium militiae*, seguindo o mote das metáforas militares debatidas anteriormente (ROSA, 2007, p. 55; BONNER, 2012, p. 84).<sup>72</sup>

O panegírico de 312, também de autor desconhecido, é um exemplo de *gratiarum actio*.<sup>73</sup> Nesse caso, o discurso é um agradecimento ao imperador Constantino por ter visitado a cidade de *Augustodunum*, no ano anterior (*Pan. Lat. VII*, 9-10). Não obstante, sua apresentação se deu na sede do governo, em *Augusta Treuerorum*. O autor, um professor de retórica, ao que tudo indica era natural de *Augustodunum*, tendo influência junto aos círculos aristocráticos da capital (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 23).

Esse panegírico permite que conheçamos melhor a situação da cidade de *Augustodunum* no início do século IV, após a onda de invasões e de conflitos internos que assolaram a região, a partir de 269, e que provocaram a pauperização generalizada, além de nos permitir também visualizar a significativa recuperação social obtida pela Tetrarquia (*Pan. Lat. VII*, 5, 3-5; 6, 1-7; RODGERS, 1989, p. 240). O orador constrói um discurso bastante informativo, ao mesmo tempo em que elogia Constantino pela atenção dada à situação dramática da cidade, alternando comentários sobre os reveses recentes com a lembrança de um passado glorioso, no qual era o povo de sua cidade que se dispunha a salvaguardar a grandeza de Roma (*Pan. Lat. VII*, 4, 3).<sup>74</sup>

Outro panegirista desconhecido é o autor do panegírico de 313.<sup>75</sup> Esse texto, um exemplar do tipo *gratulatio* (que pode ser traduzido como uma felicitação, normalmente em comemoração

---

<sup>71</sup> *Quam ob rem pergite, ut facitis, adulescentes, atque in id studium, in quo estis, incumbite, ut et uobis honori et amicis utilitati et rei publicae emolumento esse possitis.*

<sup>72</sup> A origem da palavra *tirocinium* advém de *tiro*, o soldado em início de carreira que não possui nenhum mérito. É por meio do “aprendizado de guerra” – *tirocinium* – que ele se tornará um homem / *uir* (SARAIWA, 2006, p. 1206).

<sup>73</sup> É Plínio, o Jovem (*Plinii Pan.*, IV), quem informa sobre a natureza desse tipo de discurso, explicando que a *gratiarum actio* foi criada pelo Senado para proveito público, quando um novo cônsul expressava sua gratidão ao assumir a função; no Principado, os príncipes bons reconheceram que da boca do cônsul deveria ser emitido publicamente o louvor ao Império.

<sup>74</sup> Da mesma forma, este panegírico oferece um resumo sobre a história do povo que habitava a região antes da conquista romana, os éduos (*aedui*), que possuíam uma relação pacífica e aliada com os romanos. Conforme analisaremos posteriormente, o panegirista destaca claramente que a urbanização e a cultura local precedem o avanço romano sobre a região (*Pan. Lat. VII*, 3, 2-4).

<sup>75</sup> Sobre este autor não só nos faltam informações a respeito de seu nome e origem como também sobre sua formação. O que se conjectura é que pode ter sido um orador de *Augusta Treuerorum* ou *Augustodunum* (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 23).



a feitos gloriosos), tem como tema central a retomada de *Augusta Treuerorum* (e do Ocidente) por Constantino após a supressão de seu rival, Maxêncio (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1245). No discurso, o orador desenvolve um jogo dual que, ao exaltar a vitória do imperador, contrapõe as virtudes e qualidades deste aos vícios e fraquezas do rival, Maxêncio, que governara antes a região das Gálias.<sup>76</sup> Nos entremeios do texto, são reveladas indicações a respeito da situação política da região e dos grupos envolvidos (*Pan. Lat. VIII, 3, 5-6*).

Com esse orador, vemos aflorar no discurso o respeito à tradição oratória. Já no exórdio do panegírico, é mencionada a responsabilidade da tarefa, perguntando ao imperador: “De onde buscarei, sagrado imperador, tanta confiança para me atrever a falar depois de tantos oradores eloquentíssimos que esta sagrada cidade tem escutado?” (*Pan. Lat. VIII, 1,1*).<sup>77</sup> E continua explicando: “me esforçarei [imperador] o mais que possa para sussurrar, por assim dizer, em teus ouvidos, ainda que estes estejam já repletos de eloquência, sem pretender competir com ninguém, somente desejoso de imitar” (*Pan. Lat. VIII, 1, 5*).<sup>78</sup>

A menção à grandeza dos autores clássicos no discurso, a *captatio benevolentiae*, é também reproduzida por Pacato Drepânio, último panegirista do *corpus* latino (389), que pede desculpas por declamar sua obra com uma “rude e transalpina linguagem” (*Pan. Lat. XI, 1, 3*)<sup>79</sup>. Essa prática, claramente, não deve ser interpretada como a diminuição das capacidades dos oradores gauleses frente aos antigos, mas como um meio de lembrá-los e, assim, incluir-se naquela tradição (NIXON; RODGERS, 1994, p. 294).

Como afirma Michael Von Albrecht (1997, p. 11-2), a prática da *imitatio* era o meio pelo qual os autores criavam laços com a tradição literária. Embora tal unidade fosse parcial, uma vez que cada autor tinha liberdade para emular e inovar ao compor uma obra, era preciso respeitar os cânones do gênero ao qual o discurso pertencia por meio do qual o escritor se fazia entender entre seus pares.<sup>80</sup> Com efeito, Morgan (2007, p. 237) reforça que o distinto orador era

<sup>76</sup> O princípio de conjugar elogio e vitupério na construção do panegírico de 313 segue o padrão imortalizado por Plínio, o Jovem, em seu elogio a Trajano, no qual a imagem do imperador anterior, Domiciano, é maculada (DOMINIK; SMITH, 2010, p. 10). A técnica dual de enfatizar as qualidades por meio da detração é uma das práticas de eficiência do discurso incentivada por Menandro (*Basilikós Logós*, II, 376, 31).

<sup>77</sup> *Vnde mihi tantum confidentiae, sacratissime imperator, ut post tot homines disertissimos, quos et in Vrbe sacra et hic rursus audisti.*

<sup>78</sup> *Experiar igitur, ut possum, quamquam opletis auribus tuis, ut sic dixerim, insusurrare, sine aemulandi fiducia cupidus imitandi.*

<sup>79</sup> [...] *incultum transalpini sermonis horrorem.*

<sup>80</sup> Yun Lee Too (2001, p. 8-9) nos alerta para o cuidado que devemos ter ao falar de uma transmissão educacional que perpassa toda a Antiguidade e o Medieval. Segundo o autor, nos acostumamos a seguir o modelo de longa duração estabelecido por Henri-Irénée Marrou no seu livro *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (1948), que tornou usual o conceito de Educação Antiga e a ideia da transição natural da cultura grega para a romana e a tardia

reconhecido por saber dominar com destreza os momentos cabíveis de emular a épica, a lírica, a tragédia, a comédia, os tratados históricos, retóricos e filosóficos. Nas palavras de Cícero: “nenhum orador poderá ser cumulado de toda a glória se não atingir o conhecimento de todos os grandes temas e artes” (*De Oratore*, I, 20).<sup>81</sup>

O domínio da cultura literária, entre os panegiristas gauleses, foi expresso de diversas formas, tanto em passagens que emulavam os textos e poemas greco-latinos, quanto citando os próprios poetas ao longo do discurso. Nesse aspecto, Homero (*Ili.* 15, 80-83 cf. *Pan. Lat.* II, 8, 5; *Ili.* 1, 528-30 cf. *Pan. Lat.* IV, 15, 3; *Ili.* 6, 301-12 cf. *Pan. Lat.* IX, 28, 1), Virgílio (*Aen.* 9, 184-5 cf. *Pan. Lat.* VIII, 4, 2; *Aen.* 8, 332 cf. *Pan. Lat.* VIII, 21, 5; *Aen.* 10, 592-3 cf. *Pan. Lat.* IX, 30, 1), Horácio (*Carm.* 2, 1, 21-2 cf. *Pan. Lat.* IV, 2, 4; *Ars. P.* 180-2 cf. *Pan. Lat.* IV, 20, 2) e Tito Lívio (*Epit.* 47 cf. *Pan. Lat.* III, 3, 1) se tornaram recorrentes; havendo ainda citações a Catão (citado no *Pan. Lat.* XI, 1, 4), Catulo (citado em *Pan. Lat.* XI, 7, 4), Enio (401-4V cf. *Pan. Lat.* IX, 29, 5), Estácio (*Theb.* 4, 5-7 cf. *Pan. Lat.* IX, 29, 5), Floro (1, 28, 14-5 cf. *Pan. Lat.* XI, 39, 4), Fronto (citado em *Pan. Lat.* III, 14, 2), Juvenal (13, 231 cf. *Pan. Lat.* IX, 28, 1), Lucano (5, 577 cf. *Pan. Lat.* III, 14, 5), Lucrécio e Marcial (em alusão a ambos terem nascido na Hispânia, *Pan. Lat.* XI, 4, 5), Propércio (3, 18, 7-8 cf. *Pan. Lat.* IX, 28, 1), Salústio (*Cat.* 3, 2 cf. *Pan. Lat.* XI, 2, 9), Terêncio (*Hec.* 22 cf. *Pan. Lat.* VIII, 9, 1), Tucídides (5, 70 cf. *Pan. Lat.* VIII, 1, 4), Valério Flaco (*Arg.* 1, 462-7 cf. *Pan. Lat.* IX, 11, 5), Valério Máximo (6,9 cf. *Pan. Lat.* XI, 7, 4), Varrão (*Sat. Men.* 234 cf. *Pan. Lat.* VII, 14, 1), entre outros.

Para um orador provinciano, a tradição retórica que afluía em uma citação como de Virgílio, facilmente identificável por toda a audiência, transcendia barreiras e promovia um reconhecimento que o local de nascimento não teria por si (RUSSELL, 1998, p. 22).<sup>82</sup> Reproduzir um *topos* criado ou afamado por um autor clássico significava, assim, para um panegirista gaulês, ser partícipe da cultura literária que era patrimônio da memória coletiva (HANSEN, 2012, p. 170).

---

(cristã), concepção que mascara a multiplicidade do ensino, o valor das inovações e as oposições que ocorreram ao longo desses períodos.

<sup>81</sup> *Ac mea quidem sententia nemo poterit esse omni laude cumulatus orator, nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus.*

<sup>82</sup> Sobre a *emulatio* virgiliana nos Panegíricos Latinos, conferir a coletânea organizada por Roger Rees, intitulada ‘*Romane Memento*’: *Vergil in the Fourth Century* (2004b). Braund também desenvolveu um estudo sobre Virgílio e outros poetas como referência na literatura tardia no *Intersections of power: praise, politics and patrons* (p. 110-32) da obra *Latin Literature* (2002).

O panegírico de Nazário, datado de 321, além de rememorar o *dies imperii* de Constantino<sup>83</sup>, era também dedicado aos filhos do imperador, Crispo e Constantino II, que comemoravam suas quinquenárias, ou seja, cinco anos de governo; ambos os herdeiros compareceram à cerimônia em que ocorreu a declamação do discurso, em Roma (*Pan. Lat. IX*, 1). O panegirista, diferente dos demais apresentados, teve sua formação nas escolas de retórica de *Burdigala*.

Segundo Galletier (1949b, p. 147), as escolas de *Augustodunum* foram eclipsadas pela fama das escolas de *Burdigala*, que se sobressairam a partir da segunda década do século IV. O talento oratório de Nazário teria sido o primeiro a se destacar nesse novo centro, sendo mencionado por diversos autores do século IV, como Jerônimo, em sua Crônica, e Ausônio, nos poemas dedicados aos oradores gauleses (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 1267; p. NIXON; RODGERS, 1994, p. 334). Apesar da repercussão alcançada pelo panegírico proclamado em Roma diante dos Césares, Nazário não ocupou postos na administração imperial, figurando nos textos sempre como um orador (*Pan. Lat. IX*, 31, 4; HERRERO LLORENTE, 1969, p. 1268).

Cláudio Mamertino, autor do panegírico seguinte ao de Nazário no *corpus*, foi um homem a serviço do Estado romano, como ele mesmo declarou (*Pan. Lat. X*, 17, 1). Nada se sabe a respeito do círculo de formação ao qual pertencia ou mesmo se alguma vez exerceu o papel de professor de retórica. Seu nome aparece sempre ligado às funções burocráticas do Estado (GALLETIER, 1949c, p. 4). Sabemos que foi administrador dos tesouros imperiais e prefeito do pretório na Ilíria, no início de 361, cargo para o qual foi nomeado novamente em 364 (*Pan. Lat. X*, 1, 3-5; RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 24).

O seu panegírico, declamado em Constantinopla, é uma *gratiarum actio*, no qual o orador agradece a Juliano por ter recebido o cargo de cônsul, em 362. A ascensão meteórica de Mamertino na vida pública demonstra a estreita ligação que tinha com o imperador, mas também o seu traquejo político, o que faz dele um autor cuja trajetória merece atenção (GARCÍA RUIZ, 2008, p. 234). Sua retórica, em especial, e as nuances do discurso, apresentam comentários políticos e religiosos de forma sutil, e que elucida questões do governo de Juliano sobre diversos assuntos (BLOCKLEY, 1972, p. 447).<sup>84</sup> Pichon (1906, p. 114), de outra forma, exalta o panegírico de Claudio Mamertino por conta de seu destaque oratório, que está

<sup>83</sup> Comemoravam-se, naquele momento, as vicensárias de Constantino, ou seja, os vinte anos de seu governo (*Pan. Lat. IX*, 1, 2).

<sup>84</sup> Nixon e Rodgers (1994, p. 388-9) argumentam que, embora nada saibamos da formação e do início da carreira de Claudio Mamertino, é perceptível no panegírico o contato que teve com o texto dos outros panegiristas, influenciando a base do seu discurso, embora o orador propositalmente entregue sua formação grega, e o enfoque nas questões de ordem filosófica (*Pan. Lat. X*, 47, 1).

diretamente conectado com o discurso de Plínio.<sup>85</sup> De fato, o panegírico dedicado a Trajano foi também um agradecimento ao imperador por Plínio ter sido indicado para ocupar o cargo de cônsul. Os paralelos entre ambos os episódios, bem como a relação que os dois panegiristas possuíam com os imperadores, nos levam a analisar o papel que a *amicitia* adquiriu no Império.

Com o advento do Principado ocorreu o alargamento das elites senatoriais e da formação educacional: devemos lembrar que a própria ordem senatorial não era tão homogênea e passou por transformações internas ao longo do primeiro século do Principado (BONNER, 2012, p. 98; JOLY, 2009, p. 24). A estratificação dentro da *ordo senatorius* refletia alianças firmadas pela *amicitia*, contando com uma quantidade cada vez maior de *homines noui* ascendendo, por indicação do imperador, a funções de grande gabarito na administração do Império ou como governadores de províncias imperiais – na qualidade de *legatus Augusti pro praetore*, exercendo plenos poderes em territórios do *princeps*, por ordem direta deste (ALFÖLDY, 1989, p. 135-6).

Esses “preferidos do imperador” eram muitas vezes integrantes de elites provinciais, que obtiveram visibilidade por intermédio de ocasiões em que puderam demonstrar a destreza de sua retórica e articulação poética (FANTHAM, 1999, p. 193). Um desses novos aristocratas era Tácito, que representa os interesses da oratória daquele momento:

[...] Não tive dias tão alegres como aqueles em que meu talento oratório me permitiu defender com êxito o réu, expor meu discurso diante dos triunviros, ou proteger e defender os libertos e os procuradores imperiais diante do príncipe<sup>86</sup> (*Dial. Or.*, VII, 1).

Tornar-se parte do *amplissimus ordo*, estrato mais elevado do Senado, exigia um criterioso aprendizado, tanto da oratória quanto de uma formação especializada, de natureza administrativa (ALFÖLDY, 1989, p. 133). Tais aptidões eram facilitadas quando se possuía uma relação direta com o imperador. Plínio, no panegírico, apresenta o modo pelo qual as escolhas do imperador para ocupação dos cargos da corte eram feitas: “Tu elegeste aos teus amigos entre os melhores e, por Hércules! É um dever da justiça que os mais queridos para um príncipe bom sejam aqueles que foram odiados por um príncipe mau” (*Plinii Pan.*, XLV).<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Há de se atentar para o fato de que Claudio Mamertino, ao emular as fórmulas e a tópica do panegírico de Plínio, deixou de seguir alguns padrões específicos para adequar-se às condições cerimoniais do século IV (MACCORMACK, 1976, p. 29; GARCÍA RUIZ, 2008, p. 234).

<sup>86</sup> [...] *non eum diem laetiorem egi [...] quam eos, quibus mihi pro mediocritate huius quantulaecumque in dicendo facultatis aut reum prospere defendere aut apud centumviros causam aliquam feliciter orare aut apud principem ipsos illos libertos et procuratores principum tueri et defendere datur.*

<sup>87</sup> *Tu amicos ex optimis legis, et hercule aequum est, esse eos carissimos bono principi, qui inuisi malo fuerint.*

O próprio Plínio era um amigo próximo de Trajano, o que fica claro pelas suas cartas (*Epist. X*), mantendo traços estreitos e trocando favores pessoais com toda a família real, inclusive o pai do imperador, Nerva (*Epist. X, 8*).<sup>88</sup> O elogio pessoal tornou-se uma prática comum entre os membros da elite romana, de modo que os conselhos reunidos por Sêneca, no *De Clementia*, e a *laudatio* direcionada a Agrícola, na obra homônima escrita por seu genro (*De uita et moribus iulii Agricolae*), Tácito, não configuram exemplo de panegíricos imperiais (RADICE, 2012, p. 82).<sup>89</sup> A partir de Plínio, porém, a relação pessoal com o imperador passou a representar um patronato de caráter oficial, que aparece novamente na construção da imagem de Juliano por Mamertino, no século IV (BRAUND, 2002, p. 123).

O último panegírico que integra o *corpus* gaulês, escrito por Pacato Drepânio, expressa a permanência das relações entre a retórica e a política nas últimas décadas do século IV. Pacato Drepânio foi um aplicado aluno das escolas de *Burdigala*, que mantinha conexões estreitas com os mais consagrados oradores do Ocidente. Com efeito, foi apadrinhado por um deles, Ausônio, que provavelmente foi quem o indicou para proclamar o elogio a Teodósio (MATTHEWS, 1990, p. 87). O próprio Drepânio foi beneficiado pelas alianças consolidadas em Roma, recebendo o proconsulado da África em 390 (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1321). A escalada de Pacato Drepânio na vida pública, ao revelar a influência de Ausônio como seu tutor, nos chama a atenção para a importância que as escolas de *Burdigala* tiveram a partir de meados do século IV, como já comentado.

Seu modelo é um *gratulatio*, que segue o padrão do panegírico de 313. O discurso foi apresentado em Roma, em 389, quando Teodósio foi à cidade para reaver a posse das Gálias, ocupadas por Magno Máximo desde 383 (*Pan. Lat. XI, 2*). Sabemos que à época o imperador objetivava estreitar os laços com a região, sobre a qual nunca governara desde sua ascensão ao poder, em 379 (NIXON; RODGERS, 1994, p. 438). Naquele momento, vemos alianças serem firmadas entre o soberano e as elites gaulesas, que compareceram à cerimônia que empossou Teodósio, em Roma.

A perspectiva de estudo que lançamos sobre os Panegíricos Latinos, em suma, diz respeito às particularidades e, ao mesmo tempo, aos aspectos que os unem em torno de um panorama

---

<sup>88</sup> Para compreender as relações entre Plínio, o Jovem, e a família imperial de Trajano, consultar o artigo *Self-fashioning in the Panegyricus* (2011, p. 31 e ss) de Carlos F. Noreña.

<sup>89</sup> Sêneca escreveu o seu tratado sobre o *perfectus princeps* no instável período inicial do governo de Nero, marcado por disputas pelo trono com grupos ligados à Agripina, e, portanto, a conjuntura não permitia alianças que resultassem em funções públicas (FAVERSANI, 2010, p. 66).

político-educacional. Importa saber de que forma os panegíricos, em conjunto, apresentam uma visão ampliada sobre a oratória galo-romana (PICHON, 2012, p. 74). As escolas de retórica, como defende Nixon (2012, p. 239), eram espaços que reproduziam a imagem do governo, o que interligava também a imagem do orador à imagem do Estado. Os oradores, no entanto, eram gauleses, e seus discursos eram instrumentos de poder dos grupos aristocráticos gauleses.

### *INSTRUAM QUI LEGANTUR*: OS PANEGÍRICOS LATINOS E A POSTERIDADE

Pacato Drepânio, na *peroratio* do seu panegírico, apela ao imperador clamando que o mesmo o perdoe pelo pouco que falou sobre seus feitos e do modo pobre com que narrou suas façanhas. Em suas palavras: “Eu compensarei esta injustiça, imperador, ainda que sobre ti eu mesmo não tenha dito nada que seja digno de ser lido, se eu vier a instruir àqueles que lerem” (*Pan. Lat. XI, 47, 6*).<sup>90</sup>

O orador cumpre com a *etiqueta*, relatando que a majestade imperial é indescritível. Por outro lado, se suas palavras não são suficientes para descrever o poder do *basileus*, elas são úteis para educar a quem queira ler (*instruam qui legantur*). Desta frase, tomamos como válidas duas interpretações. Em primeiro lugar, o panegírico pode informar sobre os acontecimentos, ao mesmo tempo que se torna um exemplar das práticas do conhecimento oratório; em segundo lugar, Drepânio tem clareza da perpetuidade do seu discurso e lega à posteridade não só suas palavras, mas também os tempos gloriosos do Império e o relato de uma elite gaulesa que se faz notar por meio de oradores notáveis como ele.

O ato de compilar os panegíricos, provavelmente realizado por Drepânio, preservou a memória daqueles autores e, com isso, abriu-se o leque para que conhecêssemos mais a respeito de diversos temas, como o cerimonial da corte, a comunicação política e a religiosidade tardoantiga. A seguir, apresentaremos um balanço historiográfico, abordando as principais vertentes e os autores que, graças à visão de futuro de Drepânio, revisitaram os Panegíricos Latinos em diferentes períodos posteriores.

---

<sup>90</sup> *Compensabo tibi istam, imperator, iniuriam si, cum de te ipse nil dixerim quod legendum sit, instruam qui legantur.*

Da Antiguidade até o século XIV, os discursos compilados se perderam. Os manuscritos foram descobertos em 1433, quando Giovanni Aurispa, filólogo italiano famoso por traduções de obras gregas, foi enviado a um monastério na cidade de Mogúncia (Mainz, em alemão), na Alemanha, para renovar seus estudos (NIXON, 2012, p. 224; REES, 2012, p. 41). Entre diversas relíquias arquivadas na biblioteca, Aurispa identificou o panegírico de Plínio, acompanhado das onze obras endereçados aos imperadores do século IV (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 11; NIXON; RODGERS, 1994, p. 4). O filólogo providenciou uma cópia, dando-lhe o título de *XII Panegyrici Latini*, levando-a consigo de volta à Itália, em 1434 (GALLETIER, 1949a, p. xxxix). Os manuscritos originais se perderam, mas diversas cópias foram produzidas durante o Renascimento, permanecendo pouco exploradas até o início do século XIX.

O manuscrito de Aurispa ficou conhecido como Código *Moguntinus* (pois era proveniente da cidade, *Mogontiacum*, em latim) e passou a ser designado pelo símbolo M, que também foi perdido.<sup>91</sup> Duas cópias foram produzidas a partir de M: X<sub>1</sub> e X<sub>2</sub>. Há uma série de dúvidas sobre o contexto de produção desses conjuntos, de modo que a tese mais confiável é aquela atestada por Mynors (2012, p. 50), que considera X<sub>1</sub> diretamente proveniente de M, ainda que se percebam diversas intervenções humanistas posteriores; ao passo que X<sub>2</sub> seria uma cópia realizada por Francisco Pizzolpasso, arcebispo de Milão, em 1435, no monastério de Mogúncia, independente do trabalho feito por Aurispa no ano anterior e antes dos manuscritos originais sumirem. Por muito tempo se considerou como marginal um terceiro exemplar, encontrado por John Livineius no convento beneditino de São Bertin, na França, em 1599, originalmente escrito por Francisco Modius (JANSON, 1984, p. 17; NIXON; RODGERS, 1994, p. 36). Hoje se considera que esta cópia, que recebeu o título de *Bertinensis*, não é proveniente de M, sendo cognata e tão legítima quanto esta (MYNORS, 2012, p. 52; GALLETIER, 1949a, p. L).

Posteriormente, ainda no século XV, foi descoberto um novo conjunto de manuscritos, dividido em três famílias subsequentes, sendo estas H, N, A.<sup>92</sup> É comumente aceita a teoria de Mynors (2012, p. 51), confirmada por Janson (1984, p. 16), Nixon e Rodgers (1994, p. 36), de que M deu origem a H, que por sua vez serviu de base para N, versão esta que inspirou o autor de A. Foi a partir dessa tradição escrita que os trabalhos posteriores puderam se basear.

---

<sup>91</sup> No prefácio da versão de Baehrens para os Panegíricos Latinos (1874, v-xxvi), o autor trata do *archetypo Maguntino* e disserta sobre as condições de transmissão dos demais manuscritos e dos principais filólogos a partir do período humanista.

<sup>92</sup> H é o símbolo referente ao código originalmente intitulado *Londinensis Harleianus* 2480; N corresponde à família conhecida como *Napocensis*; por fim, A é a designação para a cópia realizada em 1460, pelo teólogo alemão Johannes Herzog, chamada *Upsaliensis* C 917 (JANSON, 1984, p. 16).

Aemilius Baehrens foi quem produziu a primeira edição crítica dos Panegíricos Latinos, publicando seu trabalho em 1874. A importância dessa versão está na extensa pesquisa realizada por Baehrens, incluindo a consulta de diversos grupos de manuscritos e a redação de um detalhado prefácio que comprova a precisão da sua pesquisa (REES, 2012, p. 16-7). Conforme as regras de composição do século XIX, o autor expôs sua obra em latim.<sup>93</sup> O século XIX nos legou ainda o primeiro ensaio a abordar, em francês, os panegiristas latinos, cujo tema é a relação de favorecimento que se buscava ter com a corte imperial. É este o *Les rhéteurs gaulois du IV siècle* (1884), de Gaston Boissier.

René Pichon teve grande expressão como estudioso da História das Gálias. No início do século XX, Pichon lançou o compêndio *Les Derniers Écrivains Profanes* (1906, p. viii), debatendo temas ligados aos panegíricos gauleses, às obras de Ausônio, de *Querolus* e de Rútílio Namatiano. O estudo realizado pelo autor sobre cada uma dessas obras é considerado um marco para os estudos das Gálias. Segundo Rees (2012, p. 27), a pesquisa de Pichon se destaca das obras anteriores por apresentar um completo levantamento e tratamento das fontes antigas, que possuíam em comum uma clara relação com temas gauleses.

A publicação do texto latino de Roger Aubrey Baskerville Mynors, por sua vez, com o título *XII Panegyrici*, lançado na coleção *Oxford Classical Texts* (1964), tornou-se canônica desde a década de 1960, quando passou a ser a opção utilizada pelos mais destacados pesquisadores dos panegíricos, como permanece até hoje (NIXON; RODGERS, 1994, p. 37; REES, 2012, p. 19). Mynors realizou um minucioso estudo sobre a descoberta dos manuscritos e as cópias posteriores do período renascentista. Esse estudo está contido na parte inicial da sua obra e foi reeditado por Roger Rees (2012, p. 49-54) na forma de artigo, com o título *Preface to the PCT Edition of the XII Panegyrici Latini*.

A primeira tradução dos panegíricos em língua vernácula, para o francês, foi feita por Édouard Galletier e publicada pela *Les Belles Lettres* em um único compêndio, designado como *Panégyriques latins*, em 1949. Antes de Galletier, eram correntes as interpretações que partiam da composição e da linguagem dos panegíricos, como a análise do discurso e dos métodos retóricos, a exemplo do trabalho de Jules Maurice, intitulado *Les discours des panegyrici latini et l'évolution religieuse sous le regne de Constanti*, de 1909; e de W. S. Maguinness, no artigo *Some methods of the Latin Panegyrist*, de 1934. Estudos como este estiveram em voga até a

---

<sup>93</sup> Uma versão reeditada e revisada foi lançada pelo filho de Baehrens, William, em 1911 (REES, 2012, p. 17).



década de 1970, a exemplo do *Le corpus des Panégyriques Latins de l'époque tardive: problèmes d'imitation* (1975), de Edmond Vereecke.

Nesse mesmo período, no entanto, destacou-se uma nova vertente de abordagem sobre esses discursos, quando os aspectos sociológicos e o uso do conceito de propaganda política parecem predominar na historiografia. Datam desse período *Étude de la capitulation de Dioclétien d'après le panegyrique VIII* (1961), de Edgar Faure; e *Les classes sociales dans l'Empire Romain*, publicado por Jean Gagé, em 1964; também *De la rhétorique à la communication politique: les panégyriques latins*, publicado em 1984, por G. Sabbah; e *Some imperial virtues and the Latin Prose Panegyrics: the demands of propaganda and the dynamics of literary composition*, artigo de R. Seager, também de 1984; e o ensaio *Propaganda e ideología: la imagen de la realeza en los panegíricos latinos* (1988), de Francisco Javier Lomas.

É importante ressaltar que, dos trabalhos do século XX acima mencionados, nenhum deles constitui um estudo de grande fôlego, configurando-se como pesquisas apresentadas sob a forma de artigos, ensaios e comunicação em eventos. Por conta disso, a obra *Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo Imperio* (1991), de Manuel J. Rodríguez Gervás, é, de fato, o primeiro estudo mais extenso acerca dos Panegíricos Latinos em décadas. Nesse trabalho, o autor dedica-se a explorar os discursos de modo sistemático, analisando o potencial propagandístico de tais obras no contexto do Império. Posteriormente, Rodríguez Gervás dedicou-se a explorar ainda mais as relações sociais e as tensões que os panegíricos apresentam, a exemplo dos artigos *Aspectos ideológicos de las relaciones de dependencia en los Panegíricos Latinos* (1988) e *La retórica del siglo IV: espacios de integración y exclusión del bárbaro* (2008).

Na derradeira década do século XX, o estudo dos panegíricos permaneceu prioritariamente fragmentado, contando com intervenções pontuais de autores como J. W. Liebeschuetz, que, especialista em religião romana na Antiguidade Tardia, dedica um artigo, intitulado *Religion in the panegyrici latini* (1996), a estabelecer relações entre a retórica dos textos cristãos e a retórica dos panegíricos. A imagem imperial também recebeu maior atenção de pesquisadores como Marie-Claude L'Huillier, na obra *L'Empire des mots: orateurs gaulois et empereurs romains* (1992), e David S. Levene, com seu *God and man in the classical latin panegyric* (1997).

Barbara Saylor Rogers e C. E. V. Nixon, ao traduzirem os onze discursos gauleses, sob o título de *In praise of Later Roman Emperors – The Panegyrici Latini* (1994), exploram o contexto de produção dos textos e a cultura literária dos oradores, porém apresentam informações

circunscritas a cada panegírico, não investindo numa análise de conjunto que conecte as relações entre os professores de retórica, o *locus* de poder regional e a corte imperial.

Das pesquisas mais atuais, as obras de Roger Rees e C. E. V. Nixon são aquelas que mais se aproximam da nossa abordagem, pelo fato de ampliarem e atualizarem os estudos sobre os discursos gauleses.<sup>94</sup> Em trabalhos como *Layers of loyalty in Latin Panegyric – AD 289-307* (2002), em que desenvolve um estudo sobre as interações culturais por meio dos panegíricos durante a Tetrarquia; ou na coletânea de artigos *Latin Panegyric: Oxford readings in Classical Studies* (2012), que organizou contando com artigos de diversos autores, Rees propõe novas considerações a respeito da problemática sobre a propaganda imperial, as questões sobre os modelos retóricos e os debates sobre a representação religiosa nos panegíricos.<sup>95</sup> Nixon, além da tradução dos panegíricos (1994), concebeu uma série de artigos, a exemplo de *Latin Panegyric in the Tetrarchic and Constantinian period* (1983), *The use of the past by the gallic panegyrists* (1990), entre outros.

Em âmbito nacional, por sua vez, contamos com trabalhos como o de Diogo Pereira da Silva, que utilizou os panegíricos em conexão com as moedas da Tetrarquia e do período constantiniano para analisar a propaganda política e a imagem imperial nas primeiras décadas do século IV na sua dissertação de mestrado, *Os mecanismos de legitimação de Constantino I - 306-325* (2010), e na tese de doutorado, denominada *O transcrito público e as representações do poder imperial na Tetrarquia (284-305): uma contribuição ao diálogo comparativo* (2013). Neste último trabalho, o autor contribuiu para a compreensão da imagem pública da monarquia entrelaçando os panegíricos e as moedas como instrumentos de poder, algo que conecta esse trabalho à abordagem da nossa tese.

Ana Paula Franch, por sua vez, trabalhou com os discursos endereçados a Constantino em sua dissertação de mestrado, intitulada *Poder imperial e legitimação no século IV d.C.: o caso do panegírico de Constantino* (2009). Na tese de doutorado *O elogio das virtudes: os Panegíricos Latinos e a reorganização tetrárquica do poder imperial romano no século III d.C.* (2015), a autora revisitou os aspectos laudatórios e políticos da Tetrarquia.

---

<sup>94</sup> Roger Rees, em colaboração com Bruce Gibson (especialista em oratória pliniana), centralizou os estudos realizados nas universidades europeias sobre a prosa latina dos panegíricos através do *The Panegyrici Latini Project*, que ganhou divulgação pelo site <<https://www.st-andrews.ac.uk/classics/panegyric/>>. Entre os estudiosos convidados, ressaltamos a presença de Maria Pilar García Ruiz e suas contribuições a respeito da retórica na obra de Cláudio Mamertino e da política de Juliano.

<sup>95</sup> A produção acadêmica de Roger Rees conta ainda com outros artigos, que serão utilizados nesta tese e se encontram disponíveis nas nossas referências bibliográficas.

## SACRA MONETA: REFORMAS MONETÁRIAS, CULTURA POLÍTICA E IMAGEM IMPERIAL

Os laços da cultura literária e da cultura política que vincularam os panegíricos latinos à tradição clássica foram bastante explorados pela historiografia. As moedas, num quadro comparativo, receberam menos atenção no que diz respeito ao lugar que ocuparam nas reformas imperiais do século IV. É nosso objetivo compreender como as emissões monetárias, desempenhando um papel político, funcionavam como dispositivos mnemônicos do poder e traziam consigo um visível caráter sagrado. Desse modo, as moedas do *Dominato* se mostram herdeiras de padrões estabelecidos há séculos no Império Romano.

Florenzano (2001, p. 59) explica que, por conta do poder sobrenatural que emanava da moeda, os grandes depósitos monetários da Grécia Antiga eram edificadas em templos, santuários ou locais sagrados; a imagem do reverso possuía um poder apotropaico e deveria ser ritualmente controlado. Em Roma, a deusa Juno recebeu o título de *Juno Moneta* (Juno: A Anunciadora) por ter enviado presságios aos romanos informando sobre a invasão dos gauleses em 390 a.C., ganhando um templo com o mesmo nome, em 344 a.C., no Monte Capitolino. Desde então, julgou-se seguro transformar esse edifício na casa da moeda oficial de Roma e eleger Juno como protetora das riquezas do Império, de modo que as atividades monetárias não se realizavam sem rituais auspiciosos à deusa (GRANT, 1958, p. 13; GRIMAL, 2011, p. 318).

No século IV, por sua vez, observamos as moedas conectadas mais uma vez com o universo sobrenatural. Nixon e Rodgers (1994, p. 53) apontam para a ritualização das atividades nas casas da moeda (*monetarii*), o que se pode provar por meio das marcas de cunhagem, que traziam grafadas a sigla *SM* (*SACRA MONETA*), independente dos títulos e das imagens que fossem compor a moeda. Sutherland (1967, p. 90) atesta uma quantidade significativa de moedas, durante o governo de Diocleciano e de seus sucessores, com essa marca, senão a imagem da própria *SACRA MONETA* (também inscrita como *MONETA SACRA*) personificada no reverso (**Moeda 1**).<sup>96</sup>

Para Shotter (1979, p. 53), sob outro aspecto, as imagens sagradas nas moedas foram úteis, senão fundamentais, ao processo de centralização política da Tetrarquia, atuando em duas

---

<sup>96</sup> Segundo Sutherland (1967, p. 90 e ss), essa sigla tinha por finalidade inibir a falsificação e a violação das peças, dada a necessidade de resguardar o montante de ouro em circulação. De qualquer forma, a utilização de um símbolo divino pelo imperador com o propósito de manter o controle sobre um artigo de uso cotidiano é prova suficiente do impacto que os artefatos sagrados exerciam sobre a sociedade.

funções: no reforço dos atributos divinos que legitimavam o imperador; e no processo de criação de um elo que garantia a confiança dos súditos por meio de símbolos de apelo generalizado. Desse modo, as moedas participavam da política implementada por Diocleciano, que buscava na sacralidade monumental um meio de legitimar novos tempos de paz e estabilidade, deixando para trás a imagem de um caos político e de crise econômica (HANNESTAD, 1988, p. 301). A ligação com o divino não podia se firmar, no entanto, senão amparada por um programa de reformas fiscais e militares (REES, 1993, p. 188).



**Moeda 1** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 300 – 301. Anverso: Diocleciano barbado, com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: deusa *Moneta* com a balança na mão direita e a cornucópia na mão esquerda; ao lado, uma estrela. Legenda: *M(oneta) SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum)*. Ref.: RIC VI 462a.



**Moeda 2** – Medalhão de bronze cunhado em Roma entre 284 – 305. Anverso: Diocleciano barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix)*

*AVG(ustus)*. Reverso: deusa *Moneta* multiplicada por três, voltadas para a esquerda, cada uma com uma pilha de moedas aos seus pés, respectivamente de ouro, prata e bronze; cada uma segurando, na mão direita, uma balança e, na mão esquerda, a cornucópia. Legenda: *MONETA AVGG(usta)*. Ref.: GNECCHI II, 14, 124.

A reforma monetária foi simbolizada nas próprias emissões, conforme o exemplo apresentado acima (**Moeda 2**). Nesse modelo, o reverso apresenta a deusa *Moneta* triplamente reproduzida e identificada pela cornucópia (prosperidade) e a balança (justa medida). Cada uma das três figuras tipifica um dos metais de maior uso corrente no Império: o ouro, a prata e o bronze. Aos pés de cada *Moneta*, se pode notar três pequenas pilhas de moedas, símbolos que anunciam os tempos prósperos da Tetraquia.

Na prática, a sucessão de soberanos que governaram o Império por pouco tempo, e por vezes com concorrentes regionais, desde 235, impossibilitou o desenvolvimento de um governo mais eficaz em arcar com todas as demandas de seu vasto território (BOURNE, 2000, p. 20). Daí a importância das reformas de Valeriano (253-260), imperador que deu início ao processo de centralização fiscal em seu governo, destituindo as sedes provinciais de autonomia para cunhar moedas (SUTHERLAND, 1937, p. 49). Medidas regionais foram desenvolvidas ainda por Aureliano (270-275) para controlar as finanças na Britânia e norte das Gálias, mas problemas parciais e conflitos locais passaram a trazer uma sensação de desgaste e de ineficiência do Estado (REECE, 1973, p. 240). Ao ascender ao trono, em 284, Diocleciano logo começou a projetar uma estrutura que impulsionava os diversos setores do sistema político. Para atender a necessidades tão amplas, foi estabelecido um governo colegiado. Estava instalada, então, uma Diarquia, na qual Diocleciano comandava o Império ao lado de Maximiano (284-305), general destacado nas campanhas militares, ambos portando o epíteto de Augusto, como forma de identificar seu poder régio (REES, 2004a, p. 7-8). Em pouco tempo, o sistema foi ampliado e dois outros generais passaram a obter atribuições políticas, mas principalmente autonomia militar: intitulados Césares, os escolhidos foram homens de confiança dos Augustos, respectivamente, Galério e Constâncio Cloro (WARD-PERKINS, 2005, p. 17-20). Estava instaurada a Tetrarquia.<sup>97</sup>

Foi no advento da Tetrarquia que se deu a reorganização monetária tardia. Para Gagê (1964, p. 235), a questão fiscal configura um dos principais elos da política desenvolvida no Império

---

<sup>97</sup> Foi acordada a divisão político-administrativa do Império em duas partes: Ocidente, sob o governo de Maximiano e o suporte de Constâncio Cloro; e Oriente, onde governava Diocleciano e seu César, Galério. As decisões gerais eram prerrogativa de Diocleciano, Augusto sênior, a exemplo da reforma fiscal que enfocaremos a seguir (SESTON, 1946).

desde o Principado até o *Dominato*, que se delineava mediante o desenvolvimento da máquina administrativa. Com efeito, as ações deliberativas do governo sobre a economia atingiam diretamente as camadas sociais, afetando as atividades financeiras provinciais (HENDY, 1972, p. 76). As demandas e problemas locais resultantes exigiam medidas públicas que dessem conta de solucioná-los ou amenizá-los. As reformas fiscais da Tetrarquia surgiram na tentativa de reestabelecer conexões entre o centro e as partes, o que levou Diocleciano a apostar no desenvolvimento de um complexo sistema burocrático (SESTON, 1946, p. 50).

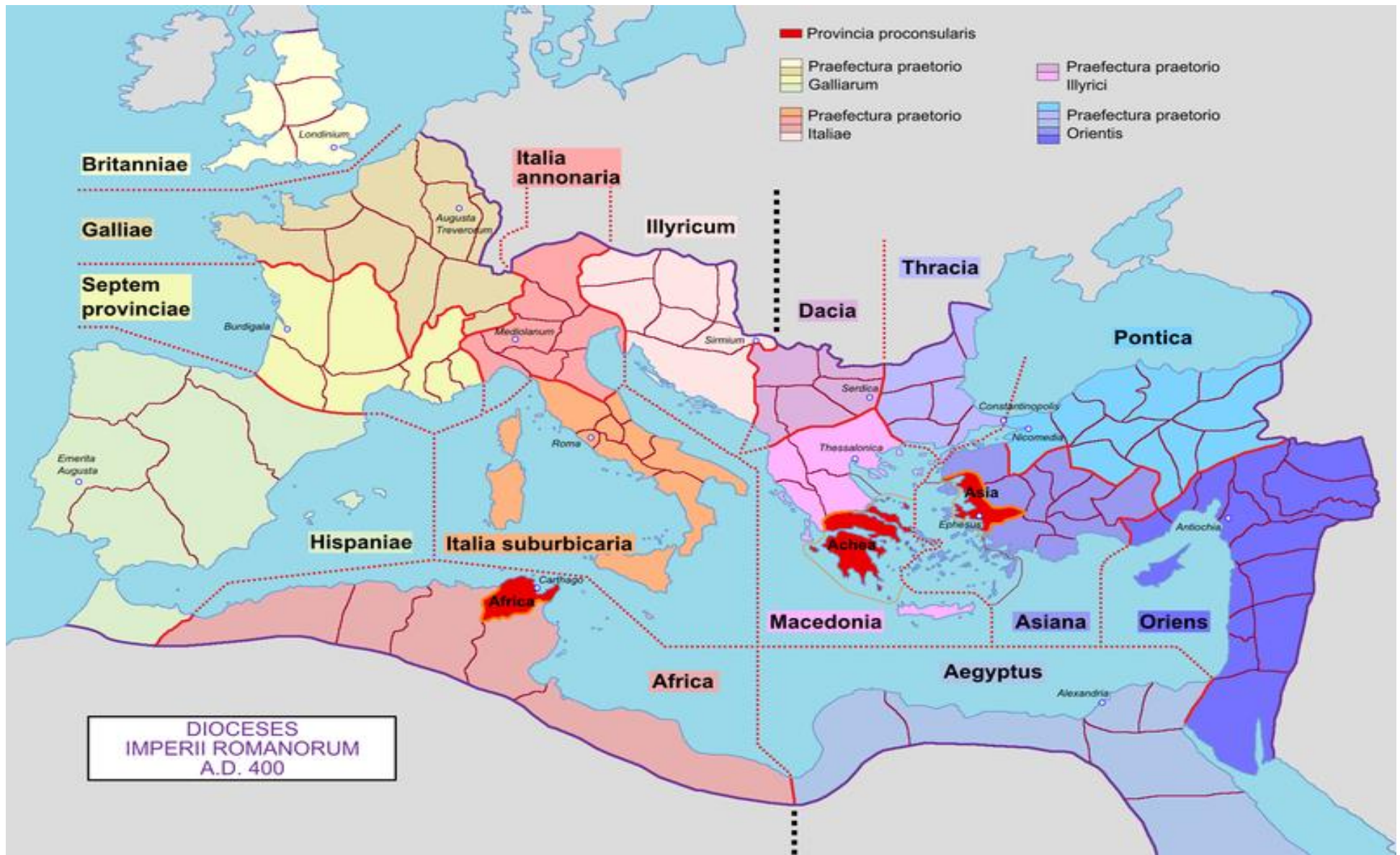
O modelo administrativo do governo de Diocleciano tinha como base a divisão em dioceses, que consistiam em unidades administrativas territoriais inicialmente em número de quinze (**Imagem 1**). Cada uma dessas dioceses era supervisionada pelo vicário [*uicarius dioceseos*] (*Notitia dignitatum*, Or. XXIV; METCALF, 2006, p. 38). O vicário era o colaborador direto do prefeito do pretório [*praefectus praetorio*], que administrava os assuntos públicos em nome dos imperadores (*Notitia dignitatum*; Oc. I, 2).<sup>98</sup>

Segundo Hendy (1972, p. 75), os prefeitos do pretório e os vicários, que possuíam as funções administrativas mais significativas da Tetrarquia, tiveram que lidar com o crescente espaço ocupado pelo *rationalis summae rei*, supervisor-geral dos assuntos financeiros (este cargo foi fragmentado em dois, a partir de 297, atuando um no Ocidente e outro no Oriente).<sup>99</sup> O *rationalis summae rei* controlava diretamente os tesouros do Império, gozando da confiança dos imperadores e obtendo prestígio junto aos grupos aristocráticos (*Notitia Dignitatum*, Or., XIII, 13). A responsabilidade pela fiscalização direta dos ateliês, no entanto, era papel do *procurator monetae*, que deveria dominar os trâmites necessários para identificar o peso e a dimensão corretos da moeda, a pureza ou medida de ligas metálicas necessárias, e até mesmo as convenções dos padrões estéticos (*Notitia Dignitatum*, Or., XIII, 18; SUTHERLAND, 1967, p. 89).

---

<sup>98</sup> O número de prefeituras do pretório variava durante a Tetrarquia, de modo que só temos certeza da existência de quatro prefeitos atuando em colegiado ao mesmo tempo. No reinado de Constantino, as prefeituras se mantêm em número de três (Gália, Itália e Oriente) e exercem maior autoridade sobre o grande número de dioceses existentes, restringindo o poder dos vicários (SILVA; MENDES, 2006, p. 204).

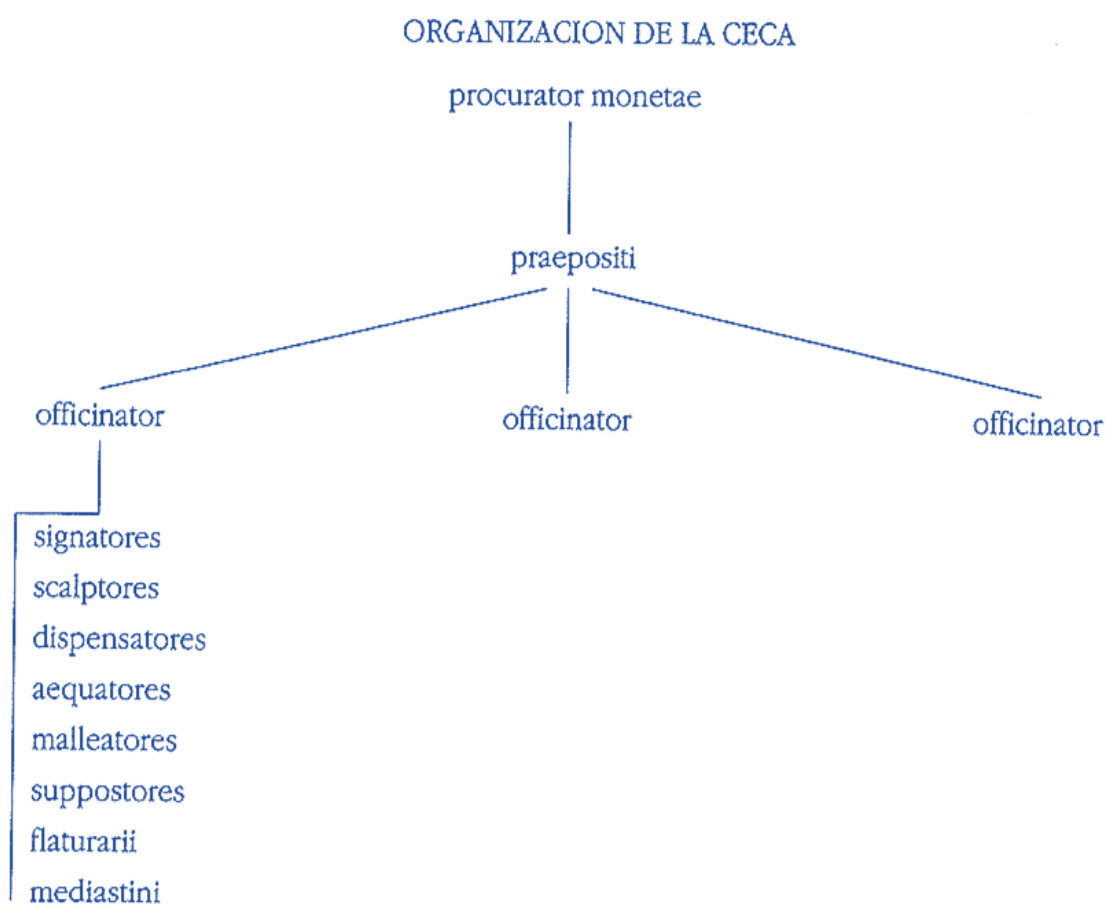
<sup>99</sup> As funções ligadas ao setor monetário do Império Romano variavam de nomenclatura ao longo do tempo. Na República, as emissões eram de responsabilidade dos *triunviri monetales*, que dividiam as atribuições igualmente entre si; na era Augustana, o comandante fiscal passou a se chamar *procurator monetae*, adquirindo algumas variações no Principado, a título do *curator*, durante o reinado de Domiciano; já Aureliano nomeou o encarregado dos assuntos fiscais de *procurator fisci*; o título de *rationalis summae rei* também não é criação da Tetrarquia, sendo usado no tempo de Tibério (FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 116).



**Imagem 1** – Mapa das Prefeituras e Dioceses do Império Romano em 400. Adaptado de Samuel Ball Platner e Thomas Ashby (1929, p. 326).

Por fim, não podemos deixar de lado a figura dos *comites rerum priuatarum*, dignatários regionais responsáveis pela fiscalização das dioceses (*Notitia dignitatum*, Or. XIV, 8). Henty (1972, p. 80) explica que, em meados do século IV, essa função se destaca, de modo que os *rei priuatae* assumiram o controle sobre as casas da moeda regionais, coligando-se diretamente com o *rationalis summae rei*, tendo maior poder direto sobre as questões monetárias, rivalizando cada vez mais com os vicários de diocese e prefeitos do pretório.

Os papéis de comando fiscal do *Dominato* recebiam o suporte de diversos funcionários especializados, de acordo com o que demonstra Figuerola Paniagua (**Tabela 3**).<sup>100</sup>



**Tabela 3** – Quadro hierárquico das funções em um ateliê monetário do Dominato (FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 124).

No que tange às ações econômicas da Tetrarquia, foi baixado um edito imperial, em 301, denominado Edito Máximo de Preços, que deu base a uma nova reforma monetária, na qual a

<sup>100</sup> Para maiores informações sobre as funções específicas de cada componentes, consultar o volume VII da coleção *The Roman Imperial Coinage*, da autoria de Patrick M. Bruun (1966, p. 34), e o trabalho intitulado *Administración y moneda en el siglo IV* (1994, p. 123), de Miguel García Figuerola Paniagua.



circulação da nova moeda, o *follis* – peça de bronze, banhada em prata –, se tornou um importante mecanismo de estabilidade financeira, sobretudo para as transações cotidianas.<sup>101</sup>

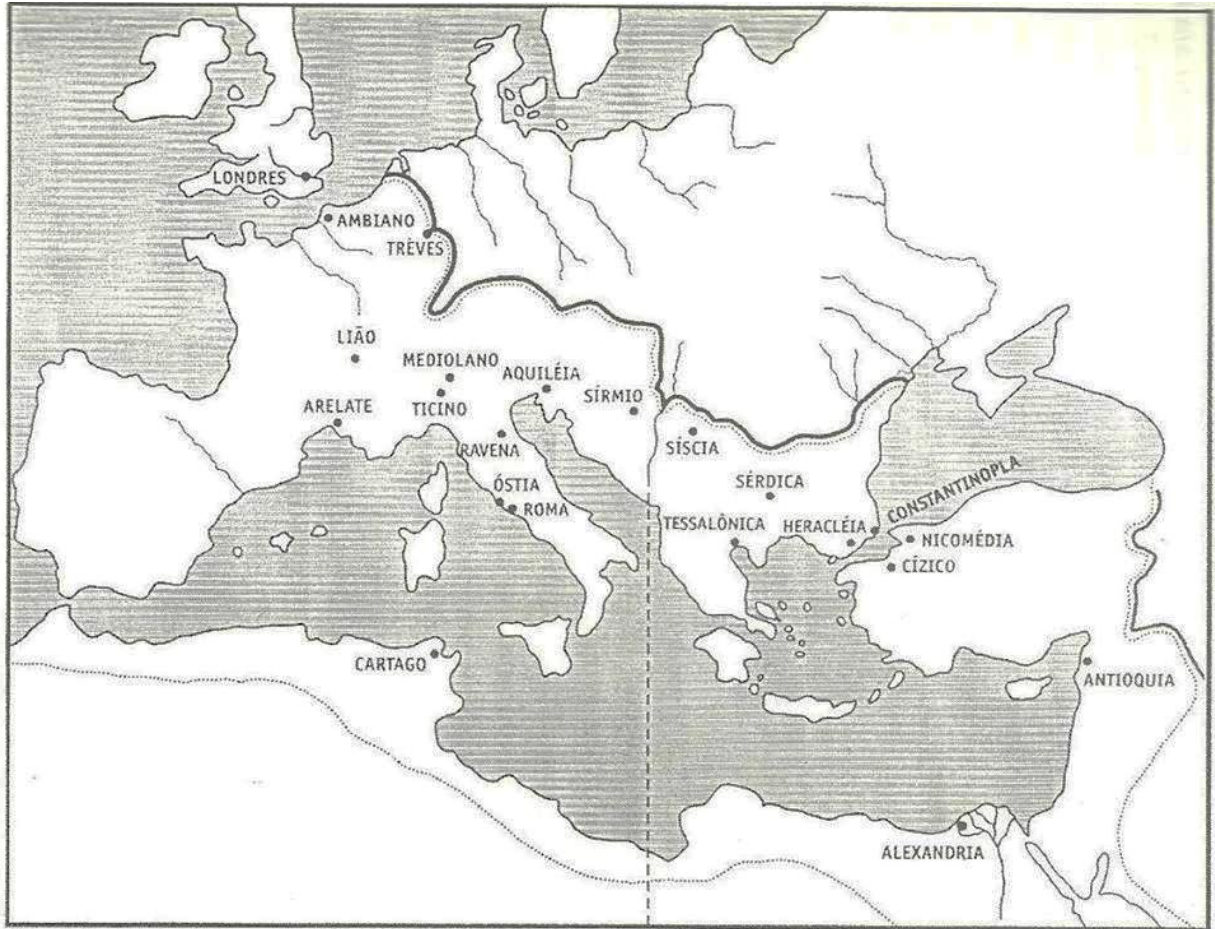
Na primeira década do século IV, ocorreu o aumento das oficinas de cunhagem, visando pôr rapidamente em circulação a nova moeda. Foi necessário aumentar para três o número de *rationalis summae rei*. Naquele momento, foi criado um novo modelo setorial de organização dos cofres imperiais (*scrinia*), conforme a ordem seguinte: *Scrinium auri massae*, responsável pelo ouro (patrimônio estatal); *Scrinium auri ad responsum*, que se encarregava ou das dádivas imperiais, ou do retorno do ouro para o tesouro (*thesauri*); *Scrinium ab argento* e *Scrinium a miliarensibus*, responsável de prover metal e monitorar a cunhagem das moedas de prata; e o *Scrinium ab pecuniis*, cuja função era de centralizar a produção das moedas de bronze, peças que mais circulavam em quantidade e em transações ordinárias (FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 123).

O aparato burocrático e o aumento das casas da moeda exigiram ainda reformas nas características que compunham as peças monetárias. Fez-se necessário, por exemplo, tornar regular o uso do *exergo*, a saber, o acréscimo de letras na parte inferior do reverso da moeda que indica o local de sua cunhagem. Para a região que abordaremos, as Gálias, contamos com as seguintes oficinas e respectivas siglas: *Augusta Treuerorum* (Tréves) – *TR, PTR, BTR, STR*; *Londinium* (Londres) – *PLN*; *Lugdunum* (Lião) – *SLVG*; *Arelate* (Arles) – *ARLQ, PCON, PAR*; *Mediolanum* (Milão) – *MDOB, AQOB*; *Ticinium* (Ticino) – *ST*; e Aquiléia (*Aquileia*) – *AQP*, conforme se pode observar na **Imagem 2** (SUTHERLAND, 1967, p. 74 e ss; FUNARI; CARLAN, 2007, p. 30).

Com Constantino (307-337), verificamos um novo bloco de reformas administrativas, afinal, as disputas sucessórias e os concorrentes ao trono, insurgentes em diversas fases do seu governo, descentralizaram o sistema burocrático que vinha sendo posto em prática por Diocleciano. Ao analisar a era constantiniana, Diogo Pereira da Silva (2011, p. 22) conclui que o legítimo direito de governar estava vinculado de forma intrínseca ao poderio militar, à herança dinástica e à aproximação com uma divindade.

---

<sup>101</sup> *O Edictum Diocletiani et Collegarum de prettis rerum uenaliuum* (Edito Máximo de Preços) e a nova moeda (*follis*) controlaram suficientemente a inflação e deram estabilidade para que os imperadores estabelecessem novos acordos comerciais, promovessem a construção e manutenção de obras públicas e realizassem o pagamento de serviços civis e militares (FUNARI; CARLAN, 2007, p. 30).



**Imagem 2** – Mapa dos ateliês monetários do século IV (FUNARI; CARLAN, 2007, p. 32).

É fato que as primeiras medidas de consolidação do poder de Constantino estiveram ligadas à emissão de moedas portando símbolos sagrados, donde as imagens de Marte e do *Sol Inuictus* são patentes até 315 (BRUUN, 1966, p. 48). Essa representação comprova, ao mesmo tempo, os três elementos de legitimidade citados acima. Marte era o guerreiro divino do panteão romano, ao mesmo tempo em que portava o título de patrono da juventude (GRIMAL, 2011, p. 292), símbolos estes que relembram o valor e o vigor das campanhas militares de imperador. A representação dos Césares como Hércules, nas moedas da Tetrarquia, conforme utilizada por Constâncio Cloro, pai de Constantino, oferece uma sutil conexão dinástica ao filho, já que as figuras de Hércules, do *Sol Inuictus*, de Apolo e de Marte possuíam interpretações análogas na época tardia (SHOTTER, 1979, p. 53). Por fim, a alegoria de Marte e a sua ancestralidade (era pai de Rômulo) dotavam as ações do imperador de um caráter legítimo.

A inflação que voltou a aumentar os preços de modo generalizado foi contida por Constantino, em 310, através da criação de uma nova espécie em ouro, o *solidus* (BRUUN, 1966, p. 3). A

circulação limitada dessas moedas somente para grupos aristocráticos e o incremento do seu valor de troca acabou por estabelecer uma divisão cada vez mais demarcada entre detentores das transações feitas com esse padrão monetário e uma população que pagava os impostos com as moedas de bronze, cada vez mais desvalorizadas por falsificações (ALFÖLDY, 1989, p. 210; DEYPOYROT, 1987, p. 91). O problema inflacionário daquele momento, porém, foi resolvido.

O ato de promover reformas fiscais, em um contexto politicamente fragmentado como o de Constantino, nos parece fundamental não só como uma medida de natureza econômica. As reformas fiscais faziam parte da política do governante, que buscava tomar partido de todas as demandas da esfera pública, porque do controle sobre todas as partes é que se poderia manter o funcionamento do sistema em vigor.

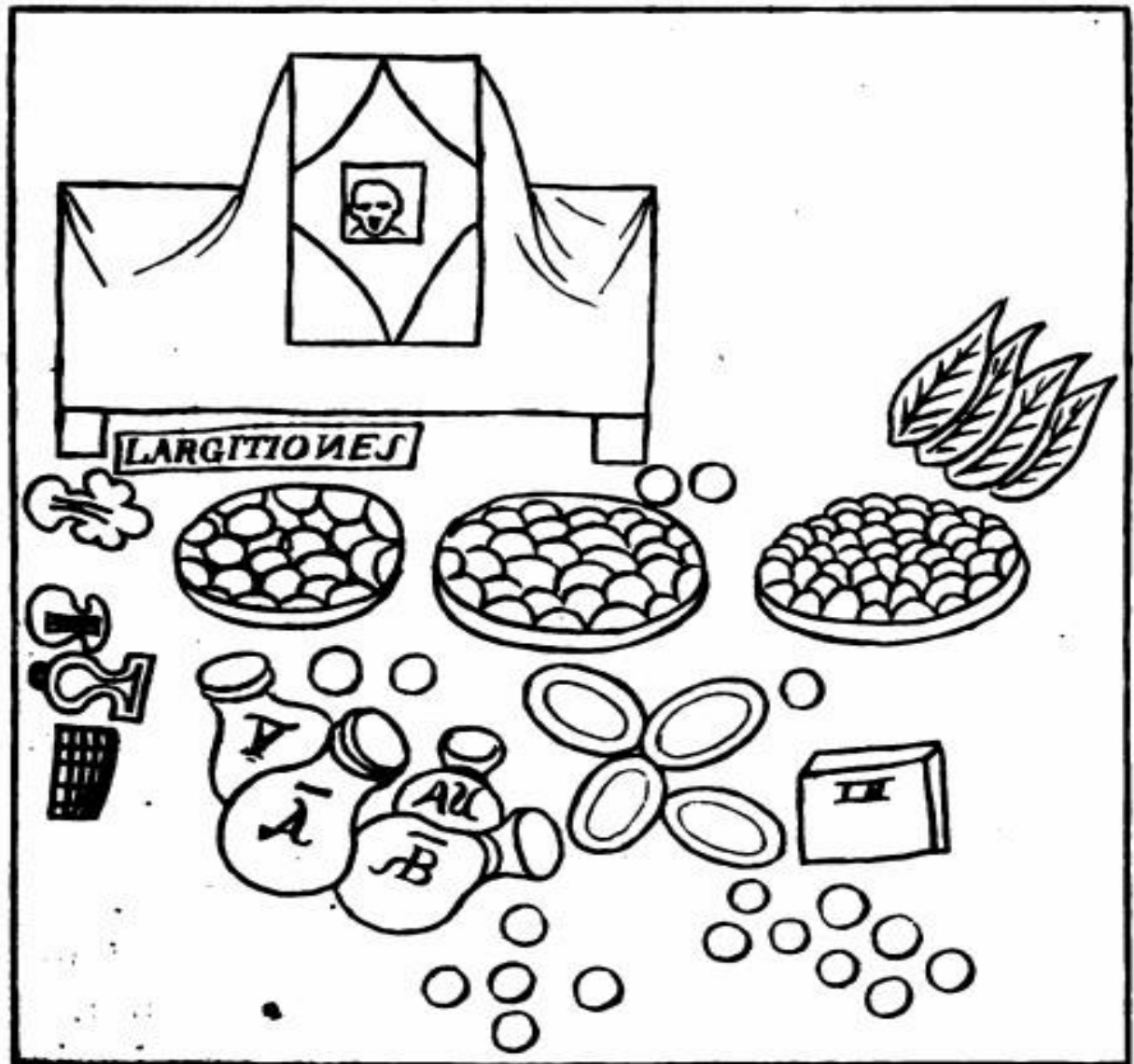
A forma como Constantino agiu no episódio mencionado, inaugurando uma nova nomenclatura monetária como carro-chefe da reforma financeira, pode ser interpretada como um fator político, que objetiva divulgar uma mensagem de autoridade e, se possível, de perpetuidade (HOWGEGO, 1995, p. 73). Como sabemos, o *solidus* tornou-se a unidade de medida que perdurou até o Império Bizantino (METCALF, 2006, p. 39). Ainda que, a médio prazo, as reformas não tenham sido economicamente estáveis, regredindo posteriormente para novos quadros inflacionários, ocorrendo novas circunstâncias de pauperização da sociedade, o *solidus* imortalizou o sucesso das medidas do imperador.

O funcionamento da máquina administrativa recebeu um reforço simbólico, em conexão com o universo sagrado, quando, a partir de 345, não constou mais na titulação imperial o cargo de *rationalis summae rei*: o protetor dos tesouros e encarregado das *largitiones* passa a responder pelo título de *comes sacrarum largitionum* (*Notitia Galliarum*, Or. XIII; FIGUEROLA PANIAGUA, 1994, p. 125). A mudança vem no bojo do processo de concentração de poderes empreendido por Constâncio II (337-361), sobretudo a criação do *consistorium*. Este órgão passou a ser a espinha dorsal do sistema político, uma vez que Constâncio II agregou as principais funções de comando do Império em torno de um grupo seletivo de homens de sua inteira confiança (SILVA, 2003, p. 61-3).<sup>102</sup>

---

<sup>102</sup> O *comitatus* era um meio eficiente de organização da corte, no qual o imperador confiava a supervisão dos assuntos públicos, sobretudo nas províncias, aos homens mais próximos a ele, formando um verdadeiro séquito (ALFÖLDY, 1989, p. 202). No reinado de Constantino, seus dignatários formavam o chamado *consilium principis*, que possuía como diferença fundamental do *consistorium* um critério de escolha mais pessoal do que funcional. Sob Constâncio II, os responsáveis pelos serviços administrativos mais importantes do palácio se tornam aqueles que definem as diretrizes políticas, algo que não ocorre sob Constantino (CROOK, 1955, p. 103).

O *comes sacrarum largitionum* obteve um papel político mais elevado no *consistorium* do que o *rationalis summae rei*, uma vez que ocupava cada vez mais funções na própria corte, ao invés de permanecer nas províncias supervisionando diretamente as casas de cunhagem, recebendo também uma insígnia própria que identificava sua autoridade em todo o Império, conforme ilustra a **Imagem 3** (HENDY, 1972, p. 81). O incremento das funções veio acompanhado de um novo potencial sobrenatural para os artefatos que favoreceram a comunicação política da *basileia*. Assim sendo, Constâncio II decretou que fraudar ou destruir as peças monetárias era um atentado à pessoa do imperador, tornando-se um crime qualificado como *sacrilegium* (SILVA, 2003, p. 148).



**Imagem 3** – Emblema dos *Comitis Largitionum* (*Notitia Dignitatum*, Or. XIII, Comm. 32).

No restante do século IV, encontramos o *comes sacrarum largitionum* integrando um corpo colegiado, chamado *comitiua sacrarum largitionum*, o que aponta para a multiplicação do cargo a fim de fiscalizar de modo mais intenso o setor monetário das diversas partes do Império (HENDY, 1972, p. 80).

Em 364, quando a sede do governo passou a ser *Augusta Treuerorum*, havia um representante dos *collegia* permanentemente instalados na cidade. A partir dessa data, a região das Gálias passou a exercer o controle das emissões de bronze em todo o Império (PEARCE, 2003, p. xxxv). Claudio Mamertino, panegirista de Juliano, exerceu a função de *comes sacrarum largitionum* em 361, assumindo posteriormente o cargo de prefeito do pretório da Ilíria (NIXON; RODGERS, 1994, p. 386). Conforme tratamos anteriormente, o papel dos oradores estendia-se a todo tipo de nomeação imperial. Não nos parece gratuito que um funcionário com fortes ligações com as Gálias seja nomeado por um imperador aclamado nessa mesma região (Juliano), em um momento imediatamente anterior à ascensão de *Augusta Treuerorum*, cidade gaulesa, ao posto de sede de governo.

Após Constâncio II, os assuntos monetários foram centralizados pela chancelaria imperial do Ocidente, que teve como sede *Augusta Treuerorum*, sobretudo entre 364 e 383. A cunhagem em bronze, tão importante para a maioria das transações comerciais e pagamentos de impostos na segunda metade do século IV, era prerrogativa das casas de moeda dessa cidade (PEARCE, 2003, p. xxxiii). Os imperadores tiveram que lidar com novos problemas inflacionários e crises monetárias, mas a expressão política das moedas permaneceu como um trunfo indiscutível para a representação do poder.

O *corpus* numismático selecionado para esta pesquisa cobre momentos-chave das transformações tratadas acima, resultando na seleção de 30 exemplares, dos quais analisaremos as legendas grafadas no anverso, bem como as legendas, os símbolos e as imagens contidas no reverso, conforme apresentado na **Tabela 4**.

IMPERADOR	DATA	LOCAL	ANVERSO	REVERSO
<b>Diocleciano</b>	284-305	Roma	<i>IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>MONETA AVGG(usta)</i>
		Desconhecido	<i>IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>MONETA IOVI ET HERCVLI AVGG(usti)</i>
	300-301		<i>IMP(erator) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>M(oneta) SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum)</i>
<b>Maximiano</b>	286-290	Augusta Treuerorum	<i>IMP(erator) C(aius) M(arcus) AVR(elius) VAL(erius) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>IOVI(us) CONSERVATOR I AVGG(usti) / XXI / TR</i>
	295		<i>MAXIMIANVS P(ius) AVG(ustus)</i>	<i>HERCVLI VICTORI / PTR</i>
	300-301		<i>IMP(erator) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>MONETA SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum) / BTR</i>
	303-305	Londignum	<i>IMP(erator) C(aius) MA(rcus) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>VOT XX</i>
	305-307		<i>DN MAXIMIANO BEATISSIMO SEN(ior) AVG(ustus)</i>	<i>PROVIDENTIA DEORVM QVIES AVGG(usta) / S F / PTR</i>
	306-307		<i>MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>VIRTVS MILITVM / PTR</i>
	<b>Constâncio Cloro</b>	295-297	Augusta Treuerorum	<i>CONSTANTIVS NOB(ilissimus)</i>
<i>CONSTANTIVS NOB(ilissimus)</i>				<i>VIRTVS MILITVM / C</i>
297			<i>FL(auius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOB(ilissimus) C(aessarum) AVG(ustus)</i>	<i>R EDDITOR LVCIS AETERNA E / PTR</i>
298-299			<i>FL(avius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOB(ilissimus) C(aessarum)</i>	<i>GENIO POPVLLI ROMANI / TR</i>
304-305		Ticinium	<i>CONSTANTIVS NOB(ilissimus) CAES(ae)</i>	<i>SACRA MONET(a) AVGG(usta) ET CAESS(arum) NOSTR(um) / ST</i>
<b>Constantino</b>	310-312	Londinium	<i>CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>ADVENTVS AVGG(ustus) N / PLN</i>
	310-313	Augusta Treuerorum	<i>IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>MARTI PATRI PROPVGNATORI / T F / PTR</i>
			<i>IMP(erator) CONSTANTINVS N(ostrum) P(ius) AVG(ustus)</i>	<i>MARTI CONSERVATORI / T F / PTR</i>
			<i>CONSTANTINVS P(ius) Felix AVG(ustus)</i>	<i>SOLI INVIC-TO COMITI / T F / PTR</i>
			<i>IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) AVG(ustus)</i>	<i>SOLI INVICTO COMITI</i>
			<i>CONSTAN TINVS NOB(ilissimo) C(aesari)</i>	<i>VIRTVS MILITVM / PTR</i>
	313-315		<i>CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>VICTORIBVS AVGG(ustus) NN VOTIS</i>
<b>Juliano</b>	360-363	Lugdunum	<i>FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVG(ustus)</i>	<i>VICTORIAE DD NN AVGG(usta)</i>
			<i>FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVG(ustus)</i>	<i>VOT(is) X MVLT(is) XX (uicennalibus) / S LVG</i>
		Arelate	<i>D(ominus) N(oster) FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>VOT X MVLT XX</i>
<b>Teodósio</b>	379-383	Aquileia	<i>D(ominus) N(oster) THEODO SIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)</i>	<i>REPARATIO REIPVB(ublicae) / S(acra) M(oneta) / AQP</i>

**Tabela 4** – Símula das moedas dispostas cronologicamente (século IV).

## OS PANEGÍRICOS, AS MOEDAS E A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Roger Chartier, em *Cultura escrita, literatura e história* (2001, p. 142), é categórico em delinear as diferenças entre a análise do texto escrito e dos demais objetos passíveis de leitura. Decerto, são múltiplas as metodologias específicas no trato com imagens, artefatos arqueológicos, entre outros.<sup>103</sup> Não podemos, em contrapartida, corroborar a afirmação do autor de que símbolos, rituais, paisagens e imagens são excludentes das construções discursivas (CHARTIER, 2001, p. 143). As práticas do discurso, independentes da modalidade, não podem se dissociar dos padrões de comunicação em que estão inseridas, tornando-se assim um instrumento socio-histórico. Esse aspecto contextual, segundo Maingueneau (2012, p. 36), nos permite observar que o discurso não é um monumento solitário, mas o ponto de cruzamento com outras obras e outros gêneros.

A questão levantada por Maingueneau permite pensarmos que a metodologia aplicada aos artefatos da cultura material (as moedas, especialmente) pode, em certos casos, ser a mesma utilizada para a análise dos textos, de modo que os códigos e as regras de ambos podem confluir para resultados ainda mais instigantes. Na opinião de Foucault (2008, p. 157), a Arqueologia possui seus próprios discursos, mas participa de práticas que atravessam o sentido particular da obra, alcançando expressão cultural.

MacCormack (2012, p. 241) defende que a mensagem da arte imperial romana era concisa e compacta, de modo que tanto as frases dos panegíricos evocavam as imagens quanto o inverso, sendo facilmente assimilados. Com isso, as moedas e os panegíricos, dentro do contexto cerimonial, parecem compartilhar de um mesmo discurso de poder, de modo que obtemos um ganho de dados ao cruzar os símbolos, mensagens e informações que ambos portam. Assim, como defende Funari (2010, p. 105), a escolha por ampliar as fontes, dialogando com os artefatos, permite ao pesquisador entender o passado como um painel mais complexo, contraditório e múltiplo, ou seja, mais rico em problematizações.

Encontramos na Análise de Conteúdo o método que nos permitiu examinar o cruzamento das mensagens contidas nos panegíricos, nas moedas e nos demais monumentos. A proposta de

---

<sup>103</sup> Para maior conhecimento das metodologias aplicadas à imagem, consultar o artigo *História e imagem: iconografia/iconologia e além* (2012, p. 243-62), de Ulpiano T. B. de Meneses, que atualiza o debate sobre o tema.

investigação de Laurence Bardin (2011, p. 35) configura um suporte teórico adequado para pesquisas de ciências humanas, porque permite que o rigor das técnicas se aplique a uma gama muito ampla de objetos e de abordagens.<sup>104</sup> A autora apresenta um programa organizacional regido por áreas de domínio em que se pode aplicar a Análise de Conteúdo, dentre os quais optamos por aquelas que atendem aos nossos objetivos. Assim sendo, os suportes que selecionamos para decodificar os panegíricos e as moedas foram os códigos escrito (textos laudatórios) e imagético (moedas).

A categorização de Bardin (2012, p. 40) procura relacionar a atuação desses códigos a diferentes níveis de comunicação, como o monólogo, o diálogo, o grupo restrito ou a divulgação em massa. Dentre estes, optamos pelo modo como a mensagem política dos elementos cerimoniais da *basileia* reverbera nos grupos restritos, e também na população em geral, levando-se em conta a circulação do numerário (detido pelas elites ou distribuído ao *populus*) e o público a quem se dirigiam os panegíricos (limitado a festividades da elite ou ao *populus*, no *aduentus*).

Esses campos de atuação permitiram maior visualização de unidades de registros a serem analisadas nos discursos. O processo de decodificação resultou na organização de três quadros cujos componentes foram escolhidos conforme as unidades dos textos e das imagens (palavra, frase, símbolo, ação) que comprovam nossas hipóteses de trabalho. Bardin (2012, p. 148-9) denomina esses quadros de complexo categorial. O primeiro dos complexos foi aplicado ao conjunto dos panegíricos, elegendo temas que envolviam a cultura política veiculada pela corte e elementos que emergiam da máquina central do governo; o segundo contém os dados referentes à participação política e à construção da imagem dos grupos locais, também segundo o testemunho das obras escritas; no terceiro, elencamos as informações do *corpus* numismático referentes à majestade imperial, aos símbolos da cultura política e signos de representação da cidade.

O esforço da pesquisa pode ser representado pelos complexos categoriais que seguem abaixo (**Tabela 5**). As categorias seguem o critério qualitativo, já que por vezes uma menção específica ao universo sagrado ou um episódio que não seja repetido no texto ou na moeda pode ser de grande significado para a compreensão da cultura política (BARDIN, 2012, p. 145).

---

<sup>104</sup> A Análise de Conteúdo se compromete em decodificar as mensagens dos discursos como unidades que norteiam a comunicação, algo central nesta pesquisa (BARDIN, 2011, p. 52).



**COMPLEXO CATEGORIAL I**  
CULTURA POLÍTICA E *DOMUS* IMPERIAL

PANEGÍRICO:		AUTOR/DATA:				
OCASIÃO:						
Atributos pessoais do Imperador	Atributos morais	Virtudes (escritas ou visuais)	Epítetos	Simbologia divina	Referências a governantes e eras passadas	Conflitos, (usurpações, levantes ou bárbaros)

**COMPLEXO CATEGORIAL II**  
O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA E LITERÁRIA NAS GÁLIAS

PANEGÍRICO:		AUTOR/DATA:				
OCASIÃO:						
Recursos retóricos e metáforas	Símbolos e práticas ancentrais	A formação do orador	Campo de atuação dos oradores	Referências espaciais	Deliberações imperiais	Conflitos locais e problemas econômicos

**COMPLEXO CATEGORIAL III**  
CULTURA POLÍTICA NAS MOEDAS

MOEDA:		IMPERADOR/DATA:				
OCASIÃO:						
Insignias e epítetos imperiais	Imagem da realeza	Virtudes (escritas ou visuais)	Simbologia divina	Referências ao passado	Referências a conflitos	Imagens espaciais

**Tabela 5** – Conjunto de grades de leitura (complexos categoriais) referente aos panegíricos e às moedas.

Ao todo selecionamos 22 (vinte e duas) moedas e 3 (três) medalhões para análise, que compreendem três tipos: comemorativas, que celebraram vitórias ou datas especiais; votivas; e

de apelo local, como veremos no caso da devoção local a uma divindade ou na representação visual de um monumento da cidade.

Um Complexo Categorial simplificado foi adotado para a coleta de dados das demais obras antigas investigadas.<sup>105</sup> Assim, tratados como o *De Bello Gallico*, de Julio César, a *História Natural*, de Plínio, a *Geografia*, de Estrabão, e o *Itinerarium Burdigalensis*, foram trabalhados a partir de categorias como: mapeamento e divisão das Gálias; hierarquia política nas Gálias; costumes celtas, entre outros. Ao passo que dos manuais de retórica foram extraídos indicações sobre: a educação oratória; a importância política da retórica; o papel do orador, etc.<sup>106</sup> Das obras de Ausônio, *Parentalia*, *Commemoratio professorum Burdigalensis* e *Ordo Urbium Nobilium*, pudemos obter dados tanto sobre a política e a cultura gaulesa como sobre a formação social e educacional na Antiguidade Tardia. A documentação jurídica e administrativa, como o *Notitia Dignitatum*, *Notitia Galliarum* e o Código Teodosiano, foi abordada pelos critérios de identificação de funções e leis que versavam sobre o quadro burocrático do Império, as atividades específicas das Gálias e o estatuto do ensino no século IV.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Obras como o Panegírico de Plínio (100) e o panegírico de Ausônio, dedicado a Graciano (375), entre outras de caráter laudatório, foram também analisadas, a princípio, por estes critérios.

<sup>106</sup> Foram consultados, em linhas gerais, a *Retórica* e a *Política*, de Aristóteles, e o *Basilikós Logós*, de Menandro de Laodicéia, em língua grega; o *De Oratore*, de Cícero, *O Instituto Oratoria*, de Quintiliano, e o *Dialogus De Oratoribus*, de Tácito, em latim.

<sup>107</sup> Sobre as traduções das obras antigas utilizadas trabalhamos com o seguinte padrão: naquelas com tradução para o português, a autoria das passagens citadas é do autor correspondente (conforme referenciado na bibliografia); naquelas em línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol), a tradução é minha, inspirada nos originais em latim e nas edições dos autores referenciados.

## CAPÍTULO II

### O *CORPUS* NUMISMÁTICO E O *CORPUS* LITERÁRIO

#### A SERVIÇO DA CULTURA POLÍTICA IMPERIAL

##### O *MODUS OPERANDI* DO CULTO IMPERIAL

No período final da República, com os triunviratos, vemos se delinear uma forte intenção de garantir a legitimidade do poder pela manipulação da imagem divina. César, no processo de divinizar sua figura ainda em vida, logo teve problemas com os grupos tradicionais do Senado, ao passo que, da disputa entre Otávio e Antônio, o primeiro saiu vencedor por adotar uma tradição familiar e mitológica de modo sutil, atendendo às necessidades de centralização do nascente Império (SUMI, 2008, p. 196-8).<sup>108</sup> A ideia do *princeps* que reunia os poderes da República, mas era divinizado em morte, na cerimônia da apoteose foi, a partir de Augusto, sofrendo alterações e, por vezes, redundando em excessos, como ocorreu com Heliagábalos e o processo de mimetificação com o disco solar (TAYLOR, 1975, p. 244 e ss).<sup>109</sup> As reformas de Diocleciano e a necessidade de divinizar a monarquia, como veremos, trouxeram uma nova era para o culto imperial (BABUT, 1916, p. 16).<sup>110</sup>

Os estudiosos do culto imperial romano foram incansáveis na tarefa de desbravar as nuances da religiosidade que emanava dessa prática, sobretudo ao tratar da Antiguidade Tardia.<sup>111</sup> No início do século XX, contudo, surgiram trabalhos que propunham novas reflexões sobre a liturgia imperial. Babut (1916, p. 225-6) no artigo *L'adoration des empereurs et les origines de la*

---

<sup>108</sup> Wallace-Hadrill, em *Civilis Princeps: between citizen and king* (1982, p. 36 e ss), debate as estratégias de Otávio para receber títulos honoríficos do Senado e manter o apoio dos grupos no poder.

<sup>109</sup> Inspirado no mito de Hércules, quando o herói escapa da morte ao ter seu corpo queimado, ascendendo aos céus, o rito da apoteose em Roma transformava o imperador em *diuus* após sua morte (BICKERMAN, 1973, p. 14). Ainda em vida, porém, o soberano poderia receber homenagens através de rituais públicos, o que era conhecido como *consecratio* (RICHARD, 1968, p. 67). Ambos são mencionados por Plínio, em seu panegírico (*Plinii Pan.*, XI).

<sup>110</sup> Os rituais que compunham a *adoratio*, a partir da Tetrarquia, tiveram também origem na *proskynesis*, ritual de adoração à imagem dos deuses, desde pelo menos o reinado de Alexandre, O Grande (BRAVO, 1997, p. 178; TAYLOR, 1975, p. 256).

<sup>111</sup> Tomamos como referência para o tema, particularmente, o ensaio de Turcan, intitulado *Le culte imperial au IIIe siècle* (1980); o trabalho de Ferguson, *Il culto imperial* (1989); e o artigo *Il cerimoniale imperial* (1993), de Ramón Teja.

*persécution de Dioclétien*, trouxe à tona a compreensão da adoração ao imperador como ato “quase todo religioso”, destacando que o ritual requeria do Estado um rigoroso aparato, que incluía o *consistorium*<sup>112</sup>, as cúrias da cidade e uma ativa movimentação dos setores militares e administrativos. Na década de 1950, Hersh Stern, em *Remarks on the ‘adoratio’ under Diocletian* (1954, p. 189), destacou uma questão política ao afirmar as condições em que o cerimonial da corte foi instalado sob o reinado de Diocleciano. Na opinião do autor, esse processo se deu mediante um controle metódico e em larga escala dos rituais, deixando para trás qualquer dúvida sobre a sacralidade que emanava do imperador e sua capacidade de dirigir todos os assuntos religiosos do Estado.

Os ritos sagrados e a política imperial eram elementos indissociáveis no Mundo Antigo, de modo que não podemos conceber as reformas políticas sem o suporte de elementos sobrenaturais. Mas é sempre necessário esclarecer de que modo essas esferas se conjugam em um recorte temático ou temporal mais específico. Em nosso ponto de vista, o cerimonial da *basileia*, realeza sagrada que emerge entre os séculos III e IV, era uma forma de manifestação do poder e podia ser definido *a priori* como um ato político. A ritualização das solenidades protocolares adquiria um importante papel na comunicação imperial e na centralização estatal. Daí afirmarmos que o intenso potencial político da adoração era preponderante à crença pessoal do soberano. Por outro lado, o repertório simbólico aprovado pelo imperador, não era limitado por um rígido padrão de imagens fixas.

Queremos afirmar, com isso, que as escolhas das alegorias e dos atributos estavam interligadas a circunstâncias prementes das decisões governamentais, conforme apresentaremos neste capítulo por meio do estudo das moedas e dos Panegíricos Latinos. Estes e aquelas, no desempenho de seus papéis dentro da *etiqueta* do século IV, nos remetem à afirmação de MacCormack (2012, p. 241) sobre a cumplicidade que existe entre os discursos e a imagética propagada pelo governo imperial, ao dizer, “as frases dos panegíricos trazem à mente imagens”.

Não que isso seja uma prerrogativa dos oradores gauleses, afinal, o século IV conta com importantes autores que deixaram escritos fundamentais para compreendermos a composição da *basileia*. Temístio (317-387) foi um dos mais influentes oradores de língua grega no século IV. Além de proclamar um panegírico a Constâncio II, que lhe abriu as portas palaciais,

---

<sup>112</sup> O *consistorium* ou *comitatus* era a comitiva que acompanhava o imperador, escolhidos pessoalmente como seus homens de confiança e que levavam a cabo a tarefa de administrar o Império a partir de seu centro, mas também eram amparados por um aparato burocrático que era bem-sucedido ao fiscalizar as províncias (HARRIES, 2004, p. 38; SILVA; MENDES, 2006; MENDES, 2002, p. 145-6).

Temístio foi preceptor de Valentiniano II e do jovem Arcádio, fazendo-se presente na corte sob soberanos de todas as dinastias do século IV (MACCORMACK, 1981, p. 40-1). Notoriamente, desenvolveu sua carreira política em Constantinopla – sede de governo de Constantino e Teodósio – chegando a ser elevado a *princeps senatus* em 357. Com uma formação de cunho filosófico, e traços de influências notoriamente helênicas, não nos espanta que tenha debatido largamente as relações entre política e filosofia, além de temas como o espaço da cidade e a educação (CAMERON, 1993, p. 13; 49).

Embora não tenhamos obras laudatórias de Flávio Eutrópio, o *Breviarium historiae Romanae* (364), datado do governo de Valente, traz informações sobre o nascimento da Tetrarquia, as práticas políticas e o cerimonial instaurado por Diocleciano e Maximiano, sendo considerado o responsável por apresentar a sacralidade desse período tal como conhecemos até hoje na historiografia (REES, 2004a, p. 4). Eutrópio, além de escritor e estudioso de autores gregos como Dionísio de Herlicanasso e Plutarco, foi *magister memoriae* em Constantinopla (363) e lutou ao lado do imperador Juliano contra os persas (GASTI, 2013, p. 135).

Eusébio de Cesareia (265-339) se tornou referência no tema da realeza tardoantiga devido à produção de duas obras que exaltam as virtudes de Constantino e que o tornaram o panegirista mais conhecido do imperador, *De Vita Constantini* (335) e *De Laudibus Constantini* (336).<sup>113</sup> Ele foi um bispo importante de Cesareia, considerado pela tradição cristã como um dos Pais da Igreja por criar um novo gênero literário sobre os tempos cristãos do Império Romano com a obra *História Eclesiástica*, formato este que teve diversos seguidores ao longo do século IV (CAMERON, 1993, p. 14).

A fama e lugar canônico que esses autores, em sua maioria de procedência oriental, ganharam ao longo de séculos de tradição, junto a tantos outros, nos estimula a explorar a realeza a partir de um conjunto de textos ocidentais que receberam menor atenção dos meios acadêmicos. Claro, a tarefa não é inédita, e temos apresentado importantes pesquisadores que, desde a Renascença, vêm tratando de diversos aspectos dos Panegíricos Latinos. O que buscamos, então, é destacar a percepção dos oradores gauleses sobre os imperadores que os governaram por todo o século IV, bem como relacionar essa percepção ao *corpus* numismático, este sim

---

<sup>113</sup> Para entender a importância da produção eusebiana, são leituras obrigatórias *Constantine and Eusebius* (1981), de Timothy D. Barnes, e *In Praise of Constantine. A historical study and new translation of Eusebius' Tricennial Orations* (1976), de Harold A. Drake; no Brasil, trouxe um novo frescor aos estudos sobre o bispo a obra *O Império Romano e o Reino dos Céus* (2008), de Miguel Marvillia.

carente de um debate mais extenso que alcance conexões sobre a *basileia* desde a estruturação da Tetrarquia até o tempo de Teodósio.

Trabalhamos de modo a conectar esses elementos da cultura política do *Dominio* na investigação de três grandes temas, que acreditamos ser a base legitimadora do poder do Estado. Começamos com a *etiqueta* do *basileus* à luz dos testemunhos escritos, mais generosos do que as moedas, em apresentar aspectos do ritual de *adoratio*, do *adventus*, além de revelar detalhes da vestimenta e da indumentária daquele que governa. Em seguida, priorizamos o estudo da numismática imperial para compreender o papel da *concordia* como símbolo de reconhecimento, capaz de tornar um candidato ao trono em representante legal da monarquia. Quanto a isso, são fundamentais a figura icônica do *genius* e a reafirmação dos laços de parentesco, que aparecem como uma regra nas dinastias do século IV. Notemos, porém, que a sucessão imperial não necessariamente envolve a herança paterna, mas se dá mediante importantes enlaces matrimoniais. O terceiro e último ponto, a relação do soberano com as divindades, figura como um tema abundante, tanto nos discursos como nas moedas, o que demonstra o prestígio que a exibição de expedientes sobrenaturais obtinha junto aos súditos do Império.

## MONTANDO O CERIMONIAL A PARTIR DOS PANEGÍRICOS LATINOS

O bom funcionamento de um sistema político é beneficiado quando os suportes de comunicação são capazes de exprimir as cognições, os sentimentos da sua população (ALMOND; VERBA, 1989, p. 13). Na monarquia romana tardia, fundamentada num aparato performático de caráter público, todas as partes integrantes devem confluir para que aflorem tais cognições e sentimentos. O apelo aos signos e anseios comuns, assim, não pode deixar de ser reforçado nos discursos. O que está sendo praticado e visualizado em um ritual, uma vez que é verbalizado, multiplica a sensação e proporciona aos ouvintes um maior grau de identificação com os valores apresentados (FOUCAULT, 2011, p. 39). Os panegíricos descrevem momentos que compõem a práxis do cerimonial, o que acreditamos servir como um meio de valorizar cada ato, ao mesmo tempo em que também indica o que não pode faltar na sua composição. Será esta justificativa que guiará nosso olhar sobre os exemplos a seguir.

Mamertino, ao agradecer por estar diante de Maximiano pela segunda vez, comemorando seu aniversário, em 291, se coloca à disposição para repetir esse papel, já que “em todos os anos o discurso é comum a todas as celebrações” (*Pan. Lat. II, 1, 5*).<sup>114</sup> Os demais panegíricos comprovam que o orador estava certo em parte, já que um orador desconhecido apresenta um epitalâmio na festividade matrimonial de Constantino, em 307, assim como Nazário das *quinquenalias* dos Césares, entre outros.

No caso do panegírico anterior de Mamertino, de 289, o que ocorre é a junção de duas cerimônias em uma só. Comemora-se o aniversário de Maximiano no mesmo dia dos festejos de fundação de Roma:

Apesar de todos os dias de festividade, sacrossanto imperador, ser uma retribuição em honras às coisas divinas, esta é especialmente mais solene e mais alegre porque comemoramos sua ascensão como Imperador e sua divindade junto com a reverência anual a esta sagrada cidade<sup>115</sup> (*Pan. Lat. I, 1,1*).

A palavra usada no panegírico de 312 para esse tipo de comemoração é *lustrum*.<sup>116</sup> E é com alegria que o orador explica a importância desse tipo de festividade: “Oh celebração mais feliz que qualquer celebração! Oh, celebração que apropriadamente corresponde aos dias de seu reino” (*Pan, Lat. VII, 13, 1*).<sup>117</sup>

O panegirista relembra e valoriza a dedicação impecável que se espera de quem executa a função dada. E volta às origens para dar ainda mais peso ao seu comentário: “na *res publica* era uma questão de alegria para os censores terminar suas obrigações com uma celebração, com as colheitas terminadas e as plantações de azeitonas rendendo uma generosa produção de azeite” (*Pan, Lat. VII, 13, 3*).<sup>118</sup>

Recordar o passado, nesse caso, causa um efeito elogioso mais forte, quando percebemos a comparação que o orador buscava produzir. Vejamos: “Qual celebração, então, nos convém oferecer pelo tempo de sua benevolência? – Tempo em que nos faltou abundância de grãos, que

<sup>114</sup> *Quoniam quidem lustris omnibus praedicandis communis oratio est.*

<sup>115</sup> *Cum omnibus festis diebus, sacratissime imperator, debeat honos uester diuinis rebus aequari, tum praecipue celeberrimo isto imperantibus uobis laetissimo die, ueneratio numinis tui cum sollempni sacrae urbis religione iungenda est.*

<sup>116</sup> O *lustrum* pode ser traduzido como o rito de sacrifícios expiatórios; como o movimento anual ou diário de alguma coisa; ou se refere a um espaço de anos percorrido a ser celebrado, como as *quinquenalias*, por exemplo (SARAIVA, 2006, p. 695).

<sup>117</sup> *O lustrum omnibus lustris felicius! O lustrum quod merito hanc imperii tui aequauit aetatem.*

<sup>118</sup> *Iam tunc enim in illa uetere re publica ad censorum laudem pertinebat, si lustrum felix condidissent, si horrea messis implisset, si uindemia redundasset, si oliueta larga fluxissent.*

tu fizeste parecer mais fartos do que realmente eram” (*Pan, Lat. VII, 13, 4*).<sup>119</sup> Os tempos de abundância republicana, na narrativa, tornam mais fácil o trabalho de distribuir fartura para o *populus*. Em contraposição discursiva, os tempos difíceis que envolvem o momento de apresentação do panegírico tornam grandioso o esforço de Constantino em conseguir satisfazer seus súditos (GALLETIER, 1949b, p. 85).

O modo como se processava o enaltecimento dos atos imperiais é descrito novamente por Mamertino, em 291:

Que momento, bons deuses! Que espetáculo nos dedicou vossa piedade, quando em *Mediolanum* [Milão] aqueles que estavam indo para adorar sua sagrada face em uma cerimônia de simples veneração foram surpreendidos pela gêmea divindade [Diocleciano] que, de súbito, deu-se a contemplar contigo.<sup>120</sup> (*Pan.Lat. II, 11, 1*)

Aqui se expressa um dos princípios da *adoratio*, a recepção dos súditos pelo imperador. O rito, presente em diversas realzas da Antiguidade, consistia no movimento do corpo em sinal de reverência, em reconhecimento ao favor da divindade de se colocar face a face com um ser humano comum (SAGLIO, s/d, p. 80). No *Dominato*, a *adoratio purpurae* era restrita aos consulares e funcionários militares e representava um agradecimento por algo que foi recebido anteriormente, executado na forma de um beijo no manto púrpura do *basileus* (AVERY, 1940, p. 68-9). A *adoratio purpurae* é atestada no panegírico de Constantino, de 312, que reforça: “Eu desejo, sacrossanto imperador, agradecer a sua alma divina pelo dia em que na entrada do palácio ouvi a divina voz de sua piedade, e por meio da sua invencível mão direita, levantar todo o corpo senatorial que estava prostrado aos seus pés” (*Pan. Lat. VII, 1, 3*).<sup>121</sup>

Ainda que tal honraria fosse concedida a figuras importantes que prestavam serviço à corte, ou àqueles a quem se queria propor uma nova aliança, os panegiristas recorrem frequentemente à “alma compreensiva e benevolente dos governantes”, que se mostravam ao público com muita frequência.<sup>122</sup> Prova disso é que, numa passagem próxima à citada acima, o orador explica que

<sup>119</sup> *Quid ergo nos conuenit gratulari de hoc indulgentiae tuae lustro? - lustro quo, licet nulla frugum cessarit ubertas, fecisti tamen ut omnia largiora uideantur fuisse quam fuerint.*

<sup>120</sup> *Quid illud, di boni! quale pietas uestra spectaculum dedit, cum in mediolanensi palatio admissis qui sacros uultus adoraturi erant conspecti stis ambo, et consuetudinem simplicis uenerationis geminato numine repente turbastis.*

<sup>121</sup> *Volui enim, sacratissime imperator, cum in illo aditu palatii tui stratum ante pedes tuos ordinem indulgentiae tuae uoce diuina porrectaque hac inuicta dextera subleuasti, numini tuo gratias agere.*

<sup>122</sup> Born (1934, p. 24) explica que o nível retórico e o nível das práticas políticas não precisam ser necessariamente correlativos. Assim, mesmo que a *basileia* exija um rígido repertório de conduta para o imperador e sua corte, na tradição literária a figura do *princeps* sempre será descrita como generosa, afetuosa, misericordiosa, justa, responsável nos assuntos públicos, vigorosa, moderada no beber, comer e dormir, harmônico com a justiça e valente quando necessário, conforme o modelo do panegírico de Plínio.



nenhum dos convidados, ao se deparar com Diocleciano e Maximiano, seguiu o protocolo oficial de adoração das divindades, persistindo em admirar um pouco mais, já que estavam diante de uma majestade duplicada (*Pan. Lat. II, 11, 2*).<sup>123</sup>

O processo de *amicitia*, tão importante para as relações políticas desde a República, aliás, é descrito por Pacato Drepânio, declarando o seguinte a Teodósio:

Tu tens introduzido a *amicitiam* na corte, antes reservada a relações particulares. Tu tens feito essa reciprocidade sentar sobre o trono, revestida da púrpura, coroada de ouro e pedras preciosas, convocando seus colaboradores por meio das obras e não das palavras. E tens ensinado que o príncipe deve ser tão benévolo com seus súditos quanto a Fortuna o agracia, já que a amizade e a generosidade correm pareadas em seu governo, e seus familiares permanecem como homens comuns<sup>124</sup> (*Pan. Lat. XI, 16, 2*).

Em verdade, o *comitatus* foi uma instituição importante para a *basileia*, pois, da mesma forma que cercava o *basileus* de dignitários de sua inteira confiança, a seleção rigorosa de escolha dos mesmos relembra a estrutura hierárquica do Estado e a posição destacada do governante (SILVA, 2003, p. 62-3). No nível do discurso, por oposição, o elogio exalta o *topos* da acessibilidade, que compreendemos como um recurso das elites para despertar no governante as reivindicações comuns.

Apesar dos meandros próprios de cada rito que compõe a *etiqueta* da *basileia*, os panegiristas utilizavam artifícios que embelezavam e davam movimento à narrativa, mas por vezes sobrepunham formas diferentes de adoração (L'HUILLIER, 1992, p. 118). É o caso da explanação de Mamertino, que, ao tratar da *adoratio*, incorpora as práticas próprias do *aduentus*, quando narra que o antigo costume de adorar as divindades no interior dos templos dá lugar à aparição pública do *basileus* (*Pan. Lat. II, 11, 3*): “Quando eles passaram pelo meio da cidade, unidos, pelo meio das edificações, pude ouvir ardentemente uma comoção geral”.<sup>125</sup>

<sup>123</sup> *Nemo ordinem numinum solita secutus est disciplina; omnes adorandi mora restiterunt duplicato pietatis officio contumaces.*

<sup>124</sup> *Tu amicitiam, nomen ante priuatum, non solum intra aulam uocasti, sed indutam purpura, auro gemmisque redimitam solio recepisti, reque non uerbis adseruisti principis mentem tanto in suos benigniorem esse debere quanto sit fortuna praestantior, cum fide ac facultate paribus agas et familiaribus tuis imperator tribuas quod priuatus optaras.*

<sup>125</sup> *Vt uero limine egressi per mediam urbem simul uehebamini tecta ipsa se, ut audio, paene commouerunt [...] Atque haec quidem uelut interioribus sacrariis operata ueneratio eorum modo animos obstupescerat quibus aditum uestri dabant ordines dignitatis.*

Essa manifestação em público era realizada de modo pomposo e os imperadores eram carregados em carros, conforme informa Pacato Drepânio (*Pan. Lat. XI, 21, 4*). Segundo o orador, era nesse momento que súplicas eram direcionadas a Teodósio:

O primeiro de teus méritos é que frequentemente te mostras às multidões que te esperam em saídas públicas. Tu não somente te deixas ver senão que é fácil ter acesso a ti e recolhes bem de perto os votos de teus súditos, seja quem for o homem que venha consultar-te, e ainda que, em raros casos, tenha merecido uma resposta negativa, ao menos leva a recordação de ter visto a divindade<sup>126</sup> (*Pan. Lat. XI, 21, 2*).

Ver a divindade em público era, sem dúvida, um grande momento que os discursos deram conta de eternizar. O mesmo ocorria com tudo aquilo que o imperador revestia fisicamente e o representava. Até mesmo as estátuas erigidas como réplicas do soberano eram comentadas pelos panegíricos. Indiretamente, podemos considerar o comentário de Mamertino como uma referência às estátuas de Maximiano, ao anunciar que “nenhum rincão da terra foi privado da presença do *basileus*, mesmo quando ele não se encontra no local em pessoa” (*Pan. Lat. II, 13, 5*).<sup>127</sup>

Mais evidente é o conselho que o panegirista de Constâncio Cloro, de 297, dá aos insensatos, explicando que, “seja qual for o lugar para onde se vá, lá se encontrará o poder da divindade, onde os traços da sua face ou as vossas estátuas são adoradas” (*Pan. Lat. III, 15, 6*).<sup>128</sup> A *mimesis* do imperador verificada na estatuária é, sem dúvida, uma realidade no século IV, ainda mais porque não é possível ao governante cumprir com toda a agenda imperial por toda parte do Império, enviando suas réplicas para comemorar determinadas festividades de praxe (BONFANTE, 1964, p. 408).

Também as moedas, como vetores de expressão da cultura política, contribuíam para reforçar a imagética do *aduentus*. O medalhão de Arras, cunhado no ateliê de *Londinium* (Londres), em homenagem a Constâncio Cloro, permite observarmos diversas alegorias ligadas à celebração do cerimonial (**Moeda 3**).<sup>129</sup> Este imperador obteve notoriedade em 297 quando recuperou a província da *Britannia*, que ficara sob o domínio de governantes paralelos aos integrantes da Tetrarquia, Caráusio e Alecto, até 296 (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1168-9). A vitória na

<sup>126</sup> *Velut primum illud est quod creber egressu expectantibus populis te fateris, nec uideri modo patiens sed facilis adiri e proximo accipis uota hominum tuorum ut, quisquis ille consultor est, etiamsi meruerit repulsam, ferat tamen uisi numinis conscientiam.*

<sup>127</sup> *Neque enim pars ulla terrarum maiestatis uestrae praesentia caret, etiam cum ipsi abesse uideamini.*

<sup>128</sup> *Vt cumque cum ducibus tuis maluit experiri quam praesens maiestatis tuae fulmen excipere, demens qui nesciebat, quacumque fugere, ubique uim uestrae diuinitatis esse, ubi uultus uestri, ubi signa colerentur.*

<sup>129</sup> O medalhão recebe esse título por compor o Tesouro de Arras, que foi encontrado próximo a essa cidade, em Beaurains (Inglaterra), no século XX, contendo moedas da Tetrarquia e do governo de Constantino (HANNSTAD, 1988, p. 311).

batalha da Britânia foi comemorada com a reprodução visual da recepção do imperador vencedor nas peças monetárias, conforme o exemplo abaixo.



**Moeda 3** – Medalhão cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 297. Anverso: busto de Constâncio Cloro barbado, laureado e com vestes militares, com a legenda *FL(auius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOBIL(issimus) C(aesarum) AVG(ustus)*. Reverso: o imperador montado a cavalo, segurando a lança, aproximando-se dos portões da cidade de Londres (*LON*), onde um súdito, ajoelhado, abre os braços para receber o César; abaixo, uma nau é conduzida por quatro marinheiros, em direção à cidade. Legenda: *R EDDITOR LVCIS AETERNA E / PTR*. Ref.: RIC VI 34.

No reverso, acompanhamos o *aduentus* prefigurado na imagem de Constâncio Cloro sendo recebido na cidade recuperada dos usurpadores, *Londinium*, o que é referenciado pela sigla *LON*, logo abaixo dos portões e do cidadão ajoelhado. O imperador se apresenta em vestes militares, montado a cavalo e segurando a lança, o que caracteriza sua vitória, algo confirmado pela presença da nau guerreira, uma vez que o ataque naval surpresa às terras dominadas por Alecto garantiu o triunfo a Constâncio (HANNESTAD, 1988, p. 311-2). A divindade do *basileus* é descrita na legenda, *REDDITOR LVCIS* (restaurador da luz), em clara alusão à mensagem da luz como epifania, ou seja, a chegada da realeza à cidade como uma manifestação divina, que se mantém perpetua pelo termo *AETERNAE* grafado na moeda (L'ORANGE, 1973, p. 192; RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 33).

Também no reinado de Constantino o *aduentus* foi representado graficamente, comemorando a vitória sobre um oponente (**Moeda 4**). Neste caso, a cerimônia foi lembrada na legenda do

reverso (*ADVENTVS AVG*), enquanto a cena exibida mostra o momento cabal em que se deu a glória militar do *basileus*, em que o adversário já se encontra derrotado.<sup>130</sup>



**Moeda 4** – *Follis* cunhado em *Londinium* entre 310-312. Anverso: Constantino com a coroa de louros e em vestes militares, com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: A chegada do Imperador em equitação, virado para a esquerda; segurando a lança e arrastando um cativo (sob a pata do cavalo); estrela à direita. Legenda: *ADVENTVS AVG(ustus) N / PLN*. Ref.: RIC VI 142.

Peças como essa nos ajudam a pensar como eram as estratégias de perpetuação do cerimonial régio, pois, apesar de ser utilizada *a posteriori*, em transações econômicas ordinárias, não perdia a sua conotação solene, permanecendo como um testemunho da majestade imperial e, portanto, conectada à cerimônia para a qual foi produzida.

Por fim, trataremos da indumentária do *basileus*, cuja descrição dos panegíricos se concentra em objetos específicos. Avery (1940, p. 68) trata da exclusividade do uso da púrpura pela corte, o que se torna símbolo indiscutível do poder régio no panegírico de Pacato Drepânio. Nele, é enfática a disputa por essa cor, já que o orador, sempre que menciona o assalto do trono por Máximo, que considera ilegítimo, conta que este vestia o manto púrpura indevidamente (*Pan. Lat. XI, 22, 1; 26, 1; 45, 1-5*), chamando-o pela alcunha de “carrasco purpurado” (*carnifici purpurato; Pan. Lat. XI, 24, 1*).

<sup>130</sup> O contexto de produção desse tipo de cunhagem indica que Maxêncio seja o adversário que aparece sob a pata no cavalo na moeda, haja vista que em 312 Constantino precisava a todo tempo reforçar seus laços com diversas regiões do Império justamente por conta da concorrência política (WARMINGTON, 1974, p. 383).

Máximo, também, é acusado de usar indevidamente o diadema (*capiti diadema*; *Pan. Lat. XI*, 45, 2). Ainda que o panegirista de Juliano seja discreto em ostentar a riqueza e a pompa dos componentes da *basileia*, uma das tipologias monetárias do imperador apresenta esse mesmo elemento mencionado acima (**Moeda 5**). O ornamento é apresentado adornando a cabeça de Juliano, no anverso, formando um duplo cordão. No reverso, a inscrição votiva é envolvida pela coroa de louros, que comumente figura no anverso das moedas, sobre a cabeça do representado, e que chama a atenção para o caráter real e vitorioso do soberano.



**Moeda 5** – *Argenteus*, cunhado em *Lugdunum*, entre 360-363. Anverso: busto de Juliano com diadema de pérolas em vestes militares, com a legenda *FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVGV(ustus)*. Reverso: texto em quatro linhas, envolvido por uma coroa laureada. Legenda: *VOT(is) X MVLT(is) XX (uicennalibus) / S LVG*. Ref.: RIC VIII 233.

A polêmica que envolve o diadema diz respeito à forma como Juliano o utilizou. Ao invés de apresentá-lo como um símbolo de triunfo, conforme a designação militar que lhe cabia, o imperador transformou a coroa de pérolas em um instrumento político, de coroação. Essa atitude, ao fim, rompeu os laços ainda existentes entre Juliano e a casa imperial constantiniana (MACCORMACK, 1981, p. 195).<sup>131</sup>

Outrossim, Cláudio Mamertino, panegirista de Juliano, ao menos fez alusão ao uso da indumentária do imperador, embora em forma de metáfora, quando citou o lugar que a filosofia

<sup>131</sup> A coroa de pérolas dobrada se tornou comum posteriormente, como se pode conferir nas moedas de Teodósio (RIC IX 55a; RIC IX 83a; RIC IX 59b; RIC IX 65c).

deve ocupar: “vestida de púrpura e ouro, e pedras preciosas, envolta em seu régio trono” (*Pan. Lat. X*, 23, 4).<sup>132</sup> O elogio à filosofia, nesse aspecto, parece um elogio a quem deveria estar de fato no trono. Nixon e Rodgers (1994, p. 425) entendem que o orador fez referência à cultura tradicional romana, que governava de fato o bom funcionamento público. Notamos a mesma construção sendo imitada por Drepânio, na passagem em que fala da *amicitia* de Teodósio, metaforicamente entronizada pela capacidade do imperador de fazer escolhas acertadas ao formar seu *comitatus* (*Pan. Lat. XI*, 16, 2).

### CONCORDIA IMPERII: ENTRE TEXTOS E ARTEFATOS

No segundo panegírico que pronunciou, em 291, Mamertino descreveu a obrigação que tinha de narrar os fatos que considerava merecedores de menor atenção, como aqueles que relembavam as guerras com outros povos e os conflitos internos. Ainda assim, o orador descreveu um por um desses temas ao longo do capítulo V da obra. Ao fim, ele conclui: “Eu Proponho uma coisa nova no meu discurso. Ao tentar silenciar todas as coisas grandes, entre os louvores a ti e seus feitos, não posso deixar de mencionar outras coisas que são maiores: teus méritos” (*Pan. Lat. II*, 5, 5).<sup>133</sup>

Os méritos de Maximiano, por outro lado, nunca aparecem nos panegíricos como atributo pessoal. Afinal, o Augusto do Ocidente participa da Tetrarquia e, assim, é sempre representado como parte desse *colegium*. Prova disso foi o súbito aparecimento de Diocleciano durante a *adoratio* do colega que descrevemos no início deste capítulo (*Pan. Lat. II*, 11, 1). O fenômeno que relaciona ambos os Augustos é reforçado pela passagem na qual Mamertino afirma que não há obstáculos corporais entre os diarcas, já que “são hábeis em se transportar de um lugar a outro com a mesma rapidez que acompanha o desejo de estar ambos juntos” (*Pan. Lat. II*, 8, 4).<sup>134</sup>

Se a diarquia é sempre referenciada nos dois primeiros textos da coleção, o sistema tetrárquico começa a ter maior espaço nos discursos a partir da obra do panegirista de Constâncio Cloro.

O número quatro, símbolo do vosso poder, é a força e a alegria que existe de maior na natureza: assim, são quatro os elementos, as estações, as partes do mundo que são

<sup>132</sup> [...] *sed mictam purpura, auro gemmisque redimitam in regali solio conlocasti.*

<sup>133</sup> *Noua mihi propono dicendi legem ut, cum omnia uidear silere quae summa sint, ostendam tamen inesse laudibus uestris alia maiora.*

<sup>134</sup> *Etenim cum nihil sit animo uelocius, uos, quorum igneae immortalesque mentes minime sentiunt corporum moras, peruecti estis ad uos mutui desiderii celeritate.*

divididas pelo oceano, e os *lustris* que se realizam após uma quadruple revolução no céu, são quatro os cavalos do sol<sup>135</sup> (*Pan. Lat. III, 4, 2*).

Nessa passagem, elementos mitológicos e cósmicos são elencados a fim de dar autenticidade ao governo quadripartido (CHESNUT, 1978, p. 1310-2; HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 30). Da mesma forma, toda a arte escultural do Império, durante a Tetrarquia, convergia para convencer a população de que esta estrutura resguardava todos os interesses públicos (REES, 1993, p. 181).



**Imagem 4** – Pórtico dos Tetrarcas (293-303), escultura em pórfiro, produzido na Ásia Menor, no século IV, atualmente em um canto da *Basilica de São Marcos*, Veneza, Itália, próxima a *Porta della Carta* (HANNESTAD, 1988, p. 304).

---

<sup>135</sup> *Quippe isto numinis uestri numero summa omnia nituntur et gaudent, elementa quattuor et totidem anni uices et orbis quadrifariam duplici discretus oceano et emenso quater caelo lustra redeuntia et quadrigae soli.*

De fato, a **Imagem 4** é o exemplo máximo de *concordia imperialis*, reproduzindo a ideia de que os imperadores, em duplas (Augusto e César, do ocidente e do oriente), suportam o poder um do outro (REES, 1993, p. 186).

A mesma mensagem é passada pelas moedas de Constâncio Cloro (**Moedas 6 e 7**). Este imperador perpetrou ações militares nas Gálias e enfrentou conflitos nas fronteiras, de modo que as moedas comemoravam os feitos do imperador representando sua imagem em vestes militares, o que se tornou símbolo de identificação dos Césares. No reverso da **Moeda 6**, a cena monumental dos Tetrarcas (**Imagem 4**) é reproduzida, acrescentando um templo e um altar, onde os imperadores sacrificavam em agradecimento às vitórias recebidas, repetindo a mesma pose do monumento, com os Augustos barbados, envolvendo os Césares com o braço direito; todos seguram a espada com a mão esquerda (HANNESTAD, 1988, p. 305).

Neste primeiro exemplo (**Moeda 6**), a inscrição *VIRTVS MILITVM* pode ser interpretada como uma forma mais genérica de comemoração, afinal, os quatro titulares enfrentavam regularmente oponentes locais e nas fronteiras e nunca era excessivo distribuir moedas que evocavam a virtude dos imperadores. A **Moeda 7**, por sua vez, é mais específica em sua nomenclatura, *VICTORIA SARMAT*, o que nos faz compreender que a empreitada de Constâncio Cloro contra os sármatas, na segunda metade da década de 290 (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1169-70), foi atribuída ao poder monárquico como um todo.



**Moeda 6** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 295-297. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *CONSTANTINVS NOB(ilissimus)*. Reverso: Os Tetrarcas sacrificando aos deuses em um templo de 6 torres. Legenda: *VIRTVS MILITVM* / C. Ref.: RIC VI 110a.





**Moeda 7** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 295-297. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *CONSTANTIVS NOB(ilissimus)*. Reverso: Os Tetrarcas sacrificando aos deuses em um templo de 6 torres. Legenda: *VICTORIA SARMAT(as) / C*. Ref.: RIC VI 106a.

A *concordia* imperial ao longo do século IV encontrou diversas outras manifestações. Como no caso de Juliano, que, ao ser proclamado imperador pelos soldados gauleses, nos finais de 359, resistiu o quanto pôde a manifestar uma política independente de governo (BIDEZ, 1930, p. 130-40). Nas moedas, logo se percebem inscrições vitoriosas. A interpretação dos dados deve ser, no entanto, cuidadosa. É o que percebemos na **Moeda 8**, na qual os feitos rememorados não podem ser vistos ainda como um fator de legitimação política autônoma. Assim como coube a Constâncio Cloro, a cunhagem de Juliano também exalta suas façanhas militares, remetendo à condição de César. Segundo Gilliard (1964, p. 135), o futuro imperador buscou prolongar ao máximo a paz com Constâncio II, se sujeitando ao posto inferior do colégio imperial. Assim sendo, essas imagens monetárias eram aprovadas pelo imperador mais antigo e por isso tinham ainda um papel de *concordia imperialis*.

Curiosamente, nesse período de associação da imagem de Juliano com Constâncio II, o primeiro não aparece barbado (como debateremos mais à frente neste capítulo). Nesse contexto, a ausência de barba parece se tratar do interesse de prestar reverência ao soberano mais antigo, já que na imagética da Tetrarquia aparecer com essa indumentária é prerrogativa do Augusto (BONFANTE, 1964, p. 418-9). As moedas de Diocleciano e Maximiano reforçam essa ideia, pois ambos são representados com barba desde o início da Tetrarquia; Galério e Constâncio Cloro, nem sempre.



**Moeda 8** – Peça cunhada em *Lugdunum*, entre 360-363. Anverso: Juliano com o diadema e vestes militares. Legenda: *FL(auius) CL(audius) IVLIA-NVS P(er)P(etuus) AVG(ustus)*. Reverso: a Vitória avançando para a esquerda, com asas visíveis acima dos ombros, segurando a coroa de flores e o ramo de palmeira. Legenda: *VICTORIAE DD NN AVGG(usta)*. Ref.: RIC VIII 213.

Por fim, o governo de Teodósio, desde 379, foi marcado pela colegiabilidade. Parece consenso, entre os autores da época, que ele foi escolhido por Graciano (367-383) para substituir o imperador Valente, morto em batalha (MATTHEWS, 1990, p. 95). O trono inicialmente foi dividido entre ambos, ainda que logo Graciano tenha sido assassinado pelas mãos dos soldados gauleses, sob as ordens do general Magno Máximo. Tal ação obrigou Teodósio a assumir o posto de imperador mais antigo. Como conhecia pessoalmente Magno Máximo, reconheceu a aclamação das tropas que o proclamou imperador e compartilhou com ele o Império, convocando também o infante irmão de Graciano, Valentiniano II, que era tutelado pela rainha-mãe, Justina.<sup>136</sup>

Para comemorar essa nova era que foi pacificada e restaurada à sua própria maneira, Teodósio – que governava o Oriente e teve que intervir no Império ocidental, decidindo as fronteiras entre as posses de Máximo e Valentiniano II – precisava emitir símbolos que garantissem a *concordia*. Tão logo, distribuiu moedas que enalteciam a força da restauração do Império e do novo *colegium*, conforme se vê na **Moeda 9**.

<sup>136</sup> No que diz respeito a Máximo, sabemos que ele ocupava uma posição de destaque no exército quando ascendeu ao trono, tendo participado de diversas campanhas militares sob o comando de membros da família de Teodósio. Ainda que não fosse oriundo de uma família ibérica tradicional, como afirma Escibano (1990, p. 257), supõe-se que fosse integrante dos grupos ocidentais enobrecidos no decorrer do século IV, o que permite incluí-lo na camada social dos *honestiores* (BLÁZQUEZ, 1995, p. 514); mesmo com a culpa de assassinar Graciano sob seus ombros, Máximo não poderia ser confrontado por Teodósio naquele momento, pois era notória sua popularidade entre os grupos militares do ocidente, sobretudo nas Gálias.



**Moeda 9** – Peça cunhada em *Aquileia*, entre 379-383. Anverso: Teodósio com a diadema e com vestes militares. Legenda: *D(ominus) N(oster) THEODO SIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Teodósio frente pé virado para a esquerda, oferecendo a mão direita para a figura feminina ajoelhada (República), ajudando a mesma a se levantar, na outra mão o imperador segura o globo, e sobre este, a Vitória. Legenda: *REPARATIO REIPVB(ublicae) / S(acra) M(oneta) / AQP*. Ref.: RIC IX 30d.

No reverso da moeda, a República, representada como uma pequena figura coroada, é erguida pelo imperador, de pé e com vestimentas militares, na mão direita ele segura o globo e recebe da deusa Vitória a coroa de louros. Magno Máximo, por sua vez, também destacou o papel da *concordia* em suas moedas, numa clara referência ao acordo que precisava manter com Teodósio (SILVA; ZARDINI, 2011, p. 130).<sup>137</sup>

Verifica-se ainda a *concordia* a partir das moedas de Valentiniano II, em comemoração a Vitória (*VICTOR-IA AVGG/ COM*) e à *concordia*. O que pode ser comprovado pelo *solidus* (RIC IX 902), cunhado em *Augusta Treuerorum*, datado de 388 a 392 (aproximadamente), que porta a legenda *DN VALENTINI-ANVS PF AVG* no anverso e a imagem das duas capitais do Império personificadas no reverso, sentadas no trono, dividindo o globo em suas mãos, com a Vitória entre elas, cobrindo as duas cabeças com suas asas.

As turbulências políticas permaneceram constantes no Ocidente. As provocações entre Máximo e Valentiniano II forçaram Teodósio a suprimir a aliança com o primeiro, rivalizando com ele pelo trono e vencendo-o em 388. O jovem Valentiniano II passou a governar toda a área ocidental, mas acabou sendo morto pouco tempo depois, em 392, pelo seu professor de retórica, Flávio Eugênio. A tentativa de legitimar sua ascensão ao trono também é perceptível por meio

<sup>137</sup> Conferir: RIC IX 83b.

de moedas com a inscrição *CONCORDIA AVGG*.<sup>138</sup> Mas, nessa ocasião, as intenções de aliança não foram correspondidas por Teodósio, que se dirigiu para enfrentar Eugênio em 394, vencendo e se tornando governante único do Império até sua morte, em 395 (SILVA; ZARDINI, 2011, p. 133).

O papel da *concordia* no processo de legitimação dos imperadores não poderia se sustentar se os mesmos não fizessem uso do maior símbolo de poder pessoal pertencente ao homem romano, o *genius*. Pela tradição, o *genius* era a potência sobrenatural que acompanhava o indivíduo, desde o berço até o túmulo. O *genius* que acompanhava o *princeps* o tornava ainda mais especial, uma vez que honrar a *pietas* (direta relação com os deuses) que emanava do imperador significava compartilhar um poder que produzia benefícios e bem-estar coletivo (DURRY, 1947, p. 86).

O bom imperador mantinha assim o equilíbrio para reinar como o protótipo do bom príncipe (à semelhança da construção pliniana) porque compartilhava seu *genius* com a esfera pública (BERÀNGER, 1975, p. 434). As moedas reproduzem a alegoria do *genius* sempre com a *cornucopia* (o corno sagrado que proporciona abundância e prosperidade) e a *patera* (salva mitológica utilizada nas cerimônias e banquetes), portando a inscrição *GENIO POPULLI ROMANI*, ou o “*genius* do povo romano” em referência à força que emana do *basileus* sobre os súditos (**Moeda 10**). A estrela ainda se associa à *sidus iulium*, representação da vinculação de Augusto aos deuses (ascendência divina), mas também à ascendência dinástica da *domus iulia* de César (ZANKER, 1988, p. 231).<sup>139</sup>

<sup>138</sup> A imagem utilizada por Valentiniano, descrita acima, foi usada também por Eugênio (292-294) no *solidus* de 393 ou 394, cunhado em *Augusta Treuerorum*, no qual se lê *DN EVGENIVS PF AVG* no anverso, com a legenda *VICTORIA AVGG / TR* no reverso. Estando numa situação delicada, Eugênio precisava propagar a imagem de *concordia* com Teodósio, já que este marchava em campanha contra si (RIC IX 101).

<sup>139</sup> Além da conhecida imagética imperial que aproxima Otávio de César, vemos aqui uma concepção proveniente do panegírico de Plínio, em que também é enaltecida a herança dinástica que Trajano recebeu de Nerva (*Plinii Pan.*, VII), considerando o ato como uma adoção divina que beneficiou o Império (*Plinii Pan.*, VIII), já que a família do imperador retratado não lhe dotava de *ingenuus* (*Plinii Pan.*, IX).



**Moeda 10** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 298-299. Anverso: Constâncio Cloro barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *FL(avius) VAL(erius) CONSTANTIVS NOB(ilissimus) C(aesarum)*. Reverso: *genius* virado à esquerda nu, de pé, com o ombro esquerdo coberto, segurando a *patera* e a cornucópia; um A a esquerda e a estrela à direita. Legenda: *GENIO POPVLLI ROMANI / TR*. Ref.: RIC VI 329.

Os tempos de paz no Império permitem que novas relações políticas possam se expressar. Sabemos que, na atualidade, rearranjos da vida pública podem emergir de contextos particulares, de modo que a autoridade exercida e apreendida dentro da escola, de associações e grupos militantes, ou até mesmo da família, podem tomar dimensões maiores e alcançar o seio do Estado (ALMOND; VERBA, 1989, p. 270). Na *domus* imperial do século IV, os laços de parentesco apareciam como um dos meios de aliança mais frequente. Diocleciano e Maximiano casaram suas filhas com os Césares Galério e Constâncio Cloro, respectivamente. O Panegírico de Constantino de 307 constata a continuidade dessa prática. Trata-se de um discurso matrimonial, que comemora o casamento do imperador com Fausta, outra filha de Maximiano (SUTHERLAND, 1966, p. 9).

Este imperador aliás já havia se retirado das funções régias em 305, mas a conjuntura que punha em risco a ascensão de seu filho Maxêncio ao trono o fez revestir a púrpura em 306 (HERRERO-LLORENTE, 1967, p. 1199). Até 307, Maximiano lançou moedas que evocavam a estabilidade, como vemos nas figuras da **Moeda 11**, que, entre outros elementos, trazem a

*PROVIDENTIA DEORVM* e a ideia de pacificação do *cosmos*, representada pelo *QVIES* (tranquilo), em um ato de *concordia* (MARTIN, 1982, p. 375-6).<sup>140</sup>



**Moeda 11** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* entre 305-307. Anverso: Maximiano barbado, com a coroa de louros e laureado com a legenda *D(ominus) N(ostrium) MAXIMIANO BEATISSIMO SEN(ior) AVG(ustus)*. Reverso: *Prouidencia* de pé virada à direita, recebendo um ramo de oliveira do *Quies*, que segura o cetro com a mão esquerda. Legenda: *PROVIDENTIA DEORVM QVIES AVGG(usta) / S F / PTR*. Ref.: RIC VI 673b.

No plano discursivo, Maximiano é elogiado por sua generosidade, a quem assim se refere o panegirista:

Qual coisa mais conveniente e digna de sua providência poderias tu fazer, do que confiar, com o mais profundo afeto, a garantia do poder soberano ao filho daquele que antes também havia se unido a ti por uma aliança matrimonial e a quem associastes tua grandeza?<sup>141</sup> (*Pan. Lat. V, 7, 2*)

Fica claro no comentário acima que o enlace matrimonial entre Fausta e Constantino foi um instrumento que garantiu a partilha do poder entre o pai e o genro, assim como outrora aconteceu com Constâncio Cloro, o que foi garantido pela condução da providência divina (BARNES, 2014, p. 69; GALLETIER, 1949b, p. 6). O casamento, assim, extrapolava os termos da vida privada e adentrava nos termos das relações públicas, manifestando também, nos panegíricos, um papel ativo de concórdia na cultura política da *basileia*. Comprovando a

<sup>140</sup> A associação da *providentia deorum* com o *princeps* está presente no panegírico de Plínio, quando narra que “pela providência dos deuses [Trajano] fora elevado ao primeiro posto do Império” [*te providentia deorum primum in locum prouexerat*] (*Plinii Pan.*, X). O interesse de legitimar esta posição é comprovada, assim, pela cunhagem de Maximiano.

<sup>141</sup> *Quid enim competentius, quid prouidentia tua dignius facere potuisti, quam ut eius filio, quem tibi pridem et adfinitate adsciueras et maiestate sociaueras, nunc ex intimis adfectibus traderes summi pignus imperii?*

necessidade prática de utilizar a instituição matrimonial para promover a ordem, notamos que o casamento permaneceu durante todo o *Dominato* como uma forma de garantir aliados militares para o Estado, a exemplo dos acordos desse tipo firmados entre os imperadores Arcádio e Honório com diversos generais do século V, como Estilício e Bauto (SALZMAN, 2002, p. 191).

#### A IMAGEM SAGRADA DO *BASILEUS*

Sob os diversos prismas que analisarmos o cerimonial da *basileia*, incluindo os panegíricos e as moedas, inevitavelmente os elementos sagrados serão levados em conta. Como já foi dito, os discursos literário e imagético versam bastante sobre os mitos, por conta da direta identificação do público com a cultura clássica. Segundo Barthes (2001, p. 139), são os mitos que operam na sociedade a construção de preceitos morais, históricos, geográficos e zoológicos, além de selecionar um conjunto de diretrizes formadoras da identidade literária do grupo.<sup>142</sup> A transmissão literária é que permite ao mito conectar gerações, reunindo em torno de si elementos estruturantes da comunidade (DUMÉZIL, 1968). Nesse sentido, manifestar um vínculo com o passado através dos ritos tem fundamental importância para a manutenção da ordem, postulando que “a relação com os ancestrais manifesta a submissão às relações sociais e essa relação justifica, na linguagem do sagrado, a aceitação ou o renovo da ordem estabelecida” (BALANDIER, 1997, p. 38). As emissões monetárias desenvolvem um papel importante nesse processo, pois as cidades do mundo greco-romano utilizavam suas moedas como um constructo perpétuo de seu passado mitológico (para além do texto), valendo-se das aventuras de personagens itinerantes, como Hércules, Odisseu e Enéias, por engrandecerem os feitos de seus próprios reis e heróis (HARL, 1987, p. 78).

O papel da mitologia grega foi fundamental para a unificação cultural das elites greco-romanas durante o Império, sendo manifesta em múltiplas facetas das obras escritas e monumentais (CAMERON, 1993, p. 220). É esse tema que desenvolveremos aqui, circunscrevendo o período que vai da Tetrarquia até o reinado de Teodósio, observando as imagens e os usos que fazem das deidades e da religião para legitimar os símbolos do seu poder.

---

<sup>142</sup> E, de fato, conforme atesta Vernant (2006, p. 15-6), era mesmo a literatura, em todas as suas formas, que transmitia as tradições religiosas na Grécia Antiga, registrando e reforçando as narrativas sobre os deuses e, conseqüentemente, sobre a cultura helênica em geral.

Seguindo o princípio de que, quanto mais recuada no tempo, maior a força de uma tradição mítica (PRANDI, 1997, p. 166), os panegiristas do século IV trouxeram à tona a tópica clássica do gênero épico, a Era de Ouro, como forma de legitimar o reinado do imperador retratado em suas obras. Vejamos o exemplo de Eumênio. No *Pro Instaurandis scholis oratio*, o autor ressalta os tempos vindouros por acreditar que o financiamento da reforma das cidades gaulesas, empreendido por Constâncio Cloro, representava uma Idade de Ouro (*aurea illa saecula*), que brotou nos tempos de Saturno e renasceu sob os *aeternis auspiciis* de Diocleciano/*Iouis* e Maximiano/*Herculis* (*Pan. Lat. IV, 18, 5*).<sup>143</sup>

A fala de Eumênio retoma a tradição mitológica grega imortalizada por Hesíodo, citando a Idade de Ouro como o tempo que reinava Urano (*Ouranos*),<sup>144</sup> no qual os deuses se “nutriam de seus pródigos bens” (*O trabalho e os dias*, v. 119). Para Bettini (2010, p. 29), o mito pode ser reescrito, atendendo a novos contextos sociais, conforme a necessidade de quem o maneja, porque é o que passa confiança e tem autoridade para produzir algum tipo de mobilização.<sup>145</sup> Desse modo, trazer à cena pública a memória de um tempo em que deuses autonutriam sua força e seu poder significava um poderoso recurso retórico dos panegiristas da Tetrarquia para revigorar a imagem divina dos imperadores (NICHOLSON, 1984, p. 266).

Além disso, não podemos perder de vista que aspectos da tradição mítica são lembrados e esquecidos, passam por sucessivas deformações e se tornam vulneráveis a todo tipo de usos e manipulações, assim como repentinas revitalizações (ROSSI, 2007, p. 3). O emprego da tradição mítica nas moedas e nos discursos dos oradores gauleses, portanto, surge adaptado às condições de centralização monárquica do *Dominato*, adicionando ainda traços da cultura latina e conjugando aspectos da cosmologia local, ao recontar os feitos de Hércules, de Júpiter, de Marte e, principalmente, de Apolo.

Em termos gerais, após a reforma de Diocleciano, as emissões monetárias traziam as marcas de cunhagem *SM* (*SACRA MONETA*). No governo de cada um dos imperadores que compõem nosso escopo de análise, encontramos conjuntos de moedas em que esta sigla está presente. A exemplo do *follis* de Maximiano, de 300-301, com as inscrições *MONETA SACRA AVGG ET*

---

<sup>143</sup> *Adeo, ut res est, aurea illa saecula, quae non diu quondam saturno rege uiguerunt, nunc aeternis auspiciis Iouis et Herculis renascuntur.*

<sup>144</sup> Saturno assumia na literatura latina a alegoria de *Cronos*, titã do Olimpo (LAFER, 2006, p. 77). O mito na cultura greco-latina, no entanto, não era regido pela simples associação, de modo que autores antigos agregaram diferentes funções aos deuses e às figuras mitológicas em suas narrativas (VERNANT, 2006, p. 30-1). Eumênio, por exemplo, associava a imagem de Saturno a Urano, titã da Era de Ouro.

<sup>145</sup>



CAESS NN no reverso e contendo a imagem da deusa *Moneta*, segurando balança da justiça em sua mão direita (**Moeda 12**).



**Moeda 12** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum* em 300-301. Anverso: Maximiano barbado, com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) MAXIMIANVS P(ius) FELIX AVG(ustus)*. Reverso: a deusa *Moneta* coroada segurando a justa balança na mão direita; na esquerda, a cornucópia; o lado, uma estrela. Legenda: *MONETA SACRA AVGG(usta) ET CAESS(arum) NN(ostrum) BTR*. Ref.: RIC VI 419b.

Mais próximo às Gálias, encontramos moedas de mesma nomenclatura sendo distribuídas, com o mesmo propósito, por Constâncio Cloro.



**Moeda 13** – *Follis* cunhado em *Ticinium* em 304-305. Anverso: cabeça barbada e laureada de Constâncio virada para a direita, com a legenda *CONSTANTIVS NOB(ilissimus) CAES(ar)*. Reverso: a deusa *Moneta* coroada

segurando a justa balança na mão direita; na esquerda, a cornucópia; ao lado uma estrela. Legenda: *SACRA MONET(a) AVGG(usta) ET CAESS(arum) NOSTR(um) / ST*. Ref.: RIC VI 48a.

Em verdade, o mesmo sentimento que aflora da transformação da moeda em algo sacro pode ser observado também nas imagens de Júpiter e Hércules que são veiculadas nas cunhagens e nos panegíricos. Os deuses assumem a função de legitimar as ações de Diocleciano e Maximiano, auxiliando na perpetuação de decisões políticas e ações militares que são eficientes no momento, mas que precisam ser rememoradas e comemoradas publicamente. Nada mais justo do que evocar o passado glorioso e mítico da tradição romana para imortalizar esses atos. Mais do que isso, a imagem dos deuses reunia os súditos em torno dos imperadores, o que significa que a lealdade a estes era também fidelidade ao culto tradicional.<sup>146</sup> A unidade e a paz no Império Romano tardoantigo dependia, então, do culto às deidades que protegiam os *basileis* (DIGESER, 2000, p. 30).

As imagens dos deuses nos panegíricos e nas moedas de 289 a 291 se tornam, assim, símbolos poderosos, explorados com o intento de obter a aceitação das diretrizes políticas que se consideram necessárias (ALMOND; POWELL JR., 1980, p. 127). As cenas representando a *concordia*, por exemplo, são abundantes a partir da convocação de Maximiano por Diocleciano. Sabemos que a fraternidade entre os imperadores precisava ser constantemente citada, pois do ponto de vista prático eles raramente se encontravam para pensar as estratégias políticas (REES, 1993, p. 182). Mamertino, panegirista de Maximiano, aborda este aspecto da seguinte forma:

[...] que século pôde assistir a semelhante concórdia sobre o mesmo poder? Que irmãos gêmeos respeitam o direito que possuem sobre o patrimônio com tanta equidade como vós, ao administrar o mundo romano? Pode-se comprovar que, se as almas dos outros homens são comuns e perecíveis, as vossas são celestiais e eternas [...] A *pietas* duplica os frutos da sua potência divina: cada um de vós desfruta dos benefícios do Império e dos seus associados (*Pan. Lat. I, 6, 4-7*).

A harmonia evocada pelo discurso se exprime por meio da imagética monumental da Tetrarquia. É interessante notar, contudo, que os traços que interligam os governantes aos seus associados divinos apresentam nuances nas moedas que permite averiguar relações de poder

---

<sup>146</sup> Se concordarmos que o culto imperial começa a ser enraizado na cultura política romana durante o reinado de Augusto, podemos compreender a força que deidades como Júpiter trazem para o programa político de Diocleciano. Não cremos que seja coincidência que justamente este deus seja escolhido pelo tetrarca para representá-lo, uma vez que a tradição poética imortalizou o vínculo entre a figura de Augusto e de Júpiter, legitimando a condição de predestinado do imperador por meio de um auspício: ele foi visto pelo pai, em um sonho, investido com os atributos do deus (ANDRÉ, 1974, p. 10).

um tanto mais complexas entre os tetrarcas. Essa questão pode ser atestada nos *folles* emitidos entre 286-290, dos quais examinaremos uma peça em particular (**Moeda 14**).



**Moeda 14** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 286-290. Anverso: Maximiano com a coroa radiada, barbado, com vestes militares e a legenda *IMP(erator) C(aius) M(arcus) AVR(elius) VAL(erius) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Júpiter, em pé à direita, com um manto, segurando o cetro e o globo, recebendo a Vitória de Hércules, que está à esquerda, segurando a pele do Leão e a clava. Legenda: *IOVI(us) CONSERVATOR I AVGG(usti) / XXI / TR*. Ref.: RIC V 624.

No anverso da peça, o nome do imperador é sucedido pela insígnia *PF* (*pious felix*), legenda que se torna obrigatória nas emissões monetárias a partir das reformas da Tetrarquia. Naquele momento, cabia automaticamente ao imperador o título de *pious*, já que este não só desenvolvia uma conexão com as divindades, como ele próprio era a epifania das potestades (LEADBETTER, 2004, p. 263). O termo *felix* se refere ao providencialismo, à certeza de prosperidade sob o governo dos tetrarcas (MENDES; SILVA, 2008, p. 322-3).<sup>147</sup> Como visto na passagem acima do panegírico de Mamertino, a *pietas* imperial garante um princípio de abundância para o Império.

A legenda do reverso reforça que se trata de uma cena de concórdia, na qual Júpiter (*Iouius*) é coroado pela deusa Vitória. Na verdade, tanto a coroa radiada no anverso como os símbolos trazidos pela deusa (a clava e a pele de leão) remetem à figura de Hércules (*Herculeus*), companheiro de Júpiter nas façanhas enfrentadas. O termo *conseruatori* assume aqui o sentido de *conseruus*: aquele que acompanha (OLD, 1968, p. 414). A presença da clava e da pele,

<sup>147</sup> A *pietas* e a *felicitas* são virtudes frequentes nos panegíricos de Mamertino, sempre guiando e legitimando o poder sagrado dos *basileis* (*Pan. Lan. II*, 13, 1; 18,1; 19, 2).

artigos que se encontram em poder do semideus, relembram a narrativa dos Doze Trabalhos, especialmente a vitória sobre o Leão de Nemeia. Segundo a tradição, Hércules consegue sozinho encurralar o animal (na verdade, um monstro gigante criado por Hera), matando-o com uma clava e esfolando sua pele, que serviu de manto ao herói (GRIMAL, 2011, p. 208).

As mesmas relações são apresentadas no medalhão de bronze em que Júpiter e Hércules dividem o reverso com a deusa *Moneta*, quando o primeiro porta os aparatos do poder régio, e o segundo, equipamentos ligados à esfera militar (**Moeda 15**).



**Moeda 15** – Medalhão de bronze cunhado entre 284-305. Anverso: Diocletiano com a coroa de louros, barbado, com vestes militares e a legenda *IMP(erator) C(aius) G(aius) VAL(erius) DIOCLETIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Júpiter à esquerda, barbado e nu, com o manto, segurando o cetro na mão direita e o raio na esquerda; ao centro, a *Moneta*, vestida e com diadema, segurando a justa balança na mão direita e a cornucópia na esquerda, com uma pilha de moedas aos seus pés; à direita, Hércules nu e barbado, leva na mão direita a clava, e a pele de leão pendurada no braço esquerdo. Legenda: *MONETA IOVI ET HERCVLI AVGG(usti)*. Ref.: GNECCHI II, 126, 129.

Nas cenas retratadas, são visíveis os elementos que identificam a realeza: o cetro e o globo (**Moeda 14**). A análise mitológica aqui deve dar lugar à iconografia tardoantiga e às interpretações das práticas políticas desse período. Nesse sentido, o globo expressa, nas emissões monetárias, a investidura do imperador pela divindade, indicando o domínio do *basileus* sobre todo o universo, tornando-se “atributo imprescindível para o imperador que aspira à universalidade” (SILVA, 2003, p. 120).

A representação da Vitória, também, constitui um símbolo difundido de forma corrente no século IV. Machado (1998, p. 65) demonstra que, sendo um elemento tradicional da divindade romana – cultuada particularmente no altar da Vitória, em Roma –, os imperadores utilizaram a representação da deusa para serem compreendidos dentro de uma linguagem ritual e tradicional. Sobre este tema, García e Martínez (1997, p. 733) acrescentam que as imagens da Vitória permaneceram como símbolo de triunfo militar. Por fim, o cetro é a prova cabal de que o indivíduo que o portava estava apto a governar.

Os fatores acima descritos comprovam a transposição da relação filial existente entre Júpiter e Hércules para a relação que une Diocleciano a Maximiano (RODGERS, 1986, p. 77). Mas, se a retórica dos panegíricos, num primeiro momento, evoca a equidade entre os pares, as moedas permitem conjecturarmos uma divisão de papéis. O fator militar é, então, preponderante no retrato político de Maximiano.<sup>148</sup> Hércules, com efeito, sempre foi ligado, na tradição religiosa romana, à vitória militar, portando títulos como *triumphator* e gerando termos como *herculana pars* na nomenclatura republicana e imperial (MARZANO, 2009, p. 95).

O *aureus* de Maximiano, datado de 295, comprova a utilização dos símbolos beligerantes na imagética do seu reinado, quando aparece no anverso adornado pela coroa de louros, símbolo do triunfo dos generais romanos. No reverso, a legenda deixa clara a questão militar (*HERCVLI VICTORI*) e traz os mesmos elementos mencionados (o cetro, a clava e o manto), acrescido do fato de o herói encontrar-se aqui sentado no trono (**Moeda 16**).

Diante dos dados aqui apresentados, é natural que seja reforçada a imagem militar de Maximiano. Na prática, o imperador, logo que foi convocado por Diocleciano, teve de enfrentar a dissidência de Caráusio na Britânia (288) e precisou assegurar as fronteiras ao norte, o que levou a declarar guerra contra a Germânia entre 288 e 289 (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1141). Os atributos visuais de Hércules que revestia o Augusto, assim, enaltecem o caráter laborioso dos conflitos que teve de enfrentar. O discurso recorrente nas moedas e panegíricos enfatiza o valor dessas ações como algo que não se podia realizar sem as qualidades que Maximiano recebera dos deuses.

---

<sup>148</sup> Os panegíricos também enfatizam as empreitadas de Maximiano, exaltando os auspícios imperiais que o assistem (*Pan. Lat. I, 2, 5*) e o dotam de capacidade para combater sozinho os inimigos (*Pan. Lat. I, 5, 3*).



**Moeda 16** – *Aureus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 295. Anverso: Maximiano com a coroa de louros, barbado, com a legenda *MAXIMIANVS P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Hércules desnudo sentado sobre o trono, a pele do Leão sobre a perna, mão esquerda apoiada sobre a clava, arco à direita. Legenda: *HERCVLI VICTORI PTR*. Ref.: RIC VI 14v.

No panegírico de 289, o orador cria um paralelo entre as atividades políticas e as atividades militares, considerando essas últimas como um emblema do imperador:<sup>149</sup> “[...] tu desnudaste a *togam praetextam* para vestir a couraça, passaste do tribunal ao campo de batalha, da cadeira curul ao triunfo sobre o cavalo” (*Pan. Lat. I, 6, 4*).<sup>150</sup> Não é exagero dizer, em suma, que Maximiano (assim como os Césares) se tornou não apenas o braço direito de Diocleciano, mas o grande general responsável pela unificação do Império, capaz de comandar política e militarmente províncias nas quais Diocleciano não poderia estar (LEADBETTER, 2004, p. 258-9).

O repertório figurativo e a prática discursiva tinham o importante papel de traduzir de modo solene as atividades que os imperadores da Tetrarquia realizavam a duras penas, e separadamente. É essa a mensagem que se pode interpretar da cena apresentada na **Moeda 14**, já que Diocleciano aparece como a deidade suprema do panteão romano – Júpiter –, que oficializa as vitórias de Maximiano – em personificação Hercúlea –, legitimando assim o dever

<sup>149</sup> Neste excerto, Mamertino emula a passagem de Plínio em que este afirma: “[...] “em ti puseram o manto que a qualquer outro poderia dar-se, assim como deram-te a sentar na cadeira curul” [*induere praetextam quam quum dare possent, occuparint; adscendere curulem, quam detineant*] (*Plinii Pan.*, LIX). Dessa forma, em contraste, a toga e a cadeira curul reforçam a predestinação militar de Maximiano: enquanto o *perfectus princeps*, descrito no elogio a Trajano, é representado vestido dessa indumentária imperial, o Augusto do século IV se despe desta para assumir suas funções bélicas.

<sup>150</sup> “[...] *tu, imperator, togam praetextam sumpto thorace mutasti [...] a tribunali temet in campum, a curuli in equum transtulisti et rursus ex acie cum triumpho redisti [...]*.”

divino de governar o Império, já que o conquistou pela glória militar. Pelo princípio da *concordia*, a atividade guerreira de um Augusto é anexada à antiguidade do outro, que remonta a uma tradição mitológica. A legitimidade política desse ato é novamente mencionada por Mamertino, que, no discurso de 291 (*Pan. Lat. I, 11, 6*), traça a harmonia das divindades, ao citar “Júpiter, como regente do céu e Hércules, pacificador da terra”<sup>151</sup>, na mesma passagem em que o orador define as funções governamentais dos soberanos: “Diocleciano arquiteta, tu executas”<sup>152</sup>.

Amparar-se na relação com um deus também foi parte integrante da política desenvolvida por Constantino em diversos momentos de seu reinado. De início, Apolo (*Sol invictus*) foi identificado como a divindade que de fato o apadrinhava. As emissões que trazem a figura de Marte, em contrapartida, de início, não parecem representar um fator político preponderante, sendo antes um símbolo militar de apoio, com direta identificação visual. De toda forma, Marte e Apolo foram divindades veiculadas pelos discursos e pelas inscrições monetárias, o que nos leva a identificar qual o papel que estes deuses desempenharam na política constantiniana.

Marte parece ter sido utilizado *a priori* porque representava o poderio militar do governo de Constantino. Essa premissa é posta em dúvida, porém, quando vemos, em 310, começar a ser difundida a imagem de Apolo também como símbolo de legitimação militar. Isso por um motivo. Naquele ano, Maximiano tomara o poder e fizera valer o direito de antiguidade, já que era um antigo tetrarca, o que revela que a *concordia*, firmada pelo casamento de Constantino com Fausta, teve uma duração limitada (RODGERS, 1986, p. 82). A associação de Constantino a Apolo, ou ao *Sol Invictus*, nesse sentido, representava não só o reforço da sua integração ao modelo de governo colegiado, a Tetrarquia, como sua herança dinástica (BARNES, 1981, p. 36). Como sabemos, enquanto sustentava o título de César, Constâncio Cloro, ligado a Hércules por associação com Maximiano, adotara Apolo como seu patrono, em caráter pessoal de representação (WARMINGTON, 1974, p. 378).

Por outro lado, é Marte quem surge alegoricamente nas moedas comemorativas da fase mais conturbada do reinado de Constantino, desde sua ascensão em 307, até a supressão de Licínio, em 323, enfrentando ainda Maxêncio em 312. Especificamente nos conflitos de 312, Marte assume esse papel de *PATRI PROPVGNATORI* (**Moeda 17**), ou seja, aquele que protege a pátria dos seus inimigos. A postura do deus no reverso da moeda indica exatamente esta

<sup>151</sup> [...] *Ioui rectore caeli et Hercule pacatore terrarum* [...].

<sup>152</sup> [...] *Diocletianus facit, tu tribuis effectum*.

intenção: proteger o imperador legítimo de seu oponente, utilizando a lança e empunhando o escudo. *MARTE CONSERVATORI* (**Moeda 18**) assume o mesmo propósito, ou seja, consiste em um “companheiro guerreiro”, símbolo da *uirtus militum*. As representações desse deus, em suma, são eficientes na imagética das moedas, desempenhando o papel de legitimar as vitórias de Constantino. Marte não assume, porém, em nenhum momento, qualquer personificação que permita visualizar o imperador como *mimesis* da deidade (SILVA, 2010, p. 115).



**Moeda 17** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310-313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Marte virado à direita com o elmo, segurando uma lança na transversal e o escudo no braço esquerdo. Legenda: *MARTI PATRI PROPVGNATORI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 833.



**Moeda 18** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310-313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS N(ost)rum P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Marte



virado à direita com o elmo, segurando a lança na posição vertical, apontar para baixo, com a mão esquerda no escudo. Legenda: *MARTI CON SERVATORI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 858.

A menção a Marte nas obras escritas surge tardiamente, quando Nazário relembra a vitória de Constantino sobre Maxêncio e menciona que o deus foi certo, “nem incerto ou vacilante”, ao definir o resultado da batalha (*Pan. Lat. IX, 7, 1*). No panegírico somente são exaltadas as qualidades militares da divindade. Galletier (1949b, p. 157) considera a menção ao deus na obra como uma convenção literária, visando a promover a adesão de grupos sociais politeístas ligados aos cultos tradicionais. Essa explicação nos parece cômoda e pouco elucidativa, mas a fortuna crítica, em geral, dedica pouca atenção a essa problemática, nos deixando material suficiente para promover um debate mais rico.<sup>153</sup>

Ao observar os conflitos perpetrados durante o período, vemos que tanto o embate com Maxêncio quanto sucessivas investidas defensivas nas fronteiras (contra os Francos e os Bructeros) ocorreram ao norte e nordeste da região central do Império, ou seja, na região das Gálias (RODRÍGUES GERVÁS, 1991, p. 38-40). Segundo nos informa Bruun (1966, p. 48), as emissões monetárias de Marte, de 310 a 317, se circunscreviam às regiões da Gália Central e da Britânia, a partir dos ateliês de *Londinium*, *Lugdunum* e *Augusta Treuorum*, que estavam sob supervisão direta de Constantino. Por conseguinte, a política do imperador parece ter o interesse de aproximar, de modo direto e emergencial, as tropas gaulesas que lutavam ao seu lado através do soldo, o que, em larga escala, difundiria símbolos de apoio ao governante e de proteção dos súditos dessa região (SILVA, 2011, p. 30).

Em nossa opinião, a escolha de Marte para veicular a imagem constantiniana de pacificador e protetor das Gálias tem fundamento na tradicional adoção do deus pela cultura celta. No processo de *interpretatio*, o deus romano da guerra foi associado à divindade guerreira e resplandecente Neto (*Neitis* ou *Net*), em tempos posteriores ao reinado de Augusto (SOPENA, 2005, p. 354).<sup>154</sup> Os exércitos gauleses que serviam aos imperadores desde o Principado, via de regra, apresentavam como emblema militar a figura do *Mars Vltor* (ou Marte Tricorno), que se

<sup>153</sup> Warmington, em *Aspects of Constantinian Propaganda in the Panegyrici Latini* (1974) e Elliott, em *The Language of Constantine's Propaganda* (1990), exploram a propaganda política do período, interpretando sob diversos olhares a relação de Constantino com Apolo, mas ignoram por completo a imagem de Marte. Da mesma forma, Rodgers, em *Divine Insinuation in the 'Panegyrici Latini'* (1986), analisa as referências divinas nos onze panegíricos e nas moedas do século IV, mas sequer cita o deus guerreiro.

<sup>154</sup> A tentativa de Augusto de impor aos celtas o culto a Marte e a Mercúrio pelo *Concilium Galliarum*, ocorrido em *Lugdunum*, em 11 a.C., e a posterior construção de um centro de adoração aos deuses na cidade, foram recebidos como uma afronta pelos sacerdotes locais, mas, pouco a pouco, o culto foi sincreticamente assimilado (ZECCHINI, 2002, p. 88-91).

baseava no touro guerreiro de três chifres da cultura celtíbera ancestral (MARCO SIMÓN, 2010, p. 154). Concluímos, então, que os laços culturais e religiosos que a imagem de Marte promovia em nível local serviu como dispositivo para que Constantino, em momentos específicos, levasse a cabo a tentativa de alargar a adesão ao seu governo e pacificar a instável região gaulesa, fosse devido a conflitos pelo trono, fosse por ataques de grupos externos.

No que se refere à adoração de Apolo, a relação parece ser de outro nível.<sup>155</sup> A ligação desse deus com o *Sol Invictus* já possuía larga tradição em Roma. Dois trabalhos são fundamentais para se compreenderem os estudos sobre o culto solar em Roma: *The Cult of Sol Invictus* (1972), de Gaston H. Halsberghe, que afirmou o culto a Elagabal, divindade síria, como um dos mais difundidos no século III, em detrimento do disco solar, divindade considerada indígena e já venerada em Roma anteriormente; e a obra de Steven Hijmans, *Sol: the sun in the art and religions of Rome* (2009), na qual o autor concentrou suas análises no culto às imagens e às esculturas solares em Roma. O primeiro se embasou na literatura, o que permitiu ao aprofundar os estudos sobre o Sol como deus e o seu lugar na mitologia; o segundo fundamentou sua teoria na cultura material, pois considerou os testemunhos escritos muito pouco efetivos para compreender os ritos e as formas como a adoração foi difundida no Império. Nossa análise sobre o culto solar no reinado de Constantino se encontra no meio termo, pois trabalhamos tanto com as moedas como com os panegíricos.

A relação entre Apolo e Constantino é mencionada no panegírico de 310. Ali o deus surge como um protetor, acompanhado da Vitória, prometendo coroas de louros por trinta anos ao imperador: “Constantino, a ti Apolo e sua companheira Vitória oferecem coroas de louros” (*Pan. Lat. VI, 21, 4*).<sup>156</sup> Tal cena corresponde ao *follis* que traz a divindade de pé, nua, com a legenda *SOLI INVICTO COMITI* (**Moeda 19**). Essa divindade que apadrinha, e ao mesmo tempo personifica o próprio imperador (como comprova o globo, símbolo de poder do *basileus*), aparece também em um modelo semelhante de moeda, que se diferencia apenas pelo busto na imagem do reverso (**Moeda 20**). Nesse caso, vê-se reproduzir uma mimetização de Constantino presente no anverso, que aparece retratado sob a aparência do *Sol Inuictus*. O uso divino, nesse caso, segue o padrão da Tetrarquia, quando Júpiter e Hércules eram confundidos nos panegíricos com Diocleciano e Maximiano.

---

<sup>155</sup> Imageticamente, Apolo e o *Sol Invictus* são relacionados nas moedas devido à coroa de raios solares (BENOIT, 1970, p. 89).

<sup>156</sup> *Constantine, Apollinem tuum comitante Victoria coronas tibi laureas offerentem.*



**Moeda 19** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310-313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: Apolo (sol) irradiado, em pé, com a parte superior do tórax e o ombro esquerdo cobertos, segurando o globo na mão esquerda e erguendo a mão direita. Legenda: *SOLI INVICTO COMITI / T F / PTR*. Ref.: RIC VI 874.



**Moeda 20** – *Follis* cunhado em *Augusta Treuerorum*, em 310-313. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares com a legenda *IMP(erator) CONSTANTINVS P(ius) AVG(ustus)*. Reverso: Apolo (sol) irradiado, com a couraça imperial, virado à direita. Legenda: *SOLI INVICTO COMITI*. Ref.: RIC VI 889.

Elliot (1990, p. 353) considera a presença das divindades nas moedas de Constantino como algo impessoal, que não representa nem sua devoção pessoal nem um projeto político eficiente, afirmando que somente após 323 o pensamento político do imperador se manifestará. As

moedas não configuram, para Elliot (1990, p. 350), bons indicadores para a verificação de continuidades e rupturas na imagética imperial, já que naquele momento seus símbolos se tornaram um “peso morto da iconografia tradicional”.<sup>157</sup> Pensando por outra perspectiva, Rodgers (1986, p. 309) compreende que as citações dos panegíricos que vinculam Constantino a Apolo, na verdade, correspondem à *emulatio* dos tempos augustanos, em referência às citações de Horácio e de Virgílio.<sup>158</sup> Nas *Bucólicas* (4, 10), Virgílio diz: “Diana, teu Apolo hoje reina”.<sup>159</sup> Temos ressalvas a fazer na interpretação de ambos os autores.

Verificamos que, entre o fim da República Romana e o princípio do Império, predominava uma mística de “renovação” (conforme o que mencionamos sobre a Idade de Ouro), especialmente perceptível nos símbolos e inscrições das moedas, com a presença dominante dos símbolos solares, como em Augusto (LE GOFF, 1990, p. 301). Decerto, a figura de Apolo remete ao reinado de Augusto, pois foi este imperador quem dedicou um templo no Palatino ao deus, em Roma (ZANKER, 1988, p. 240). Circulavam lendas sobre seu nascimento, justamente considerando que havia sido gerado da união de sua mãe com Apolo, no campo de Marte (ANDRÉ, 1974, p. 9; TAYLOR, 1975, p. 131). A rima retórica se confirma, pois o panegírico de 310 revela que Constantino dedicou um templo magnífico a Apolo na cidade de *Augusta Treuerorum* (*Pan. Lat. VI, 22, 1*; GALLETIER, 1949b, p. 73).<sup>160</sup>

A questão levantada por Elliot sobre a interpretação das moedas, por sua vez, nos parece bastante limitada, e até mesmo anacrônica, uma vez que se apoia no fato de que seria possível a Constantino prever o avanço do cristianismo, resvalando nas teses que viam no cristianismo a salvação para o Império, em detrimento do culto imperial dito “pagão”. Rodgers, embora leve em consideração os vínculos com a cultura literária clássica, logo descarta uma leitura política em suas análises, concluindo que o culto a Apolo se configura como um exercício retórico casualmente refletido na imagética numismática.

De modo algum podemos ratificar a afirmativa dos autores a respeito das emissões monetárias. Para Levick (2002, p. 44), é inegável o papel ativo das moedas no processo de propagação política dos imperadores romanos: “as marcas de autoridade que legalizavam o estabelecimento

<sup>157</sup> O autor atesta que a figura de Apolo aparece em diferentes momentos do governo de Constantino após 312, quando o imperador não tem mais associação nenhuma com esse deus na produção textual (ELLIOT, 1990, p. 350).

<sup>158</sup> Além do verso citado a seguir, também na *Bucólica IV* (5-12), de Virgílio, é usada a expressão “*casta, faue, Lucina: tuus iam regnat Apollo*”.

<sup>159</sup> [*Diana*] *Tuus iam regnat Apollo*.

<sup>160</sup> Este templo pode ter sido revitalizado a partir de outro por Constantino, ou pelo seu pai, Constâncio Cloro (JULLIAN, 1920, p. 107).

do poder de um governante poderiam variar de acordo com os interesses do candidato (imagens divinas, associação a outro *princeps* ou virtudes régias) ou “depender da influência dinástica e associação com um ou outro grupo político, mas a mensagem da moeda era sempre uma parte importante da sua legitimação política”. Bruun (2002, p. 39) relembra que o estudo sobre as moedas “podem nos dar uma visão mais viva e imediata do Império, seja sobre a economia monetária ou a vida econômica de grupos sociais, mas em particular sobre a relação do centro imperial com as periferias provinciais”, apresentando símbolos e imagens que respondiam aos anseios dos súditos naquele momento vivido pela região ou pela cidade.

A política constantiniana fez uso do sentimento que o emblema solar despertava no *populus*, algo facilitado pela antiguidade do culto ao *Sol Inuictus* no Império Romano. No século IV d.C., recuperar a devoção do primeiro imperador de Roma por Apolo, assim como emular os principais poetas responsáveis pela construção da imagem da monarquia augustana (a exemplo de Virgílio), foi eficiente no projeto político do candidato enquanto lhe aprouve manter-se ligado a esta divindade.

No curto período em que Juliano esteve no poder, de 361 a 363, também propagou a imagem do deus Apolo e representações análogas da luz (BOUFFARTIGUE, 1992, p. 646-51). Especificamente no caso das análises das moedas, é difícil verificar a proposta de realeza sagrada do imperador, pois não há elementos figurativos de divindades, ou menção explícitas a estas no numerário que se encontra disponível e catalogado.

Esse trabalho de manipulação numismática de Juliano foi inicialmente realizado por Cahiers Ernest-Babelon e publicado no artigo *l'iconographie monétaire de Julien* (1903). A discussão central do autor se refere à presença e ausência da barba nas peças monetárias, e as relações deste componente com a visão filosófica do imperador (como nas moedas de Marco Aurélio), sua antiguidade (legitimidade de governo) e sobretudo com a crença “pagã” professada por ele. Tal perspectiva, no entanto, acaba se afastando do nosso propósito de investigação.<sup>161</sup> Para Rodgers (1986, p. 317), assim como as moedas, o panegírico de Mamertino demonstra uma postura muito discreta a respeito das divindades. A exaltação a Juliano se dá sempre mediante metáforas como da entronização da filosofia, já citada no início deste capítulo.

---

<sup>161</sup> Consultar também o artigo de Larissa Warren Bonfante, *Emperor, god and man in the fourth century* (1964), que debate a sátira do próprio Juliano na sua obra *Misopogon*, e a polêmica que as moedas barbadas – e a política religiosa do imperador – geraram na cidade de Antioquia.

Sob Teodósio, permanece a retórica de supressão das imagens divinas de modo que, assim como Claudio Mamertino, Drepânio apresenta o imperador quase como um *numen*, que tem autoridade sobre os astros e a natureza, sendo até mesmo mencionado como um deus a quem se pode ver (*Pan.Lat. XI*, 4, 5).<sup>162</sup> García Martínez e Vera García (1997, p. 731-4) realizaram um trabalho catalográfico de referência sobre as moedas desse período. Os autores concluem que a numismática de Teodósio caminhou no sentido de substituir as imagens divinas politeístas por imagens propriamente cristãs, como o *labarum*, o cristograma e até mesmo a figura da Vitória, que passa a ser interpretada como a graça de Deus ou como um anjo judaico-cristão. Sobre este tema, Béranger (1975, p. 444) afirma que o monoteísmo praticado pelos súditos do Império é incorporado pela retórica do poder, tornando-se cada vez mais frequente, a partir dos discursos de Nazário, Cláudio Mamertino e Pacato Drepânio, a divinização do próprio imperador, em detrimento do apadrinhamento ou associação a qualquer deidade.<sup>163</sup>

O que podemos concluir, por ora, é que qualquer ato público no século IV estava revestido de uma aura sagrada, conferindo autenticidade ao programa político dos governantes. A manifestação dos atributos sagrados dentro de um quadro performático assumia a função de remodelar os valores e as práticas sociais, como vimos na retórica e nas reproduções visuais dos deuses e seus significados nos panegíricos e nas moedas (ALMOND; VERBA, 1989, p. 14). O próximo passo consiste em averiguar como a sacralidade do culto imperial é apresentada quando precisa atender às demandas da cidade, principalmente no que tange à *paideia*, o que trabalhamos com base nos casos de *Augustodunum* e *Burdigala*, no nosso próximo capítulo.

---

<sup>162</sup> [...] *Deum dedit Hispania quem uidemus.*

<sup>163</sup> Para maior conhecimento sobre a conjuntura religiosa da passagem do século III para o IV, com ênfase nos movimentos monoteístas que se propagam, consultar a introdução de *Reis, santos e feiticeiros* (2003, p. 19-38), de Gilvan Ventura da Silva.

### CAPÍTULO III

#### A PAIDEIA NAS GÁLIAS: AS ESCOLAS DE RETÓRICA DE *AUGUSTODUNUM E BURDIGALA*

No ano de 389, em Roma e diante da corte imperial, Pacato Drepânio iniciou o panegírico dedicado a Teodósio com o seguinte *exordio*:

Se existiu alguém, oh imperador Augusto, que esteve com temor e tremor, justificadamente, quando prestes a falar em sua presença, em verdade sinto que este sou, o que se agrava ao perceber que sou visto assim para aqueles que compartilham de seu conselho [...] (*Pan. Lat. XI, 1, 1*).<sup>164</sup>

[...] A tarefa se torna ainda mais difícil por causa de teu dom inato e hereditário para a eloquência; pois, ao fazer uso dela, com minha fala dura e inculta de transalpino, temo induzi-lo aos mais desagradáveis sentimentos [...] (*Pan. Lat. XI, 1, 3*).<sup>165</sup>

[...] Hoje, ao olhar para os presentes, eu imagino diante de mim os grandes oradores do passado, como Catão, Cícero e Hortêncio, e percebo que estou prestes a ser ouvido diante de seus descendentes [...] (*Pan. Lat. XI, 1, 4*).<sup>166</sup>

Tais palavras compõem a tópica intitulada *recusatio*, que obtém seu efeito quando o autor expõe as limitações de sua obra – propondo que sua oratória está aquém das expectativas do ilustre público – para, então, ao longo do discurso, manifestar todo o conhecimento e a distinção que possui da linguagem protocolar (além dos melhores floreios de composição da *laudatio*). O paralelo entre sua recusa e sua humildade iniciais e a qualidade de sua formação retórica não pode ser compreendido como uma contradição (GALLETIER, 1949c, p. 62-3). O texto relembra ao público que nenhum elogio jamais poderia representar a magnificência da figura imperial, regra fundamental de composição dos discursos que compõem a *basileia*. Mas não só o *basileus* era reverenciado no panegírico. Também o passado é rememorado na imagem descrita dos oradores da República, que, em verdade, eram a imagem da própria corte presente, aqueles escolhidos pelo imperador como apoio para desenvolver sua política de governo.

<sup>164</sup> *Si quis umquam fuit, imperator Auguste, qui te praesente dicturus iure trepidauerit, eum profecto me esse et ipse sentio et his qui consilium tuum participant uidere posse uideo.*

<sup>165</sup> *Tum difficilium pro ingênita atque hereditária orandi facultate non esse fastidio rudem hunc et incultum Transalpini sermonis horrorem*

<sup>166</sup> *Quibus equidem cogitatis adeo sollicitor ut non eos tantum hodie arbitrer interesse quos cerno, sed adsistere obuersarique dicturo Catones ipsos et Tullios et Hostensios omnesque illos oratores putem qui me in posteris suis audiunt.*

O panegirista, como os demais dignitários do imperador, era o responsável por prolongar e alargar o poder real, tornando-o mais presente e verossímil nas instâncias locais. Suas palavras eternizavam os feitos do soberano, o que exigia que a incumbência dessa tarefa fosse assumida pelo profissional mais bem preparado. A exaltação de Drepânio à “indescritível” majestade imperial e a menção às figuras políticas do passado, que ele reverenciava, fortalecem assim os laços da tradição. Desempenhar um papel de tamanha importância em benefício da ordem política era algo delegado a alguém de destaque, que tivesse domínio e conhecimento não só da retórica e da política, mas um súdito que expressasse a verdadeira função da *paideia* na vivência dos assuntos políticos.

Neste capítulo, trataremos da experiência dos oradores gauleses com a *paideia*, no que tange aos assuntos públicos. Abordaremos a trajetória das escolas de retórica e a forma como estas são representadas na Antiguidade Tardia por Eumênio, orador de *Augustodunum*, e nas obras de Ausônio, professor de *Burdigala*, bem como pelos demais panegiristas.

## REPENSANDO O ESTUDO DAS GÁLIAS NA ANTIGUIDADE

Na historiografia francesa, não é um fenômeno novo buscar no passado exemplos que inspirem e modelem o *modus operandi* diante de novas conjunturas políticas. É importante, nesse sentido, o papel da tradição cultural como agente capaz de projetar estabilidade a um mundo instável (HINGLEY, 2005, p. 52). Diversas correntes de pensamento foram se estabelecendo na França contemporânea com o objetivo de instruir e guiar a população frente às radicais transformações que a nação veio sofrendo desde o século XVIII. Segundo Silva (2007, p. 59), recorreu-se fundamentalmente aos recursos mnemônicos por meio de analogias históricas e de reafirmações dos antepassados que legitimassem as ações do presente.

A ideia de buscar a ancestralidade do povo francês moderno foi identificada por Claude-Gilbert Dubois (1972), primeiramente, nas obras de Paul Pezron, *Antiquité de la nation et de la langue des Celtes, autrement appelez Gaulois* (1703), e Simon Pelloutier, *Histoire des Celtes et particulièrement des Gaulois et des Germains depuis les temps fabuleux jusqu'à la prise de Rome par les Gaulois* (1740), que mencionavam os gauleses como seus predecessores. Para Dietler (1994, p. 588), os autores citados buscavam na beleza dos mitos e dos heroicos combates



celtas da Antiguidade construir uma sucessão genealógica até a França moderna, fundando uma corrente de vinculação ancestral que ficou conhecida como “celtofília”. Também na literatura se vê exemplos da chamada “celtofília romântica”, com a construção do *ethos* de raça e o poder dos costumes celtas nas obras de Francois-René de Chateaubriand (*Atala*, 1801; e *René*, 1802) e Walter Scott (*Ivanhoe*, 1820).

Durante o período pós-revolucionário foi necessário estabelecer as raízes pelas quais se consolidaria o nascimento da nação. Buscava-se no passado a legitimidade de uma tradição. Forjava-se então uma identidade francesa pura (pretensamente isenta de influências estrangeiras). Naquele momento, os francos ocupavam o marco inicial da língua e da continuidade étnica hegemônica, ao passo que uma opção ancestral cada vez mais explorada pelos pesquisadores da época passou a ser a Idade do Ferro celta.<sup>167</sup> Os representantes do discurso revolucionário adaptaram a imagem dos celtas a um modelo exemplar de comunidade étnica que apelava para o senso emocional do povo francês (DIETLER, 1994, p. 587).<sup>168</sup>

No Período Napoleônico, além da inauguração da sede da *Académie Celtique*, em 1805, estudos como o de Johanneau, *Discours d'ouverture sur l'établissement de l'académie celtique, les objets de ses recherches et le plan de ses travaux* (1807), colocaram a influência cultural dos celtas em pé de igualdade com os gregos e romanos. Napoleão III (1865-1866) levou a cabo a tarefa de enaltecer os gauleses frente aos romanos, projetando uma política de reforço da memória pré-romana através de um conjunto monumental, que contava com estátuas de figuras icônicas como Vercingetórix e preservação de áreas como Bibracte, maior fortaleza celta da Gália Central nos tempo de Julio César (RIDLEY, 1992, p. 3).<sup>169</sup>

O século XX perpetuou o orgulho nacional francês em manuais como o *Histoire de La Gaule* (1920), de Camille Jullian. Nesse compêndio, lançado em cinco tomos, a História Francesa é traçada desde os povos pré-históricos até a modernidade, abordando temática e cronologicamente todos os episódios e setores que evolutivamente deram notoriedade à sua nação; também *Histoire des Gaulois*, de Émile Thevenot, publicado pela primeira vez em 1946,

<sup>167</sup> A alternativa de buscar uma ancestralidade celta para o nacionalismo francês foi debatida por Comte Henri Boulainvilliers na obra *Histoire de L'ancien gouvernement de La France* (1727). Na área de linguagem é canônica a pesquisa de La Tour D'Auvergne (1792) sobre a legitimidade da língua celta como base da cultura francesa.

<sup>168</sup> Para compreender esse processo de valorização nacional revolucionária, indicamos a leitura do artigo *Vercingetorix, Asterix and the Gauls: gallic symbols in french politics and culture* (2001), de Tony King.

<sup>169</sup> A obra *Vercingetorix et la gaule au temps de la conquête romaine* (1877), de Albert Réville, é um dos exemplos mais conhecidos do projeto de montar uma representação heroica das personagens celtas, em detrimento do papel desempenhado por figuras como Julio César.

trazia os conteúdos organizados por meio da tradicional divisão dos aspectos políticos, sociais, religiosos e econômicos da chamada “sociedade gaulesa”.

O problema que encontramos nesse modelo começa pela generalização dos costumes, já que exemplos locais são apresentados como se fossem um *modus uiuendi* dos povos das Gálias em seu conjunto. Da mesma forma, os autores seccionam campos que são atualmente compreendidos como indissociáveis, como as atividades rituais e o exercício do poder político – ou como a política e a educação, foco desta tese. O mesmo cuidado com o aspecto ideológico deve ser dirigido a textos como *La Gaule: les fondaments ethniques, sociaux et politiques de la nation française* (1967), de Ferdinand Lot, cujo título já direciona nosso olhar para as conexões ancestrais da França atual. Esse autor também generaliza as características locais e sublinha as diferenças culturais entre os grupos nativos, comprometendo a diversidade a fim de enaltecer uma imagem de coesão do passado francês para seus leitores.

Para Michael Dietler (1994), o que ocorre em casos como os acima citados é a cristalização daquele movimento político-identitário forjado desde o século XVIII – comum a toda a Europa – de construção da memória nacional por meio de recursos normativos e monumentais, que acabou influenciando os estudos históricos.<sup>170</sup> Nesse sentido, simplificar os aspectos culturais do passado era um procedimento fundamental dos grupos políticos para criar um elo de tradição, como afirma Glaydson José da Silva (2007, p. 58). Raimund Karl (2004, p. 189) observa esse processo como um entrave à compreensão da diversidade das populações celtíberas, já que foi necessário reduzir a imagem dos celtas da Idade do Ferro a um bloco cultural monolítico para considerá-los a base de uma identidade francesa, em termos genéticos, étnicos, religiosos e políticos.

Temos em mente tratar as relações políticas e culturais gaulesas de modo a valorizar contextos mais específicos dos povos celtas, tal qual propõem Karl e Dietler (1994, p. 584). Uma nova vertente historiográfica tem intensificado os estudos sobre a diversidade de contatos entre povos no território que denominamos de Gálias, desde o século III a.C. até o fim da Antiguidade.<sup>171</sup> A empreitada, no entanto, não é das mais simples.

---

<sup>170</sup> Dietler (1994, p. 584), arqueólogo especializado na Idade do Ferro, pensa que é de salutar importância compreender os aspectos ideológicos dos estudos da identidade. Daí seu interesse em examinar as formas que os pesquisadores modernos, sobretudo os arqueólogos, têm utilizado para autenticar uma origem celta para a França, repensando aquilo que Eric Hobsbawm chama de “tradições inventadas,” e que também toma forma nas “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson.

<sup>171</sup> As pesquisas de Greg Woolf e Richard Hingley foram nossas maiores referências para a composição desta tese. Seus argumentos estão apresentados e problematizados no nosso quarto capítulo.

Cumprir destacar que o próprio termo “gaulês,” usualmente empregado para definir práticas, costumes ou a localização do território, constitui uma construção ideológica. A palavra grega *Keltoi*, utilizada por Estrabão na obra *Geografia* (IV, I, 14), é uma das possibilidades de origem grega para a tradução latina *galli*, que permanece como termo mais difundido entre os romanos, sem contar com uma etimologia mais consistente (CHAPMAN, 1982, p. 125; ROSENBERGER, 2003, p. 372; BRUNAUX, 2005, p. 10). Há ainda, no *De Bello Gallico* (I, 1)<sup>172</sup>, de César, a opção de chamar os habitantes da Gália central pela forma latina, *celtae*, de um vocábulo tribal que poderia significar “os bravos” ou “gigantes”; outra teoria considera a raiz grega da palavra e sua relação com a atividade portuária (DIETLER, 1994, p. 586; OLIVIERI, 2008, p. 320).

Aliás, até mesmo o uso da nomenclatura no plural, referindo-se à região – as Gálias – pouco esclarece ou informa sobre a diversidade das relações que ocorrem no espaço e no tempo. Tais generalizações, sem dúvida, têm sua gênese nos escritos de Julio César, de modo que o *De Bello Gallico* serviu de base para se compreender o processo de anexação dos territórios ao norte da Itália, compondo um olhar bastante particular sobre os povos que habitavam a região. É certo que uma tradição historiográfica ratificou a ótica de César (DIETLER, 1994, p. 585). A multiplicidade cultural dos povos gauleses só pôde ser verificada com o advento da Arqueologia, que se dedicou a aspectos específicos de cada território em todas as etapas do processo de colonização do espaço gaulês: antes, durante e após o contato com os romanos (WOOLF, 2003, p. 117; GRAHAME, 2003, p. 158).

Não só as relações entre as comunidades celtas passaram a ser teoricamente redefinidas, como também os intercâmbios culturais e políticos com os romanos foram reinterpretados. Concordamos com Greg Woolf (1997, p. 347) que, a partir da relação com os romanos, os habitantes das Gálias forjaram uma origem, uma história, um futuro, em suma, uma nova definição moral e cultural que, posteriormente, tornou-se uma memória cristalizada, componente fundamental na formação das identidades “galo-romanas”.

Com efeito, é somente no decorrer do processo expansionista que a elite romana aparece envolvendo-se numa série de ações políticas conexas que permite a membros de várias sociedades nativas definir sua identidade de maneira nova e original (HINGLEY, 2010, p.

---

<sup>172</sup> [...] *tertiam qui ipsorum lingua celtae, nostra galli appellantur.*

81).<sup>173</sup> As mudanças que ocorrem em todos os níveis – e de modo multilateral – fazem com que o próprio processo, chamado tradicionalmente de imperialismo (ou de romanização), se caracterize pela diversidade.

Por esta perspectiva, torna-se infrutífera uma discussão que quantifique o grau de eficiência da romanização ou a vontade dos nativos de serem “romanizados”, pois o contato entre os grupos em questão fez brotar uma nova ordem, na qual múltiplas identidades coexistiram (WOOLF, 1997, p. 346; KARL, 2004, p. 196). No século IV, as elites de *Augustodunum* e *Burdigala*, embora habitassem cidades edificadas a partir de planos urbanísticos de tipo romano e compartilhassem o uso do latim, revigoraram sua identidade a partir de diversos recursos, que não podem se traduzir unilateralmente como romanos ou como gauleses. Quando falamos de aspectos culturais nativos, isso não significa definir um “estilo de vida” tribal ou práticas que se mantiveram intactas ao longo dos séculos, ou mesmo a oposição a espaços e práticas que sejam considerados tipicamente romanos. Consideramos nativo tudo aquilo que represente e ordene o espaço local, que congregue papéis políticos, sociais e religiosos, dentre outros, num sistema que, mesmo confrontado, se revigora e se readapta para se manter (GRAHAME, 2003, p. 176).

O foco que lançamos sobre as Gálias permite uma abordagem mais apurada sobre as cidades das quais tratam os panegiristas. Esses autores apresentam características próprias ao participar da cultura política do *Dominato*. Primeiramente, trabalharemos com *Augustodunum*, cidade cuja fundação é considerada um marco porque define as alianças entre romanos e povos celtas da Gália central. Esse centro urbano tem destaque neste capítulo por trazer muitas informações acerca da educação da elite que assume um papel ativo até a Antiguidade Tardia, fortalecendo os laços identitários em nível local e com a corte. *Burdigala* foi a capital da Aquitânia e desenvolveu uma rica cultura de elite, que proporcionou a ascensão de seus membros à corte imperial na fase final do Império.

## O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS PANEGIRISTAS

O *Commentarii De Bello Gallico*, de Júlio César, nos leva a acreditar que a conquista das Gálias foi uma ação de domínio sobre uma região insubordinada, um território hostil a ser civilizado

---

<sup>173</sup> Para Hingley (2005, p. 60), um grupo de elite provincial muitas vezes se definia não só pela posse do poder e por sua reprodução, mas por um grau de autoreconhecimento e autoconsciência, constituindo uma cultura comum que renovava as alianças entre todos os elementos da comunidade local pregressa.

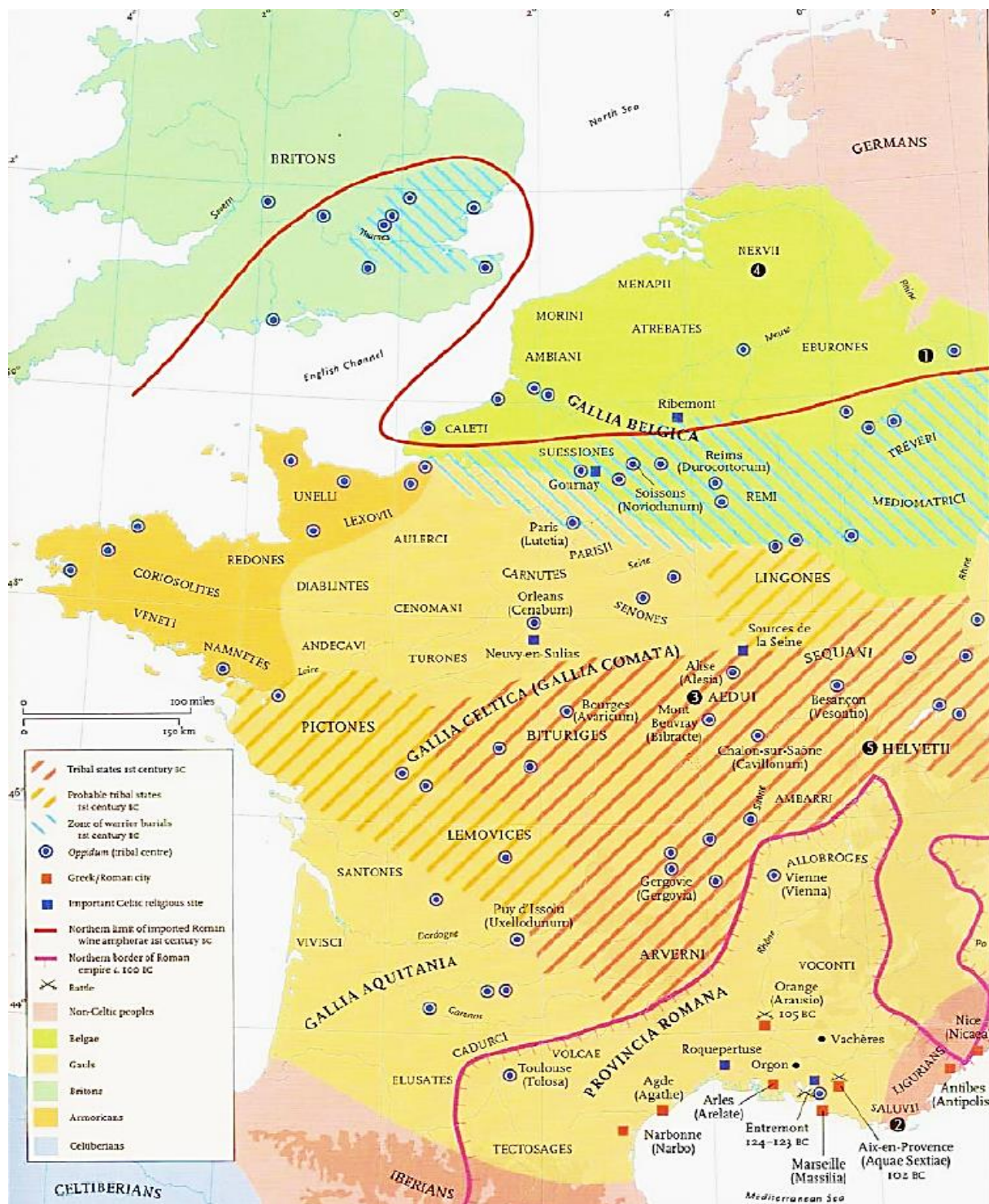
pelo Império Romano. Tal era a mensagem que o autor da obra buscava passar. Apesar da narrativa parcial, porém, é por meio do *De Bello Gallico* que podemos compor um panorama a respeito dos conflitos que levaram à existência de uma nova conjuntura político-cultural naquela região. O modelo do relato, a tomar pelo termo *commentarii*, revela o interesse de César em narrar suas memórias, montando um registro sobre as guerras que ocorreram sob seu comando. Por esse motivo, não é possível fazer uso desse tratado somente como uma fonte de informações territoriais das áreas de ocupação gaulesa; antes, intentaremos problematizar a representação que o autor cria ao narrar eventos e personagens.<sup>174</sup> Aqui, antes de nos debruçarmos sobre a região central das Gálias, apresentaremos as particularidades das províncias gaulesas, com o objetivo de esclarecer confusões frequentes de nomenclatura.

A Gália Cisalpina, que compreendia a parte superior da Península Itálica, apresenta experiências e processos diferenciados dos que ocorreram no restante das Gálias. O termo original, *Gallia Cisalpina*, significa “aquém dos Alpes” ou, como prefere César (*De Bello Gallico*, I, 24), *Gallia Citerior*: “mais próxima de nós”. Era uma província romana desde 89 a.C., quando recebeu o direito à cidadania e a alcunha de *Togata Gallia*, devido ao uso da toga pela elite local (*De Bello Gallico*, VIII, 24). Desde os tempos mais remotos, a Gália Cisalpina mantinha alianças com as colônias latinas e praticava o comércio com o Oriente – sobretudo com os gregos – o que influenciou uma dinâmica sócio-cultural diversificada nas suas cidades (*Geografia*, IV, I, 7-8; FÉVRIER, 1973, p. 2). Não era, portanto, considerada pelos romanos uma Gália a ser conquistada, já tendo sido incorporada à “civilização”. Como consequência dos intercâmbios, porém, a Gália Cisalpina se caracterizou por transformações culturais e processos de mobilidade social que definiram um “modo de ser” típico do norte da Península Itálica, mais do que um “modo de ser” romano (EBEL, 1988, p. 589-90).

Do outro lado dos Alpes, estava localizada a região das Gálias propriamente dita, correspondente à França atual (**Imagem 5**). Nessa área, imediatamente após os Alpes, encontramos a *Gallia Transalpina*, que também apresentava um caráter social bem particular.

---

<sup>174</sup> Para J. E. Lendon (2015, p. 2), o texto de César revela os hábitos intelectuais dos escritores romanos republicanos, pois sua narrativa sobre as guerras é uma transposição retórica das relações políticas. O fórum e o *front* são metaforicamente comparados, fazendo com que as questões de política externa representem também um comentário do autor sobre as questões internas das práticas realizadas no Senado, em Roma.



**Imagem 5** – Mapa da divisão das Gálias durante o governo de Augusto (HAYWOOD, 2001, p. 53).

No governo de Augusto, esse território foi transformado em província, intitulada Gália Narbonense (*Narbonensis Gallia*), uma vez que Narbone (*Narbo Marcius*, fundada em 118 a.C.) foi elevada à condição de capital (Geografia, IV, I, 6; GOUDINEAU, 1984, p. 566).

Cidades próximas a Narbone, como Marselha e Toulouse, tornaram-se atuantes no Mediterrâneo desde o século VIII a.C., por conta dos intensos contatos com etruscos, gregos e cartagineses (ROSENBERGER, 2003, p. 369). No tempo da expansão de Roma, havia elites nessas cidades com uma expressiva cultura galo-grega, que mantiveram e fortaleceram suas tradições mesmo com a implantação de uma administração de modelo romano (WOOLF, 1998, p. 106-8).

Os romanos denominavam a região ao norte da fronteira narbonense de *Comata Gallia*, comumente traduzida por Gália Cabeluda, sendo o adjetivo *comatus* uma referência aos longos cabelos dos guerreiros gauleses (GARDNER, 1983, p. 181). Outro sentido para o termo, porém, embutiria uma concepção ainda mais pejorativa: “floresta densa”, local impenetrável. De qualquer modo, o espaço central da Gália era considerado pelos romanos um *habitat* de povos selvagens e livres, em contraposição ao que consideravam ser um complexo sistema urbano, a exemplo das Gálias Cisalpina e Transalpina (BEDON; CHEVALLIER; PINON, 1988, p. 14-5; BRUNAUX, 2004, p. 12).<sup>175</sup> Nos tempos augustanos, *Augustodunum* cidade que enfocaremos adiante, estava localizada na Gália Comata. *Burdigala*, por sua vez, se encontrava em outra parte das Gálias, que na divisão dos romanos correspondia à Gália Aquitânia (*Geografia*, IV, II, 1). Por último, completando as Três Gálias, localizava-se ao nordeste da Gália Bélgica (JULLIAN, 1920; LENDON, 2015, p. 12).<sup>176</sup>

Começaremos discorrendo sobre a área central, dominada pelos éduos (*aedui*) e que deu origem posteriormente à cidade de *Augustodunum*, uma vez que a história e a representação dessa cidade se confundem com a própria ideia de pacificação definitiva das Gálias. A parte central da Gália Comata era também chamada de Gália Céltica, título que novamente remete ao depoimento de César, que considerava os celtas (ou gauleses) diferentes dos belgas e dos aquitanos por língua, costumes e leis (*De Bello Gallico*, I, 1).<sup>177</sup> Os celtas receberam atenção especial ao longo dos sete livros do *De Bello Gallico*, pois César soube se aproveitar dos conflitos entre os povos que habitavam a região, a saber, éduos, helvécios e arvernos, para se infiltrar e firmar alianças militares (GARDNER, 1983, p. 182). E para melhor compreender

<sup>175</sup> Plínio, o Velho (*Nat. Hist.*, IV, 105), ao citar as divisões gaulesas no tempo de Augusto, informa que Agripa fez separação entre a Gália Narbonense e a Gália Comata, dados os perigos desta segunda.

<sup>176</sup> A divisão das chamadas Três Gálias é uma atribuição do Principado, provavelmente estabelecida após a morte de Augusto (27 d.C.), durante o governo de Tibério (GOODMAN, 2007, p. 81). Sobre os diferentes grupos étnicos e culturais que ocupavam as três jurisdições, seus costumes e particularidades, consultar *Los Celtas* (1977), de Paul-Marie Duval.

<sup>177</sup> [...] *Hi omnes lingua, institutis, legibus inter se differunt.*

essas relações, trataremos da conjuntura que estava posta no centro das Gálias no momento em que o general romano iniciou suas conquistas militares.

O contato entre éduos e romanos teve início ainda no processo de conquista da cidade de Narbone, no sul, quando foram celebrados tratados de paz e acordos comerciais entre os dois povos, datados de 125-121 a.C., embora sejam escassas as informações a respeito dessas alianças (GOUDINEAU, 1984, p. 562; GOODMAN, 2007, p. 81). Com efeito, os éduos possuíam um poder expressivo e subordinavam povos ao seu redor na passagem do século II para o I a.C., contando com uma organização social complexa. Num primeiro momento, os celtas parecem ter se organizado em pequenas realezas (GARDNER, 1983, p. 183). O rei de cada comunidade teria o domínio sobre uma pequena organização estatal, que, por sua vez, era dividida em quatro zonas.

No *De Bello Gallico* (I, 12), nos deparamos com um modelo político-administrativo quando César fala do Estado dos helvécios, utilizando o termo *ciuitas* para defini-lo, ao passo que as quatro divisões foram identificadas pelo termo *pagus* (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2013, p. 12).<sup>178</sup> Essa organização, difundida por toda a Gália Comata, era mais complexa do que parece (FÉVRIER, 1973, p. 4). Muitas vezes as alianças entre o rei e os líderes dos quatro *pagi* se limitavam a uma identificação étnica, como parte de um mesmo povo, mas as alianças políticas eram frágeis, o que garantia certa autonomia a um ou outro *pagus* (BINA, 2008, p. 9). No início do século I a.C., a falta de centralização dessa realeza incipiente parece ter forçado a ascensão de novas organizações políticas (OLIVIERI, 2008, p. 57). É o texto de César que apresenta essa situação, narrando o episódio em que Cutilo, o líder arverno, pai de Vercingétorix, tentou reunir diversos pequenos reinos arvenos sob o seu poder, o que produziu uma comoção generalizada, resultando em protestos de grupos que não legitimavam a centralização e no assassinato de Cutilo por seus próprios conterrâneos (*De Bello Gallico*, VII, 4).<sup>179</sup>

Do ponto de vista institucional, a nova forma de governo escolhida foi uma espécie de aristocracia, cujo líder que centralizava as funções de rei era chamado de *uergobretus*.<sup>180</sup> O termo possui comprovação arqueológica, atestada por um único vaso encontrado em *Argentomagus* (atual Indre, França), datado do século I a.C. Nessa peça está grafada a inscrição

<sup>178</sup> [...] *Heluetia in quattuor pagos diuisa est.*

<sup>179</sup> *Simili ratione ibi Vercingetorix, Celtilli filius, Aruernus, summae potentiae adulescens, cuius pater principatum Galliae totius obtinuerat et ob eam causam, quod regnum appetebat, ab ciuitate erat interfectus, conuocatis suis clientibus facile incendit.*

<sup>180</sup> O próprio César designa essa função pelo nome gaulês: “o supremo magistrado, que os éduos chamam vergobreto” [(...) *summo magistratui, quem uergobretum appellant Aedui*] (*De Bello Gallico*, I, 16).



em latim *VERGOBRETOS READDAS* (“dado pelo vergobreto”), que parece representar uma aliança entre o chefe guerreiro e a elite de *Argentomagus*, firmada pelo presente (KISCH, 1980, p. 327).<sup>181</sup>

O vergobreto foi descrito por César como um magistrado que, de acordo com o costume, era eleito por um ano para governar as comunidades dos éduos (*De Bello Gallico*, VII, 32). Os líderes gauleses mencionados por César durante a ocupação romana nas Gálias, sobretudo aqueles que desempenharam funções que congregavam os éduos, provavelmente estavam no exercício deste cargo, tomando para si a responsabilidade de manter a ordem e proteger seu povo (OLIVIERI, 2008, p. 74). O modelo anual de eleição, nesse caso, confirma a passagem do poder de comando de um rei para uma aristocracia guerreira, cujo voto comum na assembleia orientava as decisões que o líder deveria tomar (THEVENOT, 1949, p. 114-5).

A organização urbana que passou a aflorar na Gália Céltica a partir do final do século II a.C., os *oppida*, é um importante sinal da autorreferenciação de uma elite que protegia sua comunidade em uma fortaleza murada, localizada no ponto mais alto da região, e que contava com um aglomerado de construções em madeira ao redor, onde os artesãos organizavam suas atividades comerciais (COULON, 1990, p. 8; WOOLF, 1997, p. 344). No ápice da estratificação social dessa nova ordem, se destacava a aristocracia guerreira e a religiosa, formada pelos drúidas (OLIVIERI, 2008, p. 224).

César ressalta a importância do *oppidum* como centro político-ritual da aristocracia celta, ao narrar a supremacia dos guerreiros éduos, mesmo diante da vitória do arveno Vercingétorix sobre os povos ao redor:

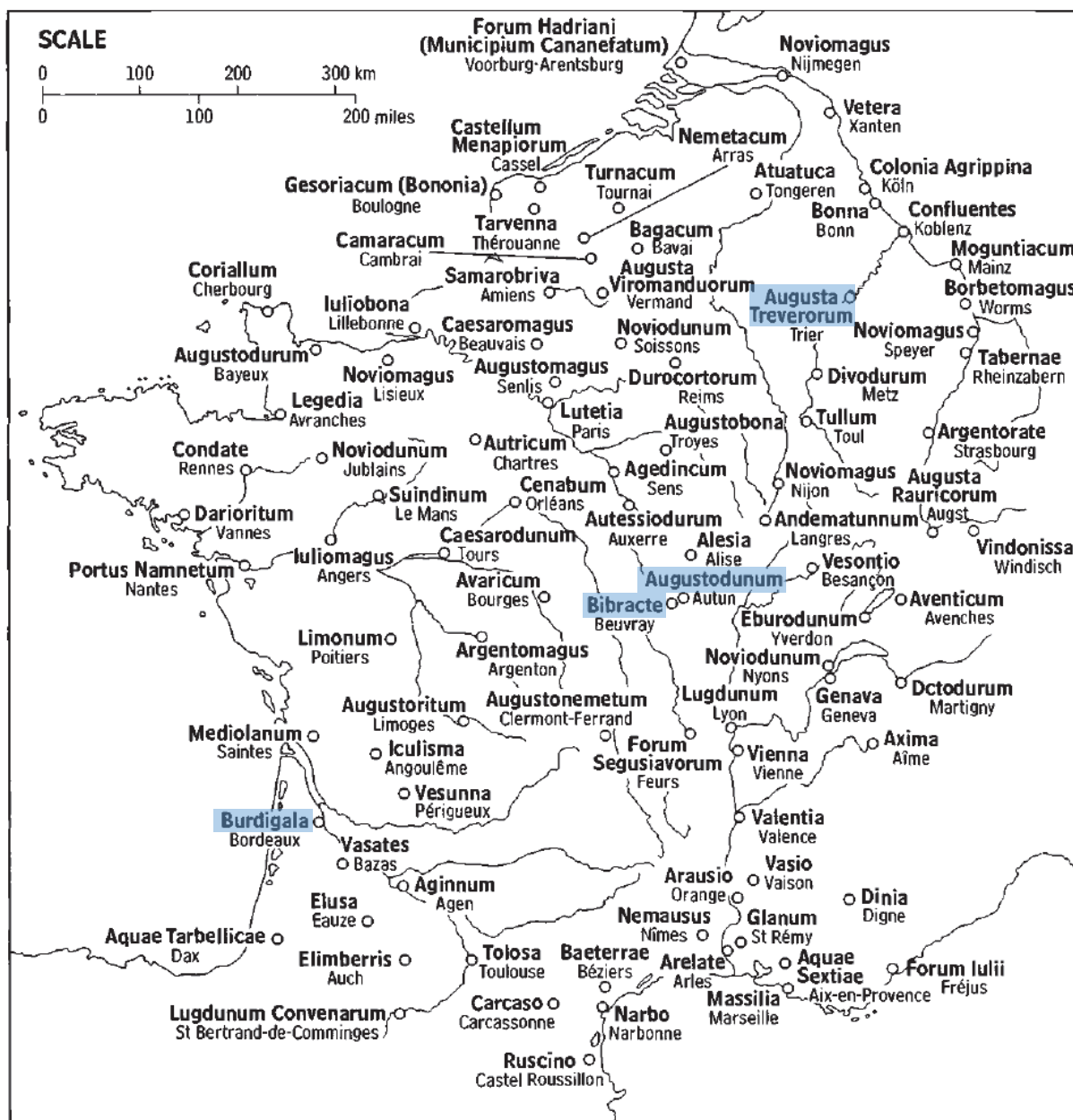
[Os éduos] rogaram a Vercingétorix que fosse ter com eles para discutir os rumos da guerra. Tendo ele concordado, os éduos intentaram tomar para si o comando supremo, no que foram imediatamente questionados. [Os éduos] convocaram então uma assembleia com todos os gauleses, em Bibracte [o maior *oppidum* dos éduos], para onde correu gente de toda parte. A decisão foi por quantidade de votos: um a um, todos aprovaram Vercingétorix como general (*De Bello Gallico*, VII, 63).<sup>182</sup>

Segundo o relato de César, desde 130 a.C. o *oppidum* de Bibracte era admirado por sua grandiosidade, de tal forma que essa fortaleza representou um papel agregador no momento de

<sup>181</sup> O fragmento do vaso com a inscrição *VERGOBRETOS READDAS* pode ser encontrado no museu de Bibracte, onde está exposto como parte do acervo permanente.

<sup>182</sup> *Petunt a Vercingetorige Aedui ut ad se ueniat rationesque belli gerendi communicet. Re impetrata contendunt ut ipsis summa imperi tradatur, et re in controuersiam deducta totius Galliae concilium Bibracte indicitur. Eodem conueniunt undique frequentes. Multitudinis suffragiis res permittitur: ad unum omnes Vercingetorigem probant imperatorem.*

conflito ocorrido entre arvenos e éduos (**Imagem 6**). Ainda que a vitória fosse dos primeiros, a reverência dos celtas ao espaço sagrado da assembleia guerreira e a antiguidade de Bibracte deram aos éduos condições de convocar uma reunião e definir o novo líder (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2013, p. 18).<sup>183</sup>



**Imagem 6** – Mapa das cidades e dos *oppida* das Gálias no século I. Em destaque (azul), a localização das cidades de *Augusta Treuerorum*, *Burdigala*, *Augustodunum* e *Bibracte* (WOOLF, 2004, p. 112).

<sup>183</sup> A Fortaleza de Bibracte serviu de abrigo para que César escrevesse o *De Bello Gallico*, de 51 a 50 a.C. Recentemente, o sítio arqueológico de Bibracte tem sido bastante explorado, proporcionando importantes informações sobre a organização dos éduos. Para maiores informações consultar o site: <<http://www.bibracte.fr/>>, que oferece um rico material sobre o passado da região, um catálogo atualizado do museu e o acesso às publicações mais recentes no campo literário e arqueológico.

Para os grupos da Gália Central, as moedas cunhadas também indicavam um importante instrumento de identidade e conexão com os líderes, desde a época das realezas célticas até o período de domínio da aristocracia guerreira. Para Wells (2008, p. 132), na comunidade dos celtas, toda pessoa a quem era possível obter uma moeda (guerreiros, em sua maioria) estava ligada às outras pessoas que possuíam o objeto com a mesma imagem, ligando-se também ao indivíduo ou grupo que controlava o processo de cunhagem – o suprimento de metal, a cunhagem e a tecnologia de cunhagem. É possível que as imagens grafadas ficassem sob a supervisão dos drúidas, visando a propagar determinada concepção mitológica ou cosmológica, como a representação do curso do Sol, que já seria conhecida (OLIVIERI, 2013, p. 70). Tais mensagens circulavam e proporcionavam a visualização de uma tradição oral, mais do que a legenda.<sup>184</sup>

O centro emissor desses donativos eram os *oppida*, e seu patrono, reis e vergobretos como Vercingetórix e Dumnórix, de quem voltaremos a falar no capítulo IV. No século I a.C., Bibracte se fortalecia e difundia sua identidade pela cunhagem de moedas, o que verificamos na possível aliança com a elite de *Argentomagus*, que citamos acima. No contexto arqueológico em que os fragmentos do vaso oferecido pelo vergobreto foram encontrados, também foram resgatadas cinco moedas contendo figurações que correspondiam à imagem de líderes éduos do mesmo período, como Dumnórix (KISCH, 1980, p. 327).

Para Woolf (1997, p. 344), o estabelecimento de uma sociedade aristocrática édua em Bibracte representa um momento-chave para a compreensão da diversidade gaulesa. O processo de concentração de poderes nas mãos de uma elite guerreira, ocorrendo entre os celtas, coliga-se com o processo paralelo de expansão romana, sendo que a fusão desses movimentos não se traduziu por um perfil de subordinação, mas de coligações de interesses que resultaram, em médio prazo, numa grande transformação urbana no coração das Gálias (GOODMAN, 2007, p. 85; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2013, p. 22).

Como veremos a seguir, a autoimagem das elites da Gália Central ao longo do período imperial permaneceu vinculada a traços culturais e práticas sociais da aristocracia guerreira, ainda que adaptados à organização urbana e ao contexto romano. A instrução dos cidadãos, em particular,

---

<sup>184</sup> Embora as moedas tenham sido inseridas na Gália Central pelo contato com gregos e romanos, a força da imagem permaneceu mais persuasiva do que as legendas, muitas vezes inexistentes. Quando muito, as peças traziam apenas o nome do aristocrata / rei, ou do título *vergobreto* / *rex*, latinizados (GRUEL, 2006, p. 72).

era reafirmada levando-se em conta as especificidades locais. São esses fatores que observaremos ao tratar das escolas de retórica de *Augustodunum*.

### *PRO INSTAURANDIS SCHOLIS ORATIO E A INSTRUÇÃO EM AUGUSTODUNUM*

Dos diversos modos pelos quais a cultura pode ser posta a serviço da política, o investimento na formação educacional dos cidadãos se mantém como um dos mais eficientes. Essa afirmação pode ser comprovada ao abordarmos o caso de Eumênio, que, ao apostar na valorização da educação de *Augustodunum* como tema de seu discurso – com especial atenção para as escolas de retórica –, enaltece os laços que unem a elite provincial ao imperador. Theodore Haarhoff, no prefácio de seu livro *Schools of Gaul: a study of pagan and Christian education in the Last Century of the Western Empire* (1920), defende a importância de relembrar o padrão educacional das Gálias na Antiguidade, já que teve papel fundamental para manter sob sólidos pilares nacionais a união do território francês desde aquela época até o século XX.<sup>185</sup>

Como já debatemos, é sempre pertinente questionar o potencial ideológico contido em exemplos como o de Haarhoff. Por outro lado, trabalhos como este ampliam nosso campo de visão para a observação de minúcias do discurso e nos fazem atentar para a forma como as próprias elites perpetuavam sua riqueza cultural como forma de ampliar seu poder. Como defende Robert A. Kaster (1997, p. 23), a formação sob os princípios da *paideia* combinava mobilidade geográfica e mobilidade social, já que era através do destaque obtido nos grupos culturais locais que um provinciano era absorvido por membros da aristocracia senatorial, fortalecendo um ampliado círculo de influência, que alcançava os altos escalões da política imperial.

No que tange às Gálias, a fama dos oradores nativos é destacada na literatura latina desde muito cedo. Autores romanos fizeram menção à oratória gaulesa já na República tardia, quando sabemos por Suetônio (*Gram.*, 3; 7; 10) que Cícero possuía discípulos advindos da *Togata Galia*, assim como Julio César recebia professores da Gália Transalpina em sua casa.<sup>186</sup> Tácito,

<sup>185</sup> A obra de Haarhoff se mantém como o mais completo estudo sobre as escolas de retórica das Gálias na Antiguidade Tardia. Dito isso, apesar de manifestar um nacionalismo explícito que, no século XXI, julgamos eivado de anacronismos, é nosso dever como pesquisadores valorizar os muitos aspectos de seu estudo, que contribui sobremaneira para o enriquecimento do tema.

<sup>186</sup> Também Marcial elogia o amor dos gauleses pelas letras (*Epigr.* IX, 99) e menciona que suas obras são lidas na região (*Epigr.* VII, 88).

porém, é quem mais se ocupa em elogiar a formação educacional dos gauleses, já que boa parte das personagens citadas no *Dialogus De Oratoribus* advinha dessa região; assim como em *De Vita Iulli Agricola* (21), afirma que a educação erudita da juventude da Britânia testemunhada por seu sogro advinha do contato com as Gálias (HAARHOFF, 1958, p. 13; PICHON, 1906, p. 23).

Não podemos ignorar que, ao longo do Principado, o elogio costumava ser dirigido a oradores e centros de formação das regiões Cisalpina e Transalpina, de modo que somente no século IV surgem obras e autores que comprovam a qualidade e a influência da retórica produzida na região central das Gálias. Ainda assim, é possível coletarmos informações sobre casos isolados. Um deles se refere ao desenvolvimento dos centros de retórica de *Augustodunum*, já que sua história nos ajuda a compreender a trajetória e as características que moldaram a própria elite cidadina gaulesa.

Após as guerras de ocupação promovidas por Julio César na década de 40 a.C., na Gália Comata, pouco a pouco os romanos conquistaram espaço e intervieram nas relações de comando entre os grupos nativos. É significativa a transformação promovida na Fortaleza de Bibracte, território dos éduos (*aedui*), que, como mostramos, era um povo influente sobre os demais grupos da Gália Comata desde meados do século II a.C. (WOOLF, 1997, p. 344). Foi sob o aval da aristocracia guerreira de Bibracte que a administração imperial transferiu a população local para a planície, a 27 km de distância do monte no qual a fortaleza ficava localizada. A construção da nova cidade entra no bojo das reformas urbanas promovidas por Augusto em 12 a.C. Daí que o nome da nova sede urbana seja uma homenagem ao imperador, *Augustodunum*: a “fortaleza de Augusto” (PINETTE; REBOURG, 1986, p. 10). Por outro lado, esse nome mantém um elo com o antigo modelo espacial: um *oppidum*, a Fortaleza de Bibracte.<sup>187</sup>

No que tange à administração da nova cidade, os grupos aristocráticos dos éduos puderam permanecer com um formato nativo ao gerenciar os assuntos públicos cotidianos: as

---

<sup>187</sup> A própria palavra Bibracte é traduzida comumente como forte ou fortaleza. A partícula nominal (*be*)*ber*, e sua variante *bir*, era usual nas línguas indo-europeias que circulavam na Gália Central proto-Histórica, e significava tipos de animais como o castor e a lontra, tradução esta que também se aplica ao termo latino *bebrus* (DELAMARRE, 2003, p. 69; SARAIVA, 2006, p. 142). Um novo sentido foi dado aos substantivos derivados do radical *ber* quando percebemos, na linguagem, a identificação de atividades como a construção de diques pelos castores associadas à edificação de aldeias cercadas por altas toras de madeira (DELAMARRE, 2003, p. 69). As relações entre o animal (*bebrus*, *castor*) e a ideia de fortaleza se tornou usual entre os romanos, a exemplo do forte de Cremona, na Península Itálica, que, segundo Tácito, se chamava Lugar dos Castores [*locus Castorum*] (*Histor.*, II, 24, 4).

assembleias (claro, com as devidas adaptações da assembleia guerreira exercida em Bibracte).<sup>188</sup> Christopherson (1968, p. 364) interpreta que Augusto endossou a criação dessas assembleias com o objetivo de dar aos gauleses uma forma oficial de ligar-se ao imperador por meios que lhes eram familiares, permitindo a criação de um vínculo com o passado, sem que com isso o governo imperial perdesse o controle sobre a cidade.

A permanência dessas assembleias aponta para o controle que a elite cidadina tinha sobre sua população, o que, por vezes, conflitava com a autoridade imperial. Em pelo menos três conflitos que mereceram a atenção do Estado romano no século I, em *Augustodunum*, as reclamações eram referentes aos altos valores exigidos pelo fisco e a atitudes discriminatórias dos governadores romanos para com as decisões das assembleias (CHRISTOPHERSON, 1968, p. 354). A incitação à desordem não partia da população enfurecida, mas de membros da elite. Segundo Van Sickle (1934, p. 236), o que vemos se delinear, desde o início da atuação da aristocracia édua de *Augustodunum*, eram traços que definem um interesse constante em manter o controle sobre os assuntos públicos da cidade (CHRISTOPHERSON, 1968, p. 354).

É nesse contexto que temos as primeiras informações sobre as escolas de retórica de *Augustodunum*. Olivieri (2008, p. 249) informa que os drúidas (estamento sacerdotal dos celtas) que habitavam Bibracte possuíam a prerrogativa do ensino nos *oppida*, atrelada às funções religiosas. Muitas famílias permaneceram com práticas religiosas druídicas quando a fortaleza de Bibracte foi abandonada após a construção de *Augustodunum*. Foram os membros dessas famílias que tomaram para si a responsabilidade de lecionar no novo centro urbano. Desse modo, os primeiros professores das escolas de retórica devem ter sido drúidas, adaptando-se ao ensino da retórica latina e alcançando notoriedade durante o Principado (PICHON, 1906, p. 26).<sup>189</sup>

Mas é nos *Annales* (III, 43) que Tácito narra o conflito que tem como foco as escolas de *Augustodunum*. A confusão teve início quando um rico éduo de família druída, Júlio Sacrovir, em 21, se revoltou contra os altos impostos e ameaçou tomar a cúria da cidade, junto com um grupo de comparsas, desafiando os magistrados romanos que supervisionavam a administração.

---

<sup>188</sup> A escolha dos líderes guerreiros e as demais decisões de significância coletiva do *oppidum* eram definidas nas assembleias dos guerreiros celtas, que tinha uma sede em Bibracte (OLIVIERI, 2008, p. 74). O panegirista de 312 alude à convocação da elite guerreira dos éduos e menciona que por meio dessa reunião eles “uniram todos os povos, celtas e belgas” [*Ita in unam pacem sociatis omnibus celtarum belgarumque*] (*Pan. Lat. VII, 3, 4*), o que interpretamos como uma menção ao poder centralizador das assembleias no contexto pré-romano.

<sup>189</sup> A construção da escola provavelmente ocorreu no Principado de Tibério, embora não haja registros da data correta (GOODMAN, 2007, p. 85).

Tácito relata que os revoltosos se abrigaram nos prédios da Escola de Retórica, tornando reféns os estudantes, filhos da aristocracia de *Augustodunum*. (MAGUINNESS, 1952, p. 97). Van Sickle (1934, p. 236) conjectura que, naquele momento, muitos alunos aderiram ao movimento, tanto por concordarem com as reivindicações como por se identificarem com os líderes drúidas. Vê-se nesse episódio o poder e a influência que os professores exerciam sobre os *discipuli*.

*Augustodunum* foi alvo de eventos turbulentos, novamente, em meados do século III, dessa vez provocando uma crise profunda. Em 269, os batavos, de passagem pela região édua, invadiram *Augustodunum* e devastaram a cidade. Os motivos de tal ação nunca foram esclarecidos (*Pan. Lat. IV*, 4, 1). Os prédios públicos e as próprias vias foram danificados na ocasião, provocando um abandono imediato da cidade por diversas famílias (*Pan. Lat. VII*, 6, 5-8). A cidade somente recompôs suas estruturas a partir da Tetrarquia.

O avô de Eumênio foi um dos membros da elite que abandonaram a cidade após o saque de 269, sem retorno (MAGUINNESS, 1952, p. 99). Ele foi a referência intelectual de Eumênio, pois também era um professor de retórica em *Augustodunum* e vira a escola de retórica ser demolida pela invasão bárbara (HAARHOFF, 1958, p. 26). Sabemos um pouco mais sobre o avô de Eumênio por meio do discurso do próprio panegirista: “nascido em Atenas e célebre em Roma, [o avô] acostumou-se a esta cidade, onde comprovou e apreciou o gosto dos habitantes pelo estudo e por esta venerável obra [a escola]” (*Pan. Lat. IV*, 17, 3).<sup>190</sup>

Intitulado *Pro instaurandis scholis oratio*, o discurso de Eumênio foi apresentado em 298, diante de um funcionário enviado por Constâncio Cloro, provavelmente o governador da *Prouincia Lugdunensis* (MAGUINNESS, 1952, p. 101). Como o próprio título indica, foi parte de um evento especial no qual se comemorou a reforma dos prédios públicos de *Augustodunum*, e tem como tema central a reabertura das escolas de retórica (LA BUA, 2010, p. 301).<sup>191</sup> O próprio Eumênio se encarregou de narrar os acontecimentos anteriores: ele foi convidado a exercer a função de *magister memoriae* na corte de Constâncio, de 393 a 397, cargo que consistia na supervisão da correspondência com as províncias e em prestação de contas diretamente com o imperador (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1193).

<sup>190</sup> [...] *hominem Athenis ortum, Romae diu celebrem, mox in ista urbe perspecto (et) probato hominum amore doctrinae atque huius ipsius operis ueneratione detentum.*

<sup>191</sup> Dos capítulos 41 e 42 do panegírico de Plínio, Eumênio reproduz o cuidado do imperador para com os prédios públicos abandonados/destruídos, que são reformados de modo econômico, mas esplendoroso; rápido, porém seguro e firme.

Durante os quatro anos que permaneceu no palácio, Eumênio pensava na necessidade de restaurar as escolas de *Augustodunum*. Nesse ínterim, morreu o professor de retórica mais ilustre da cidade, do qual não sabemos o nome (*Pan. Lat. IV, 5, 3*). Eumênio foi selecionado, então, como substituto desse professor, retornando à sua cidade em 297. Além disso, conseguiu o financiamento necessário (600 mil sestércios) para a reconstrução das escolas e assumiu também o cargo de diretor do ensino de retórica (*Pan. Lat. IV, 5, 4*; MAGUINNESS, 1952, p. 102).<sup>192</sup>

A reforma do Império sob a Tetrarquia, subdividindo o território em prefeituras do pretório e dioceses, promoveu maior visibilidade às cidades que se encontravam nas rotas que levavam às metrópoles, situação na qual se encontrava *Augustodunum* (HARRIES, 1978, p. 28). Com isso, novos privilégios administrativos e contatos diretos com funcionários da corte fortaleceram as aristocracias locais, e os centros educacionais de alto nível, como as escolas de retórica, se tornavam espaços formadores de homens cultos e preparados para a vida pública (JONES, 1964, p. 46-8).<sup>193</sup>

Sobre a reforma da escola de *Augustodunum*, somos informados que esta se deu pelas mãos de Glauco, um ancião que era conhecido como O Ático. Eumênio (*Pan. Lat. IV, 17, 5*) faz questão de citar o nome do artífice e destacar a importância da construção que ele edificou, considerando que, por intermédio de seu trabalho, trouxe de volta à vida todos os que abrilhantaram aquelas escolas, promovendo a restauração do mundo (*restituendo orbe*), como veremos adiante.

O esplendor monumental da escola de retórica original de *Augustodunum* é mencionada por Eumênio no capítulo 3, verso 2 do discurso, quando narra um complexo arquitetônico do tipo meniano, em que os prédios principais possuíam sacadas e varandas, sendo ligados por galerias e balaustradas (OLD, 1968, p. 1060; SARAIVA, 2006, p. 702).<sup>194</sup> Segundo a tradição corrente, o termo *maeniana* advém do primeiro construtor que projetou, em Roma, prédios com elevadas

---

<sup>192</sup> Para Van Dam (1985, p. 13), a incumbência dada a Eumênio de reabrir e pôr em funcionamento as escolas de retórica reforça a ideia de que as relações diretas com a corte traziam benefícios especiais a determinados grupos ou cidades, o que era resultado tanto da ascensão de um indivíduo aos cargos de confiança imperial (como Eumênio) ou pela proximidade com a sede de governo (*Augustodunum* era rota de passagem para a capital eleita pelos imperadores ao longo do século IV, *Augusta Treuerorum*).

<sup>193</sup> Nas primeiras décadas do século IV a prefeitura das Gálias passou a ser dividida em um número de províncias que varia em cerca de dezoito; em cada província (*prouincia*) estava localizada uma *metropolis*, que coordenava em torno de quatro a dez outras *ciuitates* ou *castris* – de estatuto administrativo inferior. *Augustodunum*, nesta época, estava localizada na *Prouincia Lugdunensis Prima (ciuitates III)*, com o título de *Ciuitas Aeduorum (Notitia Galliarum, I, 1, 2)*.

<sup>194</sup> Vitruvius (*De Architectura, V, 1, 2*) faz menção ao modelo arquitetônico meniano em meio às características gregas das construções do fórum e das basílicas da cidade.



estruturas, e que se chamava Menio [*Maenius*] (RODGERS; NIXON, 1994, p. 152). Eumênio fala desse estilo sempre no passado, de modo que não temos informações (ou registros arqueológicos) que confirmem se a reconstrução da escola também seguiu esse padrão. A constante menção à magnificência desses prédios de ensino torna-se um importante indício que nos permite investigar o emprego da monumentalização a serviço do poder, permitindo compreender como a organização do espaço, manifestada pelo discurso, reforça a cultura política da elite de *Augustodunum*.<sup>195</sup> Quanto a este ponto, Eumênio é específico em localizar as escolas menianas no centro do complexo urbano:

Que edifício está mais bem situado, mais a vista desta cidade que as Escolas Menianas, edificadas precisamente no lugar onde transitam nossos invencíveis príncipes quando nos visitam? Não há, oh excelentíssimo, nenhuma obra mais visível e que atraia mais os olhares dos Césares e de todos os cidadãos, edificada em um dos principais locais, como se ocupasse o espaço entre os olhos da cidade, entre o templo de Apolo e o Capitólio (*Pan. Lat. IV, 9, 2-3*).<sup>196</sup>

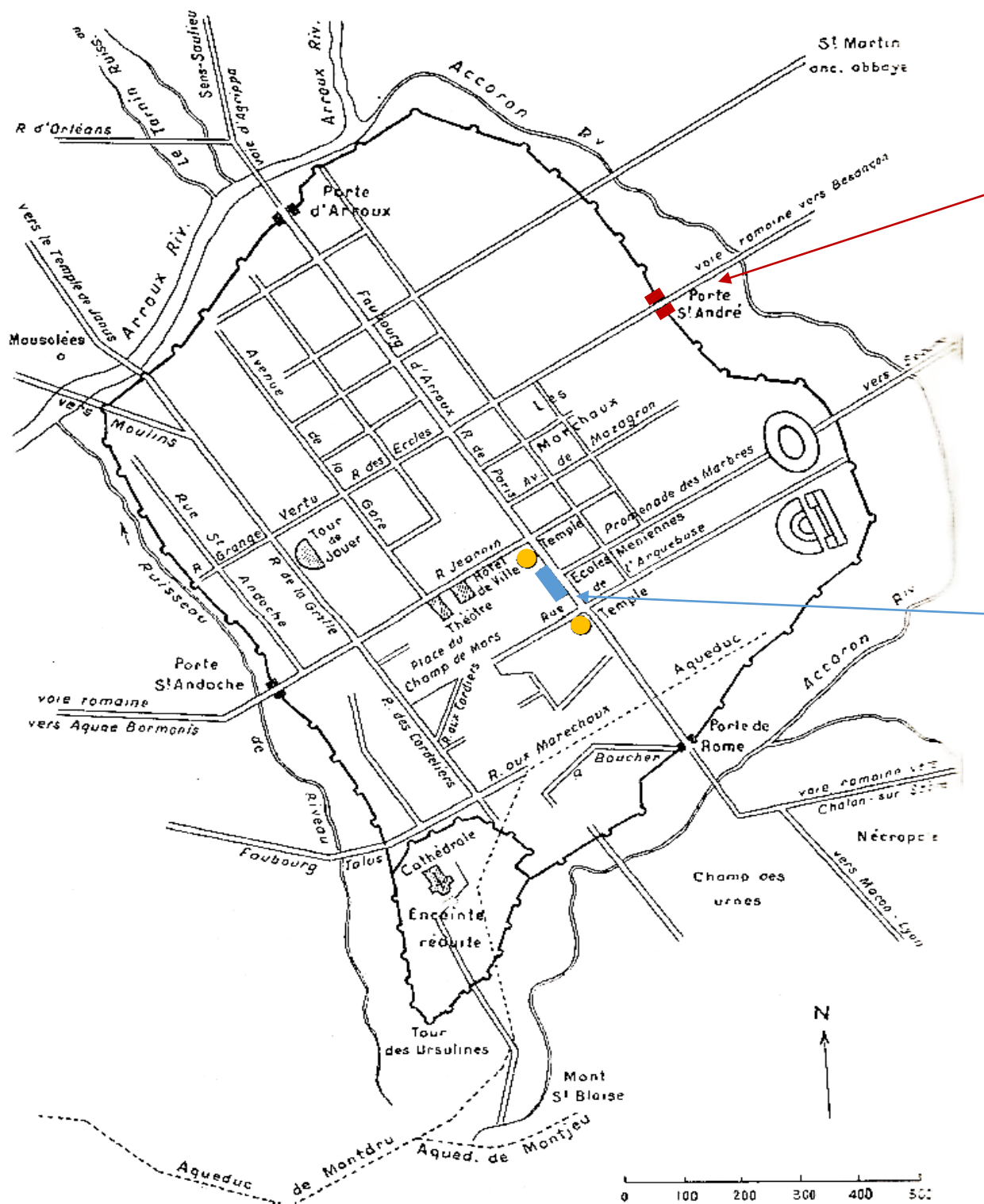
O exercício retórico da *ekphrasis*<sup>197</sup> é utilizado pelo orador como forma de chamar a atenção para a topografia da cidade, privilegiando a dimensão política da monumentalização imperial (PERNOT, 1993, p. 185). Para Menandro (*Basilikós Logós*, II, 386, 20), em um discurso, deve se relatar as condições mais recentes do centro urbano, descrevendo templos, edifícios, aquedutos, entre outros, que sirvam de contributo para demonstrar a glória alcançada pela cidade. São esses os princípios que parecem ter norteado Eumênio em sua narrativa. No século XIX, arqueólogos, entre os quais se destaca Jean Sébastian A. Devoucoux, buscaram reproduzir a planta de *Augustodunum* levando em consideração a espacialidade dos prédios proposta pelo panegirista, o que resultou no esquema abaixo (**Imagem 7**).

---

<sup>195</sup> *Augustodunum* apresentava um complexo urbano que se destacava principalmente pelos templos (Jano, Júpiter, Hércules, Minerva, Prosérpina e Vênus), grandiosas fontes de águas e um lago artificial para encenação de naumaquias (HAARHOFF, 1958, p. 102).

<sup>196</sup> *Quid autem magis in facie uultuque istius ciuitatis situm est quam haec quam aedem Maeniana in ipso transitu aduenientium huc inuictissimorum principum constituta? / Ad hoc, uir perfectissime, opus istud reddit inlustrius et cum ipsorum caesarum, tum etiam omnium hominum adspectui promptius, quod praecipuo est loco positum quasi inter ipsos oculos ciuitates, inter Apollinis templum atque Capitolium.*

<sup>197</sup> Por *ekphrasis* compreendemos a descrição topográfica da cidade, a fim de produzir um efeito de natureza visual (HANSEN, 2006, p. 87).



**Imagem 7** – Representação cartográfica de *Augustodunum*. Em destaque no *cardo maximus*, a localização das *Écoles Meniennes*, representada como um retângulo azul, e os dois templos ao seu redor, concebidos como círculos amarelos. Ainda, ao nordeste, a *Porte St. André*, marcada em vinho (GRENIER, 1958, p. 236).

Na representação cartográfica da cidade, buscou-se reproduzir com fidelidade a descrição do espaço, apresentando as escolas menianas na forma de um retângulo, no meio de dois círculos,

formas que tipificam os templos. Um dos templos seria o de Apolo, e o segundo, uma referência ao Capitólio, que via de regra era identificado pela divindade protetora.<sup>198</sup> No caso de *Augustodunum*, Minerva (*Pan. Lat. IV, 9, 4*). A localização das escolas ocuparia o centro da planta, visível por todos os lados da cidade. A posição é de fato privilegiada, pois as portas das escolas apontariam para o *cardo maximus*, a principal via da cidade, que alcançariam ambas as saídas, meridional e setentrional (PINETTE; REBOURG, 1986, p. 37). Na cidade atual, as edificações já não estão mais visíveis. Apenas as fundações do templo de Apolo foram encontradas, e há uma coluna do capitólio identificada (BINA, 2008, p. 195).<sup>199</sup> A demarcação das escolas menianas ainda carece de dados arqueológicos mais consistentes para ser comprovada.

A proximidade entre as escolas e os templos é insistentemente lembrada nos capítulos seguintes do panegírico (*Pan. Lat. IV, 10, 1*). Afinal, as escolas foram reconstruídas (um renascimento depois da destruição). Desse modo, evocar a equidade delas com os templos trazia consigo a sensação de reordenação do *cosmos*. Nesse sentido, é paradigmático que o edifício educacional seja também chamado de sagrada habitação (*sacrosancta sedes*), venerada por todos (*Pan. Lat. IV, 9, 4*).

Os deuses posicionados ao lado das escolas menianas preservavam em segurança aquilo que existia de mais importante na cidade (as escolas), reordenando o *cosmos* e prefigurando a cultura e o conhecimento do seu povo (LA BUA, 2010, p. 311).<sup>200</sup> Minerva era descrita como fundadora da cidade de Atenas [*Athenarum conditrix Minerua*] e Apolo visto rodeado pelas Musas [*Apollo medius camenarum*] (*Pan. Lat. IV, 9, 4*). Para Grimal (2011, p. 312), Minerva, podia ser associada à figura da deusa Atena ou à cidade de Atenas, e, além de protetora das atividades intelectuais, cumpria o papel de patronesse das escolas de retórica (ROGERS; NIXON, 1994, p. 162). Apolo, quando assumia a atribuição de deus da música e da poesia, aparecia com seu séquito, formado pelas Cárites, inspirando os alunos de todas as artes com

---

<sup>198</sup> No projeto urbanístico romano clássico, o capitólio era a estrutura física que definia a subordinação aos modos políticos romanos (HINGLEY, 2005, p. 78), passando pouco a pouco a se tornar um espaço ocupado pelos enviados imperiais, sob a égide do *basileus*.

<sup>199</sup> O templo de Apolo em *Augustodunum* foi construído nos tempos de Augusto, já que era uma divindade de sua devoção; o edifício foi reformado por Constantino na mesma época em que as escolas, uma vez que também fazia parte das divindades presentes nas moedas e na representação divina do imperador (PINETTE; REBOURG, 1986, p. 38).

<sup>200</sup> Menandro (*Basilikós Logós*, II, 390, 20) reforça que, para tornar o discurso mais atrativo, pode se recorrer às fábulas, pois a narrativa lendária e os personagens míticos prendem a atenção do público e despertam nele sentimentos de adesão. Como exemplo, Menandro cita coincidentemente o episódio que envolvia Apolo e sua lira, as musas e Zeus.

alegria e equilíbrio (GRIMAL, 2011, p. 34). No contexto do discurso, ambos os deuses, a partir de seus templos, voltavam sua atenção para a sede da escola. Eumênio menciona o abraço forte que as divindades vizinhas ofereciam ao “majestoso edifício do conhecimento” (*Pan. Lat. IV*, 9, 4).

O ponto de vista nativo sobre a imagem dos deuses citados por Eumênio é mais difícil de ser desvendado. O processo de *interpretatio* – transposição para o latim de elementos da cultura local – obteve um caráter singular na religiosidade gaulesa. Na Gália Lugdunense, os deuses romanos recebiam os atributos das divindades nativas, mas estas jamais tinham suas imagens fundidas com aqueles (THEVENOT, 1963, p. 85; BINA, 2008, p. 38). No *De Bello Gallico* (VI, 17), César, ao mencionar a *interpretatio* dos deuses romanos, informa que Minerva era, para os gauleses, uma divindade relacionada ao artesanato e às atividades manuais em geral,<sup>201</sup> Apolo, por sua vez, tinha relação com a cura das doenças.<sup>202</sup> As duas representações podem ser atribuídas, respectivamente, à fabricação de algo e ao restabelecimento de um período de convalescência.

Sabemos que o testemunho de César sobre esse tema configura um esforço de compreender, à sua maneira, a sobreposição dos deuses, algo que certamente o fez incorrer em simplificações. Ainda assim, compreendemos que a imersão do general romano na cultura gaulesa – inclusive abrigoando-se em Bibracte por longos meses – denota que seu relato oferecesse informações mais precisas do que outras fontes. Desse modo, a narrativa de César pode traduzir a devoção dos gauleses às imagens de Minerva e Apolo. E, assim, poderiam ser esses os sentidos – uma deusa protetora das obras e um deus que traz de volta o vigor – que Eumênio buscava evocar em seu discurso, já que conhecemos no século IV, em *Augustodunum*, uma elite que, décadas antes, viu sua cidade enfraquecida pela destruição, e que naquele momento se mostrava sedenta por apagar essa visão da memória coletiva e propagar a beleza de suas novas construções, chamando a atenção para a restauração das famosas Escolas Menianas. A ideia de restauração do espaço contemplaria a restauração das prerrogativas do poder local (LA BUA, 2010, p. 302).

Os padrões arquitetônicos da Antiguidade concentravam o poder em espaços distintos: o palácio e o templo, em geral. Esses espaços não eram apenas território simbólico – alusão à realeza e ao panteão. Eram, antes, instrumentos práticos de poder que garantiam a manutenção e perpetuação de uma elite (SILVA, 2012, p. 19). Eumênio promove essa mesma distinção

---

<sup>201</sup> [...] *Mineruum operum atque artificiorum initia tradere.*

<sup>202</sup> [...] *Appollinem morbos depellere.*

quando se refere ao espaço ocupado pelas escolas menianas: era um espaço de saber; era um espaço de especialização cultural de um grupo seletivo; era um espaço de poder. Dito isso, passaremos a analisar outra dimensão do discurso, referente ao público que o panegirista incentivava a frequentar as escolas, e observar como isso se insere na proposta de restauração do lugar ocupado pelo grupo mais poderoso de *Augustodunum*:

É manifesto que, quando os príncipes<sup>203</sup> decidiram restaurar esta cidade, com os imensos recursos do Império, pretenderam primeiramente erguer e fazer reviver a sede das artes liberais, o que promoveu a reunião da nossa distinta mocidade, que despertou para os estudos (*Pan. Lat. IV, 5, 1*).<sup>204</sup>

Com base na passagem acima, na qual Eumênio começa a exaltar os imperadores pelas obras empreendidas em *Augustodunum*, é cada vez mais frequente a menção ao renascimento das escolas em conexão com os jovens que nelas estudam. Para o orador, a mocidade, em multidão, teria o papel de elevar ainda mais a cidade. Mas essa convocação, animando a juventude a frequentar as escolas, possuía uma restrição revelada pelo uso da expressão *honestissimae iuuentutis*, que pode ser traduzida como “a juventude mais ilustre” de *Augustodunum*, a quem era ofertada uma educação de alto nível. Com efeito, Eumênio lista, logo em seguida, as funções que esses jovens poderiam ocupar após se formarem nas escolas menianas: o acesso aos tribunais (como advogados), como governador, ou até mesmo um cargo de destaque no palácio. Tais funções desempenhadas pelo próprio panegirista, aliás, reforçam as ligações que a oratória possuía com o poder político.

A carreira de Eumênio, ratificamos, esteve intimamente ligada ao processo de reconstrução da cidade, em especial à restauração das escolas menianas. Sua presença na corte imperial, sem dúvida, foi fundamental para que tal projeto fosse executado, motivo pelo qual ele exaltava constantemente os imperadores por terem-lhe confiado essa tarefa. No panegírico, no entanto, encontramos um discurso muito mais voltado a defender a elite da qual o autor faz parte, o que nos remete à defesa da *ars oratoria* como restauradora da ordem.

É esta a mensagem que interpretamos de um dos últimos elogios feitos a Constâncio Cloro e aos demais integrantes da Tetrarquia.<sup>205</sup>

<sup>203</sup> Eumênio, por vezes, reconhece que as reformas foram obra da Tetrarquia, daí referir-se no plural aos soberanos.

<sup>204</sup> *Ex quo manifestum est eos qui coloniam istam tot tantisque opibus totius imperii erigere atque animare statuerunt, uel praecipue sedem illam liberalium litterarum uelle reparari, cui peculiarem frequentiam honestissimae iuuentutis inlustrato studiorum honore prouiderint.*

<sup>205</sup> Optamos por repetir aqui a citação da passagem já apresentada no primeiro capítulo da tese, uma vez que facilita a compreensão das análises a seguir.

Quão grande é a virtude e a *humanitas* [dos imperadores], que em meio a importantes operações militares prestam interesse à prática das letras; de modo que a única maneira de fazer reviver a época distante em que Roma, como aprendemos, exerceu a hegemonia em terra e em mar é fazendo florescer novamente o poder da eloquência romana (*Pan. Lat. IV*, 19, 4).<sup>206</sup>

Da mesma forma que o *exordio* de Pacato Drepânio, que abre este capítulo, o passado glorioso de Roma e sua famosa oratória são rememorados por Eumênio em conexão com o contexto local: afinal, *Augustodunum* fora destruída e só tivera sua dignidade reestabelecida pela dedicação em soberanos de reconstruí-la. A grandiosidade e o domínio de Roma sobre toda a terra e mar, embora sejam um *topos* do discurso, são a referência de Eumênio para enaltecer a cidade e, principalmente, o ensino da oratória nas escolas.

O capítulo seguinte do panegírico aponta nessa direção, quando Eumênio destaca que, ao olhar para os pátios da escola, os jovens de *Augustodunum* podem ver a grandeza do Império do qual fazem parte (*Pan. Lat. IV*, 20, 2). Sobre este tema, tomamos emprestadas as reflexões de Woolf (2004, p. 126), quando imagina a cena dos filhos da aristocracia reunidos em *Augustodunum* para praticar os exercícios de latim a partir das obras clássicas, podendo observar ao redor de si a edificação de uma cidade-modelo, entrecruzando ruas e monumentos em construção que reproduziam espaços e eventos que estavam presentes em suas leituras.

As escolas menianas se tornavam assim *mimesis* do poderio imperial, tanto em sua arquitetura quanto nas “artes liberais” que ensinavam. Ao mencionar o florescimento da oratória na cidade, conforme os moldes da oratória ensinada em Roma, o panegirista exaltava o valor de seu próprio trabalho, mas também a capacidade da juventude de *Augustodunum* de tornar a *ars oratoria* um instrumento de poder. A nova ordem foi então descrita como o início de uma Idade de Ouro (*aurea illa saecula*) que renascia através da abertura do templo das artes em *Augustodunum* (*Pan. Lat. IV*, 18, 5).<sup>207</sup>

Um olhar mais apurado sobre os múltiplos papéis que envolviam a cultura política manifesta pelo *Pro Instaurandis Scholis Oratio* revela um louvor ao *modus faciendi* do seu próprio grupo cidadão. A distinção da educação professada no caso de Eumênio e da restauração das escolas menianas, no entanto, transformava o elogio ao imperador, como patrono das artes, em um

<sup>206</sup> *Quo magis horum noua et incredibilis est uirtus et humanitas, qui inter tanta opera bellorum ad haec quoque litterarum exercitia respiciunt atque illum temporum statum quo, ut legimus, romana res plurimum terra et mari ualuit, ita demum integrari putant, si non potentia sed etiam eloquentia romana reuïrescat.*

<sup>207</sup> O ensino da juventude pelos mais célebres e afamados preceptores da cidade era responsabilidade da diocese, o que foi garantido pela legislação de 376, durante o reinado de Graciano (*C. Th. XIII*, 3, 11). Embora outorgada posteriormente, não temos dúvida de que a lei apenas oficializou uma prática corrente desde as reformas da Tetrarquia, como vemos funcionando no caso de Eumênio.

símbolo de eternidade dos valores culturais da aristocracia local (LA BUA, 2010, p. 314). Após Hesíodo, segundo Le Goff (1990, p. 295), para muitos autores da literatura greco-latina, “o tema da Idade do Ouro perdeu grande parte do seu caráter mítico para se tornar essencialmente ético e político”. Desse modo, o ato de Eumênio ao relembrar o mito da era de ouro consistia muito mais em comemorar a grandeza de seu tempo, que conta com uma juventude preparada para perpetuar o poder estabelecido da elite da cidade.

### AUSÔNIO E O *STATUS* DA ELITE DE BURDIGALA

Ao sul da Gália Comata, na direção oeste, se encontrava a Aquitânia. Esta região, no início, parecia um mundo à parte para os romanos, e as fontes são escassas em informações sobre os acontecimentos locais (ETIENNE, 1962; SIVAN, 1993, p. 31). Diferente da Gália Comata, a Aquitânia se caracterizava por ser uma região em frequente contato com o sul, possuindo língua e práticas culturais de raízes distintas dos celtas, assim como sua organização espacial diferia do modelo de *oppida* ou de qualquer tipo de fortificação (BARRAUD; SIREIX, 2010, p. 163). Tais traços particulares eram fruto dos contatos – talvez por ser parte do mesmo grupo étnico – com os ibéricos; e também das redes comerciais que desenvolveram desde o século III a.C. (ou antes) com a Gália Narbonense, via Marselha, incorporando traços gregos (*Itiner. Burd.*, 552, 2; SIVAN, 1993, p. 32).

A Aquitânia estava circunscrita aos limites do mar da Hispânia e dos Pirineus, na fronteira inferior; e pelo rio Garona ao nordeste, delimitando a separação com a Gália Comata (*De Bello Gallico*, I, 1). César não dedicou aos aquitânios a mesma atenção que dedicou aos éduos, arvenos e helvécios, citando-os tangencialmente em seu relato. Sabemos que a Aquitânia estava aquém dos interesses do general romano, embora convocasse seus habitantes sempre que necessitava de reforços militares para atuar ao lado dele nos conflitos dos povos da área centro-norte das Gálias (GARDNER, 1983, p. 186). César, por outro lado, foi o primeiro a intitular essa região como *Aquitania*, devido ao clã do qual mais se ouvia falar na naquela época, os *aquitani*. Plínio, o Velho (*Nat. Hist.*, IV, 105), informa que, antes do título imortalizado pelo *De Bello Gallico*, a região d’além dos Pirineus era chamada de Armórica.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> *inde ad Pyrenaei montis excursum Aquitanica, Aremorica antea dicta.*

A localização da Aquitânia foi confirmada, na Antiguidade Tardia, a partir de uma menção a *Burdigala*, próspera cidade da região: “a cidade de *Burdigala*, onde está o rio Garona, através do qual o oceano avança e retrocede por cem léguas, mais ou menos” (*Itiner. Burd.*, 549, 7-9).<sup>209</sup> O texto citado é o relato da viagem de um peregrino que parte da cidade rumo a Jerusalém, intitulado *Itinerarium Burdigalense*.<sup>210</sup> Além de servir como um guia geográfico arqueologicamente comprovado, este *itinerarium* suscita questões ligadas à cultura literária da cidade no século IV, algo a que retornaremos neste capítulo.

No tocante a *Burdigala*, sua fundação ocorreu sobre um espaço até então livre do contato com os romanos. Plínio (*Nat. Hist.*, IV, 109) narra que as redondezas eram dominadas por um povo chamado *bituriges*, e a localidade específica de *Burdigala* fora ocupada por um de seus clãs, denominado *cubi*. Esse clã, estando às margens do rio Garona, fundou ali um complexo porto fluvial no século III a.C., cujo padrão os romanos chamavam *emporium*: local onde ocorriam transações comerciais de todo tipo (BARRAUD; SIREIX, 2010, p. 164). Na época das conquistas de César, esse centro urbano era território dos *uiuisci* – grupo identificado como parte dos *bituriges* –, que posteriormente integrou a elite da cidade sob a administração romana (*Nat. Hist.*, IV, 108; DELAMARRE, 2003, p. 76).<sup>211</sup>

A conclusão do projeto arquitetônico romano parece tardio em relação a *Augustodunum*, sendo concretizado ao longo do Principado. No governo de Augusto foi construído o plano ortogonal, que serviu de ponto de partida para o estabelecimento da *ciuitas*, denominada de *Bituriges Viuisci*, recebendo logo em seguida o título de *Burdigala* (BINA, 2008, p. 224). Posteriormente, é implantada uma nova conjuntura administrativa para o território das Três Gálias. Reformas foram implementadas no final do século I, durante a dinastia dos Flávios, numa onda de construções e reparos de cidades que reformularam todo o espaço urbano desde a Península Itálica até a Gália Central (WOOLF, 1997, p. 345).<sup>212</sup> Nesse momento, a Gália Comata recebeu

---

<sup>209</sup> *Ciuitas Burdigala, ubi est fluuius garonna, per quem facit mare oceanum accessa et recessa per leugas plus minus centum*. Utilizamos aqui a versão bilíngue do texto, de Gustavo Althoff e Gustavo H. S. S. Sartin, disponibilizadas no artigo “*Itinerarium Burdigalense uel Hierosolymitanum* (Itinerário de Bordeaux ou de Jerusalém): texto latino, mapas e tradução comentada” (2014).

<sup>210</sup> O nome do autor não chegou aos nossos dias, mas é seguro que a produção do escrito se deu durante a viagem, entre 333 e 334; os *itineraria* consistiam em listas com locais de parada ao longo das vias e com as distâncias entre eles (ALTHOFF; SARTIN, 2014, p. 294).

<sup>211</sup> É possível que as duas nomenclaturas, *cubi* e *uiuisci*, refiram-se a um único clã. Durante o período de Augusto, com a construção da cidade nos moldes romanos, a elite dos *cubi* pode ter se adequadado à forma latina, passando a se autodenominar *uiuisci*, cuja raiz é a mesma do verbo latino *uiuisco*, que significa renascer, brotar da terra (*Geographia*, 4, 2, 1; *Martial. Epigr.* 9, 32, 6).

<sup>212</sup> Esse fenômeno de constantes reformas urbanísticas é um dos elementos que Greg Woolf (1997, p. 346) utiliza para demonstrar que não só as cidades gaulesas eram reformadas e arquitetonicamente atualizadas, mas também



o nome de Gália Lugdunense [*Lugdunensis Gallia*] (*Nat. Hist.*, IV, 107).<sup>213</sup> A nova configuração das Três Gálias permaneceu com tais limites até o século III (**Imagem 8**).



**Imagem 8** – A divisão das regiões gaulesas, em 100 (WOOLF, 2004, p. vii).

as cidades italianas, e até mesmo Roma, passavam por sucessivas revoluções culturais na sua paisagem, o que torna questionável o uso do termo “romanização” também para explicar esse processo urbano.

<sup>213</sup> Essa nova nomenclatura comprova a expressão que a cidade de *Lugdunum* obteve na região.

Nessas circunstâncias, a Aquitânia foi estendida até as margens do rio Loire, conforme demonstra o Mapa III (WOOLF, 2004, p. vii). Durante o governo de Vespasiano (69-79), a elite de *Burdigala* alcançou a cidadania romana, mas o plano arquitetônico da cidade continuava incompleto: a monumentalização ocorreu de modo descontínuo e não fora edificada uma muralha até o período dos Severos (SIVAN, 1993, p. 32; BINA, 2008, p. 224).<sup>214</sup> Nesse período, ou provavelmente até meados do século III, *Burdigala* se tornou capital da Aquitânia, quando então houve maior atenção para a organização dos espaços urbanos da cidade.

Nascido em 310 e morto entre 393 e 394, Décimo Magno Ausônio teve sua infância e sua formação em *Burdigala*,<sup>215</sup> da qual se ausentou apenas para ser tutor dos filhos de Constantino, em Constantinopla, retornando à sua cidade, tornando-se professor de retórica e daí ascendendo na vida pública (PICHON, 1906, p. 302-3). Posteriormente, em 364, foi tutor de Graciano, filho do imperador Valentiniano. Foi convidado por este – quando assumiu a púrpura – para ocupar o consulado, em 379, ocasião na qual pôde declamar um panegírico, intitulado *Ausonii burdigalensis uasatis gratiarum actio ad Gratianum Imperatorem pro consulatu* (EVELYN, 1919, p. 10)

Jás Elsner (2000), ao analisar as questões que envolvem o supracitado *The Itinerarium Burdigalense*, busca novos níveis de interpretação para além da comprovação geográfica da obra – ou do caráter missionário que envolve o peregrino narrador da viagem<sup>216</sup> –, optando por tentar compreender o ambiente intelectual e a cultura literária que emerge de *Burdigala* ao longo do século IV. Cumpre notar que o primeiro nome que o autor menciona ao abordar a fama dos centros educacionais da cidade na década de 330 é o de Ausônio, “jovem professor de gramática, que mais tarde dará notoriedade às escolas de retórica de *Burdigala*” (ELSNER, 2000, p. 182).

Se Ausônio e o esplendor da *paideia* em *Burdigala* se confundem, isso se deve, segundo David Frye (2003, p. 186), ao papel intermediário que ocupou, emulando o estilo de vida do passado clássico em suas obras, ao mesmo tempo em que demonstrava estar atento às transformações

<sup>214</sup> Foram as intervenções arqueológicas de *Burdigala* que permitiram aos pesquisadores julgar tardia a urbanização romana na cidade, levando-se em consideração a falta de aparatos fundamentais de uma metrópole antiga, como a muralha (GOODMAN, 2007, p. 12).

<sup>215</sup> Ausônio era filho de um médico e neto de um druída, Cecílio Argício Arbóreo. Foi o tio, Emílio Magno Arbóreo, irmão de sua mãe, que o iniciou na *ars oratoria*, uma vez que era professor de retórica na terra natal de Ausônio, provavelmente Toulouse (EVELYN, 1919, p. 8; SIVAN, 1993, p. 50).

<sup>216</sup> Relatos de viagens messiânicas se tornaram comuns na antiguidade Tardia, os *itinerária*. O *burdigalense*, a propósito, foi o primeiro a narrar os pontos de paragem até Jerusalém, se tornando modelo para o gênero (ALTHOFF; SARTIN, 2014, p. 295).

urbanas da sua cidade. De fato, *Burdigala* foi bastante beneficiada pelo projeto territorial da Tetrarquia, que permitiu à sua elite estruturar os prédios públicos e finalizar a construção da muralha cidadina. Para Drinkwater (1983, p. 222), os conflitos políticos e a crise econômica que abalaram parte das Gálias no século III (inclusive atingindo *Augustodunum*) não alcançou a Aquitânia, sendo justamente nas últimas décadas que as transações comerciais e os recursos financeiros abundaram.<sup>217</sup>

A tradição literária posterior, em parte, contribuiu para conferir notoriedade à figura de Ausônio, já que seus escritos nos dão acesso às listas de oradores e esclarece muitos aspectos locais do ensino da retórica em *Burdigala* (BOOTH, 1978, p. 235). Ao que parece, as escolas dessa cidade, a partir de meados do século IV, obtiveram maior fama do que as escolas de *Augustodunum*, se tornando o novo centro provedor de panegiristas e de homens hábeis a assumir cargos de comando na administração imperial (HAARHOFF, 1958, p. 39).<sup>218</sup> Se o panegírico de Eumênio suporta um estudo consistente a respeito da educação em *Augustodunum*, lançamos mão dos textos de Ausônio para aprofundar questões que os discursos de Nazário, Claudio Mamertino e Pacato Drêpanio, alunos formados nas Escolas de *Burdigala*, pouco revelam sobre a cidade em que tiveram sua formação.

A presença de Ausônio na corte, desde o governo de Constantino até a dinastia valentiniana, permitiu que esse orador se tornasse pouco a pouco um homem de confiança e um conselheiro imperial, assumindo a prefeitura do pretório em 376 (EVELYN, 1919, p. xix). Essa posição de honra e privilégio de Ausônio foi revertida em influência política quando promoveu a inserção de seus parentes e amigos na vida pública, sob o governo de Graciano (SIVAN, 1993, p. 123). Tal procedimento seria indicador de uma nova conjuntura política, em que a íntima conexão de um professor de retórica com a *domus* imperial teria influência sobre a geração de conterrâneos que, não coincidentemente, emergem no cenário da corte ocupando destacados cargos e funções (MATTHEWS, 1990, p. 87).

---

<sup>217</sup> Nesse momento, *Burdigala* se tornou a metrópole (capital) da *Prouincia Aquitanica Secunda*, sob o título administrativo de *Metropolis Ciuitas Burdigalensium* (*Notitia Galliarum*, XIII, 1).

<sup>218</sup> A partir de 370, o imperador solicitava aos prefeitos do pretório um relatório do controle daqueles alunos formados nas grandes escolas de retórica do Império que haviam retornado às províncias de origem (*C. Th.* XIV, 9, 1). A corte se valia desse relatório para a nomeação de altos funcionários imperiais (HAARHOFF, 1958, p. 107).

As obras de Ausônio, por sua vez, são fundamentais para comprovar esse processo. No conjunto de poemas intitulado *Parentalia*,<sup>219</sup> finalizado em 385, o orador detalha sua genealogia recente e o contexto cultural em que estava inserido, gabando-se de ser descendente de uma família douta e comprometida com os assuntos públicos. A continuação desta obra é intitulada *Commemoratio professorum Burdigalensium*, escrita também na forma de poemas e que abrange, para além dos comentários sobre a família de Ausônio, informações sobre os grandes oradores que lecionaram em *Burdigala*. Com efeito, foram listados nas escolas burdigalenses professores da disciplina retórica (*Com. Prof. Burd.*, VI); mestres de gramática grega (*Com. Prof. Burd.*, VIII) e latina (*Com. Prof. Burd.*, X); e especialistas em ambas (*Com. Prof. Burd.*, XXI). Kaster (1988, p. 104-5) explica que o ensino da gramática nem sempre estava tão vinculado à prática retórica: havia em *Burdigala* relações de poder que limitavam os professores de gramática à atuação na própria região, enquanto que os oradores alcançavam notoriedade em Roma e Constantinopla. Ausônio, ao listá-los, chama a atenção para essa diferenciação. Sobre *Burdigala*, ainda, o autor escreveu um poema, intitulado *Ordo Urbium Nobilium*, que nos auxilia a compreender a imagem que esse professor de retórica tem de sua cidade.

Na *Parentalia*, Ausônio utiliza um tom nostálgico já no prefácio, além do *topos* da *recusatio*, para introduzir o tema da obra:

Este pequeno volume não é alegre no que diz respeito ao seu tema, nem possui um título atraente. Ele é eivado do triste afeto com que rememoro a perda dos meus entes queridos [...] A vida não tem, de fato, nenhuma saída para o homem senão trazer à mente a reverência que devemos àqueles que perdemos (*Parent.*, *praefatio. in prosa*).<sup>220</sup>

O orador, ao escrever um conjunto de poemas aos seus parentes, estava já idoso e deixara para trás um currículo impressionante em préstimos à *domus* imperial. Mas não devemos nos deixar levar apenas pelo tom melancólico desse *exordio*. Relembrar seus parentes falecidos, cujas carreiras mereceram registros poéticos, significava eternizar uma identidade familiar. Depois de ascender às mais altas dignidades do Estado romano do IV século, Ausônio parece querer recolher-se à sua terra natal e passar o tempo escrevendo sobre o que viveu (FRYE, 2003, p.

<sup>219</sup> A versão dos textos de Ausônio utilizados neste capítulo são suas obras completas, Volume I (1919) e II (1921), publicadas pela *Loeb Classical Library Collection*, em versão bilíngue (latim e inglês). A tradução para o português é do autor da tese.

<sup>220</sup> *hoc opusculum nec materia amoenum est nec appellatione iucundum. habet maestam religionem, qua carorum meorum obitus tristi adfectione commemoro [...] nec quidquam sanctius habet reuerentia superstitum, quam ut amissos uenerabiliter recordetur.*

189).<sup>221</sup> Ao invés de narrar os feitos imperiais ou congratular-se pelo tempo que dedicou às atividades do palácio, no entanto, o orador fala do seu povo, da sua cultura, valorizando aquilo que é próprio da sua formação em *Burdigala* e, por consequência, personificando e enaltecendo a grandeza dos gauleses e sua superioridade oratória (PICHON, 1906, p. 303).

Dada essa compreensão, entre os oradores de *Burdigala* já falecidos que são lembrados por Ausônio, na *Commemoratio professorum Burdigalensis*, não se pode deixar de mencionar seu tio, Emílio Magno Arbóreo, que já havia sido citado na *Paternalia*. Arbóreo é representado como aquele que foi um segundo pai para Ausônio, presente em sua infância, juventude e na maturidade, ensinando-lhe a arte que aprenderia a amar (*Parent.*, III, 7-10).<sup>222</sup> Mas é na *Commemoratio* que Arbóreo é lembrado em suas raízes nativas, por meio dos laços de parentesco, que divide com o autor dos poemas (SIVAN, 1993, p. 58). Nessa obra, ficamos sabendo da origem do pai de Arbóreo, éduo, e sobre a tribo de sua mãe: um dos povos que habitavam nas encostas das *Aquae Tarbellae* (*Com. Prof. Burd.*, 16, 10). Ambos são mencionados como parte da mais alta estirpe dos seus clãs (*ambo genus procerum*). Mas foi em Toulouse, no entanto, que Arbóreo ganhou fama de orador e foi provavelmente lá que Ausônio nasceu (*Com. Prof. Burd.*, 16, 14).

As questões nativas são novamente mencionadas quando Ausônio fala de seu avô, Cecílio Argício Arbóreo. Segundo é descrito na *Paternalia*, Ausônio se lembra com admiração das práticas ancestrais de seu avô: “Tu conhecias os números celestes e os astros árbitros do nosso destino: mas tu praticavas em segredo. Tu não ignoravas o futuro da minha vida, pois a vislumbravas nas tabuinhas ocultas, sem revelá-las a ninguém” (*Parent.*, 4, 17-21).<sup>223</sup> Para Olivieri (2008, p. 252), os rituais descritos nessa passagem correspondem a experiências comuns em famílias drúidas. Além disso, conforme explicitamos anteriormente, se tornou uma tradição nas Gálias que os drúidas assumissem as funções do ensino, mesmo nas cidades romanas, o que é reforçado no discurso de Ausônio quando remonta ao comprometimento de sua família com as artes liberais. A passagem ressalta, também, a profecia que Argício conhecia a respeito da carreira do neto no Império. Quanto a isso, Ausônio parece devotar ao avô – e por consequência à religiosidade nativa – o sucesso que obteve na sua ascensão pública.

<sup>221</sup> *Burdigala* seria considerada sua terra natal, conforme recita no verso 8 do poema *Ordo Urbium Nobilium: Burdigala est natale solum*.

<sup>222</sup> *Tu irater genetricis et unanimis genitori, et mihi qui fueris, quod pater et genetrix, qui me lactantem, puerum iuuenemque uirumque artibus ornasti.*

<sup>223</sup> *Tu caeli numeros et conscia sidera fati callebas studium dissimulanter agens non ignota tibi nostrae quoque formula uitae, signatis quam tu condideras tabulis, prodita non umquam.*

E agora que tu se junta à assembleia das almas que antes se foram, certamente tens conhecimento da fortuna de seu neto: sentes que um questor, um prefeito do pretório, e também um cônsul, que agora sou, é quem pode rememorá-lo, prestando uma homenagem em sua honra<sup>224</sup> (*Parent.*, 4, 29-32).

É consenso que professores drúidas permaneceram atuantes nas cidades gaulesas, e até mesmo forem parte das elites cidadinas, detentores dos cargos de chefia na cidade (OLIVIERI, 2008, p. 259). Esse processo de inserção na ordem vigente, que incluía o domínio da língua e da cultura literária latina, era uma forma de manter a autoridade e, ao mesmo tempo, reformular a identidade nativa (HINGLEY, 2005, p. 69). O exemplo de Ausônio se destaca neste caso porque suas funções transcenderam as funções de ensino e o poder local, assumindo o orador, sob o governo de Graciano, parte do controle do Estado ao se tornar prefeito do pretório (PICHON, 1906, p. 305). A força das tradições culturais/religiosas de uma elite local pode se traduzir, então, na passagem acima, por meio do reconhecimento final de Ausônio, que, expresso por meio de poemas que pretendiam imortalizar os feitos dos entes queridos, exalta a memória, que ainda estava viva, dos antigos detentores do poder nas Gálias. Ao mesmo tempo, fortalece a imagem de um sistema de ensino, de um *modus operandi* que, ritualizando o que é dito, qualifica e fixa os papéis dos sujeitos na sociedade (FOUCAULT, 2011, p. 44).<sup>225</sup>

A questão dos drúidas é declarada na *Commemoratio* quando é apresentado outro professor de retórica: Átio Patera. Ausônio lamenta por não ter sido seu aluno, uma vez que era ainda muito jovem, enquanto aquele já se encontrava em idade avançada. Era um orador de renome, que ensinava notáveis professores de retórica da época de Ausônio (*Com. Prof. Burd.*, IV, 1-6). A imagem de Átio foi construída, no poema, por meio de uma série de qualitativos que ressaltavam seu talento: possuía boa memória e facilidade de aprender coisas novas; expressava-se claramente e com agradável sonoridade; era sagaz no discurso, mas sempre modesto e gracioso; mesmo idoso, ainda discursava tanto quanto voa uma águia (*Com. Prof. Burd.*, IV). Um comentário de seis versos, porém, parece quebrar a fluência do elogio ao colocar em dúvida a origem do personagem narrado: “Natural de uma família de drúidas, dos Baiocassos, se podemos acreditar no seu verdadeiro nome, este o tirara de uma origem sagrada

<sup>224</sup> *Et modo conciliis animarum mixte priorum fata tui certe nota nepotis habes; sentis, quod quaestor, quod te praefectus et idem consul honorifico munere commemoro.*

<sup>225</sup> A ascensão da *Gens Ausoniana* e a proclamação dos aspectos locais nas obras de Ausônio foram beneficiadas pela legislação de Juliano, sobretudo o decreto de 362, que dizia ser melhor os professores do Império destacarem-se pela diligência de seus costumes do que por sua oratória (*C. Th.* XIII, 3, 5).

do templo de Beleno: ‘você é Patera’; assim são nomeados os seguidores de Apolo” (*Com. Prof. Burd.*, IV, 7-12).<sup>226</sup>

Acreditamos que a figura de Átio seja, entre todos os oradores descritos pelos poemas, o que melhor representa o orador ideal.<sup>227</sup> Dito isso, a passagem que poderia ser interpretada como uma pausa no elogio, na verdade, compreende um reforço a essa imagem idealizada. *Belenos*, divindade celta proveniente da Nórica, é associado a Apolo, que, como vimos, tem relação direta com o conhecimento das artes (DELAMARRE, 2003, p. 71). Por descrição epigráfica é possível averiguar que, em *Burdigala*, os seguidores de Beleno ocupavam cadeiras nas escolas de retórica, confirmando o relato de Ausônio (OLIVIERI, 2008, p. 253).<sup>228</sup>

No que se refere aos ramos da cultura escrita que interagiam nas Três Gálias, Greg Woolf propõe o fim da hierarquização evolutiva das línguas para melhor interpretação das relações de poder. Segundo este autor (WOOLF, 1998, p. 116-8), os estudos linguísticos sobre a região da Aquitânia, entre outras, foi genericamente moldado pela lógica da romanização, estabelecendo etapas que fixavam um primeiro estágio galo-grego, difundido nas cidades do sudoeste; deste, progressivamente os grupos nativos evoluíam para um período intermediário, no qual as elites se comunicavam com os romanos por meio do galo-latim, até que esse processo chegava ao fim com o latim tornando-se usual no século III. Recentemente, novas tendências têm assinalado a complexidade dos sistemas linguísticos, sendo apresentadas propostas que põem fim a esse reducionismo cultural, ou seja, é parte do esforço do pesquisador atual compreender que as práticas da sociedade operam por diversos modos de descontinuidades, paralelismos e adaptações.

O estudo da onomástica também tem avançado em relação aos parâmetros tradicionais ao identificar as raízes dos nomes próprios.<sup>229</sup> Em relação à Aquitânia, perdurou a identificação das raízes gregas em nomes latinos e até mesmo nas referências aos nomes locais, reafirmando o *status* hegemônico de uma cultura helenística (HAARHOFF, 1958, p. 9). Altay Coşkun e Jürgen Zeidler (2005) buscaram justamente a raiz do nome de Átio Patera para exemplificar a

---

<sup>226</sup> *Tu Baiocassi stirpe Druidarum satus, si fama non fallit fidem, Beleni sacratum ducis e templo genus, et hide uobis nomina tibi Paterae: sic ministros nuncupant Apollinares mystici.*

<sup>227</sup> Para maiores informações sobre a carreira e influência de Átio Patera na Aquitânia, consultar *Sacerdoti di Belenus nella Galia del IV Secolo? La testimonianza di Ausonio* (2008, p. 332-4), de Chiara Tommazi Moreschini.

<sup>228</sup> Trataremos das questões que envolvem a *interpretatio* de Apolo, novamente, no quarto capítulo.

<sup>229</sup> A onomástica é o estudo dos nomes próprios de todos os gêneros, das suas origens e dos processos de denominação no âmbito de uma ou mais línguas ou dialetos.

interação das origens dos nomes e suas interpretações, mostrando que há diferentes expressões culturais nesse processo.

Na passagem sobre Átio, Ausônio apresenta a versão latina do nome *Patera*, que poderia ser traduzido por “vaso usado para sacrifício” (OLD, 1968, p. 1308). O orador aproxima o nome da personagem do culto que professava, afirmando que era um iniciado do culto a Apolo [*Apollinares mystici*] (DELAMARRE, 2003, p. 123). A partícula *myst* (ou o sufixo *mystes*) no dialeto aquitânico, no entanto, refere-se à ideia de ser iniciado, ter contato com um culto ancestral (COŞKUN; ZEIDLER, 2005, p. 4). Na narrativa, ao apresentar Átio como seguidor de um deus romano e ligar o nome dele a um objeto de adoração, a *patera*, Ausônio valoriza a língua latina – mostrando sua erudição dentro dos parâmetros da *paideia*. De outro modo, ao descrever que o nome *Patera* foi dado num templo de Beleno – divindade solar local – e inserir uma partícula da linguagem local (*myst*) para expressar a devoção divina, fica claro o comprometimento direto do autor com sua cultura ancestral (MORESCHINI, 2008, p. 3410).

Para além de figuras como Átio Patera e seus familiares, Ausônio trata de outros oradores pouco conhecidos, ou mesmo de alguns que só conhecemos por intermédio de suas obras. Entre aqueles formados pelas escolas de *Burdigala*, dois dos panegiristas latinos são mencionados de modo bastante esparsos nas obras de Ausônio. Nazário não consta na lista dos oradores homenageados na *Commemoratio*. É citado apenas no poema protagonizado por Ático Agrício, quando se afirma que este ocupou a cátedra da “nova Atenas” (*Burdigala*), onde antes lecionaram Nazário e Átio Patera, formando muitos alunos (*Com. Prof. Burd.*, 14, 8-10).<sup>230</sup> Por esta passagem podemos conjecturar que realmente Nazário foi professor de retórica da cidade. O ano de 321, no qual se deu a apresentação do panegírico para Constantino e seus filhos Crispo e Constantino II, parece ter sido o ápice de sua carreira como orador, haja vista que não há informações posteriores a esse episódio, nem qualquer referência à sua inserção nos cargos administrativos (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 24).

Pacato Drepânio, por outro lado, é alvo das atenções de Ausônio. Fora aluno deste e, por estar ainda em plena atividade durante a década de 380, não teve espaço na *Commemoratio*. Já na década de 390, Ausônio solicitou a Pacato que lesse e ponderasse sobre sua obra, *Technopaegnon*, o que descobrimos pelo título: *praefatio Ausonius Pacato Proconsuli*. O pedido de uma opinião sincera sobre a qualidade de seus versos se segue com a obra *Ludus*

---

<sup>230</sup> *Gloria Athenaei cognita sede loci: Nazario et claro quondam delata Paterae egregie multos excoluit iuuenes.*



*septem sapientum*. Ambas são escritas durante o proconsulado de Pacato, conforme os títulos revelam (NIXON; RODGERS, 1994, p. 438). A relação entre eles, nessa época, parece ser de admiração mútua, o que fica patente pela forma com que Ausônio demonstra ansiedade em saber se suas obras agradaram ao criterioso colega (*Lud. Sept. sap.*, I, 4-6).

A ascensão de Pacato ao cargo de procônsul da África, cargo que ocupou em 390, certamente foi por indicação de Ausônio (ainda que já estivesse afastado das atividades políticas), corroborando o que demonstramos sobre as interligações do poder local com a esfera da corte imperial a partir da instituição das prefeituras do pretório (HAARHOFF, 1958, p. 128). A própria escolha do orador para proclamar o panegírico para Teodósio, em 389, não pode ter ocorrido sem que Ausônio tenha sido consultado.

Um tema, por fim, que cabe destacar nos poemas de Ausônio é a relação que cria entre a cidade de *Burdigala* e Roma, apresentada no seu *Ordo Urbium Nobilium*. Grande parte da obra é dedicada a exaltar as belezas naturais do local, bem como propagar a organização dos espaços e a monumentalização da malha urbana. Gabrielle Villais (2009, p. 78-9) alerta para a compreensão metafórica que essa cidade descrita por Ausônio possui, pois serve mais a visualização das relações de poder ali colocadas do que como um guia que permita mapear a *Burdigala* romana real. Nesse sentido, é evocativo o trecho final do poema que, da mesma forma que Eumênio, compara sua cidade com Roma – o paradigma de *Vrbs Aeterna*: “*Burdigala* eu amo / em Roma eu me assento / Em *Burdigala* sou cidadão / em ambas, cônsul / aqui recebi o berço / lá a cadeira curul” (*Ordo Urb. Nob.*, 39-41).<sup>231</sup>

Mesmo apresentada como *mimesis* de Roma, *Burdigala* é rememorada como um espaço de poder. Ausônio faz menção, nos versos anteriores do *Ordo Urbium Nobilium*, à construção das muralhas, das estradas e dos monumentos que foram reparados na cidade. Ele chama a atenção para as conexões que a nova configuração urbana traz para a cidade (SIVAN, 1993, p. 39). Outrossim, criar paralelos com Roma reforça a ligação ancestral das duas cidades, elevando a cultura e o ambiente de *Burdigala*, traçando um elo direto com o esplendor literário da era clássica (FRYE, 2003, p. 195).

A cidade, demonstrada pelos estudos de caso dos oradores de *Augustodunum* e *Burdigala*, tornara-se espaço de poder e de afirmação de uma elite cultural, comportando elementos de uma cultura política que, interligando laços da tradição romana, é renovada pelos discursos em

---

<sup>231</sup> *Diligo Burdigalam, Romam colo/ ciuis in hac sum consul in ambabus: cunae hic, ibi sella curulis.*

suas mais variadas formas, o que revela a riqueza da oratória que visa à manutenção do *status quo* imperial na Antiguidade Tardia (MORESCHINI, 2008, p. 33).

## CAPÍTULO IV

### A CULTURA POLÍTICA E O DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DAS ELITES GAULESAS

#### A “ROMANIZAÇÃO” VISTA SOB A PERSPECTIVA LOCAL

Os avanços militares dos romanos que caracterizaram a formação de um império foram compreendidos por muito tempo por um viés ideológico, consagrado pela tradição escrita desde a Antiguidade e reforçado pelos principais pesquisadores do século XIX e início do século XX.<sup>232</sup> A carga ideológica dos estudos estava em interpretar a expansão romana por um ponto de vista que destacava a “missão civilizadora” e o caráter “imperialista” resultante do contato entre um poder hegemônico e povos conquistados. Tal perspectiva sofreu significativas transformações conceituais, de modo que, nas últimas décadas, a própria ideia de romanização vem sendo questionada.<sup>233</sup>

As novas leituras do processo expansionista romano surgiram a partir do momento em que teorias recentes redefiniram o olhar sobre as relações culturais e as identidades no contexto de globalização em que vivemos hoje (FEATHERSTONE, 1995). O maior diferencial das reflexões deste novo tempo dizem respeito à valorização do âmbito local (VAN ES, 1983, p. 3-4). Assim, as abordagens mais recentes buscam diversificar os olhares sobre o processo de romanização, fugindo da perspectiva que vê em gregos e romanos, uma predisposição à conquista hegemônica (FERRARY, 1994, p. 45).<sup>234</sup>

---

<sup>232</sup> As teorias tradicionais sobre o conceito de romanização foram pregadas, primeiramente, por Theodor Mommsen nos cinco volumes da obra *Römische Geschichte (História de Roma)*, publicados entre 1854-1856; entre outros, seguiu-se a contribuição de Francis Haverfield, em *The Romanization of Roman Britain* (1915); mais tarde, a questão hegemônica foi reforçada por Moses Finley, com seu livro *Ancient Economy* (1973). Para uma visão crítica sobre esse movimento, é pertinente a leitura do artigo *Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c* (1997), de P. W. M. Freeman.

<sup>233</sup> Contribuíram criticamente para esse debate Jerry P. Toner, em *Rethinking Roman History* (2002); Craig B. Champion e autores convidados, na coletânea *Roman Imperialism: Readings and Sources* (2004); Jane Webster, com o artigo *Roman imperialism and the post-imperial age* (1996); e a pesquisa ‘Romanisation’ and *Roman material culture* (1993), realizada por P. W. M. Freeman.

<sup>234</sup> Além dos autores que debateremos neste capítulo, é digno de nota o trabalho de Martin Millett, *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation* (1990, p. 38), embora não estejamos de acordo

Nesse contexto, é significativo o trabalho de Norma Musco Mendes, que entende a expansão romana como um sistema complexo. Para essa autora, o Império Romano foi gerado a partir de uma entidade política centralizada de estrutura concêntrica, pela qual o poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias, que foram surgindo numa dinâmica de exploração, de integração, de interação e de diversidade cultural (MENDES, 2007, p. 30). A proposta da autora aponta para um viés mais multifacetado ao concluir que o sistema de unificação é uma via de mão dupla quando, ao assegurar o seu funcionamento e manutenção através de uma rede de trocas e alianças políticas, as elites locais possuem um papel ativo, articulando seus interesses aos interesses das elites do centro.<sup>235</sup>

Sobre o assunto, Norberto L. Guarinello (2006) propõe uma mudança de foco. Em seus estudos mais recentes, o autor interpreta a História de Roma como parte do contexto que engloba as cidades-Estado do Mediterrâneo, cada qual com múltiplas experiências em contatos culturais. O argumento de Guarinello é que o processo imperialista romano é concretizado de fato “pela disjunção de uma multiplicidade de histórias distintas, de povos diferentes, sendo o somatório disso tudo chamado de unificação” (GUARINELLO, 2006, p. 283). Cada experiência local, então, se sobrepõe às práticas de dominação, oferecendo uma opção ao tradicional conceito de romanização (WALLACE-HADRILL, 2000, p. 291).

Por esse motivo, Guarinello ressalta que não podemos nos deixar levar por uma ilusão, forjada por uma tradição textual e ideológica: “a ilusão da identidade de um poder, o da cidade de Roma, vista como um poder que se expande a partir de um centro, ao longo do lento processo de formação e consolidação do Império Romano” (GUARINELLO, 2006, p. 281). Na verdade, os vínculos e as tradições são muito mais heterogêneos do que um processo simples no qual a cultura de uma cidade (Roma) se dissemina sobre os territórios conquistados.

Acrescentando novas perspectivas a esse paradigma, para além das teses dos autores brasileiros acima citados, estudiosos britânicos têm contribuído para o debate, destacando os aspectos conjunturais da cultura romana, em detrimento de modelos tradicionais – econômico e político-ideológico – que antes vigoravam.<sup>236</sup> Greg Woolf (1998, p. 115) enfatiza o perfil descontínuo

---

com a tese que defende, a saber, da autorromanização das elites locais e da adoção do *modus uiuendi* do conquistador como forma de manter o prestígio frente à centralização de Roma.

<sup>235</sup> As referências teóricas da autora e as aplicações conceituais ao caso imperialista romano são problematizadas na obra *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso* (2002).

<sup>236</sup> Estudos foram desenvolvidos pelo viés literário, destacando a abrangência cultural dos textos clássicos, como *Redeeming the Text: Latin Poetry and the Hermeneutics of Reception* (1993), de Charles Martindale; e *Translating*

das conquistas de Roma, sustentando que o caráter intervencionista ocorreu pouco a pouco, adequando os diferentes contatos culturais a uma nova geografia de centralização. As reflexões de Woolf se destacam no panorama atual por lidar com as interações entre os traços culturais locais e globais. Parece consenso então, dentro desses novos parâmetros de estudo sobre a romanização, que a identidade romana, propagada pelo movimento de unificação, foi modelada no contexto local por meio de ações de adequação dos grupos envolvidos, operando sempre por meio de uma série complexa de dispositivos.

Richard Hingley acrescenta outras questões às relações de poder no Império Romano. Este autor é adepto da vertente que prioriza os aspectos culturais dos grupos nativos em contato com o centro, defendendo a tese de que a flexibilidade da identidade romana é que permitiu a estabilidade histórica do sistema político (HINGLEY, 2005, p. 50). Por outro lado, Hingley vem questionando em que medida a própria mudança de eixo nos estudos sobre a romanização (enfocando os aspectos locais) pode de fato contribuir para uma nova compreensão da Antiguidade. Sua preocupação é que sucumbamos a conceitos unilaterais, conforme alerta: “muitos estudos são baseados na ideia de que o local é a antítese do global, que lhe confere homogeneização e identidade indiferenciada, enquanto o local preserva heterogeneidade e diferença” (HINGLEY, 2006, p. 10).

Hingley se refere ao ranço de pesquisa resultante da bipolarização entre a práxis do arqueólogo e o preciosismo dos adeptos da documentação escrita. Enquanto os estudiosos da cultura material acompanhavam o desenvolvimento das estruturas locais, o processo de dominação era reforçado pelos discursos, generalizando a visão de autores do centro (TORELLI, 1995, p. 141). Hoje temos a clara dimensão de que ambas as identidades, global e local, são complexas, de modo que, muitas vezes, é impossível delimitar claramente a fronteira que demarca o início de uma e o término da outra.

Por muito tempo, tomou-se como referencial a mensagem transmitida pela cultura escrita, o que fez a Arqueologia assumir a posição de “serva da história”, como definiu Storey (1999, p. 206).<sup>237</sup> Foi por meio do esforço de renovar a própria abordagem arqueológica que os pesquisadores passaram a visualizar novos propósitos para esta área de conhecimento. Para

---

*Words, Translating Cultures* (2000), de Lorna Hardwick. A relação entre o classicismo e a pós-modernidade foi alvo da atenção de Paul Cartledge, em *Classics: from discipline in crisis to (multi-)cultural capital* (1997).

<sup>237</sup> Beard e Henderson (1995, p. 44), ao tratarem dessa perspectiva tradicional, explicam que a arqueologia servia como prova visual para a narrativa dos textos clássicos. Um balanço sobre as mudanças do fazer arqueológico até a década de 1990 foi realizado por S. L. Dyson, no artigo *From new to new age archaeology: archaeological theory and classical archaeology – a 1990s perspective* (1993).

tanto, foi fundamental o esforço de reflexão como de Matthew Johnson, em *Archaeological Theory: An Introduction* (1999), e a colaboração de autores de diversos países em conjunto, a exemplo da coletânea *Historical Archaeology: Back from the Edge* (1999), organizada por Pedro P. Funari, Martin Hall e Siân Jones. Também passou a ser pensada a forma como podem se conectar o texto e o artefato de modo mais rico, como propõe John Moreland, em *Archaeology and Text* (2001).<sup>238</sup>

Experimentamos agora um paradigma em que a interdisciplinaridade e a diversidade cultural contribuem para maior conhecimento das relações de poder existentes no Império Romano.<sup>239</sup> Para Hingley, o conceito de romanização é ineficiente para representar o nível de complexidade das relações entre culturas no Império Romano. Este autor, no entanto, alerta para o risco de permitirmos que as novas tendências, próprias da pós-modernidade, apeguem-se tanto aos pormenores locais que qualquer tentativa de conceituação em larga escala pareça rasa e superficial. Não se pode negar, porém, que uma unificação de caráter conjuntural ocorreu, embora esta ainda careça de um conceito que possa explicá-la (HINGLEY, 2010, p. 42).<sup>240</sup>

Visando a abrir novos caminhos que se afastem das nomenclaturas tradicionais, contamos com a publicação de *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire* (2011), um esforço complexo de David J. Mattingly para atualizar os termos e conceitos utilizados com frequência e que caracterizavam o Imperialismo Romano. Priorizando estudos de caso, o autor explora temas da história provincial do Império, como as paisagens e os recursos, as relações sexuais, os valores da família, a arte, dentre outros, criando possibilidades de leitura sobre as particularidades das relações entre grupos centrais e locais, sem perder de vista reflexões mais amplas que caracterizam essas experiências. Mattingly traz uma importante contribuição para o estudo dos grupos subalternos, apresentando, em diversos capítulos da obra, análises ricas em

---

<sup>238</sup> Coletâneas como a de E. W. Sauer, intitulada *Archaeology and Ancient History: breaking down and boundaries* (2004), também proporcionaram um novo frescor às possibilidades de interação entre a arqueologia e outros saberes.

<sup>239</sup> A obra de Siân Jones, intitulada *The Archaeology of Ethnicity: constructing identities in the past and present* (1997), contribui de modo bastante abrangente para o tema proposto aqui.

<sup>240</sup> Em tese, Hingley aponta para a relevância da globalização como processo implementador de um novo paradigma conceitual, dizendo: “penso que precisamos de caminhos para a reconstrução de uma teoria coerente para se investigar aspectos do imperialismo romano. Sem isto, nossos estudos locais não têm contexto amplo e estudos locais sozinhos não são adequados. A teoria da globalização talvez tenha cumprido o papel principal fornecendo o contexto para o que acontece numa escala local, desde que os velhos modelos imperiais que residem por trás da romanização não mais parecem funcionar” (HINGLEY, 2006, p. 14).

fontes materiais. Sua proposta teórica, nesse aspecto, também é de abandono do conceito de romanização, já que este apresenta um caráter inerente de bipolarização.<sup>241</sup>

O debate sobre o conceito de romanização vem à tona também nas pesquisas da arqueóloga Louise Revell, autora de *Roman imperialism and local identities* (2009), ao afirmar que o Imperialismo Romano não foi um processo linear e progressivo, motivo pelo qual devemos nos ater no ritmo e na periodização decorrente das relações entre as partes. Ao observar as transformações a partir da perspectiva local, poderemos descobrir conexões e rupturas não só de natureza espacial, mas também perceber novas temporalidades, com base no impacto e nas transformações regionais, que por vezes rompem com a divisão convencional dos períodos romanos, marcos tradicionais no estudo da Antiguidade (REVELL, 2009, p. 23-4). Assim, marcos como a “era de Augusto” e a “crise do século III”, por exemplo, só se sustentam se forem identificadas transformações estruturais no recorte espacial da pesquisa (seja uma província, uma cidade ou uma aldeia).<sup>242</sup>

É com base nessa revisão conceitual que interpretamos a construção da identidade das elites gaulesas nas cidades de *Augustodunum* e *Burdigala* durante o século IV. Como vimos no terceiro capítulo, o estudo dessas elites provinciais permaneceu, por muito tempo, vinculada a uma análise unilateral, que atribuía demasiada importância ao grau de romanização, mapeando os espaços de dominação e os interesses em jogo, pela ótica do imperialismo.<sup>243</sup> Reforçamos aqui: as vertentes que entendem as relações entre o Império e as regiões provinciais por meio de um sistema unilateral revelam-se empobrecedoras. Isolam-se, em geral, elementos que pertencem a um modelo estático de romanização (prédios públicos, culto imperial) em contraposição às práticas nativas (como rituais religiosos, traços guerreiros, mitos e lendas).

---

<sup>241</sup> Mattingly (2011, p. 29) opta pelo uso do termo “experiência discrepante” (adaptada de Edward Said) no sentido de compreender o modo como os grupos indígenas captam todos os impactos e as reações à intervenção romana. Desse modo, o autor destaca que cada grupo tem sua própria história no interior do Império, rejeitando uma ótica bipolar, contida na ideia de romanização, que somente se ampara na documentação escrita e nos artefatos diretamente ligados ao Estado (MATTINGLY, 2011, p. 38-9).

<sup>242</sup> É necessário destacar que os autores citados até aqui priorizam os aspectos culturais dos povos nativos num contexto imediatamente após o contato com os romanos, tratando de uma conjuntura diferente daquela que encontramos na Antiguidade Tardia, em que a elite local já conjuga da cultura política do Império. Nosso esforço, ao longo deste capítulo, é o de pensar as questões culturais próprias do âmbito local levando em consideração os pressupostos aqui debatidos.

<sup>243</sup> Acerca do debate apresentado, é importante esclarecer que as críticas de Woolf, Hingley, Mattingly e Revell são direcionadas à tradição historiográfica que dicotomiza as relações entre uma elite “romanizada” e o centro do Império, já que permanecem à margem desta História os estudos dos grupos populares. Na opinião destes autores, um conhecimento mais amplo das relações de identidade pode ser multiplicado se cada vez mais aflorarem estudos focados em exemplos locais e se – superando um preconceito cristalizado – construirmos hipóteses com base na documentação material, integrando a análise de epigrafia, numismática, artefatos cotidianos e dos espaços arquitetônicos para melhor compreender as relações culturais dos grupos nativos.

Ora, analisamos as transformações que decorreram dos contatos entre romanos e nativos a partir de um enfoque cultural, de modo a priorizar-se uma visão multifacetada do modo como os aspectos exteriores à cultura local foram inseridos naquela comunidade para a manutenção da cultura política. Acreditamos também, que até mesmo o testemunho de César, no *De Bello Gallico*, pode ser revisitado à luz de novos paradigmas, como, por exemplo, ao ser contraposto aos discursos dos panegiristas e à memória que reproduzem dos costumes ancestrais. Ademais, os temas que compõem este capítulo trazem conclusões resultantes do entrecruzamento dos textos e de elementos da monumentalização da cidade, além, é claro, das peças monetárias que circulavam na cidade. O estudo da cultura escrita e da cultural material, das edificações locais e da numismática, confluíram para nossa compreensão dos poderes e saberes propagados pela elite cidadina gaulesa.

#### AS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DOS ÉDUOS

César ingressou das Gálias no início da década de 60 a.C., por conta dos helvécios, cuja trajetória é um dos temas principais do primeiro livro do *De Bello Gallico* (OSGOOD, 2009, p. 331-2). O vergobreto eleito em 61 a.C., um certo Orgetórix, confiante na sua força militar, convenceu o povo helvécio a deixar a terra natal naquele ano e partir em campanha para conquistar toda a Gália (*De Bello Gallico*, I, 2).<sup>244</sup> O passo seguinte de Orgetórix foi estabelecer uma aliança com os sequanos e os éduos (povos amigos dos romanos), inclusive casando sua filha com o líder éduo Dumnórix e prometendo a partilha dos domínios conquistados (LENDON, 2015, p. 15).<sup>245</sup> A aliança passou a obter caráter de conspiração quando Orgetórix e Dumnórix apresentaram suas intenções de governar, restaurando a realeza (JULLIAN, 1920, p. 114).

O golpe de Dumnórix foi descoberto por seu irmão, Diviciaco, chefe druída mais antigo e experiente dos éduos, que logo se aproximou de César, a fim de obter apoio militar dos romanos (OLIVIERI, 2008, p. 106). A situação se resolveria com a condenação de Orgetórix à morte, mas, quando o chefe guerreiro helvécio compareceu em juízo com sua família e sua clientela

---

<sup>244</sup> A influência de Orgetórix, como membro da aristocracia guerreira dos helvécios e a sua função como magistrado, é comprovada por César (*De Bello Gallico*, I, 2-4) e pelas moedas que circulavam na Gália Central durante meados do século I a.C.

<sup>245</sup> Dumnórix foi o maior guerreiro éduo de seu tempo, conhecido por suas estratégias políticas que respeitavam as aristocracias guerreiras e por manter a ordem ao liderar a assembleia de Bibracte em 61 a.C., quando foi vergobreto (OLIVIERI, 2008, p. 53).



(dez mil pessoas, segundo César) para sofrer a penalidade, seus próprios súditos invadiram a sessão e o assassinaram (*De Bello Gallico*, I, 4). Dumnórix se aproveitou da situação e tentou liderar os helvécios, dando seguimento ao seu desejo de reinar e expulsar as tropas romanas, porém a massa de guerreiros revoltados não se deixou conter e passou a aterrorizar os povos centrais das Gálias (*De Bello Gallico*, I, 3-5; MAGUINNESS, 1952, p. 97). É diante desse quadro que César se dispõe a intervir para proteger os territórios conquistados nas Gálias (THEVENOT, 1963, p. 5). O general romano conseguiu manter a integridade dos éduos e também apaziguar os ânimos dos helvécios (HAYWOOD, 2004, p. 63).

Nas suas memórias, contudo, César enfatiza seu apreço para com os éduos, partindo sempre em socorro deles:

Os éduos não puderam defender seu povo e suas propriedades, e enviaram a César um pedido de socorro; lembrando terem sido continuamente leais ao povo romano, e por isso não merecendo sofrer reveses ante a presença do exército romano, a saber, a devastação de suas plantações, a escravização de suas crianças e a invasão de seus *oppida* (*De Bello Gallico*, I, 11).<sup>246</sup>

No *De Bello Gallico*, a *amicitia* é firmada, segundo o autor, quando as desculpas de Diviciaco, em nome do seu povo, são aceitas nos seguintes termos: “César o toma pela mão e, consolando-o, roga que não toque mais no assunto; e assegura que aprecia sua lealdade, e por ela perdoa a injúria perpetrada contra a República e contra o próprio César” (*De Bello Gallico*, I, 20).<sup>247</sup> No fim, os helvécios foram sufocados por César e Dumnórix foi condenado à morte, mesmo a contragosto de seu irmão, Diviciaco, que continuou por mais um tempo em aliança com Roma (JULLIAN, 1920, p. 127).

Mas a intervenção mais contínua de César se dá perante o quadro de ameaça que os éduos sofriam da tribo rival, os sequanos, nos idos do ano 61 a.C., em aliança destes com o rei dos suevos, Ariovisto:

Quando César foi informado sobre a situação dos gauleses [éduos], os confortou com palavras de ânimo, prometendo que assumiria a afronta como se fosse contra ele próprio. E tinha grande esperança que, com suas boas ações e autoridade, Ariovisto findaria com os atos violentos que perpetrava (*De Bello Gallico*, I, 33).<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> *Haedui, cum se suaque ab iis defendere non possent, legatos ad Caesarem mittunt rogatum auxilium: ita se omni tempore de populo romano meritos esse ut paene in conspectu exercitus nostri agri uastari, liberi [eorum] in seruitutem abduci, oppida expugnari non debuerint.*

<sup>247</sup> *Caesar eius dextram prendit; consolatus rogat finem orandi faciat; tanti eius apud se gratiam esse ostendit uti et rei publicae iniuriam et suum dolorem eius uoluntati ac precibus condonet.*

<sup>248</sup> *His rebus cognitis cesar gallorum animos uerbis confirmavit pollicitusque et sibi eam rem curae futuram: magnam se habere spem et beneficio suo et auctoritate adductum Ariouistum finem iniuriis facturum.*

Foi essa ação no conflito entre os povos celtas que permitiu a César, pouco a pouco, assumir um papel fundamental e irreversível de pacificador da Gália Comata, sobretudo ao vencer posteriormente aquele que se tornaria ícone das suas conquistas, o chefe arverno Vercingetórix (DIETLER, 1994, p. 584).

O fato de o único depoimento que possuímos sobre o episódio ser de autoria do próprio conquistador é algo bastante tendencioso. Certamente, relatos gauleses trariam uma versão em que os éduos não seriam tão dependentes diante da intervenção de César. Essa é a opinião de Josiah Osgood (2009, p. 333), para quem os conflitos do centro das Gálias no tempo de César faziam deste mais um dos elementos em jogo: da mesma forma que ele usava os grupos de guerreiros locais para avançar para novos territórios, também os éduos e outros povos usavam o contingente bélico romano para fortalecer suas forças militares.<sup>249</sup>

Podemos analisar essa dupla proporção de interesses, ao tratarmos da visita de Diviciaco a Roma, que ocorreu em 60 a.C., provavelmente. César nos explica que o contexto que levou a tal ação teve início quando os sequanos fizeram uma aliança com os suevos e partiram para o ataque, buscando obter o controle sobre as relações comerciais dos éduos (*De Bello Gallico*, VI, 12). Com a economia em crise por causa dos conflitos anteriores e com seu território ameaçado, o chefe éduo Diviciaco foi até Roma, reclamando auxílio do Senado para reverter a situação desfavorável dos éduos (DEWITT, 1942, p. 401). Ao narrar esse evento, César resume os acontecimentos ocorridos em Roma, informando que o Senado não os socorreu de pronto; e enaltece sua própria participação ao final:

Ao chegar César, a sorte é mudada: os reféns são restituídos, o patronato dos éduos é restabelecido, e novos povos lhes são subordinados. Os que estavam aliados com César seguiam possuindo o comando militar e privilégios; como reflexo disso, os sequanos perderam o controle político (*De Bello Gallico*, VI, 12).<sup>250</sup>

Não nos foi legado, infelizmente, nenhum testemunho gaulês contemporâneo ao *De Bello Gallico* que possa servir de contraponto à narrativa acima. É possível, porém, confrontar a versão de César com as afirmações do orador gaulês anônimo, autor do Panegírico de Constantino, proclamado em 312. Esse autor, ao enaltecer a figura do imperador e felicitá-lo por atender financeiramente às necessidades econômicas de *Augustodunum*, rememora um

<sup>249</sup> É certo, como alerta DeWitt (1942, p. 406), que as relações entre gauleses e romanos não podem ser definidas a partir da retórica desenvolvida por César, já que importantes personagens e episódios tiveram lugar na História Romana antes do nascimento deste general.

<sup>250</sup> *Aduentu Caesaris facta commutatione rerum, obsidibus Aeduis redditis, ueteribus clientelis restitutis, nouis per Caesarem comparatis, quod hi, qui se ad eorum amicitiam adgregauerant, meliore condicione atque aequiore imperio se uti uidebant, reliquis rebus eorum gratia dignitateque amplificata Sequani principatum dimiserant.*

passado longínquo, enfocando justamente as relações entre romanos e éduos no contexto das conquistas romanas nas Gálias (WOOLF, 2004, p. 3). O que chama a atenção é como as informações são manipuladas nesse relato, desafiando o papel ativo que os romanos possuem no relato de César.

Com base no panegirista, os éduos são representados como agentes ativos nos eventos daquela época. Até mesmo a relação amistosa com os romanos pode ser interpretada como uma escolha por parte desse povo:

Há, em todo o universo, um povo que, por amor aos romanos, possa comparar-se aos éduos? Foram eles os primeiros que, com o aval de múltiplos decretos do Senado, tornaram-se irmãos do povo romano, dentre todos os clãs selvagens e bárbaros das Gálias (*Pan. Lat. VII, 2, 4*).<sup>251</sup>

O orador jamais põe em dúvida a lealdade dos éduos para com os romanos, diferentemente da versão de César, que os representa ora favoráveis aos romanos, ora aos povos nativos. O anônimo contrapõe o exemplo de outros povos, que por vezes desmereciam o contato com Roma, ou se favoreciam da influência do Império visando a obter benefícios, para reforçar seu amor incondicional à cidade.

Sagunto foi, em outra época, aliada de Roma, mas tentou mudar de nome, quando junto a toda a Hispania, se abalou com as Guerras Púnicas; Marselha era amiga de Roma: se engrandecia pela proteção que alcançava debaixo da majestade romana. Na Sicília, os mamertinos; na Ásia, os povos de Ilíon, atribuíram a Roma uma origem fabulosa. Somente os éduos não se deixaram aterrorizar pelo medo nem se deixaram seduzir pelas adulações, e com o sincero apreço que vos devotava, vos fizeram crer que eram irmãos do povo romano e mereciam essa denominação. Com este nome, mais que qualquer outro parentesco, são externados o amor recíproco e a equivalente dignidade (*Pan. Lat. VII, 3, 1*).<sup>252</sup>

Nesta passagem, não só a lealdade dos éduos é descrita como algo inquestionável, como o próprio uso da expressão *dignitatis aequalitas* indica uma reciprocidade de relações. A *dignitas* era a virtude do mérito na Roma republicana, representando a honra de ser reconhecido por feitos em prol da *res publica* – embora o termo também fosse usado comumente em referência à idoneidade de um indivíduo (PEREIRA, 2002, p. 351-2). cremos que a escolha dos termos acima funcionou como uma estratégia do panegirista para equiparar a equivalência dos povos romano e éduo, elevando o segundo a uma posição de liderança e prestígio frente aos outros. A

<sup>251</sup> *Quaenam igitur gens toto orde terrarum in amore romani nominis aeduis se postulet anteponi? Qui primi omnium inter illas immanes et barbaras galliae gentes plurimi senatus consultis fratres populi appellati sunt et.*

<sup>252</sup> *Fuit olim Sagyntos foederata, sed cum iam taedio punici belli nouare imperium omnis cuperet Hispania. Fuit amica Massilia, protegi se maiestate romani gratulabatur. Imputauere se origine fabulosa in Sicilia mamertini, in Asia ilienses. Soli aedui non metu territi, non adulatione compulsi, sed ingenua et simplici caritate fratres populi romani crediti sunt appellarique meruerunt. Quo nomine praeter cetera necessitudinum uocabula et communitas amoris apparet et dignitatis aequalitas.*

mesma estratégia parece ter sido utilizada por César em todo o *De Bello Gallico*, já que a narração dos seus próprios feitos militares lhe trouxe fama e glória, mas sobretudo foi um recurso importante para aumentar a *dignitas* do general em Roma, calando àqueles que não acreditavam no seu comando sobre a província (WILLIANS, 1985, p. 219).

O panegírico de 312 diverge da visão do *De Bello Gallico*, por exemplo, no que tange à situação dos éduos frente aos bárbaros. O cenário criado por César para narrar que os éduos estavam encurralados, frente ao ataque da coligação de sequanos e suevos, é desconstruído pelo orador latino do século IV:

Quando os povos vizinhos,<sup>253</sup> ínvios da nova glória que gozávamos por benefício da fraternidade romana, e tomados pelo ódio que os levaria à ruína, clamaram pela ajuda dos germanos, que estavam prestes a tornar-se senhores deles, o chefe dos éduos [Diviciaco] foi até o Senado, informar da situação (*Pan. Lat. VII, 3, 2*).<sup>254</sup>

Vejamos na íntegra como o panegirista propaga um ponto de vista oposto à versão do século I a.C.:

Convidado a sentar, [Diviciaco] recusou a oferta que foi feita e defendeu sua causa, apoiando-se em seu largo escudo. Obteve reforço e foi o primeiro d'além do Ródano a conduzir o exército romano e a César. Até então, a chamada Gália Transalpina não era mais do que o caminho para a Gália. Mas a partir dali os éduos entregaram ao poder romano tudo que havia entre os limites do território, o Reno, o oceano, os Pirineus e os Alpes, oferecendo hospitalidade nos seus acampamentos de inverno, proporcionando abundantes provisões de comida, fabricando armas para a infantaria e auxiliando a cavalaria com tropas (*Pan. Lat. VII, 3, 3*).<sup>255</sup>

O autor, na passagem acima, atribui aos éduos a direção de todas as ações outrora realizadas por César. Nessa narrativa, o povo, tendo em mãos o controle da situação, já demonstrava metas muito claras na condução do conflito. Isso pode ser notado no imediatismo com que Diviciaco informa os acontecimentos, preferindo estar de pé e portando seu “largo escudo,” o que reforça sua predisposição a atuar no combate contra os inimigos.<sup>256</sup> Mais uma vez invertendo a versão do *De Bello Gallico*, é o líder éduo quem é escolhido para comandar os exércitos romanos – e, como era de se esperar, o nome de César não é mencionado novamente no panegírico.

<sup>253</sup> Os tais povos vizinhos mencionados no texto eram os sequanos e os arvernos, que estavam de fato coligados com os suevos.

<sup>254</sup> *Deinde cum finitimae nationes ipsi illi romanae fraternitatis nouae gloriae inuidentes et usque in perniciem sui odiis incitatae germanos sibi auxilios dominos inuocassent, princeps aeduus ad senatum uenit rem docuit.*

<sup>255</sup> *Cumque idem oblato consessu minus sibi uindicasset quam dabatur, scuto innixus perorauit, impetrata ope romanum exercitum Caesaremque cis Rhodanum primus induxit. Semita enim galliae usque ad id temporis Transalpina Gallia nominabatur; sed enim aedui totum istud quod Rheno oceano Pyrenaeis montibus Cottii Alpibus continetur romano imperio tradiderunt, hibernis hospitaliter praebitis, suppeditatis largiter commeatibus, armis fabricandis pedestribus, equitum copiis auxiliantibus.*

<sup>256</sup> O discurso do panegirista optou por minimizar o que Diviciaco tinha a dizer, destacando mais os atos que o levariam a alcançar seus interesses (indicados no adjetivo *impetrata* /concluída), ou seja, liderar as tropas romanas.

Fica implícito no texto que o caminho que levava ao centro das Gálias, de difícil acesso, só poderia ser guiado pelos éduos, assim como as provisões de toda ordem oferecidas para a implementação da guerra foram fundamentais para que os romanos tivessem algum êxito sobre aquela região. Mesmo a conclusão inevitável de que os romanos conquistaram as Gálias é manipulada pelo panegirista, enfatizando que o controle sobre toda a região fora dado aos romanos por consentimento dos éduos. Para reforçar a oficialidade desse ato, o orador alude a uma convocação, que parece remeter às assembleias célticas (mencionadas anteriormente), afirmando que “os éduos uniram todos os povos, celtas e belgas, em uma paz comum, e deram aos romanos tudo o que arrancaram dos bárbaros” (*Pan. Lat. VII, 3, 4*).<sup>257</sup>

Dadas as divergências narrativas em questão, o que devemos depreender dos discursos de César e do orador de 312 são suas construções retóricas que revelam muito sobre a esfera política em jogo em cada contexto (RODRÍGUEZ GERVÁS; PÉREZ SÁNCHEZ, 2003, p. 223). Tanto César, ao se colocar como protagonista de todos os conflitos perpetrados na Gálias, como o panegirista, enfatizando a autonomia local pelas decisões conduzidas pelos éduos, manipulam uma representação de si próprios, definindo o lugar que ocuparão nas relações de poder do Império (LENDON, 2015, p. 23). Não é nosso objetivo descobrir qual versão se aproxima mais dos verdadeiros acontecimentos, mas sim compreender como o uso do passado é eficiente para evocar memórias e reforçar uma identidade. César consagrou-se em Roma devido aos ecos de suas vitórias, e esta imagem foi prolongada à posteridade pelo autorregistro de suas façanhas (ROYMANS; FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2015, p. 70; DRINKWATER, 1989, p. 190). O autor do panegírico de 312, ao rememorar as façanhas ancestrais de seu povo, usou a memória para reforçar os laços de pertença local e a grandeza atemporal de sua cidade.<sup>258</sup>

Se o autor recorre ao passado anterior às conquistas romanas para reforçar a antiguidade da sua cidade, ao fazer isso, absorve elementos da cultura política do século IV, de modo que podemos supor que a cultura local enaltecida pelo panegírico funcionava como laço identitário e como símbolo de pertença a uma ordem construída e mantida pela reprodução da própria comunidade.<sup>259</sup> Assim sendo, não podemos falar de uma elite romana em *Augustodunum*, mas

<sup>257</sup> *Ita in unam pacem sociatis omnibus celtarum belgarumque populis eripuerunt barbaris quidquid iunxere romanis.*

<sup>258</sup> É interessante, nesse aspecto, a passagem da obra em que o orador do século IV, ao informar ao imperador que este deve ouvir os lamentos de seu povo, utiliza a palavra *aeduorum* para se referir aos habitantes de *Augustodunum* daquele presente momento (*Pan. Lat. VII, 5, 3*).

<sup>259</sup> Drinkwater (1989, p. 191) destaca que as complexas relações de dependência e de um modelo de patronato já existiam entre os povos celtas envolvidos no contexto da aproximação de César das Gálias, de modo que sempre se preservou e se buscou tornar perene o ideal de supremacia local dos grupos guerreiros daquela região central.

de uma elite hereditária local, que mantinha a base de seu poder por meio de especialistas que controlavam o campo cada vez mais complexo da informação e do conhecimento (HINGLEY, 2005, p. 57).<sup>260</sup> Esse campo do conhecimento, por sua vez, advém de cânones e modelos difundidos pela *paideia*, o que conecta a elite local com o Estado romano por intermédio de uma língua e de formas do discurso cerimonial (RODRÍGUEZ GERVÁS; PÉREZ SÁNCHEZ, 2003, p. 225).

As conexões que visam a valorizar o caráter tradicional de um povo provincial podem se realizar, no nível retórico, pelo eficiente recurso de evocar ao poderio do passado, como vimos acima, ou por meio do elogio à cidade, como veremos a seguir.

#### O PODER EM CONSTRUÇÃO: A RETÓRICA DOS PANEGIRISTAS SOBRE OS MONUMENTOS GAULESES

Fustel de Coulanges, em *A Cidade Antiga*, já destacava a tênue relação existente entre a monarquia, a esfera do sagrado e o espaço local. Para o autor, desde os primórdios a realeza se estabeleceu na cidade, de modo que a centralização da soberania nasceu de uma necessidade manifesta aos olhos de todos, preservando-se pacífica, honrada, obedecida, durante longos séculos: “os reis não precisavam da força material; não tinham nem exércitos nem finanças; porém, sustentada por crenças que tinham poder sobre o espírito, sua autoridade era sagrada e inviolável” (COULANGES, 2009, p. 195).

Ainda que não possamos imaginar a monarquia romana – sobretudo na tardoantiguidade – independente de seu poderio militar e burocrático, é fácil visualizar o modo como se manifestaram na cidade alusões ao poderio do Estado. Tal reflexão nos permite avançar para a forma como a política se expressava em termos sagrados, algo que era caro aos romanos (e às suas possessões), mediante a conservação do culto público e a manutenção das festividades rituais no calendário das cidades. Desse modo, compreendemos, tal como propõe Georges Balandier (1981, p. 7), que “o poder só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”. Adicionaríamos à afirmação acima a influência exercida pelas edificações monumentais da

---

<sup>260</sup> No panegírico de 312, o autor jamais usa o termo *Galli*, cunhado pelos romanos, para se referir ao povo da cidade de *Augustodunum*, antes denomina a população de éduos, frequentemente (*Pan. Lat. VII, 5, 3*).

cidade, mencionadas pelos oradores para representar o poder supremo, da divindade e do governante, ao mesmo tempo. Tais argumentos, acrescidos dos testemunhos arqueológicos, nos permitem obter conclusões acerca da natureza das relações sociopolíticas vigentes nas Gálias do século IV. Esse procedimento parece útil na medida em que permite visualizarmos o sentimento de pertença ao ambiente urbano, um elo social estabelecido por rituais e monumentos que congregam a população sob a égide do poder imperial (MUMFORD, 2008, p. 7).

O que propomos é que o espaço citadino, ocupado e bem disposto a suportar um cerimonial público, foi utilizado pela elite local gaulesa como forma de congregar os diversos níveis da cultura política do *Dominato*, já que, como propõe Marc Augé (1994, p. 168), a valorização de determinados espaços “delimita a posição dos grupos sociais no sistema de valores, na hierarquia social e nas relações de poder”. Desse modo, o espaço ocupado pelo panegirista e o *status* de porta-voz das elites gaulesas permitiam ao autor, para além do reforço dos laços entre a região e o imperador, também forjar representações e evocar a tradição a partir de referências às construções arquitetônicas da cidade.

Não que isso seja original na Literatura Latina. Horácio enfatiza o poder do elogio ao encerrar seu famoso *Carmen* 3, 30, dizendo ser esta obra mais duradoura que os monumentos: “Erigi monumento mais perene que bronze [...]”.<sup>261</sup> Vitruvius, por sua vez, ao dedicar o *De Architectura* a Augusto, no *exordio*, expressa a importância que os edifícios públicos têm como símbolo do poder imperial:

[...] Em verdade, percebi que tu te importas não só com o bem coletivo e os assuntos da constituição pública, mas também com a provisão adequada dos edifícios públicos; de modo que não só a cidade se torna maior através da anexação de novas províncias, mas a majestade do Império, por meio dos edifícios públicos, adquire extremada autoridade (*De Architectura*, I, 2).<sup>262</sup>

O autor não pôde deixar de prestar o devido elogio ao imperador pela produção de sua obra, que ele mesmo considerava como um tratado completo sobre o sistema da arquitetura (*De Architectura*, I, 3). A dimensão magnânima e a temática do *De Architectura* exigia que, pelas regras de composição literária e por figurar como maior autoridade no nascente Principado, a

<sup>261</sup> *Exegi monumentum aere perennius [...]*.

<sup>262</sup> *Cum uero adtenderem te non solum de uita communi omnium curam publicaeque rei constitutionem habere sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum, ut ciuitas per te non solum prouinciis esset aucta, uerum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates.*

quem cabia o papel de ordenar obras públicas e reparos monumentais na paisagem romana, Augusto fosse o primeiro a ser lembrado no *exordio*.<sup>263</sup>

É nesse sentido que podemos ressaltar a relação que o gênero literário epidítico teve com os monumentos, principalmente a partir do Principado. Roche (2011, p. 47) considera natural que, como vimos na poesia horaciana, “a arquitetura tenha sido uma metáfora presente na produção literária desde longa data; foi naturalmente então que, de modos de comemoração paralelos, os monumentos e os panegíricos foram permanentemente se tornando complementares”.

Sobre esse tema, Pernot (1993, p. 192) acrescenta que descrever a beleza dos elementos naturais da paisagem ou dar vida aos elementos construídos da cidade, no discurso de louvor, adquiria um efeito especial quando o orador se voltava para os monumentos, já que, nesse caso, passava-se a homenagear também o patrocinador de tais obras. No século IV, o *basileus* deveria ser o perpétuo beneficiado por essa honra, mas, como veremos, os panegiristas estavam munidos de recursos para elogiar também o conteúdo nativo presentes nos monumentos das cidades gaulesas. Verificamos essa questão por meio da análise de duas edificações: as muralhas, presentes nas cidades de *Augustodunum*, *Augusta Treuerorum* e *Burdigala*; e os templos de Apolo, localizados em *Augustodunum* e *Augusta Treuerorum*.

O trato com o texto de Eumênio nos fez notar, pela primeira vez, a questão metafórica que ligava os monumentos ao poder político das elites (além, claro, à tradição mítica). Como discutimos no capítulo anterior, Minerva e Apolo, a partir de seus templos, voltavam sua atenção para a sede das Escolas Menianas, legitimando o caráter sagrado do prédio de ensino e a proteção divina que os guardava. O orador sintetiza essa ideia mencionando o abraço que as divindades vizinhas oferecem:

[...] primeiro fundador das escolas menianas, ao escolher este lugar para construí-las, quis que elas recebessem o abraço familiar das divindades vizinhas, já que o augusto santuário das letras estava, por um lado, debaixo da vigilância de Minerva, fundadora de Atenas e, pelo outro lado, debaixo dos olhos de Apolo, rodeado pelas Carides<sup>264</sup> (*Pan. Lat. IV, 9, 4*).

<sup>263</sup> Ausônio, no século IV, apresenta o mesmo recurso laudatório no primeiro parágrafo do seu *Gratiarum actio ad Gratianum imperatorem pro consulatu*, descrevendo que no fórum, nas basílicas, nas vias públicas e na cúria de *Burdigala* os súditos podiam sentir a presença da majestade imperial e prestar-lhe culto.

<sup>264</sup> [...] *Ne fana longe omnium in hac urbe pulcherrima labes media deformat, praesertim cum mihi uideantur ipse ille qui maeniana haec primus exstruxit idcirco ea illic potissimum conlocasse, ut ueluti cognato uicinorum sibi numinum tenerentur amplexu, cum angustissima tecta litteris dedicata inde Athenarum conditrix Minerua conspiceret, hinc Apollo medius Camenarum.*



Nesse episódio, o abraço metafóricamente ganha um potencial legitimador quando os deuses se posicionam ao lado das escolas menianas a fim de preservar em segurança aquilo que existia de mais importante na cidade, capaz de reordenar o *cosmos*, prefigurando a cultura e o conhecimento do seu povo (LA BUA, 2010, p. 311).

O mesmo recurso metafórico do abraço (*amplexus*) é apresentado no panegírico de 312. Neste caso, é representativo o fato de ser a cidade quem recebe o imperador e, personificada, exerce uma ação sobre ele, estendendo-se para abraçá-lo:

Que dia iluminado para nós aquele em que destes o primeiro presente da nossa salvação: adentraste as postas desta cidade que, com sua forma semicircular e suas torres erigidas a cada lado, pareciam de alguma maneira estender os braços para acolher-te com um abraço<sup>265</sup> (*Pan. Lat. VII, 7, 6*).

Em termos arquitetônicos, o panegirista está se referindo às muralhas da cidade e, mais especificamente, aos portões que se abrem para que o imperador seja festivamente recebido. Em termos retóricos, o orador lança mão daquilo que Pernot (1993, p. 400) intitula de prosopopeia epidítica para ampliar o apelo às emoções do público, dando movimento a uma obra monumental a fim de elevar o elogio a dimensões grandiosas.<sup>266</sup>

Na primeira vez que os muros da cidade são mencionados no panegírico, estes estão vinculados à questão do censo que foi imposto às Gálias: “[...] a cidade esteve prostrada não tanto por causa do colapso dos seus muros ou pelo esgotamento de suas forças, mas principalmente devido ao pesado e duro censo que foi aplicado sobre nós” (*Pan. Lat. VII, 5, 4*).<sup>267</sup> O orador se refere ao período de ataques e invasões sofridos pela cidade na fase final do século III – que resultou em destruição dos prédios públicos e até mesmo na desolação dos campos – e à resposta imperial, que veio na forma de taxações, frequentes durante toda a primeira década do século IV (*Pan Lat. VII, 5-7*; JONES, 1986, p. 61-7).<sup>268</sup>

<sup>265</sup> *Quisnam ille tum nobis inluxit dies, cum tu, quod primum nobis signum salutis fuit, portas istius urbis intrasti! Quae te habitu illo in sinum reducto et procurrentibus utrimque turribus amplexu quodam uidebantur accipere.*

<sup>266</sup> Os antigos oradores aprendiam a distinguir três formas de utilização da prosopopeia no encômio: quando se discorria sobre alguém que está ausente [*êthopoiia*], quando se rememorava ações de um indivíduo morto [*eidôlopoiiaa*], ou quando se dava vida a um objeto inanimado ou abstrato, produzindo uma personificação [*prosôpopoiia*] (PERNOT, 1993, p. 399). Quintiliano (*Inst. Orat.*, IX, 2, 29) considera o uso das personificações ficcionais (*fictiones personarum*) um passo audacioso, que poderia diminuir a credibilidade do discurso. O panegirista gaulês faz uso justamente da personificação (*eidôlopoiiaa*) ao se referir aos portões de *Augustodunum*.  
<sup>267</sup> [...] *iacebat illa ciuitas non tam moenium ruinis quam uirium defectione prostrata, ex quo aem noui census exanimarat enormitas.*

<sup>268</sup> Diocleciano, no processo macro de restabelecer a base econômica do Império, acaba por sobrecarregar certas regiões, e a área central das Gálias é acometida por pesadas taxas (BARNES, 1982, p. 227-8). O quadro se tornou mais instável na região por causa da política conflituosa que dividiu o governo no período que vai de 306 a 307, com o domínio de Maxêncio sobre as Gálias e os conflitos com Constantino (NIXON, 1980, p. 157).

Constantino, é fato, também precisou arrecadar fundos para as obras municipais, sendo em parte responsável pelo aumento dos impostos, o que resvalou na insatisfação da população de *Augustodunum* (NIXON, 1980, p. 166). Já na narração do panegirista, a responsabilidade desse imperador é suprimida, descrevendo-o como aquele que “[...] tem reduzido os impostos e perdoado os atrasos das dívidas” (*Pan Lat. VII, 10, 5*).<sup>269</sup> Para o orador, é da clemência de Constantino que deriva o mérito da reconstrução da cidade (*Pan Lat. VII, 5, 6*). A metáfora do abraço celebra esse pacto, intensificando a mensagem de dependência dos súditos de *Augustodunum* às decisões imperiais. O desfecho desse processo de estreitamento dos laços políticos ocorre com a visita do imperador à cidade e a cerimônia de comemoração das suas quinquenárias, em 312 (*Pan. Lat. VII, 13, 2*).

A análise da cultura material nos leva a outra percepção sobre o jogo de poder envolvido na metáfora dos muros urbanos. Penélope Goodman (2007, p. 206) argumenta que, na Antiguidade Tardia, *Augustodunum* passou por um processo de retração da sua muralha, que acolhia apenas o complexo urbano funcional.<sup>270</sup> Esse foi um procedimento comum no território das Gálias, uma vez que o financiamento das muralhas citadinas, que era realizado pelo governo durante o Principado, passou a ser uma obra mantida pelos recursos locais (VON PETRIKOVITS, 1971, 188).<sup>271</sup>

Assim, se a metáfora do abraço parece harmoniosa com as intenções manifestas no *aduentus*, já que alude à *concordia* entre as partes do sistema, por outro lado, o chamado evergetismo privado tornou-se um recurso simbólico que, por consequência, permitia à própria elite local gabar-se da sua riqueza. Na prática, era uma necessidade de manter firme a segurança dos espaços mais valiosos da cidade.

Von Petrikovits (1971, p. 182) afirma que a abundância de peças monetárias que traziam a imagem das muralhas no período que vai da Tetrarquia até a última década do século IV, com ênfase no período constantiniano (307-333), é um forte indício de como a administração central e local precisavam reforçar a imagem de segurança e unidade do Império. As moedas, como parte integrante do cerimonial, tinham um papel político e propagador importante ao serem

<sup>269</sup> [...] *releuaturus censum definisti numerum, reliqua debita remissurus quantum deberemus interrogasti*.

<sup>270</sup> Sobre os diversos modelos de fortificações do Império Romano e suas transformações regionais e temporais, consultar: *Les Fortifications militaires* (2006), de M. Reddé e R. Brulet. Para o espaço das Gálias, é indicado *Late Roman Town Walls in Gaul* (1959), de R. M. Butler.

<sup>271</sup> No norte das Gálias, o governo central precisava financiar o reparo e a fortificação das fronteiras, motivo pelo qual os gastos com as propriedades privadas dos senadores e com os muros da cidade passou a ser responsabilidade das autoridades locais (TURK, 2012, p. 33-35).

distribuídas na qualidade de *largitiones*, dispensando riqueza e abundância, daí sua eficiência como difusora da mensagem de ordem, equilíbrio e unidade.

Concernente a essa ideia, observamos que os integrantes da Tetrarquia emitiram moedas a partir dos ateliês de *Augusta Treuerorum*, com a imagem dos portões da cidade, a partir de 305 (SUTHERLAND, 1967, p. 41).<sup>272</sup> A edificação presente no reverso das moedas de Constancio Cloro apresentadas no segundo capítulo (**Moedas 6 e 7**) são o tipo mais recorrente de cunhagem que pode ser interpretada como a muralha e as torres da cidade.<sup>273</sup> Como discutimos, então, os numismatas comumente traduzem a imagem como sendo de um templo, em frente ao qual os tetrarcas sacrificam em honra a divindade. O *aduentus* e os portões da cidade estão representados de modo mais claro na moeda apresentada no primeiro capítulo, que comemorava a vitória de Constâncio Cloro e a retomada da cidade de *Lugdunum*, na Britânia.

A mesma cena é reproduzida, ainda que com maior simplicidade, nas moedas que trazem o claro retrato de um muro com portas e torres, conforme o exemplo do *argenteus* de Maximiano, proveniente de *Augusta Treuerorum* (**Moeda 21**). Nessa peça, além dos detalhes que compõem o edifício, os portões abertos remetem ao panegírico de 312 e à recepção calorosa do *populus* ao cortejo imperial.



**Moeda 21** – *Argenteus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 306-307. Anverso: Maximiano com a coroa de louros e barbado com a legenda *MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: portões abertos da cidade, com quatro torres. Legenda: *VIRTVS MILITVM* / *PTR*. Ref.: RIC VI 635.

<sup>272</sup> Sutherland (1967, p. 41) destaca também a conotação militar que acompanha essas emissões, portando sempre a legenda *VIRTVS MILITVM* no reverso, referência à supremacia e invencibilidade militar romana, na busca por estabilidade.

<sup>273</sup> Diocleciano (RIC VI 40a); Maximiano (RIC VI 104b).

No mesmo período no qual o panegírico de 312 foi elaborado, circularam peças monetárias de prata de Constantino (310-313) semelhantes às de Maximiano, também identificadas pelo exergo de *Augusta Treuerorum (PTR)*, que no reverso continham a imagem tetrárquica da *concordia*, representada por uma edificação que ligava quatro torres (**Moeda 22**). Sutherland (1967, p. 157) interpreta essa edificação como os portões de entrada da cidade, comprovando que moedas desse tipo eram distribuídas em ocasiões festivas, como o *aduentus*, e era comum veicular símbolos que remetessem à proximidade com a população local.



**Moeda 22** – *Argenteus* proveniente de *Augusta Treuerorum*, datado entre 310-313. Anverso: Constantino portando a coroa de louros com a legenda *CONSTAN TINVS NOB[ilissimo] C[æsari]*. Reverso: portão/muralha com quatro pórticos. Legenda: *VIRTVS MILITVM / PTR*. Ref.: RIC VI 638.

É debatido nos meios arqueológicos que a representação das muralhas de *Augustodunum* não corresponderia à magnificência narrada pelo panegirista (*Pan. Lat. VII, 7, 6*), o que se comprova pelas ruínas ainda visíveis na cidade atual, e mesmo pelas intervenções arqueológicas já realizadas (**Imagem 9**).<sup>274</sup>

O processo de revitalização da cidade de *Augustodunum*, no século IV, contou com financiamento imperial e foi ao menos pontualmente bem-sucedido, como relata Eumênio sobre a reconstrução das escolas de retórica. Naquela oportunidade, como vimos, nem mesmo as fundações do edifício foram identificadas, o que impossibilita averiguarmos a dimensão estética

<sup>274</sup> Para maiores esclarecimentos, consultar *Autun: Ville Gallo-Romaine* (1986, p. 58-66), de Mathieu Pinette e Alain Rebourg.

e o parâmetro de grandiosidade da construção, restando-nos acreditar no depoimento do panegirista. Para as muralhas, os indicativos são outros.



**Imagem 9** – Portão de *Saint-André*, em Autun (Atual) (PINETTE; REBOURG, 1986, p. 64-6).<sup>275</sup>

Jullian (1964, p. 116) considera que o panegirista de 312, ao apresentar o discurso em sua cidade, parece exagerar no elogio às muralhas, descrevendo a arquitetura própria dos muros de *Augusta Treuerorum*, ou mesmo os portões de entrada de Roma.<sup>276</sup> É na monumentalização da capital das Gálias que se percebe “a forma semicircular” e as “torres erigidas a cada lado” (*Pan. Lat. VII, 7, 6*). De fato, as moedas que apresentamos também foram cunhadas a partir dos ateliês de *Augusta Treuerorum* e seguiram, provavelmente, uma fôrma padrão para a reprodução das cópias. A inclinação grandiloquente da retórica do panegirista respondia às intenções do quadro cerimonial ao qual estava inserido, pouco importando assim se determinados detalhes da paisagem correspondessem à sua cidade ou a outra de maior visibilidade. Além disso, era parte

<sup>275</sup> Para saber mais sobre a localização do *Portão de Saint-André*, consultar a representação cartográfica disponível no terceiro capítulo, em destaque vinho (**Imagem 7**, p. 138).

<sup>276</sup> Os portões de *Augustodunum* foram edificados no primeiro século do Principado e seguia um padrão periférico e simplificado, copiado dos muros de Turim e Verona (GOODMAN, 2007, p. 85).

do projeto monumental e um *topos* das obras laudatórias, desde a Tetrarquia, supervalorizar as reformas do governo e apontar a grandiloquência das obras arquitetônicas (DEY, 2015, p. 56).



**Imagem 10** – Portão Negro (*Porta-Nigra*), em Tréveris (COULON, 1990, p. 12).

Butler (1959, p. 38) argumenta que foi durante o governo de Constantino que a muralha e, especialmente, a Portão Negro foram reconstruídos, apresentando este segundo colunas mais espessas e torres, conforme o modelo que se pode observar até hoje (Imagem X).<sup>277</sup> O Portão Negro foi projetado na entrada norte do *cardo maximus* de *Augusta Treuerorum*. Foi construído, porém, do lado de fora e afastado do traçado ortogonal da cidade, interligando-se a esta por um corredor coberto em suas laterais (Imagem XI). Esse corredor servia como uma *uia sacra* para o imperador, pois, na ocasião da chegada da comitiva imperial, a população já prestava as homenagens próprias do *aduentus* antes de adentrar o complexo urbanizado. Desse modo, o

<sup>277</sup> A muralha de *Augusta Treuerorum* foi edificada nas últimas décadas do século II, provavelmente em 186, atendendo a um modelo mais simples, que tinha por objetivo prioritário proteger a cidade de ataques externos (BUTLER, 1959, p. 38).

panegirista de 312, ao emular os portões novos de uma cidade tão próxima à sua forja um importante elemento de conexão entre o poder local e a majestade imperial.<sup>278</sup>



**Imagem 11** – Reconstituição da cidade de *Augusta Treverorum*: maquete em exposição permanente no *Museu Nacional Rheinische*, em Tréveris. Em detalhe, o Portão Negro. Número de Inventário: *Römerzeit* EV 1990, 106 und EV 1993, 212. Localização: *Rheinisches Landesmuseum Trier*, *Weimarer Allee* 1, 54290. Fotografia de Thomas Zühmer, em domínio público (E.V. 1993, p. 212).<sup>279</sup>

Para Eliana Dutra (2002, p. 19), os diversos grupos envolvidos nos atos políticos participam deles criando modos próprios de racionalizar, julgar, argumentar e sentir o momento. Imaginemos a cena: a população de *Augustodunum* estava diante do *basileus*, vivenciando a majestade dele emanada num ambiente cerimonial, quando é ouvida a fala do panegirista, um

<sup>278</sup> A restauração dos prédios públicos e, claro, das muralhas adquire um sentido ainda mais emergente para as elites locais do século IV, se lembrarmos que as cidades provinciais tiveram sua dimensão urbana e arquitetura alteradas por decisão imperial na passagem do Principado para o *Dominato*, alterando rotas e deslocando centros administrativos para outros espaços, resvalando numa imagem pública por vezes frágil e vulnerável (FRYE, 2003, p. 186; GOODMAN, 2007, p. 219). Proclamar o benemérito imperial e a qualidade nos novíssimos edifícios era uma necessidade prática dos governantes locais de revigorar sua influência e autoridade na cidade (DEY, 2015, p. 56).

<sup>279</sup> O *Rheinische Landesmuseum Trier* projetou a maquete da cidade de *Augusta Treverorum* em 1990 e a disponibilizou em 1993, como parte do acervo permanente. As dimensões espaciais da maquete correspondem às escavações arqueológicas realizadas na cidade. Para conferir todas essas informações, consultar o *site* do museu, disponível em: <<http://www.museum-digital.de/nat/index.php?t=institution&instnr=115>>.

dos representantes locais, dando um sopro de vida às muralhas da cidade, que se estendiam para abraçar, recebendo o seu soberano. Em seguida, também cercado de toda pompa ritual, o súdito recebia em suas mãos um elemento que o satisfazia economicamente, mas que também era uma fração da abundância de todo o Império; fluía da moeda tardo-antiga parte da sacralidade da *basileia*, já que ali também estavam grafadas inscrições, imagens e símbolos de natureza divina (NIXON; RODGERS, 1994, p. 53; SUTHERLAND, 1967, p. 90). Mas, ao observar esse objeto portador de sacralidade, o súdito visualizava a imagem de proteção, que circundava sua própria cidade (SHOTTER, 1979, p. 53).

É possível, com esse exemplo, ter a dimensão do poder persuasivo que a linguagem dos elementos políticos (os panegíricos, os muros e as moedas) produzia na audiência. A própria monumentalização da cidade e construções de funções específicas, como as escolas de retórica e a muralha, se tornavam instrumentos de reafirmação de poder. Poder este que era atribuído, em primeiro plano, ao *basileus*, mas que um olhar mais apurado sobre os múltiplos papéis que envolviam a cultura política revela ser um louvor ao *modus faciendi* dos próprios grupos cidadãos. A distinção da educação professada no caso de Eumênio e da restauração das escolas menianas transforma o elogio ao imperador como patrono das artes em um símbolo de eternidade dos valores culturais da aristocracia local (LA BUA, 2010, p. 314). Da mesma forma, o agradecimento ao imperador pela supressão da taxa pública, que acompanhamos por meio do panegírico de 312, punha em primeiro plano a legitimidade que existia no enlace entre o imperador e a cidade, sendo esta última a que desempenhava o papel mais forte, envolvendo a realeza através do metafórico abraço dado pela magnânima muralha que protegia o povo de *Augustodunum*.

*Burdigala*, do mesmo modo, teve a muralha enaltecida pelas mãos de seu famoso orador, Ausônio. Nesse caso, a metáfora dos muros adquire maior apelo lúdico no poema XX do *Ordo Urbium Nobilium* (375), intitulado *Burdigala*. A cidade murada, nesse contexto, ganha quase que um caráter divino, pois a tradição dita que durante o Principado as muralhas das cidades eram nomeadas pelo imperador e eram um espaço privilegiado para se grafar dedicatórias à sua majestade (JOHNSON, 1983, p. 62). O muro era o aparato que identificava a pertença nativa do cidadão, acolhendo-o dentro dos seus limites. Se por um lado ele desenvolvia essa identidade



local dentro dos muros, ao cruzar os portões da cidade e situar-se no lado de fora, sente-se em contato com as possessões imperiais, vislumbrando o Império em toda sua extensão.<sup>280</sup>

Para Villais (2009, p. 59-60), é verificável nos textos laudatórios dos autores provinciais a prática de tornar público o desejo dos súditos das cidades de mostrar a sua lealdade para com o Império e sua lealdade para com o imperador. Mesmo fora do contexto do cerimonial público do século IV, o poema de Ausônio é um exemplo claro desse potencial sobrenatural dos muros de *Burdigala*:

[Das colinas] o enorme quadrante dos muros é prolongado para o alto em sublimes torres, de modo que o seu topo parece tocar as nuvens [...] os portões [da cidade] se observam por meio de uma linha retilínea, um em frente ao transversalmente oposto<sup>281</sup> (*Ordo Urbium Nobilium*, XX, 13-17).

Em poucos versos, Ausônio entrelaça o interior e o exterior da cidade, criando continuidades e prolongamentos. Os portões, que dão acesso ao exterior, podem ser vistos a partir das principais ruas, o que nos recorda que, durante o *adventus*, o imperador se revela pessoalmente pela via principal da cidade. Em sentido contrário, o orador descreve que as colinas (o campo, o lugar mais afastado) se encontram com os muros, parecendo então estender-se com suas torres até o céu, onde abundam referências ao imperador e às divindades que o apadrinham ao longo de todo o século IV. A conexão entre a esfera do sagrado e a monumentalização da cidade manifesta através do discurso literário comprova aqui, mais uma vez, como os artefatos e os monumentos conectados ao poder imperial eram peças-chave das elites locais para legitimar seu papel político.<sup>282</sup>

Os edifícios religiosos também têm seu valor na retórica monumental do século IV. E se torna particularmente instigante observar que é o templo de Apolo em *Augustodunum* que merece todo um capítulo no panegírico de 310, dedicado a Constantino. Apolo, deus fundamental para legitimar as intenções políticas iniciais de Constantino – como defendemos através das moedas do período (no capítulo 2) –, foi também adotado por Eumênio, no *Pro Instaurandis Scholis*

<sup>280</sup> Assim como em *Augusta Treuerorum*, mesmo construída tardiamente, a muralha de *Burdigala* era larga e repleta de galerias internas, contando ainda com torres que eram funcionais tanto quanto arquitetonicamente expressivas (BUTLER, 1959, p. 28).

<sup>281</sup> *Quadrua murorum species, sic turribus altis ardua, ut aérias intrent fastigia nubes [...] domorum dispositum et latas nomen seruare plateas tum respondentem directa in compita portas.*

<sup>282</sup> Para Villais (2009, p. 50), é nítida a relação dos poemas de Ausônio, e de outras obras laudatórias do século IV, com a cultura literária da República e do Principado, sobretudo nos termos de metonímias e *ekphraséis* que exaltam as figuras políticas e os espaços públicos. As referências clássicas de Ausônio são tratadas no artigo *Aristocratic responses to Late Roman urban change: the examples of Ausonius and Sidonius in Gaul* (2003), de David Frye.

*Oratio*, para tornar marcante, junto com Minerva, a reabertura das escolas menianas de *Augustodunum*.

A fortuna crítica referente ao ponto de vista político da propagação da imagem de Apolo por Constantino nos Panegíricos Latinos têm levantado questões ligadas à posterior inclinação do imperador para o cristianismo.<sup>283</sup> Não será este o caminho seguido aqui, uma vez que trataremos do episódio de visita ao templo de Apolo e a posterior descrição desse espaço com o objetivo de recuperar os elementos de origem celta que compõem o cenário construído pelo orador no panegírico de 310.

Constantino, do período que vai de 306 a 310, se vê em diversos momentos ligado à figura de Maximiano. Este, tendo retornado à vida pública em 306, desenvolve primeiramente uma política colegiada com Constantino (*Pan. Lat. V, 3*). No ano seguinte, Maximiano estreita as alianças políticas com seu filho, Maxêncio, passando ambos a governar o Ocidente, com sede em Roma (GALLETIER, 1949b, p. 51; HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1214). As oposições entre Maximiano e Maxêncio, em 308, levam o primeiro a uma situação instável e à aproximação com Constantino (NIXON; RODGERS, 1994, p. 214). Nesse mesmo ano ocorreu a recomposição do colégio imperial na Conferência de Carnuntum, quando Licínio foi proclamado Augusto; Maximiano foi forçado a abdicar novamente (GALLETIER, 1949b, p. 51; RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 36). Como retaliação às decisões imperiais, Maximiano toma as Gálias em meados de 309 e estabelece a sede de seu governo em Marselha, forçando Constantino a marchar contra ele em 310 (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1215; NIXON; RODGERS, 1994, p. 214).

O panegirista, no discurso de 310, explora o episódio do aniversário da cidade de *Augusta Treuerorum* para chamar a atenção para o aniversário vindouro de Constantino, suas quinquenárias e, claro, a legitimação do seu governo com a vitória sobre Maximiano (*Pan. Lat. VI, 1, 1*). Segundo a tradição historiográfica, Apolo foi tomado como divindade tutelar por Constantino para se afastar da Tetrarquia, especialmente de seu rival imediato, Maximiano (BARNES, 1981, p. 36; MARVILLA, 2008, p. 83). O deus sugeriria ainda uma conexão dinástica com o imperador Cláudio, O Gótico (268-270), de quem Constantino descendia (*Pan.*

---

<sup>283</sup> São leituras obrigatórias para esta discussão o artigo de B. H. Warmington, intitulado *Aspects of Constantinian Propaganda in the Panegyrici Latini* (1974); *The language of Constantine's propaganda* (1990), de Thomas G. Elliot; e as pesquisas de Barbara Saylor Rodgers, publicadas como *Constantine's Pagan Vision* (1980) *Divine insinuation in the Panegyrici Latini* (1986); e *The Metamorphosis of Constantine* (1989). As problematizações que essas referências suscitam foram exploradas no segundo capítulo desta tese.

*Lat. VI, 2; GALLETIER, 1949b, p. 52).*<sup>284</sup> O reconhecimento de Constantino como legítimo *basileus* encontrou em Apolo, assim, uma continuidade ancestral do poder imperial e a sequência de apadrinhamento divino, já que Constâncio Cloro também oficializou sua adoção da imagem solar (*Pan. Lat. VI, 2, 4; MARVILLA, 2008, p. 82).*<sup>285</sup>

De outra forma, é de nosso interesse analisar os aspectos da narrativa do orador que revelam a forma como Apolo e seu espaço de culto são representados. Quando Constantino marchou para Marselha a fim de enfrentar Maximiano, teria oferecido, no caminho, sacrifícios em um templo de Apolo; no retorno, passou novamente pelo local para agradecer a proteção e seguiu para a fronteira do Reno, para aplacar agitações bárbaras (*Pan. Lat. VI, 21, 3; NIXON; RODGERS, 1994, p. 248*). Nessa ocasião, Constantino “viu o deus [Apolo] e este o reconheceu, assim como os cantos divinos dos poetas premeditam a quem está destinado reinar sobre todo o mundo” (*Pan. Lat. VI, 21, 5).*<sup>286</sup> A profecia feita naquele momento (sonho ou visão, dependendo da interpretação dos autores) dizia que o imperador reinaria por trinta anos, sob a proteção de Apolo (*Pan. Lat. VI, 21, 4*).

O panegirista não especifica o local exato em que Constantino parou para prestar culto à divindade, dizendo apenas que, “desviando para ir ao templo mais formoso do mundo” [*ubi deflexisses ad templum toto orde pulcherrimum*] (*Pan. Lat. VI, 21, 3*), o encontrou ali. No restante do capítulo, o orador faz uma breve menção de aspecto mais geral, lembrando os donativos que o imperador ofertou a todos os templos, destacando os devotados a Apolo. Só então, no capítulo seguinte, contamos com uma longa descrição do edifício sagrado:

Quando chegará o dia em que a generosa divindade, depois de ter estabelecido a paz em todos os lugares, virá visitar os bosques sagrados de Apolo, seu sagrado templo e os esguichos fumegantes de suas fontes? Suas borbulhantes águas parecem ansiosas por verem a ti, Constantino, oferecendo-se aos seus lábios. Certamente admirarás o santuário de tua divindade protetora, e suas águas quentes saídas do solo, sem nenhum risco de fogo: nada desagradável emana dele; senão o sabor e o aroma te recordam a pureza das fontes frias. Também ali, por tua veneração ao local, ofertarás presentes, estabelecerás privilégios, devolverás o prestígio à minha terra nativa. Esta nobre e antiga cidade, que se gloriou da fraternidade com o povo romano, espera a ajuda de sua majestade para que nela, graças a tua generosidade, os edifícios públicos e os templos mais magníficos se reconstruam, assim como vejo aqui [em *Augusta Treuerorum*]: uma cidade afortunada que celebra seu aniversário, e pode se considerar

<sup>284</sup> Rodgers (1989, p. 238-9) argumenta que a associação com a imagem de Cláudio, O Gótico era limitada, já que o mesmo ocupava-se das invasões góticas quando *Augustodunum* sofreu reveses na segunda metade do século III, sendo mal visto pelos grupos mais tradicionais da cidade. Por isso, a política de Constantino buscava legitimidade, com mais frequência, na imagem de Augusto, principalmente na arte monumental.

<sup>285</sup> Para o panegirista de 310, Constantino foi privilegiado por haver “nascido para reinar” [*quod imperator es natus*] (*Pan. Lat. VI, 2, 5*).

<sup>286</sup> *Vidisti teque in illius specie recognouisti, cui totius mundi regna deberi uatum carmina diuina cecinerunt.*

digna de toda felicidade por haver sido reduzida às ruínas quando sabia que poderia ser posteriormente engrandecida por seus benefícios (*Pan. Lat. VI, 23, 1-4*).<sup>287</sup>

Galletier (1949b, p. 73) comenta que o uso do termo *deflexisses* pelo autor dá a entender que Constantino fez um grande desvio para chegar ao templo, o que por si só já invalida qualquer interpretação de que este edifício seria aquele localizado em *Augusta Treuerorum*. Jullian (1920, p. 107) supõe que o local visitado seja o templo de Apolo *Grannus*,<sup>288</sup> localizado em *Grand*, povoado próximo à atual cidade de Vosges, no nordeste da França. Constantino encaminhou-se na direção de *Lugdunum*, com a intenção de seguir para o norte, alcançando *Augusta Treuerorum*, mas virou à esquerda na altura de *Neufchâteau*, parando em *Grand* (ORGELS, 1948, p. 176-7).<sup>289</sup>

De fato, nas escavações arqueológicas de Vosges, durante a década de 1980, foi encontrada, na região dos bosques da cidade, uma inscrição em pedra, bastante danificada, que trazia as fragmentadas informações: *IGRA / [APOLLIN]I / GRA[NNO]*, evidência de que havia ali um espaço de culto ao deus *Grannus*, associado às atribuições religiosas de Apolo (BURNAND, 1982, p. 343). A proximidade com os campos corrobora as pesquisas desenvolvidas no Sul da França, atual Provença, onde se localizava o *oppidum* celta de *Glanum*.<sup>290</sup> Lá a imagem de Apolo integrava os mais antigos vestígios arquitetônicos da Gália Transalpina. A figura que é associada a esse deus foi encontrada num pequeno santuário próximo à fonte do templo de Valetudo, divindade local (BENOIT, 1970, p. 28).

A relação do discurso de 310 com os vestígios materiais de Apolo revela para nós, mais uma vez, a conexão do poder imperial às práticas e costumes locais. Na descrição do passado do

---

<sup>287</sup> *Di immortales, quando illum dabitis diem, quo praesentissimus hic deus omni pace composita illos quoque Apollinis lucos et sacras aedes et anhela fontium ora circumeat? Quorum scaturigines leni tepore nebulosae adridere, Constantine, oculis tuis et osculis sese inserere uelle uideantur. Miraberis profecto illam quoque numinis tui sedem et calentes aquas sine ullo soli ardentis indicio, quarum nula tristitia est saporis aut halitus, sed talis haustu et odore sinceritas qualis fontium frigidorum. Dabis et illic munera, constitues priuilegia, ipsam denique patriam meam ipsius loci ueneratione restitues. Cuius ciuitatis antiqua nobilitas et quondam fraterno populi romani nomine gloriata opem tuae maiestatis exspectat, ut illic quoque loca publica et templa pulcherrima tua liberalitate reparentur, sicut hic uideo hanc fortunatissimam ciuitatem, cuius natalis dies tua pietate celebratur, ita cunctis moenibus resurgentem ut se quodammodo gaudeat olim corruisse, auctior tuis facta beneficiis.*

<sup>288</sup> Para maiores informações sobre o culto a *Grannus* (ou *Glanum*) nas Gálias, consultar *Divinités et sanctuaires de La Gaule* (1968), de Thevenot, e *La premier vison de Constantin (310) et le temple d'Apollon à Nîmes* (1948) de P. Orgels.

<sup>289</sup> Esse templo, localizado numa área mais ruralizada das Gálias, teria sido revitalizado em sua arquitetura por Constâncio Cloro, ou pelo próprio Constantino (JULLIAN, 1920, p. 107). Sabemos que Caracala já reconhecia ali um local de culto, embora não haja certezas sobre a construção de um templo durante o Principado (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 134).

<sup>290</sup> O sítio arqueológico de *Glanum* possui uma vasta coleção de monumentos e artefatos preservados – anteriores à ocupação romana –, tornando-se uma fonte de informação indispensável para consulta de aspectos da paisagem e da religiosidade dos celtas (BENOIT, 1970, p. 44-5).

povo éduo, no panegírico de 312, percebemos a equidade representada nas relações políticas entre a elite local de Bibracte e o senado romano, representado por Julio César. Se naquela ocasião o papel dos éduos se mostrou fundamental para o ingresso dos romanos na região, no episódio do templo de Apolo, o próprio imperador precisa desviar da rota imperial, adentrando o território gaulês, para adorar ali a um deus com características nativas bem demarcadas.

Ora, é um traço marcante das práticas religiosas célticas a ereção de fontes, a proximidade dos locais de culto de pedras, de árvores, a observação das estações do ano e do movimento do dia (BENOIT, 1970, p. 7). Não parece acidental que justamente o aspecto bucólico e campestre do templo de Apolo seja escolhido pelo panegirista de 310 para iniciar seu convite. Tem expressão, inclusive, o movimento das águas e o papel das fontes, atrativas ao imperador por trazer conforto na medida certa.<sup>291</sup> Thevenot (1963, p. 90) ressalta que foi justamente numa fonte abundante de água que se descobriu pela primeira vez uma referência ao culto de Apolo/*Grannus*, no já citado sítio de *Glanum*. As características espaciais e os elementos que compõem a estrutura do templo narrado pelo panegirista são, portanto, de origem local.

Nos manuais de retórica, desde o período grego clássico, foram transmitidos padrões para a composição topográfica da cidade e de suas construções no discurso de louvor. Menandro (*Basilikós Logós*, I, 350, 24) aconselha o orador a tratar dos pormenores ao narrar a fundação, as características e as virtudes do lugar. Para Pernot (1993, p. 247-8), a época imperial romana produzia uma retórica epidítica abundante em alegorias divinizantes que, no entanto, não corresponderiam à devoção da sociedade, representando apenas uma tendência literária da época, que via na realeza um motivo para sacralizar todos os temas apresentados no discurso.

Somos da opinião que o encômio, na era imperial romana, não poderia se sustentar somente no nível da estética discursiva. Na Antiguidade Tardia, o panegírico, como vetor do cerimonial, precisava surtir efeito na audiência à qual se dirigia, garantindo a adesão não só pela retórica hiperbólica do louvor ao *basileus*, mas também por estender o elogio à cidade e seus habitantes. É por isso que o panegirista de 310 reforça a grandiosidade da paisagem urbana e conclama a necessidade de valorizar sua própria terra natal. Seria este o autor que, com sua insistência diante do imperador, quando proclamou o discurso em *Augusta Treuerorum*, teria convencido Constantino a visitar sua cidade, *Augustodunum*, dois anos mais tarde, dando origem à

---

<sup>291</sup> Galletier (1949b, p. 73) explica que as águas quentes do templo de Apolo que o autor menciona no final do capítulo 21 pertenciam à cidade de *Augustodunum*. No entanto, nenhum texto antigo ou registro material comprova esta teoria (NIXON; RODGERS, 1994, p. 248).

cerimônia e à produção do panegírico de 312 (NIXON; RODGERS, 1994, p. 256; HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1231).<sup>292</sup>

Mais do que isso, é explícito o apelo que o orador faz ao imperador na segunda parte do capítulo 22 de sua obra. Após argumentar o quão útil a religiosidade nativa foi para o imperador, pois garantiu suas vitórias e até o acesso ao trono (uma vez que o Apolo apresentado pelo panegirista fala a partir da liturgia celta), solicita sua augusta presença em *Augustodunum* para ali também tomar ciência das necessidades locais e poder visualizar a grandiosidade de suas construções, como o templo que descreve (*Pan. Lat. VI, 23, 1*).

Observamos que o autor emprega recursos comparativos para garantir que seu apelo seja atendido. Assim, considera benéfico o período de mazelas sofrido pelos cidadãos de *Augusta Treuerorum*, pois estes sabiam que seriam posteriormente engrandecidos pelos benefícios do imperador (*Pan. Lat. VI, 23, 4*). Assim, ao justificar que os éduos foram um povo tão prestativo no processo das conquistas romanas nas Gálias, pôde cobrar também a atenção de Constantino a *Augustodunum*.

Os panegiristas, ao utilizarem recursos retóricos topográficos que delineiam a paisagem urbana e suas edificações, agem em conformidade com os demais instrumentos a serviço do poder central, como as moedas. O caso das reivindicações locais e das respostas imperiais de Constantino demonstra o funcionamento da cultura política do *Dominato*. Ainda que se trate de um sistema burocrático controlado em diversos níveis e governado por um soberano divinizado, mesmo assim os canais de comunicação (ritualizados pelo cerimonial público) encontram espaço para negociação e até mesmo para a autopromoção de valores regionais.<sup>293</sup> A relação estabelecida entre as elites locais e o imperador, na verdade, se estabelecem pelo destaque obtido por indivíduos provenientes das províncias, que, ao mostrar seu valor para o Estado, alcançam alianças pessoais com membros da corte e com o próprio governante (ALMOND; POWELL, 1980, p. 59).

---

<sup>292</sup> Aqui, como ocorre em relação às muralhas, o panegirista cria um paralelo entre o templo de *Augustodunum* e o templo de *Augusta Treuerorum*, sempre preterindo a monumentalização desta em favorcimento de sua cidade nativa (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1234).

<sup>293</sup> Toda a rede aristocrática que se forma a partir de alianças de grupos provinciais com a corte no Ocidente tardoantigo foi analisada por John Matthews, na obra *Western Aristocracies and Imperial Court /A.D. 364-425* (1990).

## A CULTURA POLÍTICA E OS VOTA: ALIANÇAS DIVINAS FORJADAS EM METAL

Como buscamos demonstrar no item anterior, uma das cerimônias imperiais em que as relações entre os súditos e o imperador podiam se tornar mais próximas era, sem dúvida, o *aduentus*. Como ocorreu no contexto das quinquenárias de Constantino, em 310, o panegirista adquiriu autoridade na sua fala, sendo permitido até mesmo cobrar das instâncias governamentais maior atenção, o que tornou o imperador mais ciente e mais inclinado a responder às demandas da cidade. Naquele contexto, porém, Constantino também teve as prerrogativas do seu poder renovadas, rendendo, entre outros elogios, a narração do episódio em que foi agraciado com a promessa de reinar por mais tantos anos. Nesse caso, a mensagem surtiu o efeito necessário porque foi proferida por um representante local de elevada erudição e sustentada por uma divindade conhecida dos súditos (L'HUILLIER, 1992, p. 323).

O princípio do *uotum*, em Roma, partia da ideia de realizar uma súplica aos deuses. O motivo da petição à divindade era acompanhada por uma promessa de pagamento específica, se e quando a resposta fosse obtida (MATTINGLY, 1950, p. 155). No contexto da *basileia*, os *uota* passaram a compor um importante laço de fidelidade, de modo que o imperador assumia o papel divino e seus súditos eram os agraciados. Essa relação votiva determinava a adoração ao *basileus* e a tudo aquilo que emanava de sua majestade (SILVA, 2003, p. 133). Como afirma MacCormack (1981, p. 165), depois do reconhecimento militar e senatorial, a aceitação pública à ascensão do imperador, de modo cerimonial, era parte importante do protocolo da corte, selando a concórdia e manifestando a *felicitas*. Da grande quantidade de imagens que representavam esse momento festivo, o modo mais comum de cumprir com os *uota* era por meio da emissão de séries especiais de moedas.<sup>294</sup>

É interessante notar a interligação que esse tipo de aliança representa para o sistema político do *Dominio*. As moedas, como *outputs*, são caracterizadas como uma resposta do governo à necessidade financeira da população (mas também adquire significado sagrado, como temos afirmado). Quando assume o papel de *uotum*, entretanto, a moeda se converte em um artigo de fidelidade, pois cabe aos funcionários dos ateliês monetários representarem simbolicamente a

---

<sup>294</sup> Os *uota* seguiam três caracterizações: *uota publica*, realizada anualmente, por todo o *populus* do Império; *uota soluta*, que indicavam o tempo de governo e poderia ser comemorado localmente; e os *uota suspecta*, que contava períodos quinquenais e traziam a expectativa vindoura de fechar mais um ciclo, como ocorreu na profecia de 310 (BRUUN, 1966, p. 57).

devoção dos súditos ao soberano (PEARCE, 2003, p. xxxvii). Nesse caso, ocorria uma troca, denominada de *congiarium*, na qual, como acontece no ato das *largitiones*, o *basileus* dividia com seus súditos toda a riqueza do Império ao distribuir o numerário, mas era recebido em troca tudo aquilo que a província podia produzir (*Plinii Pan.*, XLI; OLD, 1968, p. 405).<sup>295</sup>

Sabemos que, na prática, a corte mantinha a cobrança dos impostos como prioridade, amparada por uma burocrática rede de fiscais, tema sobre o qual discorreremos no primeiro capítulo. Não faltavam, também, contestações e revoltas aos valores abusivos das taxações, como verificado pelo panegírico de 312.<sup>296</sup> No nível cerimonial, de outra forma, a relação estabelecida entre a riqueza a ser distribuída pela *domus* imperial e a arrecadação de víveres e metal a partir da produção das províncias assumia um caráter de aliança pacífica e perpétua.

Pacato Drepânio, ao exaltar Teodósio por ser generoso quanto às súplicas de seus governados, acaba explicando como deveria ser administrada a riqueza do Império:

[...] Dado que todas as coisas voltam [ao príncipe], do mesmo modo que o oceano que cerca o globo e recebe das terras as águas que ele lhes proporciona, tudo o que flui do príncipe aos cidadãos volta ao príncipe. Um imperador serve bem a seus interesses e a sua reputação quando é generoso. Ele se beneficia da glória dando bens que hão de retornar a ele<sup>297</sup> (*Pan. Lat. XI, 27, 5*).

O padrão básico que vemos nas legendas dos imperadores do século IV traz no reverso a contagem do tempo de governo por meio da grafia de *VOTA* acrescida ao número correspondente (BRUUN, 1966, p. 58). Maximiano, antes de abandonar a púrpura pela primeira vez, por determinação de Diocleciano, continuou a contagem de seus anos de Tetrarca até 305, quando vemos moedas circularem com a datação correta, já que, naquela altura, Maximiano contabilizava vinte anos de governo (*uicennalia*), ao lado de Diocleciano, conforme aparece no *aes* correspondente a essa data (**Moeda 23**). Nota-se, ainda, que Maximiano faz questão de reforçar a legitimidade de seu poder mostrando sua imagem, no anverso, com a coroa radiada, e não a coroa de louros. Com isso, entendemos que a associação com Apolo (*Sol Inuictus*), mais uma vez, significava um vínculo com o trono, mas também um símbolo de unidade, já que possuía precedentes nos tetrarcas ocidentais (a exemplo de Constâncio Cloro) e apelo local,

<sup>295</sup> As ofertas voluntárias que eram oferecidas ao príncipe pelo conjunto dos cidadãos ou por um indivíduo dotado de posses eram também conhecidas como *collationes* (HERRERO-LLORENTE, 1969, p. 1103; SARAIVA, 2006, p. 245).

<sup>296</sup> Para saber mais sobre os conflitos, as altas taxações e os problemas de distribuição de alimentos e dinheiro nas províncias gaulesas, consultar *The crisis of the third century A.D. in the Roman Empire: a modern myth?* (2001), de Lukas De Blois.

<sup>297</sup> *Nam cum intra ipsum uoluantur omnia et, ut ille qui cuncta ambit oceanus quas suggerit aquas terris recipit et terris, ita quidquid in ciues manat a principe redundet in principem, et rei et famae bene consulit munificus imperator; lucratur enim gloriam, cum det pecuniam reuersuram.*



uma vez que as moedas com a efígie de deidades solares circulavam na Gália Central desde o século II a.C. (OLIVIERI, 2013, p. 71). É fato que Maximiano precisava dessa força simbólica e imagética para governar nessa região.



**Moeda 23** – *Aes* cunhado em *Londinium*, em 303-305. Anverso: Maximiano barbado e com a coroa radiada, com a legenda *IMP(erator) C(aius) MA(rcus) MAXIMIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: coroa de louros. Legenda: *VOT XX*. Ref.: RIC VI 77b.

O vínculo local ao *uotum* romano também alcançou maior adesão nas Gálias, conforme analisa Ton Derks (1995, p. 125), porque os povos celtas, dentro de uma tradição milenar, interagiam com os deuses por meio de práticas votivas, o que passou posteriormente a ser comum nas ofertas que prestavam a lideranças políticas que respeitavam, adotando a liturgia romana de forma análoga. A prática do evergetismo tornou-se uma realidade para as relações sociais das aristocracias de origem celta, sobretudo no período romano, de modo que em momentos em que a capacidade do Estado em gerenciar as finanças públicas falhava, como no século III, em diversas regiões das Gálias as elites mantinham trâmites financeiros estáveis e até mesmo gozavam de certa prosperidade local (DE BLOIS, 2001, p. 207).<sup>298</sup> Participar dos *uota* ao *basileus* era, assim, um fator vantajoso para as elites gaulesas de diversas localidades, pois, do ponto de vista do prestígio e *status*, ostentavam sua autonomia econômica e assumiam ainda um papel ativo em contribuir para a magnitude do Império (DERKS, 1995, p. 128).

<sup>298</sup> *Burdigala*, como vimos no terceiro capítulo, vivenciou momentos de intensas e lucrativas relações comerciais ao longo do século III.

Era próprio do tipo de cunhagem votiva trazer a descrição dos anos que se esperava governar, mediante a utilização da legenda *VOT MVL* e o número desejado logo após, num movimento de perpetuação da memória que normatizava a eternidade do poder (SILVA, 2003, p. 133). Nesse aspecto, a situação de Constantino, em 310, o deixa confortável para emitir moedas comemorativas até o trigésimo ano de governo.



**Moeda 24** – *Aureus* cunhado em *Augusta Treuerorum*, entre 313-315. Anverso: Constantino com a coroa de louros e vestes militares, com a legenda *CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: deusa Vitória sentada sobre o *Genius* virada para a direita, encouraçada e com o escudo, portando o emblema XXX. Legenda: *VICTORIBVS AVGG(ustus) NN VOTIS*. Ref.: RIC VII 8.

Um dos modelos de moeda votiva de Constantino que circulou entre 313 e 315, cunhados em *Augusta Treuerorum*, foge a todos os padrões do gênero (**Moeda 24**). Nela, está reforçada toda a imagética do poder: no anverso, as vestes militares; no reverso, a deusa Vitória representando sua invencibilidade, e sua legitimidade garantida pelo jovem *Genius*. Mas o que nos chama a atenção é o escudo utilizado pela deusa, que traz justamente a evocação ao futuro, ao apresentar o número XXX.

O período de circulação dessa moeda é correspondente à vitória de Constantino sobre Maxêncio, em 312, que ocasionou cerimônias de comemoração por todo o Império e deu novo reforço à unidade do seu governo (NIXON; RODGERS, 1994, p. 290-1). Assim como Caráusio e Maximiano, as tentativas frustradas de tomar o poder se deram nas Gálias, de modo que os imperadores vitoriosos nessas batalhas, especialmente Constantino, retornaram novamente com as suas prerrogativas de poder renovadas nessas províncias, o que produziu uma abundância de

discursos e artefatos laudatórios, como as moedas. O contexto posterior à vitória sobre Maxêncio se revelou excelente para lembrar a profecia dada por Apolo de que seu governo duraria até suas *tricennalia*.

No que tange à representação do tempo de governo nas moedas, é necessário destacar que nem sempre a regra que define os anos regulares e o desejo de prolongar a estada no poder aparece com exatidão. Juliano governou de 361 até 363 e ainda assim são abundantes as moedas que circulam com suas *quinquenalia*, ou seja, a celebração dos cinco anos de reinado (**Moeda 25**).



**Moeda 25** – *Aureus* cunhado em *Arelate*, entre 360-363. Anverso: Juliano com a coroa de pérolas e vestes militares, com a legenda *D(ominus) N(oster) FL(avius) CL(audius) IVLIA-NVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)*. Reverso: coroa de louros e linhas de adorno. Legenda: *VOT X MVLT XX*. Ref.: RIC VIII 309.

A partir da segunda metade do século IV, a contagem e a expectativa dos anos vindouros nas moedas votivas parece ter se tornado principalmente uma forma simbólica de comemoração, passando a ser um padrão estilístico para momentos solenes as nomenclaturas *VOT V MVLT X* e *VOT X MVLT XX* (KENT, 1981, p. 51). A padronização das peças por esses modelos fixos, destarte, não esvaziou a capacidade de comoção das moedas dentro do cerimonial público. Pelo contrário, novas formas de significar as inscrições apareceram. Assim, durante a dinastia dos valentinianos até após o governo de Teodósio, os símbolos *VOT* e *MVLT* serviram para identificar os anos de governo de dois imperadores colegiados ao mesmo tempo (PEARCE, 2003, p. xxxviii). Tal recurso era válido ainda para que os imperadores preparassem a ascensão dos seus filhos, como fez Teodósio nas suas emissões, com Honório e Acádio, e também Magno

Máximo, em seu curto período de governo, com o pequeno Flávio Victor (ZARDINI, 2008, p. 86).

A complexidade das alianças políticas representada pelos *uota* e as múltiplas faces do poder realçadas por meio da retórica dos panegíricos, em suas descrições de espaços e edifícios, e pela própria monumentalização das cidades, comprovam o funcionamento de uma cultura política que conseguiu manter-se em plena atividade, respondendo concomitantemente aos objetivos do centro do sistema político e às necessidades das autoridades locais, cada um desempenhando papéis que reforçavam mutuamente os diversos interesses englobados pela unidade imperial (ALMOND; POWELL JR., 1980, p. 128).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Grimal (2011, p. 9-11), ao iniciar sua obra *História de Roma*, narra de forma contemplativa a paisagem que se pode ver da Cidade Eterna a partir do monte Palatino. Dali, na atualidade, em frente às ruínas, o autor recria a Roma imperial em pleno uso de suas vias e construções públicas. A monumentalização da cidade observada por Grimal envolve os espectadores na atmosfera de grandiosidade daqueles tempos. O que tiramos desse exemplo, afinal, é que o sentimento de admiração diante das obras públicas, uma das mais evidentes manifestações do poder, é um aspecto importante na formação de qualquer sistema político.

Em Roma, todos os espaços da cidade exprimiam, em maior ou menor medida, aspectos relacionados ao poder. Não só os edifícios, as estátuas e as colunas eram erigidos para fins públicos; todo o plano ortogonal urbano destinava-se a reverenciar os grandes feitos dos generais e magistrados e, mais tarde, dos imperadores. Prova disso é a *Via Sacra*, o corredor transversal de Roma, onde o general vitorioso e suas tropas passavam ao voltar do *front* investidos da glória militar. A cerimônia, chamada de Triunfo, tornou-se mais famosa com Augusto, quando este, vencedor na Batalha de Ácio, em 31 a.C., foi recebido com toda pompa desde os portões da cidade até o Capitólio, iniciando o processo político que o levaria a ser reconhecido como imperador.

A sofisticação do cerimonial em torno do imperador acompanhou o crescimento do Império e se tornou presente inclusive na vida provincial, como é possível perceber por meio do *aduentus*, no século IV. Nesse período, destaca-se, como vimos, o papel político do Portão Negro, em *Augusta Treuerorum*.<sup>299</sup> A distância entre o portão e a cidade, ligados pelo expressivo corredor, não responde apenas à necessidade de proteção. Antes, parece ter sido pensada justamente para prolongar e dar notoriedade ao cortejo real.

O modelo viário era, assim, um dos componentes dos rituais de poder próprios da *basileia*, os quais, por sua vez, revelavam o esforço de centralização política do Estado romano na Antiguidade Tardia. Por ocasião do *aduentus*, o espaço ordenado da cidade se convertia em um palco cerimonial em que alianças políticas se firmavam, motivo pelo qual os oradores

---

<sup>299</sup> Ver **Imagem 11**, no quarto capítulo.

reivindicavam com frequência reformas e investimentos na paisagem urbana de *Augustodunum*. Além disso, por meio dos panegíricos declamados e das moedas distribuídas, os oradores e demais integrantes da elite local asseguravam o envolvimento político da população nos rituais, projetando-se uma imagem de onipotência e de eternidade do *basileus*.

As divindades, por sua vez, foram apresentadas pelos panegiristas por meio de metáforas e personificações que demarcavam um espaço físico e arquitetônico significativo na cidade. Nas Gálias, a devoção a Apolo é repetidamente mencionada e possui relação com traços tradicionais da cultura local. Fosse pela associação ao deus Beleno, como aparece em Ausônio, a *Grannus*, como sugere o panegírico de 310, ao próprio deus patrono das artes, conforme Eumênio descreve, ou ao disco solar, como revelam as moedas célticas, Apolo estava a serviço de demarcar um espaço de poder, tanto na descrição de um templo (em *Augustodunum* ou *Augusta Treuerorum*), em conexões desse templo com outras edificações, como as escolas menianas, ou com a ideia de autoridade proporcionada pelo deus, que legitimava o prestígio de indivíduos como Átio Patera, entre outros alunos de *Burdigala* e *Augustodunum*.

As celebrações públicas figuravam como momentos ideais para a manifestação desse tipo de evocação aos deuses e valorização da cidade. Os panegíricos, nesse aspecto, foram importantes vetores de memória dessas práticas. A cada nova realização de atos cerimoniais nas províncias, os discursos laudatórios, depois de declamados, eram reescritos, compilados e distribuídos pelas escolas provinciais, assumindo o *status* de monumento cuja finalidade era legar à posteridade a lembrança daquele momento majestoso, além de tornar-se importante testemunho acerca da cultura literária de sua época. Tal iniciativa garantiu que a memória dos retores gauleses chegasse até os nossos dias.

Foi em torno dos panegíricos latinos que organizamos todo o escopo da pesquisa que resultou na presente tese. Sem as narrativas de Eumênio, no *Pro Instaurandis Scholis Oratio*, e dos panegiristas de Constantino, sobretudo no discurso de 310 e na *gratiarum actio* de 312, não teríamos informações suficientes para sustentar a hipótese de que as elites cidadinas utilizavam o gênero laudatório não apenas para enaltecer a majestade do imperador, mas também para criar registros eloquentes acerca da sua própria identidade local. Além disso, foi por meio da descrição de templos, muralhas e edifícios públicos presentes nos referidos discursos que pudemos nos debruçar sobre os artefatos da cultura material e compreender a razão de os mesmos serem realçados num contexto de manifestação retórica do poder, pois assim afirmava-

se a importância dos grupos que desejavam manter as cidades gaulesas afinadas com jogo político do Império.

Para além dos panegíricos, importa destacar que a exploração das moedas, por sua vez, possibilitou uma significativa ampliação dos nossos horizontes de pesquisa, pois, por meio delas, foi possível captar um aspecto importante da maneira pela qual a cultura política da *basileia* era enunciada e difundida. Numa investigação na qual se pretendeu analisar o processo de difusão da imagem imperial, constatamos que as moedas propagavam, sob a forma de imagens, os símbolos descritos na arte retórica, acrescentando-lhes, no entanto, novas nuances, em conformidade com as características do próprio suporte.

As cunhagens prolongavam as comemorações ao circular pelas províncias, transmitindo os princípios que sustentavam a política imperial a grupos e indivíduos que, afastados dos núcleos urbanos, nem sempre tinham a oportunidade de participar das homenagens que amiúde eram rendidas ao imperador. As peças monetárias desempenhavam assim um papel político bastante complexo, já que a imagem do busto imperial inserida no anverso, somada à estética iconográfica do reverso, exprimia um vínculo de pertença e de reverência ao Estado romano, difundindo representações das virtudes imperiais e dos deuses tutelares do Império. Mas também a representação de monumentos cívicos, mesmo de modo alegórico, era capaz ao mesmo tempo de envolver o súdito local na atmosfera do poder e de inspirar-lhe orgulho ao tratar de modo solene objetos visíveis e acessíveis da paisagem.

A harmonia estética dessa gama de elementos políticos representados nas moedas era um elemento que, sem dúvida, comovia os súditos. A moeda, um artefato por vezes minúsculo, mas dotado de importância por seu valor econômico, se tornava ainda mais valioso pelo fato de assumir o papel de um *monumentum*, uma lembrança palpável de que os rituais da *basileia*, ao emanarem a majestade e a perfeição divinas, deixavam uma porção dessa magnificência nas mãos dos usuários. Para nós, pesquisadores, as moedas são uma evidência material de que a cultura política do *Dominato* reproduzia com eficiência um modelo complexo de comunicação que unia os mais distintos súditos em torno da grandeza do poder imperial.

Garantir o sentimento de adesão ao Estado era, na fase final do Império Romano, uma das principais tarefas do imperador, sempre interessado em diminuir o potencial destrutivo dos golpes militares, dos choques entre denominações religiosas e dos levantes populares por meio dos recursos simbólicos à sua disposição. Nesse sentido, os recursos simbólicos podem ser compreendidos como uma estratégia de controle que possuía uma clara ressonância local, pois,

mediante o trabalho de fortalecimento da imagem imperial realizado pelos oradores distribuídos por todas as regiões do Império, as elites podiam se manter na direção dos assuntos públicos, conservando o seu próprio *status*, sem ter de se ocupar todo o tempo em coagir militarmente os cidadãos.

Analisar o papel agregador dos cerimoniais de corte e a contribuição das elites em sua realização se reveste de uma importância singular quando tratamos da região das Gálias. No século IV, a região foi o cenário constante de problemas que exigiam a pronta intervenção imperial, via de regra resultante do forte caráter militar das províncias situadas nas imediações do *limes* renodanubiano, o que deixava a população alvoroçada pela iminência das invasões bárbaras. Já os soldados acantonados nessas regiões, estabelecendo um vínculo de ativa fidelidade aos seus generais, eram propensos ao separatismo e à usurpação, uma tradição que remontava, pelo menos, à constituição do Império das Gálias sob o comando de Vitorino e Tétrico, por ocasião da Anarquia Militar, em meados do século III (SZIDAT, 2015, p. 120).<sup>300</sup> Num contexto como esse, tanto a corte imperial quanto as elites gaulesas eram levadas a investir em expedientes simbólicos que garantissem a lealdade das províncias a Roma, como se comprovam pelas inúmeras imagens ressaltando a unidade do Império e do poder imperial.

Não só durante a era imperial romana, mas também em períodos anteriores e posteriores, o território gaulês sempre se caracterizou por convulsões de grupos em disputa. Tanto as relações conflituosas entre éduos e arvenos, na Antiguidade, quanto episódios turbulentos ocorridos sob o Império Carolíngio, na Guerra dos Cem Anos e mesmo durante a Revolução Francesa, propiciaram a criação de heróis como Vercingetórix, Carlos Magno, Joana D'arc, Robespierre e Marat, bastante caros a uma identidade francesa que buscava-se, a cada momento, constituir ou reconstituir. Esse “álbum de família” francês comprova que o desejo de coesão e unidade era um objetivo valioso não apenas para os soberanos romanos, mas também para os soberanos medievais e modernos e mesmo para os governantes da nascente República francesa, que não hesitaram em recorrer a símbolos difundidos pela memória coletiva a fim de manipular o passado e controlar o presente, numa perspectiva de salvaguarda de posições de poder bastante evidentes (SILVA, 2007, p. 57).

---

<sup>300</sup> Durante o século IV, *Augusta Treuerorum* se tornou residência imperial, principalmente entre 328 e 340, justamente para tornar oficial a presença do imperador na província mais instável do Ocidente. Para maiores informações sobre a sistemática dos conflitos políticos que ocorreram nas Gálias durante todo o século IV, consultar *A escalada dos Imperadores proscritos* (1993), de Gilvan Ventura da Silva.



A perpetuação política da memória da unidade das Gálias, não apenas durante o *Dominato*, mas ao longo dos séculos posteriores, nos estimula a refletir sobre as maneiras pelas quais o Estado, tomado como o centro motor do poder, se relaciona com os grupos e as personagens que compõem o ambiente local. Decerto, as relações políticas que se estabelecem entre as elites provinciais romanas e a corte imperial podem ser analisadas sob diversas vertentes teóricas e por meio de fontes de informação distintas, como a Arqueologia nos permite constatar.

A renovação do paradigma historiográfico que se delineia a partir da segunda metade da década de 1970 trouxe um novo fôlego para a compreensão das relações de poder, proporcionando um novo olhar sobre o papel do governo na administração dos interesses coletivos em conexão com os mais variados setores sociais, ocorrendo assim, pouco a pouco, uma descentralização da abordagem acerca do poder político. Vemos ser abordado um poder que não se localiza apenas no centro, mas que se espraia e ramifica por todo o tecido social. No caso específico analisado nesta tese, ao abordarmos os rituais que cercavam imperador romano, propusemos uma contrapartida: o enfoque na atuação política da elite gaulesa do século IV, que celebrava não apenas a grandeza de Roma, mas, em certa medida, a sua própria, quando comparada àquela. Essa sutura entre as dimensões central e local foi explorada por meio dos rituais da *basileia*, tendo como referência as reflexões de Pierre Bourdieu (2000) sobre a importância do poder simbólico; de José Carlos Rodrigues (1992) sobre o lugar ocupado, no sistema político, pelos ritos que cercam os soberanos; e de Georges Balandier (1981) sobre a encenação (ou teatralização) do poder.

O conteúdo simbólico dos rituais da *basileia* foi interpretado, desse modo, como algo que era não apenas consumido pelos próprios agentes do poder, mas que era apropriado também por amplas parcelas da população mediante a conservação, no registro numismático, de atos públicos tradicionais e de elementos mitológicos e ancestrais comuns aos diversos grupos sociais, o que criava uma identidade, uma memória compartilhada entre súditos e soberanos. A dimensão simbólica do poder, no entanto, não pode se sobrepor à dimensão prática das relações políticas. Quanto a isso, nos posicionamos favoráveis às conclusões de Foucault (2011) acerca do jogo de poderes e saberes que vigoravam em todas as sociedades. De fato, em muitas circunstâncias cabe aos grupos detentores do conhecimento (como os retores gauleses) controlar a todo instante os meios de acesso ao poder, inclusive os espaços em que a política é exercida.

Em face do percurso teórico apresentado nesta tese, gostaríamos de retomar aqui as proposições de Gabriel Almond, Sidney Verba e Powell Jr. sobre a cultura política que articulava, no Império Romano, as mais distintas esferas de exercício do poder, desde a administração do palácio até o funcionamento das cúrias urbanas. Por meio da argumentação desses autores, pudemos compreender que a produção de discursos laudatórios e cunhagem de moedas, apesar de operações distintas e que tinham por base suportes igualmente distintos, eram elementos que se autorreforçavam numa dinâmica de permanente interação, uma vez que eram vetores de um mesmo sistema político no qual se encontrava situado, no vértice, o *basileus*. Por outro lado, ao conjugar uma gama de símbolos e de metáforas, os panegíricos e as moedas movimentavam um grande número de funcionários, em diferentes níveis de especialização, bem como recursos dispendiosos, características que nos revelam, por seu turno, a dimensão prática e material do ato de governar. Desse ponto de vista, o simbólico e o material são dimensões da vida em sociedade que caminham lado a lado, de modo indissociável, como tentamos demonstrar.

Como dissemos, as moedas e os panegíricos são vetores que portam valores políticos e reforçam tradições, mas também são discursos materiais que transmitem mensagens a diferentes grupos e públicos que os manipulam. Aos panegiristas, detentores de uma cultura literária de alto nível, a dimensão prática acarreta prestígio e *status* em nível local. À corte e às elites provinciais, a elocução dos panegíricos e a distribuição das moedas asseguram que cada um cumpra o seu papel para a manutenção e a reprodução da cultura política própria do *Dominato*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA LITERÁRIA

- ARISTÓTELES. *Política*. Edição Bilingue grego-português. Tradução e notas de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega Universidade, 1998.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Coleção Obras Completas de Aristóteles. Vol. VIII, tomo I. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/ Imprensa Nacional, 2005.
- BAEHRENS, Aemilius. *XII Panegyrici Latini*. Recensuit Aemilius Baehrens. Poetae Latini Minores. Lipsiae: Taubneri, 1874.
- DURRY, Marcel. *Panegyrique de Trajan*. Paris: Les Belles Lettres, 1947.
- AUSONIUS. Loeb Classical Library. With an English translation by Hugh G. Evelyn. Volume I. London: Willian Heinemann; New York: G. P. Putnam's sons, 1919.
- AUSONIUS. Loeb Classical Library. With an English translation by Hugh G. Evelyn. Volume II. London: Willian Heinemann; New York: G. P. Putnam's sons, 1921.
- GALLETIER, Édouard. *Panegyriques latins*. Tomo I. Paris: Les Belles Lettres, 1949a.
- GALLETIER, Édouard. *Panegyriques latins*. Tomo II. Paris: Les Belles Lettres, 1949b.
- GALLETIER, Édouard. *Panegyriques latins*. Tomo III. Paris: Les Belles Lettres, 1949c.
- HORÁCIO. *Obras completas*: Odes, Epodos, Carme Secular, Sátiras e Epístolas. Tradução de Elpino Duriense, José Agostinho de Macedo, Antônio Luís Seabra e Francisco Antônio Picot. São Paulo: Cultura, 1941.
- HERRERO-LLORENTE, Victor-Jose. *Biógrafos y panegiristas latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.
- HESÍODO. *O trabalho e os dias*. LAFER, Mary Camargo N. (Introdução, tradução e comentários). São Paulo: Iluminuras, 2006.
- ISOCRATES. *Panegyricus*. Volume I. In Three Volumes. English translation by George Norlin. London: William Heinemann Ltd/ Massachusetts: Harvard University, 1961.
- ITINERARIUM BURDIGALENSE UEL HIEROSOLYMITANUM (Itinerário de Bordeaux ou de Jerusalém). Texto latino, mapas e tradução comentada por Gustavo H. S.S. Althoff e Gustavo Sartin. *Scientia Traductionis*, n. 15, p. 293-379, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1980-4237.2014n15p293>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.
- IVLIVS CAESAR. *The Gallic War*. With an English Translation by: H. J. Edwards. Cambridge/London: Harward University, 2006.

- MARTIAL. *Epigrams*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. v. 3. Cambridge: Harvard University, 1993.
- MENANDER RHETOR. *A Commentary*. Edited with translation and commentary by Donald A. Russell and Nigel G. Wilson. Oxford: Clarendon, 1981.
- MYNORS, Roger Aubrey Baskerville. *XII Panegyrici Latini*. Oxford: Clarendon, 1964.
- NIXON, Charles E. V.; ROGERS, Barbara Saylor. (Introduction, translation and commentary). *Praise of Later Roman emperors: the panegyrici latini*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California, 1994.
- PHARR, Clyde; DAVIDSON, Theresa Sherrer (Introduction, translation and commentary). *'Codex Theodosianus' and novels and Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University, 1952.
- PLINY. *Natural History*. In thirty books. A translation by Philemon Holland. Printed for the Club Castle Street and Leicester Square, 1947-8.
- PLINY THE YOUNGER. *Complete Letters*. Translated with an Introduction and Notes by P. G. Walsh. Oxford: Oxford University, 2006.
- QUINTILIAN. *Institutio Oratoria*. With an English translation by Harold E. Butler. v. I. London: William Heinemann, 1920.
- REZENDE, Antônio Martinez. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano* (Tradução do Livro XI de *Institutio Oratoria*). Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23 (com tradução integral do De Oratore)*. Tese (Doutorado em Letras) – Usp, 2009.
- SEECK, Otto (Ed.). *Notitia Dignitatum*. Weidmannos: Berolini, MDCCCLXXVI.
- SUETONIUS. *The Lives of the Caesars/ Lives of illustrious men: Grammarians and Rhetoricians*. Translated by J. C. Rolfe. Volume II. Loeb Classical Library 38. London: Harvard University, 2001.
- TACITE. *Annales*. v. 3. Paris: Les Belles Lettres, 1953.
- TACITO. *Agrícola*. In: *Agrícola/ Germania/ Diálogo sobre los oradores*. Introducciones, traducción y notas de J. M. Querejo. Biblioteca Clásica Gregos, 36. Madrid: Sanchez Pacheco, 1988.
- TACITO. *Diálogo sobre los oradores*. In: *Agrícola/ Germania/ Diálogo sobre los oradores*. Introducciones, traducción y notas de J. M. Querejo. Biblioteca Clásica Gregos, 36. Madrid: Sanchez Pacheco, 1988.
- TÁCITO. *Historiarum Libri*. Estudo e tradução de Frederico de Souza Silva. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Usp, 2015.
- THE GEOGRAPHY OF STRABO. With an English translation by Horace Leonard Jones. Vol. I-II. The Loeb Classical Library. London: Harvard University, 1960.
- VIRGÍLIO. *Bucólicas*. Tradução de Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho. Belo Horizonte: Tessitura, Crisálida, 2005.

VITRUVIUS. *On Architecture*. In two volumes. I. Edited from the Harleian Manuscript 2767 and translated into English by Frank Granger. The Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University, 1955.

#### DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA NUMISMÁTICA

BRUUN, Patrick M. Constantine and Licinius. *The Roman Imperial Coinage*. Edited: MATTINGLY, H. & SUTHERLAND, C.H.V. & CARSON, R. A. G. Vol. VII. London: Spink & Son LTD, 1966.

GNECCHI, Francesco. *I Medaglioni Romani*. I-III. Milano: Forni, 1912.

KENT, John Philip C. The Family of Constantine I. *The Roman Imperial Coinage*. Edited: MATTINGLY, H. & SUTHERLAND, C.H.V. & CARSON, R. A. G. Vol. VII. London: Spink & Son LTD, 1981.

PEARCE, John Willian E. Valentinian I – Theodosius I. *The Roman Imperial Coinage*. Edited: MATTINGLY, H. & SUTHERLAND, C.H.V. & CARSON, R. A. G. Vol. VII. London: Spink & Son LTD, 2003.

SUTHERLAND, Carol Humphrey V. From Diocletian's reform (A.D. 294) to the death of Maximianus (A.D. 313). *The Roman Imperial Coinage*. Edited: MATTINGLY, H. & SUTHERLAND, C.H.V. & CARSON, R. A. G. Vol. VI. London: Spink & Son LTD, 1967.

#### OBRAS DE REFERÊNCIA, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAMERON, Alan. *Greek mythography in the Roman world*. New York: Oxford University, 2004.

DARENBERG, Charles H.; SAGLIO, Edmond D. M. *Dictionnaire ds Antiquités grecques et romaines*. Toulouse: Université de Toulouse Le Miraiu. Disponível em: <<http://dagr.univ-tlse2.fr/sdx/dagr/index.xsp>>. Acesso em: 20 setembro de 2014.

DELAMARRE, Xavier. *Dictionnaire de la Langue Gauloise*. Une approche linguistique Du vieux-celtique continental. 2a ed. Paris: Errance, 2003.

DIXON-KENNEDY, Mike. *Encyclopedia Grego-Roman Mythology*. Santa Barbara/ Oxford: ABC-Clio, 1998.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GRENIER, Albert. *Manuel d'Archeologie Gallo-Romaine*. Troisième partie: L'Architecture. Paris: Picard, 1958.

HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2001.

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: Clarendon, 1968.

PEREIRA, Maria Helena R. *Estudos de história da Cultura Clássica*. Volume II – Cultura Clássica. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PLATNER, Samuel Ball; ASHBY, Thomas (Eds.). *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*. London: Oxford University, 1929.

SARAIVA, Francisco. R. S. *Dicionário Latino-Português*. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico. 12. ed. Belo Horizonte: Garnier, 2006.

#### BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

ALMOND, Gabriel A. The intellectual history of the Civic Culture concept. In: ALMOND; Gabriel A.; VERBA Sidney (Ed.). *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park: SAGE/ Publications the Publishers of Professional Social science, 1989. p. 1-36. [1980]

ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., G. Bingham. *Uma teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. [1966]

ALMOND, Gabriel A.; VERBA Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park: SAGE/ Publications the Publishers of Professional Social science, 1989. [1963]

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: UNB, 1981.

BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARFORD, Paul M. East is east and west is west? Power and paradigm in European archaeology. In: BIEHL, P. F.; GRAMSCH, A.; MARCINIAK, A. (Ed.). *Archäologien Europas/Archaeologies of Europe*. Berlin: Waxmann, 2002. p. 77-97.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. [1957]

BEARD, Mary; HENDERSON, John. *Classics: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University, 1995.

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

- BETTINI, Maurizio. As reescritas do mito. In: CAVALLO, Guglielmo; FEDELI, Paolo; GIARDINA, Andrea. *O espaço literário da Roma antiga*. v. 1. Belo Horizonte: Tessitura, 2010. p. 19-39.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos 'Annales' 1929-1989*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- BURNAND, Yves. Informations archéologiques. *Gallia*, 40-2, p. 323-345, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 375-99.
- CARTLEDGE, Paul. *Classics: from discipline in crisis to (multi-)cultural capital*. In: TOO, Yun Lee; LIVINGSTONE, Niall (Eds.). *Pedagogy and Power: rhetorics of Classical Learning*. Cambridge: Cambridge University, 1997. p. 16-28.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- CHURCHMAN, Charles West. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- COIMBRA, Alvaro da Veiga. *Noções de numismática*. Coleção da Revista de História. São Paulo: MAE, 1957.
- D'ENCARNAÇÃO, José. *Epigrafia. As pedras que falam*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- DEPEYROT, Georges. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.
- DUMÉZIL, Georges. *Mythe et épopée*. Paris: Éditions Gallimard, 1968.
- DUTRA, Eliana R. F. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, p. 13-28, dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/28p13.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2011.
- DYSON, Stephen L. From new to new age archaeology: archaeological theory and classical archaeology – a 1990s perspective. *American Journal of Archaeology*, 97, p. 195-206, 1993.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- FEATHERSTONE, Mike. *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity*. London: Sage, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. [1969]

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. [1970]
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JONES, Siân; HALL, Martin. Introduction: archaeology in history. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JONES, Sian; HALL, Martin. (Ed.). *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, 1999. p. 1-20.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os historiadores e a Cultura Material. In: PINSKY, Carla Bassanezi; *et al.* (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ‘ekphrasis’. *Revista Usp*, São Paulo, n. 71, p. 85-105, 2006.
- HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. *Retórica*. São Paulo: Annablume/ IEB, 2012. p. 159-177.
- HARDWICK, Lorna. *Translating Words, Translating Cultures*. London: Duckworth, 2000.
- JOHNSON, Matthew. *Archaeological Theory: an Introduction*. Oxford: Blackwell, 1999.
- JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.
- LAFER, Mary Camargo N. Os Mitos: comentários. In: *Hesíodo. O trabalho e os dias*. LAFER, Mary Camargo N. (Introdução, tradução e comentários). São Paulo: Iluminuras 2006. p. 11-18.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006. [1957]
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. [2004]
- MARLETTI, Carl. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 637-640.
- MARTINDALE, Charles. *Redeeming the Text: latin poetry and the hermenutics of reception*, Cambridge: Cambridge University, 1993.
- MENESES, Ulpiano T. B. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-62.
- MORELAND, John. *Archaeology and Text*. London: Duckworth, 2001.



- PANEBIANCO, Angelo. Comunicação Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 200-204.
- PRANDI, Carlo. Tradições. In: ROMANO, Ruggiero. (org.). *Enciclopédia Einaudi*. v. 36. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. p. 381-417.
- REDDÉ, Michel; BRULET, Raymond *et al.* (Ed.). *Les Fortifications militaires*. Paris/Bordeaux: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme / Ausonius, 2006.
- REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/UFG, 1996. p. 13-36.
- RODRIGUES, José Carlos. *Ensaio em Antropologia do Poder*. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.
- SAUER, Eberhard W. *Archaeology and Ancient History: breaking down and boundaries*. London: Routledge, 2004.
- SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriação da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.
- SMALL, David B. Introduction. In: SMALL, David B. (Ed.). *Methods in the Mediterranean: Historical and Archaeological views on texts and archaeology*. New York: E. J. Brill, 1995.
- SOWELL, Thomas. *Intellectuals and society*. New York: Basic Books, 2011.
- VERBA, Sidney. *Small Groups and Political Behavior: a study of leadership*. Princeton: Princeton University, 1961.
- VERBA, Sidney. On revisiting The Civic Culture: a personal postscript. In: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Ed.). *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park: SAGE/ Publications the Publishers of Professional Social science, 1989. p. 394-410. [1980]
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

## OBRAS DA ANTIGUIDADE, HISTÓRIA ROMANA E DAS GÁLIAS

- ACHARD, Guy. *La communication a Rome*. Paris: Le Belles Lettres, 1991.
- ALFÖLDY, Geza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Los Angeles: University of California, 2000.
- ANDRÉ, Jean-Marie. *Le siècle d'Auguste*. Paris: Payot, 1974.

- AVERY, William T. The 'adoratio purpurae' and the importance of the imperial purple in the Fourth Century of the Christian Era. In: *Memoirs of the American Academy in Rome*. V. XVII, 1940. p. 66-80.
- BABUT, Ernest-Charles. L'adoration des empereurs et les origines de la persécution de Dioclétien. *Revue Historique*. Tome CXXIII, p. 225-52, 1916.
- BARNES, Thimoty. D. *Constantine and Eusebius*. Harvard: Harvard University, 1981.
- BARNES, Timothy. *The New Empire of Diocletian and Constantine*. Cambridge/Massachussets: University of Massachussets, 1982.
- BARNES, Timothy. *Constantine. Dynasty, religion and Power in the Later Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2014.
- BARRAUD, Dany; SIREIX, Christophe. Burdigala à la lumière des nouvelles découvertes. In: GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. G.; ARBULO, J. R. (Eds.). *Simulacra Romae II*. Societe Arqueologique Champenoise, 2010. p. 161-70.
- BASTIEN, Pierre. *Le Monnaie et donativa au Bas-Empire*. Wetteren: Éditions Numismatique Romaine, 1988.
- BEDON, Robert; CHEVALLIER, Raymond; PINON, Pierre. *Architecture et urbanisme en Gaule romaine*. Tomo I – L'architecture et les villes en Gaule romaine. Paris: Errance, 1988.
- BENOIT, Fernand. Le symbolisme dans les sanctuaires de La Gaule. *Latomus: Revue d'études Latines*. v. 105. Bruxelles, p. 108-38, 1970.
- BÉRANGER, Jean. *Principatus*. Genève: Aroz, 1975.
- BERRY, Dominic H. Oratory. In: HARRISON, Stephen J. (Ed.). *A Companion to Latin Literature*. Blackwell Publishing, 2005. p. 257-69.
- BICKERMAN, Elias. Consecratio. In: *Le Culte des Souverains dans l'Empire Romain*. Entretiens 19. Genève: Fondation Hardt, 1973. p. 3-25.
- BIDEZ, Joseph. *La vie de l'Empereur Julien*. Paris: Les Belles-Lettres, 1930.
- BINA, Tatiana. *Os fana no contexto galo-romano*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE/Usp, 2008.
- BLÁZQUEZ, José María. *Historia de España Antigua*. Tomo II. Madrid: Catedra, 1995.
- BLOCKLEY, Roger C. The Panegyric of Claudius Mamertinus on the Emperor Julian. *The American Journal of Philology*, v. 93, n. 3, p. 437-50, 1972.
- BLOOMER, W. Martin. Roman Declamation: The Elder Seneca and Quintilian. In: DOMINIK, William; HALL, Jon. (Eds.). *A companion to Roman rhetoric*. Blackwell companions to the ancient world: Ancient history. Oxford: Blackwell, 2007. p. 297-306.
- BOISSIER, Gaston. Les rhéteurs gaulois du quatrième siècle. *Journal des savants*. P. 125-40, 1884.

- BONFANTE, Larissa Warren. Emperor, God and man in the IV century. *La Parola del Passato*, Napoli, fasc. XCIX, p. 401-27, 1964.
- BONNER, Stanley F. *Education in Ancient Rome. From de Elder Cato to the younger Pliny*. v. 91. London/ New York: Routledge, 2012.
- BOOTH, Alan D. Notes on Ausonius 'Professores'. *Phoenix*, v. 32, n. 3, p. 235-49, 1978.
- BORN, Lester K. The perfect prince according to the Latin Panegyrists. *American Journal of Philosophy*, 55, p. 20-35, 1934.
- BOUFFARTIGUE, Jean. *L'empereur Julien et la culture de son temps*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 1992.
- BOULAINVILHERS, Comte Henri. *Histoire de L'ancien gouvernement de La France*. v. 3. The Hague and Amsterdam: Aux dépends de la Compagnie, 1727.
- BOURNE, Richard John. *Aspects of the relationship between the Central and Gallic Empires in the mid to Late Third Century ad with special reference to coinage studies*. Durhan University, 2000. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/4343>>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.
- BRANDT, Samuel. *Eumenius von Augustodunum und die ihm zugeschriebenen Reden*. Kessinger Publishing, 2010. [1882]
- BRAUND, Suzanna Morton. Praise and protreptic in early imperial panegyric: Cicero, Seneca, Pliny. In: WHITBY, M. (Ed.) *The propaganda of power: the role of panegyric in Late Antiquity*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998. p. 53-76.
- BRAUND, Suzanna Morton. *Latin Literature*. London and New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2002.
- BRAVO, Gonzalo. El ritual de la "Proskynesis" y su significado político y religioso en la Roma Imperial. *Gerión 15*, Madrid, p. 177-191, 1997.
- BRÉHIER, Louis; BATIFFOL, Pierre. *Les survivances du culte impérial romain*. Paris: Auguste Picard, 1920.
- BROWN, Peter. *The Making of Late Antiquity*. Cambridge /Massachusetts/ London: Harvard University, 1978.
- BROWN, Peter. *The world of Late Antiquity. AD 150-750*. London: Thames & Hudson, 2006 [1971].
- BRUNAUX, Jean-Loius. *Anthrologie de la Gaule Celtique*. Paris: Errance, 2004.
- BRUNAUX, Jean-Loius. *Les gaulois*. Paris: Le Belles Lettres, 2005.
- BRUUN, Patrick. Coins and the Roman Imperial government. In: PAUL, George M.; IERARDI, Michael. *Roman Coins and public life under the empire*. Michigan: University of Michigan, 2002. p. 19-40.
- BUTLER, Ronald M. Late Roman Town Walls in Gaul. *Journal of the Royal Archaeological Institute*, 116, p. 25-50, 1959.

- CAMERON, Averil. *The Later Roman Empire* (A.D. 284-430). Glasgow: Fontana, 1993.
- CARRIÉ, Jean-Michel.; ROUSSELLE, Aline. *L'Empire Romain en mutation: des Sévères à Constantin (192-337)*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- CARVALHO, Margarida Maria. *Paideia e retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.
- CHAMPION, Craig B. (Ed.). *Roman Imperialism: Readings and Sources*, London: Blackwell, 2004.
- CHAPMAN, Malcolm. Semantics and the celts. In: *Semantic Anthropology*. New York: Academic Press, 1982. p. 123-44.
- CHESNUT, Glenn F. The ruler and the 'logos' in neopythagorean, middle platonian and late stoic political philosophy. In: TEMPORINI, H.; HAASE, W. (Eds.). *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1978. p. 1313-20.
- CHIARADONNA, Riccardo. La Tarda Antichità: caratteri generali e questioni aperte. *Chaos e Kosmos XIV*, p. 1-8, 2013.
- CHRISTOPHERSON, Archie Joseph. The Provincial Assembly of the Three Gauls in the Julio-Claudian Period. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 17, H. 3, p. 351-66, 1968.
- CLARKE, Martin Lowther. *Rhetoric at Rome*. A historical survey. London/ New York: Routledge, 2002. [1963]
- CIZEK, Eugen. La littérature et les cercles culturels et politiques à l'époque de Trajan. *ANRW II*, 33.1, p. 3-35, 1989.
- CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature: a History*. Baltimore: The Hopkins University, 1999.
- COŞKUN, Altay; ZEIDLER, Jürgen. Netzwerk Interferenzonomastik. *22nd International Congress of Onomastic Sciences (ICOS)*. (Gallo-Roman Series). Pisa: NIO, 2005. p. 1-10.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2009. [1864]
- COULON, Gérard. *Les Gallo-Romains*. Les Villes, les campagnes et les échanges. Tome I. Paris: Armand Colin, 1990.
- CRAWFORD, Michael. H. Roman imperial coin and the formation of public opinion. In: GRIERSON, P. (Ed.). *Studies in numismatic method*. Cambridge: Cambridge University, 1983. p. 47-64.
- CRAWFORD, Michael. H. Numismatics. In: CRAWFORD, Michael (Ed.). *Sources for Ancient History*. London: Cambridge University, 2003. p. 185-233.
- CROOK, John. *Consilium principis*. Cambridge: Cambridge University, 1955.
- DE BLOIS, Lukas. The crisis of the Third Century AD in the Roman Empire: a modern myth? In: DE BLOIS, Lukas; RICH, John. *The transformation of economic life under The Roman Empire*. Proceedings of the Second Workshop of the international network impact of Empire. v. 2. Nottingham, 2001. p. 204-217.

- DE ROSALI, A. La questione dei rhetores latini. *Annali del Liceo classico G. Garibaldi di Palermo*. 14-16, p. 181-97, 1977/79.
- DELMAIRE, Roland. Largesses sacrées et res Privata. L'aerarium impérial et son administration du IV<sup>e</sup> au VI<sup>e</sup> siècle. Roma: *Coll. E.F.R.*, 121, p. 178-90, 1989.
- DERKS, Ton. The ritual of the vow in Gallo-Roman religion. In: METZLER, J. et al (Ed.). *Integration in the Early Roman West. The role of culture and ideology*. Dossiers d'Archéologie Du Musée National d'Histoire et d'Art 4, 1995. p. 111-127.
- DEY, Hendrik W. *The afterline of the Roman City*. Architecture and ceremony in Late Antiquity and the Early Middle Ages. Cambridge: Cambridge University, 2015.
- DEWAR, Michael. Introduction. In: *Claudian: panegyricus de Sexto Consulatu Honorii Augusti*. Edited with introduction, translation and literary commentary by Michael Dewar. Oxford: Clarendon, 1996.
- DEWITT, Norman J. The non-political nature of Caesar's Comentaries. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*. P. 341-352, 1942.
- DIETLER, Michael. "Our Ancestors the Gauls": Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe. *American Anthropologist*. New Series, v. 96, n. 3, p. 584-605, 1994.
- DIGESER, Elizabeth. *The making of a Christian Empire: Lactantius and Rome*. Ithaca: Cornell University, 2000.
- DOMINIK, William. Tacitus and Pliny on Oratory. In: DOMINIK, William; HALL, John (Eds.). *A companion to Roman rhetoric*. Blackwell companions to the ancient world: Ancient history. Oxford: Blackwell, 2007. p. 323-38.
- DOMINIK, William; SMITH, Christopher John. Praise and blame in roman oratory. SMITH, Christopher J.; COVINO, Ralph (Eds.). *Praise and blame in Roman republican rhetoric*. Swansea: Classical Press of Wales, 2010. p. 1-16.
- DOWNEY, Glanville. Education in the Christian Roman Empire: christian and pagan theories under Constantine and his successors. *Speculum: journal of medieval studies*, Cambridge, Medieval Academy of America, v. 32, p. 48-61, 1957.
- DRAKE, Harold A. *In Praise of Constantine*. A historical study and new translation of Eusebius' Tricennial Orations. Berkeley: University of California, 1976.
- DRINKWATER, John F. Coin hoards and the chronology of the Gallic Emperors. *Britannia*, v. 5, p. 293-302, 1974.
- DRINKWATER, John F. *Roman Gaul: the three provinces, 58 BC-AD 260*. New York: Cornell University, 1983.
- DRINKWATER, John F. Patronage in Roman Gaule and the problem of the bagaudae. In: WALLACE-HADRILL, Andrew. *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989. p. 189-203.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. *Celtes et Gaulois au XVI<sup>e</sup> siècle*. Le développement littéraire d'un mythe nationaliste. Paris: Librairie Philosophique, 1972.

- DUVAL, Paul Marie. *Los Celtas*. Madrid: Aguilar, 1977.
- EBEL, Charles. Southern gaul in the triumviral period: a critical stage of romanization. *The American Journal of Philology*, v. 109, n. 4. The Johns Hopkins University, p. 572-590, 1988.
- ELLIOT, Thomas G. The language of Constantine's propaganda. *Transactions of the American Philological Association*, v. 120. The Johns Hopkins University, 1990. p. 349-53.
- ELSNER, Jás. The Itinerarium Burdigalense: politics and salvation in the Geography of Constantine's Empire. *The Journal of Roman Studies*, v. 90, p. 181-95, 2000.
- ERNEST-BABELON, Cahiers. L'iconographie monétaire de Julien. *RN*, 4, v. 7, p. 130-163, 1903.
- ESCRIBANO, Maria Vitória. Usurpación y religión en el s. IV d.C. Paganismo, cristianismo y legitimación política. *Antigüedad y cristianismo*, Murcia, v. 7, p. 247-72, 1990.
- ETIENNE, Robert. *Bordeaux antique. Histoire de Bordeaux*. Bibliothèque de l'école des chartes, v. 121, n. 121, p. 280-282, 1963.
- EVELYN, Hugh G. Introduction. In: *Ausonius*. Loeb Classical Library. Volume I. London: Willian Heinemann; New York: G. P. Putnam's sons, 1919. p. vii-xliii.
- FANTHAM, Elaine. *Roman Literary Culture: from Cicero to Apuleius*. Baltimore/ London: John Hopkins University, 1999.
- FAURE, Edgar. *Étude de la capitation de Dioclétien d'après le panégyrique VIII*. Paris: Sirey, 1961.
- FAVERSANI, Fabio. Estado e governo em Sêneca. ARAUJO, Sônia R. R. (et al). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2010. p. 21-62.
- FAVERSANI, Fabio. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, Fabio D. (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.
- FERGUSON, John. Il culto imperiale. In: WACHER, John (org.). *Il mondo di Roma imperiale*. Economia, società, religione. Roma: Laterza, 1989. p. 263-79.
- FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel. Ethnicité, politique et échelles d'intégration: réflexions sur les "pagi" gaulois avant La conquête. *Études Celtiques*. CNRS Editions, XXXIX, p. 7-29, 2013.
- FERNANDEZ UBIÑA, José. *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid: Akal, 1982.
- FERRARY, Jean-Louis. L'Empire Romain, oikoumène et l'Europe. In: PERRIN, Michel (Ed.). *L'idée de l'Europe au fil de deux millénaires*. Le Centre d'Histoire des Idées Université de Picardie Jules-Verne. Paris: Beauchesne. 1994. p. 39-54.
- FÉVRIER, Paul-Albert. The origin and growth of the cities of Southern Gaul to the Third Century A.D. Na assessment of the most recent. *Archaeological Discoveries. The Journal of Roman Studies*, v. 63, p. 1-28, 1973.

- FIGUEROLA PANIAGUA, Miguel G. Administración y moneda en el siglo IV. *Studia Historica. Historia Antigua*, v. 12, p. 115-128, 1994.
- FINLEY, Moses. *The Ancient Economy*. 1a ed. Berkeley: University of California, 1973.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. O outro lado da moeda na Grécia Antiga. In: *O outro lado da moeda*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001.
- FRANCHI, Ana Paula. *Poder imperial e legitimação no século IV d.C.: o caso do panegírico de Constantino*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Paraná, 2009.
- FRANCHI, Ana Paula. *O elogio das virtudes: os Panegíricos Latinos e a reorganização tetrárquica do poder imperial romano no século III d.C.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2015.
- FREEMAN, Philip W. M. ‘Romanisation and Roman material culture. *Journal of Roman Archaeology* 6. p. 438-45, 1993.
- FREEMAN, Philip W. M. *Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain*. In: MATTINGLY, David J. (Ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, Discourse and Discrepant Experiences in the Roman Empire*. *Journal of Roman Archaeology* (Supplementary Series), n. 23, 1997. p. 27-50.
- FRIGHETTO, Renan. Da Antiguidade Clássica à Idade Média: a ideia da ‘Humanitas’ na Antiguidade Tardia ocidental. *Temas Medievales*, v. 12 (online), Buenos Aires, 2004.
- FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 161-177, 2006.
- FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: *Pré-atas VII Semana de Estudos Medievais*. Brasília: Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília, 2009. p. 101-121.
- FRIGHETTO, Renan. Da teoria à prática política: o exercício do poder na Antiguidade Tardia. *Revista História Helikon*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 16-36, 2014.
- FRYE, David. Aristocratic responses to Late Roman urban change: the examples of Ausonius and Sidonius in Gaul. *The Classical World*, v. 96, n. 2, p. 185-196, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARLAN, Carlos Umpierre (Org.). *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Unicamp: IFCH / Unicamp, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia Antiga. *Antiguidade Clássica* 7, n. 1, p. 140-149, 2011.
- GAGÉ, Jean. L’empereur romain et les rois, politique et protocole. *Revue historique*, Paris, t.CCXXI, p. 221-60, 1959.
- GAGÉ, Jean. *Les classes sociales dans l’Empire Romain*. Paris: Payot, 1964.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Mercedes; VERA GARCÍA, Carlos. Aproximación al estudio de Teodosio I en la moneda de su época. *Congreso internacional La Hispania de Teodosio*. v. 2, 1997. p. 729-38.

- GARCÍA RUIZ, Maria Pilar. Una lectura de la ‘gratiarum actio’ de Claudio Mamertino a la luz de los primeros escritos de Juliano. *Emerita: Revista de Lingüística y Filología Clásica* (EM), LXXVI 2, p. 231-252, julio-diciembre de 2008.
- GARDNER, Jane F. The “Gallic Menace” in Caesar’s propaganda. *Greece & Rome*, v. XXX, nº 2, p. 180-9, October 1983.
- GASTI, Fabio. *Profilo storico della letteratura tardolatina*. Pavia: Pavia University, 2013.
- GIBSON, Bruce. Contemporary contexts. In: ROCHE, P. (Ed.) *Pliny’s praise: the Panegyricus in the Roman world*. New York: Cambridge University, 2011. p. 104-24.
- GILLIARD, Frank D. Notes on the coinage of Julian the Apostate. *The Journal of Roman Studies*, v. 54, 1 and 2, p. 135-41, 1964.
- GOMES SANTA MARIA, I. *Cortesia verbal y citas de scripta imperatoris en el panegírico latino*, Universidad de Salamanca, v. 14, p. 145-154, 2003.
- GONÇALVES, Ana Tereza Marques. Os Severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006. p. 175-191.
- GOODMAN, Penelope. *The Roman city and its periphery: from Rome to Gaul*. New York: Routledge, 2007.
- GOUDINEAU, Christian. La Galia Transalpina. In: NICOLET, C. (Org.). *Roma y la conquista del mundo mediterráneo: 264-27 a de J.C.* Barcelona: Labor, 1984.
- GRAHAME, Mark. Material culture and Roman identity. The spatial layout of Pompeian houses nad the problem of ethnicity. In: LAURENCE, R.; BERRY, J. (Eds). *Cultural Identity in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2003. p. 156-78.
- GRANT, Michael. *Roman History from coins*. Cambridge: Cambridge University, 1958.
- GRUEL, Katherine. Les prototypes des monnaies gauloises: les raisons de leur choix. In: FRÉRE, Dominique (Dir.). *De la Méditerranée vers l’atlantique. Aspects des relations entre la Méditerranée et la Gaule centrale et occidentale (VIII-II siècle av. j.-C.)*. Rennes: Universitaires de Rennes, 2006. p. 67-74.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. O estoicismo e a Historiografia Romana. *Boletim do CPA*, 1. Campinas: IFCH-Unicamp, 1996. p. 53-61.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Roma, o poder e a História. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 281-94.
- GUTZWILLER, Hans. *Die Neujahrsrede des Konsuls Claudius Mamertinus vor dem Kaiser Julian*. Text. Übersetzung und Kommentar, Basel, 1942.
- HAARHOFF, Theodore Johannes. *Schools of Gaul: a study of pagan and Christian education in the last century of the Western Empire*. Johannesburg: Witwatersrand University, 1958. [1920]



- HABINEK, Thomas N. *The politics of Latin literature: writing, identity, and empire in Ancient Rome*. New Jersey: Princeton University, 1998.
- HALSBERGHE, Gaston H. *The Cult of Sol Invictus*. Etudes preliminaires aux religions orientales dans l'empire romain, 23. Leiden: E.J.Brill, 1972.
- HANNESTAD, Niels. *Roman art and imperial policy*. Aarhus: Aarhus University, 1988.
- HARL, Kenneth W. *Civic Coins and Civic Politics in the Roman East A.D. 180-275*. Berkeley: University of California, 1987.
- HARRIES, Jill. Church and state in the 'Notitia Galliarum'. *The Journal of Roman Studies*. vol. LXVIII. London: Society for the promotion of Roman Studies, 1978. p. 26-43.
- HARRIES, Jill. *Law and Empire in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- HAVERFIELD, Francis. *The Romanization of Roman Britain*. 3a ed. Oxford: Clarendon, 1915.
- HAYWOOD, John. *The Celts: from Bronze Age to New Age*. 1. ed. Edinburgh: Routledge, 2004.
- HENDY, Michael. Mint and fiscal administration under Diocletian, his colleagues and his successors – AD. 305-24. *The Journal of Roman Studies*, v. 62, p. 75-82, 1972.
- HEUCHERT, Volker. The chronological development of Roman provincial coin iconography. In: HOWGEGO, C. J.; HEUCHERT, V.; BURNETT, A. (Eds.). *Coinage and identity in the Roman Provinces*. New York: Oxford University, 2007. p. 29-56.
- HIDALGO DE LA VEGA, Maria Jose. *El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.
- HIJMANS, Steven. *Sol. The sun in the Art and Religions of Rome*. Netherlands: Rijksuniversiteit Groningen, 2009.
- HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture. Unit, University and Empire*. London and New York: Routledge Yaylor & Francis Group, 2005.
- HINGLEY, Richard. Recriando coerência sem se reinventar romanização. *Revista Aulas. Dossiê Identidades Nacionais*, n. 2, 2006.
- HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HOPE, Valerie. Status and identity in The Roman World. In: HUSKINSON, J. (Ed.). *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2000. p.125-52.
- HOWGEGO, Christopher. *Ancient history from coins*. London: Routledge, 1995.
- JANSON, Tore. Notes on the Text of the 'Panegyrici Latini'. *Classical Philology*, v. 79, n. 1, p. 15-27, 1984.
- JOHANNEAU, Eloi. Discours d'ouverture sur l'établissement de l'académie celtique, lès objets de ses rechesches et le plan de ses travaux. *Mémoires de l'Académie Celtique*. Tomo I, p. 28-64, 1807.

- JOHNSON, Stephen. *Late Roman Fortifications*. London: Batsford, 1983.
- JOHNSON, William. A. *Readers and Reading culture in the High Roman Empire. A study of Elite Communities*. Oxford: Oxford University, 2010.
- JOLY, Fábio Duarte. Ética, retórica e poética no “Diálogo dos Oradores” e a concepção de História em Tácito. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 19-43, dez. 2009.
- JONES, Arnold Hugh Martin. *The Later Roman Empire (284-602)*. v. 1 e 2. Oxford: Basil Blackwell, 1964.
- JONES, Arnold Hugh Martin. *The Decline of the Ancient World*. London: Longmans, 1986. [1966]
- JULLIAN, Camille. *Histoire de la Gaule*. 5 tomos. Paris: Dalloz, 1920.
- KARL, Raimund. Celtoscepticism. A convenient excuse for ignoring non-archaeological evidence? In: SAUER, E. W. (Ed.). *Archaeology and Ancient History. Breaking down and boundaries*. London/ New York: Rotledge, 2004. p. 185-99.
- KASTER, Robert. A. *Guardians of language: the grammarian and society in Later Antiquity*. Berkeley: CA, 1997. [1988]
- KENNEDY, George A. *The art of rhetoric in the Roman World*. Princeton: Princeton University, 1972.
- KING, Tony. Vercingetorix, Asterix and the Gauls: gallic symbols in french politics and culture. In: HINGLEY, Richard (Ed.). *Images of Rome: Perceptions of Ancient Rome in Europe and the United States of America in the Modern Age. Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series*, n. 44, p. 113-25, 2001.
- KLOSE, Dietrich. O. A. Festivals and games in the cities of the East during the Roman Empire. In: HOWGEGO, Christopher J.; HEUCHERT, Volker; BURNETT, Andrew. (Ed.). *Coinage and identity in the Roman Provinces*. New York: Oxford University, 2007. p. 125-33.
- LA BUA, Giuseppe. Patronage and education in third-Century Gaul: Eumenius’ panegyric for the restoration of the schools. *Journal of Late Antiquity*, v. 3, n. 2, p. 300-15, 2010.
- LA TOUR D’AUVERGNE, Théophile M. C. *Nouvelles recherches sur la langue. L’Origine et les antiquités des Bretons*. Bayonne: Fauchet, 1792.
- LEADBETTER, Bill. Best of Brothers: fraternal imagery in Panegyrics on Maximian Herculius. *Classical Philology*. v. 99. n. 3. p. 257-66, 2004.
- LENDON, Jon L. Julius Caesar, thinking about battle and foreign relations. *Histos 9*, University of Virgilia, p. 1-28, 2015.
- LEVENE, David S. God and man in the classical latin panegyric. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 43, p. 66-103, 1997.

- LEVICK, Barbara. Messages on the Roman Coinage: types and inscriptions. In: PAUL, George M.; IERARDI, Michael. *Roman Coins and public life under the empire*. Michigan: University of Michigan, 2002. p. 41- 60.
- L'HUILLIER, Marie-Claude. *L'Empire des mots*. Orateurs gaulois et empereurs romains. 3<sup>o</sup> et 4<sup>o</sup> siècles. Paris: Les Belles Lettres, 1992.
- LIEBESCHUETZ, John Hugo G. W. Religion in the Panegyrici Latini. In: *From Diocletian to the Arab Conquest: change in the Late Roman Empire*. Collected Studies. Great Britain: Variorum, 1996. p. 389-98.
- L'ORANGE, Hans Peter. 'Lux Aeterna': l'adorazione della luce nell'arte tardo-antica ed alto-medievale. *Atti della pontificia Accademia romana di archeologia*. Serie 3, Rendiconti, 47, p. 191-202, 1973.
- LO CASCIO, Elio. The new state of Diocletian and Constantine: from the Tetrarchy to the reunification of the Empire. In: BOWMAN, Alan K. *et al* (Ed.). *The Crisis of Empire (AD 193-337)*. The Cambridge Ancient History. 2. ed. V. XII. Cambridge: Cambridge University, 2008. p. 170-83.
- LOMAS, Francisco Javier. Propaganda e ideología: la imagen de la realeza en los panegiricos latinos. In: CANDAU MORON *et al.* (Orgs.). *La imagen de la realeza en la Antigüedad*. Madrid: Coloquio, 1988. p. 141-63.
- LOT, Ferdinand. *La Gaule, les fondements ethniques, sociaux et politiques de la nation française*. Édition Revue et mise à jour par Paul-Marie Duval, 1967.
- MACCORMACK, Sabine. *Change and continuity in Late Antiquity: the ceremony of 'adventus'*. *Historia*, 21, p. 721-52, 1972.
- MACCORMACK, Sabine. *Art and ceremony in Late Antiquity*. Berkeley: University of California, 1981.
- MACCORMACK, Sabine. Imagery in panegyrics. In: REES, R. (ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 240-50. [1976]
- MACHADO, Carlos Augusto R. Imagens e ideologia nas cunhagens de Teodósio I. *Phoînix*. Rio de Janeiro, ano 4, p. 59-68, 1998.
- MACHADO, Carlos Augusto R. O Senado romano e a corte imperial no Baixo Império: uma revisão. *Phoînix*, Rio de Janeiro, ano 6, p. 90-105, 2000.
- MAGUINNESS, William S. Some methods of the Latin Panegyrists. *Hermathena*, v. 22, n. 47, p. 42-61, 1934.
- MAGUINNESS, William S. Eumenius of Autun. *Greece & Rome*, v. 21, n. 63, p. 97-103, 1952.
- MARCO SIMÓN, Francisco. On the confrontation and cultural integration of the celts in the Western Roman Empire. In: GUILLAUMET, Jean-Paul (Ed.). *Studia Celtica Classica et Romana Nicolae Szabó*. Budapest: Pytheas, 2010. p. 151-58.
- MARROU, Henri-Irenne. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Áster, 1979.

- MARROU, Henri-Irenne. *História da Educação na Antigüidade*. São Paulo: E.D.U., 1990. [1948]
- MARTIN, Jean-Pierre. *Providentia Deorum: recherches sur certains aspects religieux du pouvoir impérial romain*. Rome: École Française de Rome/ Palais Farnèse, 1982.
- MARVILLA, Miguel Arcanjo. *O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em “De laudibus Constantini”, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d. C.)*. Vitória: Flor&Cultura, 2008.
- MARZANO, Annalisa. Hercules and the triumphal feast for the Roman People. In: ANTELA-BERNÁRDEZ, B.; ÑACO DEL HOYO, T. (Eds.). *Transforming historical landscapes in The Ancient Empires. British Archeological Reports*. Oxford, 2009. p. 83-97.
- MATTHEWS, John. *Western Aristocracies and Imperial Court (A.D. 364-425)*. Oxford: Oxford Clarendon, 1990. [1975]
- MATTINGLY, David J. *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University, 2011.
- MATTINGLY, Harold. The imperial ‘Vota’. *Proceedings of the British Academy*, 1950. p. 155-219.
- MAURICE, Jules. Les discours des panegyrici latini et l’évolution religieuse sous le regne de Constanti. *CRAI*, p. 165-79, 1909.
- MEADOWS, Andrews R. Numismatics. ERSKINE, Andrew (Ed). *A companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell, 2009. p. 48-58.
- MELLOR, Ronald. The new aristocracy of power. In: BOYLE, Anthony J.; DOMINIK, William J. *Flavian Rome: culture, image, text*. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 69-101.
- MENDES, Norma Musco. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: D&A, 2002.
- MENDES, Norma Musco. *Império e Romanização: “estratégias”, dominação e colapso*. *Brathair* 7, (1), 2007, p. 25-48. Disponível em: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>>. Acesso em: 25 de outubro de 2012.
- MENDES, Norma Musco; SILVA, Diogo Pereira. As representações do poder imperial na Tetrarquia (284-305). *Phoînix*. v. 14. UFRJ, p. 306-328, 2008.
- MENNEN, Inge *Power and Status in the Roman Empire, AD 193-284*. Leiden; Boston: Brill, 2011.
- METCALF, Willian E. Roman imperial numismatics. In: POTTER, David (Ed.). *A Companion to the Roman Empire*. Victoria/Oxford: Blackwell, 2006. p. 35-44.
- MILLAR, Fergus. Epigraphy. In: CRAWFORD, Michael (Ed.). *Sources for Ancient History*. London: Cambridge University, 2003. p. 80-136.
- MILLET, Martin. *The Romanization of Britain: an essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: Cambridge University, 1990.

- MORESCHINI, Chiara O. Tommazi. Sacerdoti di Belenus nella Gallia Del IV Secolo? La testimonianza di Ausonio. *Acme* 103, 15, p. 331-60, 2008.
- MORGAN, Tereza. *Literate education in the Hellenistic and Roman worlds*. New York: Cambridge University, 2007.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. [1961]
- MYNORS, Roger Aubrey Baskerville. Preface to the OTC Edition of the “XII Panegyrici Latini.” In: REES, Roger (Ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 49-54.
- NICHOLSON, Oliver. Hercules at the Milvian Bridge: Lactantius. ‘Divine Institutes’, 1, 21, 6-9. *Latomus*, tomo 43, fasc. 1, p. 260-69.
- NIXON, Charles E. V. The occasion and date of Panegyric VIII(V) and the celebration of Constantine’s quinquennalia. *Antichthon* 14, p.157-69, 1980.
- NIXON, Charles E. V. The panegyric of 307 and Maximian’s visits to Rome. *Phoenix*, v. 35, n. 1, p. 70-76, 1981.
- NIXON, Charles E. V. The use of the past by the Gallic Panegyrists. In: CLARKE, G. *et al. Reading the past in Late Antiquity*. Potts Point, NSW, 1990. p. 1-36.
- NIXON, Charles E. V. Latin Panegyric in the Tetrarchic and Constantinian period. In: REES, Roger (Ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 223-39. [1983]
- NOREÑA, Carlos F. Self-fashioning in the Panegyricus. In: ROCHE, Paul (Ed). *Pliny’s praise: the Panegyricus in the Roman world*. New York: Cambridge University, 2011. p. 29-44.
- OLIVIERI, Filippo L. *O papel dos druidas na sociedade céltica na Gália nos séc. II a I a.C.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2008.
- OLIVIERI, Filippo L. As moedas celtas na Gália: considerações introdutórias acerca das imagens. *Phoenix*. 19-1. Rio de Janeiro, p. 64-76, 2013.
- ORGELS, Paul. La premier vison de Constantin (310) et le temple d’Apollon à Nîmes. *Bull. Lettres Acad. Roy. Belgique*, XXXIV, p. 176-208, 1948.
- OSGOOD, Josiah. *The Pen and the Sword: Writing and Conquest in Caesar's Gaul*. *Classical Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 328-358, October 2009.
- PELLOUTIER, Simon. *Histoire des Celtes et particulièrement des Gaulois et des Germains depuis les temps fabuleux jusqu’à la prise de Rome par les Gaulois*. v. 1. Paris: The Hague/Isaac Beauregard, 1740.
- PERNOT, Laurente. *La rhétorique de l’éloge dans le monde Gréco-Romain*. Tome I – Histoire et Technique. Paris: Institut d’Études Augustiniennes/ Éditions Brepolis, 1993.
- PETIT, Paul. *Histoire générale de l’Empire romain*. 3- Le Bas Empire (284-395). Paris: Éditions du Seuil, 1974.

- PEZRON, Paul. *Antiquité de la nation et de la langue des Celtes*. Autrement appelez Gaulois. Paris: Marchand and Martin, 1703.
- PICHON, Rene. *Les derniers écrivains profanes*. Paris: Ernest Leroux, 1906.
- PICHON, Rene. The origin of the 'Panegyrici Latini' Collection. In: REES, Roger (Ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 55-74.
- PINETTE, Mathieu; REBOURG, Alain. *Autun: Ville Gallo-Romaine*. Guides Archéologiques de La France. Autun: Imprimerie Nationale, 1986.
- RADICE, Betty. Pliny and the 'Panegyricus'. In: REES, Roger (Ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 77-84.
- RAMAGE, Edwin S. 'Velleius Paterculus' 2.126.2-3 and the Panegyric Tradition. *Classical Antiquity*, 1, p. 266-71, 1982.
- REECE, Richard. Roman Coinage in the Western Empire. *Britannia*, v. 4, p. 227-51, 1973.
- REES, Roger. Images and image: a re-examination of Tetrarchic iconography. *Greece & Rome*. Oxford, v. XL, n. 2, p. 181-200, p. 1993.
- REES, Roger. The private lives of public figures in latin prose panegyric. In: WHITBY, Mary (Ed.) *The propaganda of power: the role of panegyric in Late Antiquity*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998. p. 77-101.
- REES, Roger. *Layers of Loyalty in Latin Panegyric: AD 289-307*. New York: Oxford University, 2002.
- REES, Roger. *Diocletian and the Tetrarchy*. Edinburgh: Edinburgh University, 2004a.
- REES, Roger (Ed.). '*Romane memento*': Vergil in the Fourth Century. London: Dockworth, 2004b.
- REES, Roger. Afterwords of praise. In: ROCHE, Paul (Ed.). *Pliny's praise: the Panegyricus in the Roman world*. New York: Cambridge University, 2011. p. 175-88.
- REES, Roger. The modern history of Latin Panegyric. In: REES, Roger (Ed.). *Latin Panegyric*. Oxford readings in Classical Studies. New York: Oxford University, 2012. p. 3-54.
- REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identity*. Cambridge: Cambridge University, 2009.
- RÉVILLE, Albert. Vercingétorix et la gaule au temps de la conquête romaine. *Revue dès Deux Mondes*, 22, p. 838-69, 1877.
- REYNOLDS, Suzanne. *Medieval reading: grammar, rhetoric and the classical text*. London: Cambridge University, 2004.
- RICHARD, Jean-Claude. Énée, Romulus, César et les Funérailles Impériales. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Paris, 78, p. 67-78, 1968.

- RIDLEY, Ronald. *The eagle and the spade: archaeology in Rome during the Napoleonic Era*. Cambridge: Cambridge University, 1992.
- ROCHE, Paul. The panegyricus and the monuments of Rome. In: ROCHE, Paul (Ed). *Pliny's praise*. The panegyricus in the Roman World. New York: Cambridge University, 2011. p. 45-66.
- RODGERS, Barbara Saylor. *The panegyrici latini: emperors, colleagues, usurpers and the history of the Western Provinces*. Dissertation (UMI) – California University, junio, 1978.
- RODGERS, Barbara Saylor. 'Constantine's Pagan Vision.' *Byzantion* 50, p. 259-78, 1980.
- RODGERS, Barbara Saylor. Divine Insinuation in the 'Panegyrici Latini'. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 35, H. 1, p. 69-104, 1986.
- RODGERS, Barbara Saylor. The Metamorphosis of Constantine. *The Classical Quarterly*, New Series, v. 39, n. 1, p. 233-46, 1989.
- RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. Aspectos ideológicos de las relaciones de dependencia: los Panegíricos Latinos. *Studia Historica*, Historia Antigua, 6, p. 189-95, 1988.
- RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. *Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo Imperio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.
- RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. La retórica del siglo IV. Espacios de integración y exclusión del bárbaro. *Studia Historica*, Historia Antigua, 26, p. 149-65, 2008.
- RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J; PÉREZ SÁNCHEZ, Dionisio. Panegírico y ciudad: tradición y control ideológico em la Antigüedad Tardía. *Studia Histórica*. Historia Antigua, v. 21, p. 223-246, 2003.
- ROSA, Claudia Beltrão da. O "tirocinium fori" e a criação de "homens" no "Forum romanum." *PHOÏNIX: Revista do Laboratório de História Antiga/UFRJ*. Ano XIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 52-66.
- ROSA, Claudia Beltrão da. O "uir bonus" e a "prudencia ciuilis" em Marco Túlio Cícero. In: ARAUJO, Sônia R. R. *et al.* (orgs.). *Intelectuais, poder e política na Roma Antiga*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2010. p. 21-62.
- ROSENBERGER, Veit. The Gallic Disaster. *The Classical World*, v. 96, n. 4, p. 365-73, 2003.
- ROSSI, Andréia L. D. O.C. *Mitologia: abordagem metodológica para o historiador da Antiguidade Clássica*. História. São Paulo, p. 36-52, 2007.
- ROYMANS, Nico; FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel. New perspectives on the Archaeology of Mass Violence. In: BRINDLE, Tom; ALLEN, Martyn *et al* (Eds.). *Theoretical Roman Archaeology Conference*. Proceedings of the Twenty-Fourth Annual. Oxford: Oxbow, 2015. p. 70-80.
- RUSSELL, Donald. The panegyrist and their teachers. In: WHITBY, Mary (Ed.). *The propaganda of power: the role of panegyric in Late Antiquity*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998. p. 17-50.

- RUTLEDGE, Steven H. Oratory and Politics in the Empire. In: DOMINIK, William; HALL, John (Ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Blackwell companions to the ancient world: Ancient history. Oxford: Blackwell, 2007. p. 109-121.
- SABBAH, Guy. De la rhétorique à la communication politique: les panégyriques latins. *Bull Association G. Bulé*, 1984. p. 366-88.
- SAGLIO, Edmond. Adoratio. In: DAREMBERG, Charles H.; SAGLIO, Edmond. *Dictionnaire des Antiquité grecques et romaines*. Tome I, lère partie. Paris: Hachette, [s/d]. p. 80-2.
- SALZMAN, Michele R. *The Making of a Christian Aristocracy*. Social and religious change in the Western Roman Empire. London: Harvard University, 2002.
- SEAGER, Robin. Some Imperial virtues in the Latin Prose Panegyrics: the demands of propaganda and the dynamics of Literary composition. *Papers of the Liverpool Latin Seminary*, p. 129-65, 1984.
- SCOTT, Eleanor. Writing the Roman Empire. In: SCOTT, Eleanor. (Ed.). *Theoretical Roman Archaeology: First Conference Proceedings*. Aldershot: Avebury, 1993. p. 5-22.
- SEECK, Otto. Studien zur Geschichte Diocletians und Constantins I. Die Reden des Eumenius. *Neue Jahrbücher für Philologie und Pädagogik*. 137, 1888. p. 713-28.
- SESTON, Willian. *Dioclétien et la Tétrarchie*. Paris: Boccard, 1946.
- SHOTTER, David. God, emperors and coins. *Greece & Rome*. Cambridge, v. XXVI, n. 1, p. 48-57, 1979.
- SILVA, Diogo Pereira. *Os mecanismos de legitimação de Constantino I (306-325)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Diogo Pereira. Constantino I e o politeísmo greco-romano: o caso das moedas com a efígie do deus Marte (307-317). *Gaia* (Lhia/UFRJ), n. 8, ano XI, p. 21-35, 2011.
- SILVA, Diogo Pereira. *O transcrito público e as representações do poder imperial na Tetrarquia (284-305): uma contribuição ao diálogo comparativo*. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Gilvan Ventura. *A escalada dos imperadores proscritos: Estado, conflito social e usurpação no IV século d.C.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS, 1993.
- SILVA, Gilvan Ventura. A configuração do Estado romano no Baixo Império. *Revista de História da Unesp*, São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- SILVA, Gilvan Ventura. Memória, História e historiografia em torno do Baixo Império Romano. *PÓS-História*, Assis, v. 9, p. 71-91, 2001a.
- SILVA, Gilvan Ventura. A comunicação política no Baixo Império Romano. *Revista de História* (UFES), Vitória, v. 12, p. 205-212, 2001b.
- SILVA, Gilvan Ventura. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia*. Vitória: Edufes/CCHN, 2003.



- SILVA, Gilvan Ventura. Humanismo e tolerância religiosa: é possível aprendermos com os romanos? In: SILVA, Gilvan V. (Org.). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Coleção Rumos da História. Vitória: GM, 2008. p. 7-17.
- SILVA, Gilvan Ventura. Cidade e poder no Mundo Antigo. In: CAMPOS, Adriana P. *et al.* (Org.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória, ES: GM; Paris: Université de Paris-Est; Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 11-34.
- SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, 2006. p. 193-221.
- SILVA, Gilvan Ventura; ZARDINI, Thiago Brandão. Conflito político e identidade cultural na Antiguidade Tardia: a imagem de Máximo e Eugênio segundo os testemunhos monetários. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, p. 1-17, 2011.
- SIVAN, Hagit. *Ausonius of Bordeaux: Genesis of a Gallic aristocracy*. London/New York: Routledge, 1993.
- SOPEÑA, Gabriel. Celtiberian ideologies and religion. *E-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* (University of Zarotoga), v. 6, p. 347-410, 2005.
- STEEL, Catherine E. W. *Roman Oratory*. Series: New surveys in the classics. Cambridge: Cambridge University, 2006.
- STERN, Hersh. Remarks on the 'adoratio' under Diocletian. *Journal of the and Courtauld Institutes*. v. 17, p. 184-9, 1954.
- STOREY, Glenn. R. Archaeology and Roman society: integrating textual and archaeological data. *Journal of Archaeological Research*, 7, p. 203-45, 1999.
- SUMI, Geoffrey S. *Ceremony and power: performing politics in Rome between Republic and Empire*. Ann Arbor: University of Michigan, 2008.
- SUTHERLAND, Carol Humphrey V. *Coinage and currency in Roman Britain*. London: Oxford University, 1937.
- SUTHERLAND, Carol Humphrey V. Some political notions in coin types between 294 to 313. *Journal of Roman Studies*, 53, p. 1-14, 1966.
- SZIDAT, Joachim. Gaul and the Roman Emperors of the Fourth Century. *Integrating the Roman Empire in the Fourth Century AD*. Oxford/ New York: Oxford University, 2015. p. 119-34.
- TAYLOR, Lily Ross. *The divinity of the Roman Emperor*. Philadelphia: Porcupine, 1975. [1931]
- TEJA, Ramon. Il Cerimoniale Imperiale. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo. (Dir.). *Storia di Roma*. v. 3, Torino: Giulio Einaudi, 1993. p. 613-42.
- THEVENOT, Emile. *Histoire des Gaulois*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949. [1946]

- THEVENOT, Emile. *Les Gallo-Romans*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- THEVENOT, Emile. *Divinités et sanctuaires de La Gaule*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- TONER, Jerry. *Rethinking Roman History*. Cambridge: Oleander Press, 2002.
- TOO, Yun Lee. Introduction: Writing the History of Ancient Education. In: TOO, Yun Lee. (Ed.). *Education in Greek and Roman Antiquity*. Leiden/ Boston/ Köln: Brill, 2001. p. 1-21.
- TORELLI, Mario. *Studies in the Romanization of Italy*. Edmonton/Alberta: University of Alberta, 1995.
- TURCAN, Robert. Le culte imperial au III<sup>e</sup> siècle. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin, II, 16.2, p. 996-1084, 1980.
- TURK, Sofia. *The defensive system of the late Roman limes between Germania Secunda and Britannia*. Tesi di Laurea; Corso di Laurea magistrale in Scienze dell'Antichità: Letterature, Storia e Archeologia. Venezia: Università Ca'Foscari Venezia, 2012.
- VAN DAM, Raymond. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California, 1985.
- VAN ES, Willem Albertus. Introduction. In: BRANDT, Roel; SLOFSTRA, Jan (Ed.). *Roman and Native in the Low Countries: Spheres of Interaction*. BAR International. Series n. 184. Oxford: British Archaeological Reports, 1983. p. 1-9.
- VAN SICKLE, C. E. Eumenius and the Schools of Autun. *The American Journal of Philology*, v. 55, n. 3, p. 236-43, 1934.
- VEREECKE, Edmond. Le corpus des panégyriques latins de l'époque tardive: problèmes d'imitation. *L'Antiquité Classique*. T. 44, fasc. 1, p. 141-60, 1975.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 2006. [1986]
- VEYNE, Paul. "Humanitas": romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea. (Org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1989. p. 283-302.
- VILLAIS, Gabrielle. *Ausonius' cities: perception of the urban space in fourth-century Gaul*. Birmingham: University of Birmingham. (Thesis), 2009.
- VON ALBRECHT, Michael. *A History of roman literature: from Livius Andronicus to Boethius*. v. 1. Leide/New York/Koln: EJ. BRILL, 1997.
- VON PETRIKOVITS, Harald. Fortifications in the north-western Roman Empire from the third to the fifth century. *JRS* 61, p. 178-218, 1971.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. 'Civilis Princeps': between Citizen and King. *The Journal of Roman Studies*, v. 72, p. 32-48, 1982.

- WALLACE-HADRILL, Andrew. Image and authority in the coinage of Augustus. In: *The Journal of Roman Studies*. v. LXXVI, Society for the promotion of Roman Studies, London, p. 66-85, 1986.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. The Roman revolution and material culture. In: *La Révolution Romaine après Ronald Syme: Bilans et perspectives. Entretiens sur l'antiquité classique*. Geneva: Vandœuvres, 2000. p. 283-321.
- WARD-PERKINS, Bryan. *The fall of Rome and the end of Civilization*. New York: Oxford University, 2005.
- WARMINGTON, Brian H. Aspects of Constantinian propaganda in the 'Panegyrici Latini.' *Transactions of the American Philological Association*, v. 104, p. 371-284, 1974.
- WEBSTER, Jane. Roman imperialism and the 'post-imperial age'. In: WEBSTER, Jane; COOPER, Nicholas (Eds.). *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*. Leicester Archaeological Monographs, v. 3. Leicester: School of Archaeological Studies/ University of Leicester, 1996. p. 37-42.
- WELLS, Peter S. *Images and response in Early Europe*. London: Duckworth, 2008.
- WILLIAMS, Mark F. Caesar's Bibracte narrative and the aims of caesarian style. *Illinois Classical Studies*, 10, p. 215-226, 1985.
- WOOLF, Alex. Romancing the celts. A segmentary approach to acculturation. Cultural Identity in the Roman Empire. In: LAURENCE, R.; BERRY, J. (Ed.). *Cultural Identity in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2003. p. 111-24.
- WOOLF, Greg. Beyond romans and natives. *World Archaeology*, v. 28, n. 3, p. 339-50, October 1997.
- WOOLF, Greg. O poder e a difusão da escrita no Ocidente. In: WOOLF, Greg; BOWMAN, Alan (Eds.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998. p. 104-21.
- WOOLF, Greg. *Becoming Roman*. The origins of provincial civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- ZANKER, Paul. *The power of images in the Age of Augustus*. Michigan: University of Michigan, 1988.
- ZARDINI, Thiago Brandão. *Usurpação, identidade e poder no século IV d.C.: a construção da imagem imperial de Teodósio no confronto com Máximo e Eugênio*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- ZECCHINI, Giuseppe. *Los druidas y la oposición de los celtas a Roma*. Madrid: Alderabán, 2002.